



Raíssa de Souza Marinho

**A produção capitalista do espaço, os conflitos dela
resultantes e as resistências a ela manifestadas: refletindo
sobre as experiências vividas pelos habitantes da Praia do
Sono**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Rua

**Rio de Janeiro
Abril de 2023**



Raíssa de Souza Marinho

**A produção capitalista do espaço, os conflitos dela
resultantes e as resistências a ela manifestadas: refletindo
sobre as experiências vividas pelos habitantes da Praia do
Sono**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em Geografia pelo Programa de
Pós-Graduação em Geografia, do
Departamento de Geografia e Meio
Ambiente da PUC-Rio.

Prof. João Rua

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-RIO

Prof. Lício Caetano do Rego Monteiro

Instituto de Educação de Angra dos Reis - UFF

Prof.a Lúcia Cavalieri

Faculdade de Educação - UFF

Prof.a Regina Célia de Mattos

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-RIO

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Raíssa de Souza Marinho

Graduou-se em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2021. É colaboradora do projeto de extensão Raízes e Frutos, vinculado ao Departamento de Geografia da UFRJ desde 2017. Membro do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS). Atua como pesquisadora na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana.

Ficha Catalográfica

Marinho, Raíssa de Souza

A produção capitalista do espaço, os conflitos dela resultantes e as resistências a ela manifestadas : refletindo sobre as experiências vividas pelos habitantes da Praia do Sono / Raíssa de Souza Marinho ; orientador: João Rua. – 2023.

260 f. : il. color. ; 30 c

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Praia do Sono. 3. Produção do espaço. 4. Caiçara. 5. Conflito. 6. Resistência. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

Para todos os caiçaras da Península da Juatinga, especialmente àqueles da Praia do Sono, que tanto me ensinaram.

Agradecimentos

Um trabalho nunca é feito de forma completamente individual. Ao longo desses dois anos de dedicação, foram muitos aqueles que me apoiaram, incentivaram, questionaram, iluminaram e estimularam novas reflexões. Mas a alguns, devo agradecimentos especiais.

À minha mãe, Débora, pelo investimento de uma vida. Por me estimular e respeitar minhas escolhas. Pela paciência e compreensão nos tantos dias em que precisei me ausentar completamente, ainda que estivéssemos sob o mesmo teto. Pelo acolhimento nos dias de crise. Pela celebração das conquistas, que são nossas. Aquela que não aguentava mais ouvir falar sobre Geografia e Caiçaras, com o tempo foi se tornando uma grande simpatizante da causa, pacientemente ouvindo minhas histórias e experiências no retorno, sempre entusiasmado, de cada trabalho de campo à Península da Juatinga.

Ao Vicente, por depositar grande parte da energia de sua vida nas últimas décadas para o desenvolvimento da minha. Pela dedicação incansável, pelo amor, pelo estímulo. Por estar sempre presente, interessado em cada passo, nos avanços, nos desafios encontrados, nos relatos das experiências de trabalhos de campo e no andamento de todas as coisas da vida.

A meu pai, Didier e sua companheira, Damaris. Pelo incentivo, pelo apoio nas vezes que pensei em desistir e me voltar para outros universos de trabalho. Por mostrarem, através de suas experiências de vida, que vale a pena lutar pelos seus sonhos, mesmo quando pareçam difíceis e distantes.

Ao meu companheiro e melhor amigo, Lucas. Por tantas coisas. Meu confidente, com quem compartilhei o melhor e o pior que uma trajetória de pesquisa pode nos causar. Entre choros, crises, privação de tempo, mau-humor e incertezas até a celebração de avanços e conquistas, a alegria no caminhar dos processos e no descobrimento de novas questões. Pelo amor, pelo carinho, pela paciência, pela escuta ativa, crítica e propositiva. Pelas tantas trocas. Pela vida compartilhada. É muito bom pensar Geografia com você.

Agradeço a todos os professores que compõem o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, primeira instituição que me tornou uma apaixonada pela maneira geográfica de interpretar o mundo, por todos os ensinamentos e experiências inesquecíveis proporcionadas. Em especial à Letícia, por orientar o Raízes e Frutos, que reorienta nossas trajetórias acadêmicas. Por acreditar em nossas potencialidades e nos conceder autonomia de pensamento e ação.

A todos que passaram pelo projeto de extensão Raízes e Frutos. Especialmente aqueles que viraram grandes amigos: Luiz Gabriel, Dafne, Luna, Lucas, Rafael, Isabelle, Rhuan e Eduardo. Pela luta para fazer a extensão universitária acontecer em meio a tantas dificuldades, por compartilharem a paixão e o entusiasmo pelo projeto, pelo território e pelo avanço de uma ciência decolonial, comprometida com a transformação social. Vocês são potências, as quais tenho muito orgulho e alegria por caminhar junto. Que essa paixão pela vida nunca nos abandone.

À Tainá Miê, pela criação do projeto, por tantos anos de atuação no território, pela preocupação em nos inserir. Por se fazer presente e disponível. Pela dedicação no projeto, por acreditar em nós e pelo entusiasmo em cada nova geração que chega. Por nos puxar para perto.

Aos moradores da Praia do Sono. Em especial Jardson, Josi e Leila, pela abertura, pelo acolhimento, pela confiança, pelas trocas e ensinamentos sempre tão inspiradores. Por serem exemplos de luta e perseverança e por nos permitirem aprender com vocês, mergulhando nesse desafiador e apaixonante pluriverso que é a Praia do Sono. Sem suas lutas, esse trabalho de reflexão não existiria. Que nossas trocas sigam se expandindo, se enraizando e gerando frutos.

Ao Ticote do Pouso da Cajaíba, por ter, anos atrás, estendido as mãos para o Raízes e Frutos, sendo o fundamento maior de existência do projeto. Sem a confiança depositada nessa articulação coletiva, não estaríamos aqui.

Ao meu orientador, o grande mestre João Rua. Pelo acolhimento, pela gentileza, pelo bom humor, pela paciência, pelo tempo depositado, pelo estímulo, encorajamento e pelas tantas trocas. Por conseguir fazer da trajetória do mestrado uma experiência embora trabalhosa e desafiadora, mais leve, porque afetuosa. Por desestabilizar minhas certezas, estimulando sempre o re-pensar. Por nos evidenciar a vivacidade e pertinência da Geografia e por nos oferecer uma obra musical quase exclusiva.

A todos que compõem o Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS). Pelo acolhimento, pelo espaço de troca potente, pelas reflexões conjuntas e pelas inúmeras colaborações não só à minha pesquisa (que foram muitas), mas na construção do modo de reflexão geográfico. Vocês são Gigantes e é um privilégio pensar e fazer Geografia com vocês.

Aos professores do departamento de Geografia da PUC-Rio, em especial ao Álvaro e à Regina. Pelo acolhimento, pela disponibilidade e pelos tantos ensinamentos.

À Lúcia, ao Lício e à Regina, pela participação na banca, pelo tempo dedicado, pelas oportunidades abertas, pelas sugestões e por serem fontes de inspiração reflexiva. Por nos auxiliarem nessa construção coletiva de fazer ciência, potencializada pela diversidade de olhares e experiências.

Às minhas amigas queridas. São tantos anos de amizade e é tão bonito acompanhar a trajetória de cada uma, agradeço por acompanharem e estimularem a minha. Por ter pessoas de tantas qualidades ao meu lado. Pela escuta, pelo acolhimento, pelo interesse, pelo carinho, pela força. Agradeço à Luma, Babi, Taiana, Flávia, Isabella, Beibinha, as minhas duas Natashas, Cecília, Helena, Lari, Tonha. Obrigada por tanto. É uma grande alegria partilhar a vida com vocês.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo:

Marinho, Raíssa de Souza; Rua, João. **A produção capitalista do espaço, os conflitos dela resultantes e as resistências a ela manifestadas: refletindo sobre as experiências vividas pelos habitantes da Praia do Sono, Paraty/RJ**. Rio de Janeiro, 2023. 260p. Dissertação de Mestrado –Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma problemática que se vive fruto dos conflitos entre populações ditas “tradicionais” e a forma capitalista de produção do espaço, que carrega consigo, de forma inerente, contradições associadas ao seu processo de reprodução. Portanto, nesse trabalho são abordados os múltiplos eventos espaço-temporais frutos da expansão da produção capitalista do espaço que tensionam a trajetória da Praia do Sono numa lógica “de fora para dentro”, tendo como marco a abertura da rodovia Rio-Santos, que inaugura uma série de tensões na medida em que abre os caminhos para a territorialização do capital turístico-imobiliário em Paraty. Como consequência desse histórico de enfrentamento e tensões, percebemos a articulação com outros atores como elemento fundamental para lidar com os conflitos na Praia do Sono. Essa articulação amadurece, fortalecendo movimentos que se complementam na reafirmação do direito ao território e no fortalecimento da autogestão comunitária: a luta pela organização do turismo de base comunitária e pela conquista e construção da educação diferenciada. Buscamos evidenciar como esses dois movimentos de resistência mais recentes se apoiam na dimensão da memória, acionando as memórias de luta, dos enfrentamentos passados e de resgate e ressignificação dos saberes-fazer-territorializados. Ainda, abordamos o fechamento do território realizado no ano de 2020 durante a pandemia da Covid-19, explicitando outro movimento de resistência que, embora tenha início, meio e fim, nos evidencia, junto aos outros, interessantes caminhos para refletir acerca da complexa relação entre comunidade tradicional, território, atividade turística, renda e autogestão. A pesquisa evidencia as potencialidades da ação coletiva no território caiçara da Praia do Sono em tempos passados e presentes, enquanto, simultaneamente, busca explicitar as tensões e transformações que expressam a contraditória e permanente luta por uma melhor integração à lógica de produção capitalista por parte da comunidade, que vem buscando uma melhor inserção à esse modo de produção à sua maneira, sem abrir mão de sua tradicionalidade, ainda que ressignificada. Sendo esse, enfim, o grande desafio

que está posto, resultado que temos fruto da mesclagem de todos estes elementos, como estratégia utilizada pelos sujeitos sociais para se moverem nessa intrincada teia de relações, que se tornam cada vez mais complexas e de difícil distinção.

Palavras-chave:

Praia do Sono; Produção do espaço; Caiçara; Conflito; Resistência.

Abstract

Marinho, Raíssa de Souza; Rua, João (Advisor). **The capitalist production of space, the resulting conflicts and the resistance manifested to it: reflecting on the experiences lived by the inhabitants of Praia do Sono, Paraty/RJ.** Rio de Janeiro, 2023. 260p. Master's Dissertation – Department of Geography, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This research aims to present a problem that is experienced as a result of conflicts between “traditional” populations and the capitalist form of space production, which inherently carries with it contradictions associated with its reproduction process. Therefore, in this work we approach the multiple space-time events resulting from the expansion of the capitalist production of space, which tension the trajectory of Praia do Sono in an external logic, having as a milestone the opening of the Rio-Santos highway, which inaugurates a series of tensions as it opens the way for the territorialization of touristic-immobiliary capital in Paraty. As a consequence of this history of confrontation and tensions, we perceive articulation with other actors as a fundamental element in dealing with conflicts in Praia do Sono. This articulation matures, strengthening movements that complement each other in the reaffirmation of the right to the territory and in the strengthening of community self-management: the fight for the organization of community-based tourism and for the conquest and construction of differentiated education. We want to show how these two more recent resistance movements are based on the dimension of memory, triggering memories of struggle, of past confrontations and of rescuing and redefining territorialized know-how. Furthermore, we address the territory closure movement carried out in 2020 during the Covid-19 pandemic, explaining another resistance movement that, although it has a beginning, middle and end, show us, along with others, interesting ways to reflect on the complex relationship between traditional community, territory, tourist activity, income and self-management. The research highlights the potential of collective action in the caíçara territory of Praia do Sono in past and present times, while simultaneously seeking to make explicit the tensions and transformations that express the contradictory and permanent struggle for better integration to the logic of capitalist production by the community, which has been seeking a better insertion into this mode of production in its own way, without giving up its traditionality, even if re-signified.

This being, finally, the great challenge that is posed, a result that we have as a result of the merging of all these elements, as a strategy used by social subjects to move in this intricate web of relationships, which become increasingly complex and difficult to distinguish.

Keywords:

Praia do Sono; Production of space; Caiçara; Paraty; Conflicts; Resistance.

Sumário

1- Introdução: O caminho se faz ao caminhar!

21

1.1 - O caminho até aqui: a trajetória junto ao projeto de extensão “Raízes e

Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da península da Juatinga, Paraty/RJ”	37
1.2- Semeando novos frutos ...ou... Do que se trata o aqui?	51
2 - Buscando integrar empiria e teoria: por quais caminhos seguir?	58
2.1 Em busca de um método e de um diálogo profícuo entre os autores	58
2.2 Procedimentos de investigação	87
3- Espaço-temporalidades que tensionam a comunidade caiçara da Praia do Sono: entre estradas, grileiros, condomínios privados, unidades de conservação e atividades turísticas	98
3.1 A chegada da Rio- Santos e a “descoberta do paraíso”	103
3.2 Grilagem de terras na Praia do Sono: o caso Gibrail	114
3.3 A territorialização do condomínio Laranjeiras	124
3.4 Unidades de Conservação	140
3.5 - O processo de incorporação das atividades turísticas no cotidiano caiçara	161
4- Articulações e resistências comunitárias na Praia do Sono	175
4.1 - Retomando algumas ideias estruturantes	176
4.2 - A complementaridade na luta: Comunidade, associativismo, movimento social e pensamento científico - A ecologia de saberes fortalece o território!	178
4.2.1- Comunidade e associativismo na Praia do Sono: A raiz fincada no solo alimenta o tronco	179
4.2.2- O Fórum das comunidades tradicionais e o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: O tronco cresce e anuncia flores!	183
4.2.3 - A raiz alimenta o tronco que anuncia as flores...Das flores surgem os frutos da complementaridade na luta: a multiplicidade presente na luta pela autogestão no território expressa no movimento pela educação diferenciada	188
4.3 - Ativando a memória, ressignificando as práticas: o turismo de base comunitária e a educação diferenciada como movimentos de resistência complementares na reafirmação do território e como horizonte de caminho para o fortalecimento da autogestão comunitária.	192
4.3.1 Compreendendo o TBC segundo distintas concepções	193
4.3.2 Ativando a memória, ressignificando as práticas espaciais/saberes-fazeres-territorializados: O movimento pelo TBC na Praia do Sono	197
4.3.3 Ativando a memória, ressignificando as práticas: O movimento pela educação diferenciada na Praia do Sono	213
4.4 - Construindo novas memórias de resistência: O movimento de fechamento do território durante a pandemia da Covid-19, às "barreiras da vida"	226
5 - “Reinventar a vida para permanecer transformando-se”	239
6 - Referências bibliográficas	245
7- Anexos	258

Lista de figuras:

Figura 1: Localizando a Península da Juatinga	23
Figura 2: Unidades de Conservação e Áreas de Proteção que formam o Mosaico Bocaina	24

Figura 3: Chegando na Praia do Sono por trilha	26
Figura 4: Canoa caiçara no VI Festejo Caiçara de Trindade	30
Figura 5: Caminho velho do Ouro (amarelo), o caminho novo (laranja) e a rota dos diamantes (azul escuro)	34
Figura 6: Dona Dica, sua casa e seu telhado de sapê na Praia Grande da Cajaíba	38
Figura 7: Oficina de construção de telhado de sapê com Manequinho, Praia da Sumaca.	41
Figura 8: Oficina de balaio. Momento da retirada do cipó na floresta. Praia do Sono	41
Figura 9: Encerramento do evento “Raízes e Frutos 10 anos: Lutas e trajetórias”	42
Figura 10: Chegando na Praia do Sono de barco	45
Figura 11: Camping na Praia do Sono	46
Figura 12: Realização de entrevista para o TCC com liderança da Praia do Sono	47
Figura 13: Print screen da tela do YouTube durante a exibição da live: Territórios Caiçaras, Turismo e Pandemia	48
Figura 14: Constelação de conceitos	76
Figura 15: Atividade do Raízes e Frutos com os estudantes da Praia do Sono	96
Figura 16: Momento de troca e exibição de documentários do Raízes e Frutos com lideranças da Praia do Sono	97
Figura 17: Rodovia BR-101, trecho Rio-Santos destacado em azul	107
Figura 18: Obras para construção da Rio-Santos, 1972.	110
Figura 19: Capa da Revista VEJA nº 217, de 01/11/1972	112
Figura 20: Destruição de casas na Praia do Sono promovida pelo grileiro Gibrail Tannus	120
Figura 21: Cordel criado pelos alunos da escola Martim de Sá, na Praia do Sono	124
Figura 22: Reportagem de 1977 da Revista Manchete sobre o Condomínio Laranjeiras	125
Figura 23: Delimitação/ marcação das áreas de uso histórico dos caiçaras na região onde hoje está localizado o Condomínio Laranjeiras	130
Figura 24: Delimitação das portarias do Condomínio Laranjeiras e exposição dos trajetos: Praia do Sono - condomínio Laranjeiras (via mar, traçado roxo); Praia do Sono - Vila Oratório (via trilha, traçado azul claro); Trajeto realizado pela kombi do Condomínio (correspondente ao antigo caminho caiçara), do cais à Vila Oratório (em amarelo); Delimitação da estrada que dá acesso a Rio-Santos e seus encontros com a Portaria 2 do condomínio e com a Vila Oratório (azul escuro)	132
Figura 25: Condomínio Laranjeiras (A), a Vila Oratório (B), a Praia do Sono (C), Praia de Antigos e Antiguinhos (D), Ponta Negra (E) e (F) Mamanguá vistos de cima	133
Figura 26: Delimitação de área do Condomínio Laranjeiras com placas e cancelas	135
Figura 27: Fotografias coladas na porta de entrada da associação de moradores	136
Figura 28: Placa com a legislação vigente referente à passagem por dentro do Cond.	139

Figura 29: Mosaico de Unidades de Conservação do sul fluminense ao norte paulista	142
Figura 30: Mapa destacando a área da APA Cairuçu e sua sobreposição com o PN da Serra da Bocaina e com a ESEC Tamoios	145
Figura 31: Mapa com zoneamento de 2018 da APA Cairuçu, com destaque para a Praia do Sono.	148
Figura 32: Sobreposição entre APA Cairuçu e Reserva Ecológica Estadual da Juatinga	150
Figura 33: Mapa da REEJ	152
Figura 34: Planta evidenciando a área legal que corresponde a Fazenda Santa Maria, adquirida por Gibrail Nubile Tannus (em vermelho) e a área acrescida ilegalmente por Gibrail no registro de imóveis (hachurado em rosa)	152
Figura 35: I Encontro de Elaboração de Proposta Base de Área Protegida Caiçara	157
Figura 36: Foto retirada na Audiência Pública sobre a municipalização de unidades	161
Figura 37: Buscando evidenciar as possibilidades de acesso à Praia do Sono	163
Figura 38: Imagem retirada de um grupo de facebook em que moradores da Praia do Sono divulgam seus chalés, quartos, campings, eventos e restaurantes	167
Figura 39: Foto de acampamento em camping à beira mar na Praia do Sono	169
Figura 40: I Congresso das Associações de moradores de Paraty	180
Figura 41: Oficina com os estudantes no espaço da associação de moradores da Praia do Sono	183
Figura 42: Manifesto do FCT realizado no Ocupa FLIP no centro de Paraty	184
Figura 43: Dia do lançamento dos livros mencionados no Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina	187
Figura 44: Cine debate na escola da Praia do Sono promovido pelo projeto Raízes e Frutos em parceria com a professora Iaci. Exibição do filme “Dona Dica - Farinha caiçara”	191
Figura 45: Mapa de atividades de TBC na Região da Costa Verde do Rio de Janeiro	200
Figura 46: Oficina de bioconstrução com bambu na Praia do Sono	204
Figura 47: Oficina de feitura de rede caiçara na Praia do Sono	206
Figura 48: Capa do guia turístico local da Praia do Sono	220
Figura 49: Atividade do Raízes e Frutos junto à educação diferenciada a partir dos livros do projeto que abordam temáticas caiçaras	224
Figura 50: Livros do Raízes e Frutos compondo a biblioteca da escola Martim de Sá, na Praia do Sono	224
Figura 51: Início da recuperação da biblioteca da escola Martim de Sá, na Praia do Sono	225
Figura 52: Campanha Cuidar é Resistir, promovida pelo FCT para apoiar as comunidades tradicionais durante a pandemia	231
Figura 53: Faixas expostas na trilha da Praia do Sono durante o fechamento	234

Lista de gráficos:

Gráfico 1: Distribuição de casos confirmados de Covid-19 entre abril e agosto de 2020 em comunidades vizinhas à Praia do Sono

Lista de quadros:

Quadro 1: Síntese das espaço-temporalidades que tensionam permanentemente o cotidiano da Praia do Sono.	102
Quadro 2: Evolução da situação da terra na Praia do Sono	116

Quadro 3: Informações sintetizadas das áreas protegidas que incidem sobre a Praia do Sono	144
Quadro 4: Eixos temáticos com palavras/conceitos presentes na rede temática	218
Quadro 5: Dados sobre o bloqueio territorial em Trindade e Praia do Sono	230

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMOSONO - Associação de Moradores Originários da Praia do Sono
APA - Área de Proteção Ambiental
BET - Bacia de evapotranspiração
FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FLIP - Feira Literária Internacional de Paraty
FUNASA - Fundação Nacional da Saúde
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEAR/UFF - Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense
OTSS - Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PN - Parque Nacional
REEJ - Reserva Ecológica Estadual da Juatinga
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC - Turismo de Base Comunitária
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP - Universidade de São Paulo
ZCC - Zona de Conservação Costeira
ZEVC - Zona de Expansão das Vilas Caiçaras
ZPVS - Zona de Preservação da Vida Silvestre

Não te ofereço a paz

*“Não te ofereço a paz, irmão homem,
porque a paz não é uma medalha:
a paz é uma terra escravizada
e temos que libertá-la.
Eu te peço o amor e a ternura,
o músculo, os gritos e as garras,
a agilidade do pé, o fogo do canto,
a fogueira do desejo e o olhar.
Munidos com luz, com alegria,
com sonhos, corpo e almas,
sairemos a tomar a paz a golpes
ainda que tenhamos que destroçá-la.”*

Jorge Debravo

1- Introdução: O caminho se faz ao caminhar!

Para abordar as reflexões propostas será necessário retomar alguns passos que marcam o caminho até aqui. O interesse em torno das populações caiçaras que vivem no litoral de Paraty, mais especificamente, da Praia do Sono, não se inicia no presente programa de mestrado. Essa trajetória tem início em 2017, ao longo da graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da inserção no projeto de extensão

“Raízes e Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ”.

O trabalho aqui apresentado é um estudo geográfico que tem como preocupação analisar os conflitos e resistências vividos pelos sujeitos da Praia do Sono, como consequência do processo de expansão da (re)produção do espaço na forma capitalista. Ao longo de nosso percurso buscamos compreender as formas que os sujeitos têm encontrado para lidar com as ameaças à desterritorialização fruto de variados interesses externos e como vem se adaptando diante das transformações no cotidiano comunitário, associadas à expansão de um turismo que se impõe sobre o lugar, transformando a sociabilidade e o modo de reprodução do tecido social. Iniciamos o trabalho apresentando um panorama geral da região e suas dinâmicas atuais, para então abordar a trajetória construída no território através do projeto Raízes e Frutos, para enfim, apresentar o percurso realizado ao longo do trabalho.

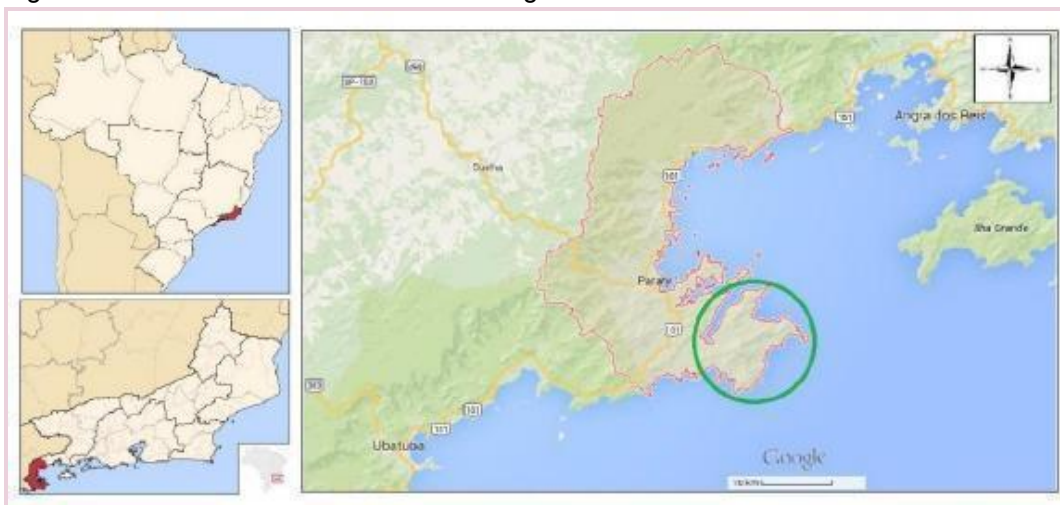
Paraty é um município do Rio de Janeiro que faz limite com o estado de São Paulo. Compõe a Baía da Ilha Grande e está inserido no contexto maior das transformações espaciais associadas à expansão do modo de produção/reprodução capitalista para o sul do estado do Rio de Janeiro, ocorridas na segunda metade do século XX. Localizado entre a serra e o mar, com exuberante mata atlântica, repleto de fontes de água límpida, multiplicidade de espécies de fauna e flora, com farta riqueza cultural, é lar de diversas comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas. É reconhecido por oferecer atualmente variadas perspectivas de turismo e veraneio, desde construções luxuosas a campings, turismo histórico-colonial, gastronômico, cultural, ecoturismo, base comunitária etc. O município tem facilidade de encantar e chamar atenção daqueles que por ali passam. Não por acaso recebeu no ano de 2019, junto à Ilha Grande, o título de Patrimônio Mundial na categoria mista pela Unesco, destacando sua cultura, fauna e flora excepcionais. É o primeiro reconhecimento como sítio misto no Brasil e na América Latina, o que nos dá indícios do caráter diferenciado que a região carrega.

Como os termos comunidades e territórios tradicionais nos acompanharão ao longo de toda a reflexão, explicitamos o que se entende por essas categorias no Brasil, que é um país que conta com ampla diversidade cultural, formada a partir de variadas formas históricas de uso e apropriação do território. De acordo com o Decreto Nacional nº 6.040 de 2007, comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios

e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). Nesse sentido, entende-se como povos e comunidades tradicionais: os quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, **pescadores artesanais**, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, **caiçaras**, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. As comunidades tradicionais ocupam espaços geográficos denominados como Territórios Tradicionais, sendo estes os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica desses povos, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (BRASIL, 2007). Uma vez apresentados os povos tradicionais, nos quais os caiçaras e pescadores artesanais estão contemplados, podemos seguir nossa abordagem para apresentar o contexto espacial em que estão inseridos.

Localizada na região costeira de Paraty, a península da Juatinga é uma área que comporta uma série de singularidades, expressas no seu alto índice de preservação da mata atlântica e no diferenciado modo de ocupação expresso na paisagem. Nessa península, que carrega ainda hoje um certo grau de isolamento geográfico, uma vez que há lugares aonde só se chega através de 2 horas de viagem de barco saindo de Paraty, habitam historicamente diferentes comunidades caiçaras. Essas comunidades viviam, até algumas décadas, uma dinâmica de vida baseada nos conhecimentos e práticas tradicionais como a pesca, a agricultura e a caça. Embora tivessem relações comerciais frequentes com a cidade, o nível de internalização da lógica urbana era muito fraco na região, que tinha um modo de vida pautado no uso do território voltado para a reprodução social.

Figura 1: Localizando a Península da Juatinga

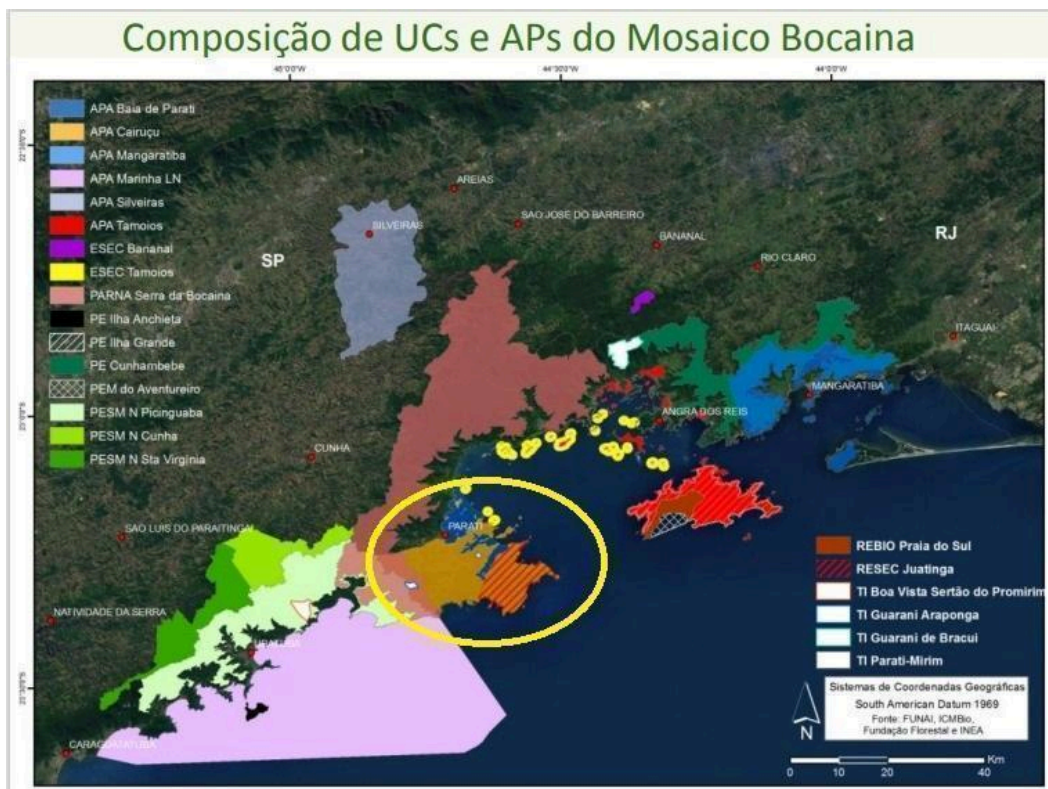


Fonte: Souza e Loureiro (2015).

A área que compõe a Península da Juatinga se encontra inserida atualmente em um mosaico de unidades de conservação (UC), conforme apontado no mapa (figura 2). Essas UC's são administradas por esferas diferentes, desde a federal, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica Tamoios e a Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu), a esfera estadual, como a Área de Proteção Ambiental Tamoios e a Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) até a esfera municipal, como as Áreas de Proteção Ambiental da Baía de Parati, de Parati-Mirim e do Saco do Mamanguá. Elas foram criadas em momentos diversos, com diferentes propostas e possuem distintas legislações acerca dos usos atribuídos a cada uma delas. No caso da Península da Juatinga, temos uma sobreposição de UC's, entre a APA Cairuçu e a REJ, onde a primeira contém a segunda.

Ainda que cada UC tenha tido seu contexto de criação, foram criadas num cenário de urgência e pressão social frente ao avanço da destruição do meio ambiente e dos distintos modos de vida presentes na região, que foram atravessados pela consolidação de grandes empreendimentos no sul fluminense, como as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, o estaleiro Verolme, o Terminal da Baía da Ilha Grande, além dos diversos projetos imobiliários voltados para atender um turismo e veraneio de alto padrão, sendo atividades com potencial significativo de destruição do meio ambiente e de desterritorialização das populações locais. Tendo sido designado a cada uma das UC's diferentes usos, legislações e permissividades, as questões que surgem entre elas e a presença dos povos com suas respectivas práticas tradicionais já foram palco de conflitos diversos no território. Falaremos disso com mais profundidade ao longo do trabalho.

Figura 2: Unidades de Conservação e Áreas de Proteção que formam o Mosaico Bocaina
Bocaina



Fonte: Mosaico Bocaina: experiências e desafios; Disponível em: [Mosaico Bocaina](#); com alteração feita pela autora, com destaque em amarelo para a área de Paraty.

A Praia do Sono é uma das comunidades caiçaras que compõem essa trama da rica diversidade cultural presente em Paraty. Localizada na península da Juatinga, é lar de aproximadamente 350 pessoas. A comunidade litorânea tem uma ocupação histórica que data de centenas de anos e por muito tempo acompanhou o modo de reprodução social presente na península da Juatinga. Atualmente a comunidade recebe o maior número de visitantes da REJ, lidando com a atividade turística de forma mais intensa.

Ao longo das últimas cinco décadas, Paraty tem sido um dos focos da expansão da produção/reprodução capitalista do espaço no estado do Rio de Janeiro, com a territorialização de projetos de importância a nível nacional e de grandes empreendimentos voltados para o setor imobiliário, turístico e de veraneio, além dos setores industriais e petrolífero (os quais não aprofundaremos nessa pesquisa). Esse processo de expansão se dá apoiado na criação imagética da ideia de uma “Costa Verde”¹ vazia e disponível para ser

¹ Colocamos o termo entre aspas por entender que o termo “Costa Verde” é um termo criado para ser usado à serviço do capital, buscando disseminar uma ideia da região pautando suas belezas naturais e o lazer que o contato com as mesmas proporcionam, estimulando uma lógica de consumo do espaço. É um termo que vem

explorada. Ou seja, se dá através do apagamento da existência e da trajetória dos grupos subalternizados que historicamente habitam a região. Inseridas nesse contexto de expansão de uma modernidade que se impõe sobre o espaço, as populações caiçaras vem tendo seu modo de vida transformado, em meio a desterritorializações, conflitos e contradições de viverem os frutos da mesclagem permanente de uma lógica de produção da vida comunitária cada vez mais pressionada pela lógica capitalista de reprodução do espaço. É claro que as relações sociais da Praia do Sono se encontram inseridas no capitalismo, no entanto, com fortes resquícios da lógica comunitária, formando uma produção do espaço própria a partir da mesclagem contínua dessas duas dimensões e formas de organização.

O processo de abertura da rodovia Rio-Santos (entre as décadas de 1960 e 1970) é um marco a nível nacional, conectando através do litoral os estados que contém as duas maiores metrópoles do país, se configurando enquanto um elemento estratégico para as dinâmicas econômicas e para a reprodução do capital em múltiplas escalas. Em Paraty, é o pontapé inicial de um momento que reconfigura a região, gerando uma série de conflitos associados às distintas formas de luta que passam a se intensificar enquanto lutas assimétricas travadas por diferentes formas de produzir espaço. Por compreender a rodovia em seu trecho Rio-Santo enquanto um marco definitivo para as dinâmicas sociais da região, ela será o marco espaço-temporal a partir do qual traçamos nossa reflexão. O projeto de desenvolvimento pensado para Paraty entra em choque com as territorialidades locais, que passam a ter suas vidas cotidianas amplamente transformadas por esse modo de expansão impositivo. Esse é o grande pano de fundo de nossa pesquisa. Fruto dessa expansão, a Praia do Sono guarda consigo um histórico de conflitos envolvendo o enfrentamento de grileiros e a pressão por parte de grandes empreendimentos de veraneio, além da chegada de unidades de conservação. Todos esses elementos externos impuseram para a comunidade a necessidade de rápidas respostas na forma de articulações e resistências coletivas para se manter no território. A forma que os habitantes da Praia do Sono têm encontrado para lidar com esse processo, às vezes na forma de enfrentamentos e às vezes na forma do que chamamos de resistências propositivas, é o elemento central dessa pesquisa.

sendo utilizado por grandes corporações na divulgação de projetos imobiliários e por organizações de serviços turísticos. Não utilizaremos o termo ao longo de nossa pesquisa para tratar da região, somente quando quisermos enfatizar justamente esse sentido mercadológico que o termo traz. Por isso, quando mencionado, estará entre aspas.

Figura 3: Chegando na Praia do Sono por trilha



Fonte: A autora, 2021.

Da década de 1990 em diante, com a consolidação da Rio-Santos e do turismo como frente econômica de Paraty, a Praia do Sono se vê inserida como componente de uma região turística em expansão, que hoje é conhecida internacionalmente, atraindo milhares de visitantes todos os anos. Com a consolidação deste cenário em Paraty, os habitantes da Praia do Sono iniciam um novo e complexo processo de adaptação diante da expansão de uma atividade econômica que se manifesta na comunidade de forma dúbia e complexa. Colocamos nesses termos pois, ao mesmo tempo que as atividades turísticas possibilitam um aumento direto na renda e, consequentemente, condições de vida dessas pessoas, trazendo uma série de melhorias, é simultaneamente, um conjunto de atividades que insere novas lógicas de produção/reprodução do espaço e sociabilidade, com uma inserção cada vez maior da lógica privada- individual e com uma rápida expansão não planejada, sendo chamado por muitos na comunidade de *turismo predatório*². Um dos nossos focos será justamente compreender esse processo de transformação/adaptação numa comunidade que viveu, por muitos anos, pautada na lógica das relações familiares e comunitárias e que é hoje gestora de uma complexa atividade turística.

² Adotamos o termo turismo predatório por ser o termo utilizado no território e com o qual fui familiarizada ao longo do contato com comunitários de diferentes locais da península da Juatinga.

Nesse sentido, *a problemática da pesquisa se apresenta como os conflitos e resistências fruto das transformações impostas pelo processo de (re)produção capitalista do/no espaço*. Entendemos que essa imposição não se dá de forma direta, como se nada do que foi e é inserido nesse cotidiano comunitário fosse desejado. Sabemos que não se trata de situações tão simplistas. Muitos aspectos são desejados, enquanto muitos não o são e cada sujeito viverá essas contradições de uma maneira específica, de acordo com sua perspectiva, com seus desejos e horizontes de futuro. Ainda assim, compreendemos que se enquadram como transformações que foram impostas uma vez que se trata não só da transformação do espaço em sua forma física, mas a inserção de uma racionalidade que se expande, a partir dessa reconfiguração espacial iniciada pela BR-101. Na medida em que o espaço “se desenvolve”, traz consigo a impregnação da racionalidade que o acompanha. Se temos a expansão de uma produção capitalista do espaço para determinada região, teremos nessa região a expansão de uma racionalidade pautada nos princípios do privado e da individualidade.

Aqui, apesar de nos adentrarmos na trajetória da Praia do Sono como exemplo de um processo, é importante reiterar como esse processo, de transformação associado à expansão da produção capitalista no/do espaço, que será aqui analisado de um lado, *a partir da territorialização do capital a partir de elementos externos* e de outro, *a partir das resistências que surgem do lugar*, estão inseridas como parte de um processo mais amplo, para além da Praia do Sono, para além de Paraty. Um dos nossos desafios aqui será buscar mergulhar nas relações contraditórias expressas entre o interno e o externo, no poder de internalização das externalidades e as tensões que daí surgem, como nos apresenta Milton Santos, em sua obra ‘Metamorfose do espaço habitado’ (1988).

Tendo o cenário exposto em vista, o objeto da pesquisa pode ser definido como:

A trajetória de conflitos e resistências experienciadas pelos habitantes da Praia do Sono para permanecer no território fruto dos desdobramentos dos interesses externos associados à expansão da produção/reprodução capitalista do espaço em Paraty - que, a partir de distintos movimentos - tem como consequência transformações no cotidiano comunitário.

Dessa forma, a partir de nossos encontros e trocas, definimos que a pesquisa tem como objetivo:

Analisar as transformações espaço temporais na Praia do Sono, em Paraty/ RJ, tendo em vista o conjunto de conflitos e resistências fruto da internalização de diferentes elementos externos associados ao movimento de expansão capitalista no/do espaço e como com elas interagem os sujeitos sociais que vivem no lugar.

Para alcançar esse objetivo, orienta-nos como um fio condutor ao longo de toda a reflexão a seguinte questão:

Quais têm sido as maneiras que os habitantes da Praia do Sono têm adotado para lidar com as transformações que chegam ao território associadas ao processo de expansão da produção/reprodução capitalista do espaço ?

Abordar o processo de (re)produção capitalista do espaço nos permite trabalhar com uma rica pluralidade de exemplos, de sentidos globais do lugar, como nos chama atenção Doreen Massey (1994). O sentido global do lugar se expressa de múltiplas formas a partir das especificidades de cada local, sendo o resultado dessa mesclagem, desse jogo de forças entre o interno e o externo (Santos, 1988), *a preciosidade espacial*. Que é o fruto dessa relação, sempre única, que se manifesta entre o local e o global. Hoje, mais do que nunca, cada lugar, por mais “local” que seja, vai estar, quase sempre, de alguma forma, impregnado de externalidades, de sentidos “globais”. Portanto, concordamos com Santos (1988, p 105) quando coloca que “cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores”. Analisaremos a Praia do Sono nesta perspectiva, como fruto da imbricação dos diversos movimentos e elementos que chegam e partem do território.

A relação entre essas variáveis pode ser utilizada também e para refletir sobre a própria formação do caiçara, como uma mesclagem de diferentes grupos: os indígenas originários, as diferentes etnias de origem africana trazidos no contexto da escravidão para o Brasil e comerciantes europeus. Essa mistura entre distintos grupos étnicos locais e externos, formam o caiçara, esse sujeito

múltiplo, heterogêneo, com saberes acumulados oriundos também dessa mesclagem entre as três origens.

Estamos a todo tempo nos referindo aos habitantes da Praia do Sono como sujeitos. Por isso, desde já explicitamos em que sentido acionamos o termo. Ferreira (2013, p 56) afirma que devemos pensar o sujeito “como um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade, como alguém que tem anseios e que se move através deles, e que se encontra em interação com outros seres humanos, que também são sujeitos”. O autor afirma que a complexidade em torno da categoria sujeito se tornou tão expressiva, que ela acaba por representar simultaneamente tanto a condição de ator, quanto de agente. Revela-se, portanto, o sujeito enquanto aquele que manifesta as condições do ator, aquele que realiza ações, com intencionalidade definida, planejamento, diante de um jogo de forças e promovendo estratégias, quanto do agente, aquele que é um produto do sistema, sujeito às manipulações e alienações. Então, a categoria sujeito abarca a complexidade do ser humano diante da reprodução social, em que, por vezes se assume um papel de ator e por vezes, de agente. A categoria sujeito abarca justamente essa dualidade que se expressa a todo tempo no vivido da vida cotidiana.

Uma vez brevemente apresentado o contexto atual das comunidades caiçaras de Paraty, devemos nos perguntar: mas quem são os sujeitos sociais que habitam esse espaço? Quem são os chamados *caiçaras*? Vamos começar do começo. Segundo Cristina Adams (2000, pg 2), a partir de uma leitura que cita outros diversos estudiosos do universo caiçara:

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara* (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988). ADAMS (2000, p2)

O contexto específico de relativo isolamento e a função portuária de Paraty, abordados por Adams (2000) em diálogo com Diegues (2004), proporcionaram um ambiente favorável à formação da mesclagem cultural de

sujeitos com diferentes trajetórias étnicas, com modos de vida ligados ao extrativismo e mais afastados da densidade social e tecnológica presentes no urbano. Os sujeitos caiçaras foram por muito tempo entendidos enquanto sujeitos ligados a um modo específico de vida, pautado em sua íntima relação com o lugar em que habitam, com conhecimentos passados de geração a geração, através da oralidade, a respeito da vida na terra e no mar. Técnicas de agricultura, conhecimentos sobre diferentes espécies de animais e plantas medicinais, os antigos caminhos de caça e da roça, o mar e suas relações com os ciclos da Lua, as influências dos astros e das estações sobre o calendário pesqueiro, o conhecimento sobre o tempo “só de olhar para o céu”, sobre o mar “só de olhar para as ondas”, o saber fazer compartilhado das casas, das estruturas de pau-a-pique - ou o chamado “barreado” -, da confecção de diversos artesanatos para uso cotidiano, do plantio do aipim, da construção da casa de farinha até seu feitiço, da cesta à canoa caiçara, realizada em mutirão, dentro da mata, a partir da retirada de um único tronco, arrastada somente depois de pronta até a areia, em mutirão. É canoa caiçara, com suas formas próprias para navegação no mar. Da mata para o mar.

Figura 4: Canoa caiçara no VI Festejo Caiçara de Trindade



Fonte: Arquivo pessoal Raízes e Frutos. Outubro/2019.

Todo esse compilado de conhecimentos acumulados de geração em geração através da oralidade e da sociabilidade comunitária específica das pequenas comunidades, ao longo de décadas definiu um modo de vida que se manteve com certa homogeneidade entre as comunidades. Algumas mais

ligadas à pesca, outras mais ligadas à agricultura, mas todas compartilhando desses conhecimentos comuns que por muito tempo moldaram esse modo de vida especificamente caiçara. No entanto, hoje, essas definições não bastam mais. Estão limitadas. Ainda que muitos dos aspectos mencionados acima continuem fazendo parte do cotidiano caiçara, não são suficientes para abarcar o conjunto de complexidades que compõem esses sujeitos atualmente. Tendo o território sul fluminense sido atravessado a partir da década de 1970 por uma série de projetos desenvolvimentistas, os sujeitos que ali habitam foram também, e simultaneamente, atravessados (em diferentes intensidades) por esse modo de produção/reprodução. O que tem como consequência além de transformações no espaço em sua dimensão física, a expansão de um modo de pensar específico pautado no privatismo, expressando a dimensão das transformações simbólicas que, junto às físicas, impactam diretamente os cotidianos comunitários.

Num contexto de ode à modernidade e de um suposto projeto de “integração nacional” -sustentados como discurso para lançar novos territórios à espoliação- durante a ditadura militar-empresarial, ressaltamos a importância que teve a região de Angra dos Reis e Paraty nesse período, que parece ter passado a ser entendida pelo Estado e por grandes corporações (incluindo grandes multinacionais, como a Brascan e a Adela - agência de desenvolvimento na América Latina, que permanecem até hoje causando conflitos e mortes na região, alegando a propriedade da terra³) como uma espécie de receptáculo de grandes projetos de influência nacional, dispostos a varrer as populações e a diversidade ambiental encontrada pelo caminho. Como já mencionado, entendemos que todo esse processo tem como pontapé inicial a inauguração da Rio-Santos, que se consolida como abertura expressiva da região para a territorialização de um capital empresarial, imobiliário, turístico e de veraneio.

Leonilde Servolo de Medeiros, grande estudiosa das questões rurais e agrárias, organizadora da obra intitulada ‘Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro’, publicado em 2018, nos apresenta densos capítulos traçando a história da resistência camponesa por todo o estado do Rio de Janeiro. Fomos presenteados neste livro com os estudos de Iby Montenegro de Silva (2018), que, a partir do diálogo com outros pesquisadores, no capítulo intitulado “Turismo, ação empresarial e

³ No ano de 2016 um jovem de Trindade foi assassinado na comunidade, a ação foi realizada por um policial que prestava serviços a o que é hoje a TDT, antiga Companhia Paraty Desenvolvimento Turístico, união da Brascan com a Adela. A empresa alega que a área de Trindade é de sua propriedade. Notícia: [Comissão Pastoral da Terra - Conflito territorial em Trindade, RJ, resulta em morte de jovem de 23 anos \(cptnacional.org.br\)](http://cptnacional.org.br)

conflitos por terra no litoral sul fluminense” (411-443), nos apresenta a partir de uma perspectiva crítica, a situação da região sul fluminense, chamando atenção para as transformações ocorridas no processo de construção da Rio- Santos e os conflitos pulsantes na região no contexto da ditadura:

A construção da Rio-Santos se iniciou na primeira metade da década de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. Foi neste período que o litoral sul fluminense sentiu de maneira mais contundente os impactos das mudanças sociais e ambientais. Também foi o momento em que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico. (DE SILVA, 2018, p. 419)

As décadas de 1970 e 1980 marcam a consolidação dessa reorganização espacial no sul fluminense, que em seu íntimo, por baixo dos grandes discursos rumo ao desenvolvimento e ao progresso, revela em suas entranhas um movimento contraditório e complexo entre os agentes e elementos internos e externos, num jogo de forças assimétricas entre os diferentes movimentos que chegam ao território, em que alguns são desejados e outros não.

Está posto aqui um dos grandes desafios a que se propõe essa pesquisa, **como captar hoje esse jogo de forças, que permeia há tanto tempo o território, que já se materializou em tensões e resistências de diversas naturezas?** As tensões que surgem dessa mesclagem entre distintas formas de produzir a vida, onde a lógica externa, pautada no individualismo e no privatismo atua sobre a lógica interna comunitária, transformando-a a partir do movimento fruto dos conflitos para permanecer no território, para conter as transformações não desejadas e incorporar novos horizontes de produção da vida, tendo em vista as formas de dominação que se impõem a partir dos mecanismos de *sedução, sujeição e cooptação* inerentes ao modo capitalista de (re)produção. No entanto, mesmo seduzidos, sujeitados e cooptados, os sujeitos resistem, numa relação complexa entre os “benefícios” e os “malefícios” (também mesclados na vida cotidiana) da chegada da “modernidade” através das curvas e desníveis que levam os caminhos da BR-101 à Paraty.

Uma vez expressas as tensões que envolvem os caiçaras hoje, podemos retornar ao lugar, realizando um pequeno resgate histórico que nos situe a

trajetória de Paraty, trazendo uma melhor compreensão sobre as espaço-temporalidades que compuseram os distintos “momentos” do município até a chegada da BR-101. As narrativas geo-históricas em torno da apresentação de Paraty geralmente se encontram associadas aos “períodos” econômicos que o mesmo esteve inserido, buscando compreender os movimentos que levaram às transformações em seu interior e arredores, sendo uma área que obteve, ao longo do tempo, diferentes níveis e razões de importância. Com localização privilegiada entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, antes do turismo surgir como projeto de desenvolvimento para a região, Paraty esteve inserido em distintos contextos econômicos ao longo de sua trajetória. Segundo Neto et al. (2011), no artigo que trata da reconversão econômica da cidade de Paraty:

A caracterização histórica que se segue foi feita com base nos documentos bibliográficos sobre Paraty. Analisando a evolução de Paraty, constatou-se que seus processos de reconversão podem ser delimitados em três períodos: (i) povoamento e urbanização de Paraty: entreposto comercial e rota de acesso ao ouro nas Minas (até o século XVIII); (ii) declínio e esquecimento de Paraty: abertura de novos caminhos por terra e ferroviário para as Minas (entre o século XVIII até o século XX); (iii) ressurgimento e início do ciclo do turismo cultural: abertura da estrada Rio-Santos (a partir da segunda metade do século XX). (NETO ET AL, 2011, p 12)

A reflexão do presente trabalho se preocupa com o que Neto et al (2011) chamam de terceiro processo de reconversão econômica da cidade, pautado na abertura da Rio-Santos e o estabelecimento do “início de um ciclo de turismo cultural”. Não teremos o intuito, aqui, de retomar em detalhes os diferentes momentos que marcam a trajetória sócio-econômica de Paraty. Entendemos que muitos trabalhos já foram desenvolvidos abarcando essa dimensão e que podemos, portanto, nos apropriar desse conhecimento já produzido e disponibilizado, trazendo-os e colocando-os em diálogo com nosso objetivo. Nossa reflexão se preocupa em compreender o processo de adaptação da Praia do Sono diante das transformações mais recentes, ocorridas nas últimas cinco décadas e que, impulsionadas pela inauguração da Rio-Santos, dão início às disputas pelo território e à imposição de uma racionalidade que pouco a pouco vai se tornando dominante. Esse cenário se desdobra em conflitos de diversas ordens, em que os habitantes da Praia do Sono não só reagem, mas resistem às

variadas ameaças e investidas que recebem, articulando respostas coletivas que visam a superação de algumas tensões que estão postas.

No contexto de difícil movimentação pelo espaço, entre matas, mares e rios, o porto de Paraty teve um importante papel para as dinâmicas econômicas coloniais, como local de troca comercial e escoamento de minérios e mercadorias. Os minérios explorados nas Minas Gerais chegavam até o porto de Paraty através do “Caminho Velho”, antiga trilha de origem indígena, apropriada pela colônia para fins comerciais e de circulação, ligando Paraty a Ouro Preto, passando por várias cidades e vilarejos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, em longos dias de difícil viagem. A figura abaixo explicita os traçados com os caminhos utilizados. Em amarelo, ligando Paraty a Ouro Preto, temos a representação do caminho velho.

Figura 5: Caminho velho do Ouro (amarelo), o caminho novo (laranja) e a rota dos diamantes (azul escuro)



Fonte: Relato de viagem no link [um passeio pela Estrada Real \("Caminho do Ouro"\) - Paraty](#)

O contexto de dinamismo e integração de Paraty à economia regional foi enfraquecido com a inauguração do “Caminho Novo” (destacado na cor laranja no mapa acima), que conectava diretamente Ouro Preto ao Rio de Janeiro, dinamizando a locomoção sem passar por Paraty. Esse foi o aspecto responsável por levar Paraty a um período entendido como de “estagnação econômica”, entre 1750 e 1800. Tal aspecto chama atenção para como seu dinamismo estava ligado às questões externas à localidade, sendo sua importância associada à sua função portuária.

Essa dita estagnação econômica perdurou até o momento em que, com o sucesso das exportações de café e aumento da demanda, houve um movimento de crescimento das exportações do grão, que tiveram sua grande frente de produção no Vale do Rio Paraíba. Com o aumento das exportações, Paraty passa a retomar, pouco a pouco, sua importância, uma vez que a localização portuária se torna atrativa para as dinâmicas econômicas regionais novamente. Mais tarde, em 1870, foi inaugurada a ferrovia que liga o Rio de Janeiro a São Paulo passando pelo Vale do Paraíba, o que levou Paraty novamente a um momento de menor dinamismo, uma vez que sua importância econômica continuava associada principalmente à dimensão portuária. Ao longo deste período, foi notável a frente econômica no município ligada à cana de açúcar e à produção de cachaça. Aponta-se que Paraty chegou a ter mais de 250 engenhos. Com a abolição da escravidão em 1888, a cidade passou por uma redução de sua população, ficando relativamente “estagnada” e, conseqüentemente, preservando sua arquitetura colonial que, 100 anos mais tarde, seria fonte de atração de milhares de turistas, diante do novo momento econômico produzido com a inauguração da Rio-Santos e o desenvolvimento do turismo e veraneio na região.

É importante dizer que esse dinamismo, assim como essa dita estagnação estão sendo postos aqui como elementos que buscam traduzir numa escala macro os diferentes momentos que marcam a história de Paraty, a partir das dinâmicas nas quais o município esteve inserido. Importante salientar que, durante todos esses momentos, sejam os chamados de estagnação ou de dinamismo, reconhecemos que pulsavam ali diferentes modos de vida, como os já mencionados indígenas - que estabeleciam contato com povos de origem africana trazidos escravizados, formando mais tarde as comunidades quilombolas que ali prosperam até hoje - sendo a mistura desses povos, somados aos europeus que também ali chegavam, a formação de uma grande mistura, fruto da mesclagem de diferentes origens étnicas, que mais tarde, dá

origem à população caiçara. Entendemos que esses diferentes povos viviam em todo seu dinamismo e que se encontravam, inclusive, como sujeitos que participaram ativamente das dinâmicas econômicas mencionadas, mas que não tem sua história contada pela grande narrativa universal.

Reiteramos que nossa abordagem se iniciará com a Rio-Santos enquanto elemento fundamental que abre os caminhos para a consolidação de um capital que se impõe com força e violência, impondo novas lógicas para as vivências caiçaras, indígenas e quilombolas. A BR-101 será tratada aqui, portanto, como um símbolo que traz consigo a racionalidade do desenvolvimento, do progresso, do novo, do avanço, em contrapartida ao que seria o não desenvolvido, o arcaico, o velho, associados, pelo discurso da modernidade, às formas outras de produção da vida.

Compreendemos que a região já se encontrava inserida na lógica capitalista de produção do espaço muito anteriormente à década de 1950/1960, quando o projeto da Rio-Santos foi anunciado, conforme nos indicam as informações expostas acerca de seus distintos “momentos” econômicos. No entanto, escolhemos a BR-101 como marco por compreendê-la como o pontapé que promove a abertura da região ao capital não mais pautado na produção de alimentos, aguardente ou na escoação de minérios. Não mais apenas como um porto ou um importante entreposto comercial, mas inseridos num contexto de desenvolvimento pautado em outros princípios, colocados pela modernidade, configurando um “segundo momento do capitalismo”, mais radical, “moderno” e voraz. Configurando as ideias em torno de um “Brasil grande” (Faro, 2021) e consolidando o que é hoje um destino turístico a nível mundial. Todo esse processo de expansão foi acompanhado, por de trás dos véus, de uma acelerada urbanização da população residente, em meio à grilagem de terras, expulsão de diversas famílias de seus territórios e uma crescente desigualdade social, que vem inclusive, se materializando hoje na expansão de organizações criminosas locais, inclusive nas áreas costeiras.

1.1 - O caminho até aqui: a trajetória junto ao projeto de extensão “Raízes e Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da península da Juatinga, Paraty/RJ”

A UFRJ e a Península da Juatinga se encontram através do projeto “Raízes e Frutos”: uma vivência nas comunidades caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ”, criado em 2007. O projeto tem início a partir do incômodo de estudantes que frequentavam a região enquanto turistas, diante das diversas tensões que explodiam nas comunidades caiçaras, em sua maioria associadas à insegurança fundiária: casos de grilagem de terras, assédio de grandes empreendimentos turísticos e de veraneio e posteriormente, tensões com as unidades de conservação e com o recente aumento das atividades turísticas e de veraneio. Todos esses elementos externos de alguma forma perturbam ou ameaçam a dinâmica da vida cotidiana caiçara.

O caso específico que estimulou os estudantes a se mobilizarem e darem início ao projeto foi o conflito ocorrido na Praia Grande da Cajaíba⁴, onde, pressionadas por um grileiro local chamado Gibrail Tannus (responsável pela grilagem de terras também na Praia do Sono) e sob constantes ameaças, diversas famílias foram expulsas da comunidade, restando apenas dois núcleos familiares que resistiram à saída e lá permanecem até hoje. O núcleo familiar da Dona Dica e do Seu Altamiro, que vivem atualmente da renda associada às atividades turísticas, mantendo, ainda assim, práticas tradicionais como o feito da farinha caiçara e a roça, além da pesca, mais presente no território como um todo.

O projeto surge com intuito de trazer maior visibilidade às problemáticas presentes no território caiçara para dentro da universidade, buscando, orientados pela Ecologia dos Saberes (Souza Santos, 2007), de um lado, construir apoio técnico e intelectual na busca por resoluções dos conflitos e, de outro, trabalhar a valorização do patrimônio material e imaterial caiçara, buscando o fortalecimento dos sujeitos sociais através do reconhecimento e da valorização de seus conhecimentos tradicionais, como as práticas agrícolas, a pesca, o artesanato e a culinária. O projeto se organiza a partir do diálogo com comunitários e professores, realizando ações a partir das demandas e atividades que chegam e partem do território, que está a todo o tempo sob o olhar de diferentes interesses e diante de constantes transformações, tendo associado a ele um forte caráter de luta e vigília diante dos jogos de forças que ali se impõem.

⁴ Maiores informações sobre esse conflito detalhados no seguinte trabalho de dissertação “Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ” publicado em 2010, por Marina Mendonça, USP/SP. Disponível no link [Dissertação Praia Grande da Cajaíba: Marina Mendonça](#)

Figura 6: Dona Dica, sua casa e seu telhado de sapê na Praia Grande da Cajaíba



Fonte: Arquivo Raízes e Frutos, 2022

Desde 2007 o projeto vem se desenvolvendo, composto por diferentes gerações de estudantes e diante de distintas movimentações no/do território, com os quais vamos dialogando no sentido de pensar possíveis contribuições/articulações. Um dos grandes focos de atuação do projeto é o registro das práticas tradicionais pertencentes ao cotidiano caiçara, que gerou como resultado uma série de curtas disponíveis em nosso canal do Youtube⁵. Cada curta aborda o processo de feitura de uma prática tradicional realizada por um (ou mais) mestre(s) em comunidades da REJ, se configurando como importantes registros que expressam parte do modo de vida e do conjunto de conhecimentos existentes e praticados nos territórios caiçaras, por muito tempo invisibilizados. A série de vídeos publicados sobre as práticas tradicionais são:

Ticote - Pau-a-pique

Seu Altamiro - Arrasto de praia

Seu Manelzinho, Secundino e Dona Anita - Cerco Flutuante

⁵ Canal no YouTube do projeto Raízes e Frutos com todos os vídeos disponíveis. Link para acesso: [Raízes e Frutos - YouTube](#)

Dona Dica - Farinha Caiçara

Seu Francino - Balaio

Seu Maneco - Canoa caiçara

Outro importante momento do projeto ocorreu com a publicação de livros entorno da temática caiçara, recorrentemente utilizados para promover atividades junto à educação diferenciada. Dentre os livros publicados, estão:

Memórias e práticas caiçaras da península da Juatinga

É tudo da roça! Histórias ambiental dos caiçaras da Juatinga (Tainá Miê Soares)

Sistema agroflorestal da Praia Grande da Cajaíba - Reserva Estadual Ecológica da Juatinga, Paraty/ RJ

As plantas medicinais do Pouso da Cajaíba - Registro cultural de uma comunidade caiçara de Paraty, RJ

Além das atividades de registro, com os quais trabalhamos permanentemente no território, tanto com as crianças nas escolas, quanto em momentos da alta temporada, realizando cine-debates buscando conscientizar os turistas acerca do território e de seu histórico, expomos recorrentemente os filmes em encontros culturais, dando continuidade ao trabalho desenvolvido. Os trabalhos de campo se fundamentam na parceria com lideranças comunitárias e com professores das escolas do Sono e do Pouso, resultando no desenvolvimento de atividades conjuntas, realização de cine debates e oficinas. O projeto compõe o núcleo de acompanhamento da educação diferenciada mobilizado pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR - UFF), acompanhando e colaborando com a articulação em torno da luta pela educação diferenciada. A parceria se manifesta também na dimensão da articulação política, com o projeto somando nas lutas e articulações com a Secretaria de Educação de Paraty, buscando se fazer presente em movimentações culturais no território e em Paraty, além de audiências públicas que discutam questões ligadas ao território caiçara. Em nossa atuação frequentemente encontramos limitações impostas pela verba disponibilizada para a extensão universitária, de forma que trabalhos de campo já foram custeados pelos próprios estudantes, a fim de dar prosseguimento aos planejamentos realizados.

Nos últimos anos, o projeto vem se aproximando cada vez mais da Praia do Sono, desenvolvendo atividades junto às lideranças, projetos comunitários e

com a escola, a partir da parceria principalmente com a Iaci Sagnori, professora de língua portuguesa, literatura, inglês e uma das linhas de frente da educação diferenciada na REJ, que faz a educação diferenciada acontecer na prática no cotidiano escolar da comunidade. Além disso, também buscamos nos fazer presentes em oficinas e mutirões, permanentemente aprendendo os conhecimentos presentes no território e trocando com os comunitários, que são em muitos momentos nossos mestres, compartilhando seus saberes-fazeres, suas práticas tradicionais, suas trajetórias de luta e resistência. Para ilustrar, já participamos de oficinas de construção com a técnica do pau a pique com o mestre Ticote no Pouso da Cajaíba, de saneamento ecológico com Jadson e Ticote na Praia do Sono, de telhado de sapê e remo caiçara com o mestre Manequinho da Sumaca, de feitura de rede na Praia do Sono, de bioconstrução e trabalho com bambu também na Praia do Sono, para construção da sala do Estúdio Água-Viva, projeto de artes realizado por muitas mãos comunitárias da Praia do Sono, idealizado por um talentoso artista local que trabalha com as crianças a partir de elementos do cotidiano caiçara.

Figura 7: Oficina de construção de telhado de sapê com Manequinho, Praia da Sumaca.



Fonte: a autora, 2022.

Figura 8: Oficina de balaio. Momento da retirada do cipó na floresta. Praia do Sono



Fonte: arquivo pessoal Raízes e Frutos, 2022.

Em 2018, realizamos um evento na UFRJ em comemoração dos 10 anos de existência do Raízes e Frutos. O evento contou com a participação de lideranças caiçaras do Pouso e do Sono, a professora de ciências de ambas as comunidades, antigos membros fundadores do projeto, membros atuais, professores e pesquisadores de outras universidades que se debruçam sobre a temática caiçara. Dentre as temáticas, foram abordados os saberes tradicionais presentes no território, o movimento pela educação diferenciada e debatido o território e autonomia diante dos conflitos da REJ. O evento, chamado “Raízes e Frutos 10 anos: Lutas e trajetórias” foi marcante e simbólico por promover um momento diverso de rica troca, mas também emocionante no sentido de resgatar os 10 anos de trajetória do projeto e seu trabalho junto às comunidades, com a presença de diversas pessoas que construíram, cada um, parte desse caminho. Para aqueles que tiverem interesse, os registros das mesas que compuseram o evento se encontram disponíveis no canal do Youtube do projeto.

Figura 9: Encerramento do evento “Raízes e Frutos 10 anos: Lutas e trajetórias”



Fonte: Arquivo pessoal Raízes e Frutos, 2018.

Pensando a dimensão da produção acadêmica, o projeto gera um volume considerável de trabalhos apresentados, artigos, monografias, trabalhos de conclusão de curso e dissertações publicadas, colaborando com a produção científica da região, que, tão rica e dinâmica, está sempre atualizando-se e fazendo pulsar novos questionamentos.

É importante destacar o papel formador que o projeto teve ao longo de minha trajetória. Sendo o primeiro contato com comunidades que se auto afirmam tradicionais, vinda de uma juventude urbana, me recordo das estranhezas iniciais e da ansiedade do primeiro trabalho de campo. Ainda que esse não tenha sido o primeiro contato com o território, que foi marcado pela condição de turista descontextualizada, com 17 anos, na virada de ano de 2014 para 2015, acampando na Praia de Martim de Sá. Comunidade composta por um grande núcleo familiar, que tinha como liderança o doce e ligeiro Seu Maneco, que nos deixou há pouco tempo, com uma trajetória marcada pela reconhecida luta que travou pelo seu direito de permanecer no território, contra os grileiros da terra⁶.

⁶ Reportagens versando sobre a disputa judicial e a luta pela permanência de seu Maneco e sua família em Martim de Sá, Paraty/RJ: [Caçaras conseguem garantir na Justiça direito de permanecer em praia em Parati \(RJ\)](#) e [Família caçara de Paraty ganha o direito de permanecer em reserva ambiental - Rede Brasil Atual](#)

Dissertação de mestrado defendida por Ricardo ‘Papu’ Martins Monge, em 2012, abordando o conflito fundiário em Martim de Sá, intitulada “‘Nascido e criado’: a ocupação tradicional da família dos remédios, uma comunidade ‘caçara’”, como sugestão de pesquisa para quem deseja se aprofundar acerca da temática de Martim de Sá. Disponível em: [\(PDF\) “NASCIDO E CRIADO”: A OCUPAÇÃO TRADICIONAL DA FAMÍLIA DOS REMÉDIOS, UMA COMUNIDADE “CAÇARA” – PENÍNSULA DA JUATINGA, MUNICÍPIO DE PARATY/RJ Niterói | Papu Ricardo Martins - Academia.edu](#)

Seu Maneco era daqueles tipos raros, que compartilhava gentilmente seus aprendizados em forma de ensinamento a todos aqueles que passavam pelas areias de Martim de Sá e se interessavam em trocar uma prosa com ele, sempre tranquilo. Mas não vá tocar música na cozinha comunitária após as 22h! Se não, correria o sério risco de ver Seu Maneco perdendo as estribeiras! Sua história, suas lutas, ele os abria para o mundo, enquanto olhava o horizonte em meio às ondulações do mar, deitado em sua rede caiçara. Doces memórias de Martim de Sá...

Ainda antes de mergulhar no pensamento geográfico através da universidade, me recordo das indagações que me fazia enquanto durava a viagem de fim de ano, em uma belíssima praia, com centenas de jovens acampados em meio às poucas e pequenas casas que compunham o núcleo familiar de seu Maneco. Como uma única família mantém esse lugar? Como organizam o turismo? O que fazem com todo o lixo que as pessoas trazem? Toda essa terra pertence a eles? Como vivem durante a baixa temporada? Como se sentem diante da presença de tantos estranhos em sua casa? Essas eram algumas das questões que me perturbavam, enquanto era mais uma desfrutando daquele lugar, ainda que sem compreender muito bem tudo o que ele era. E sem imaginar o que ele se tornaria, em meio a afetos, trocas, experiências e muitos aprendizados.

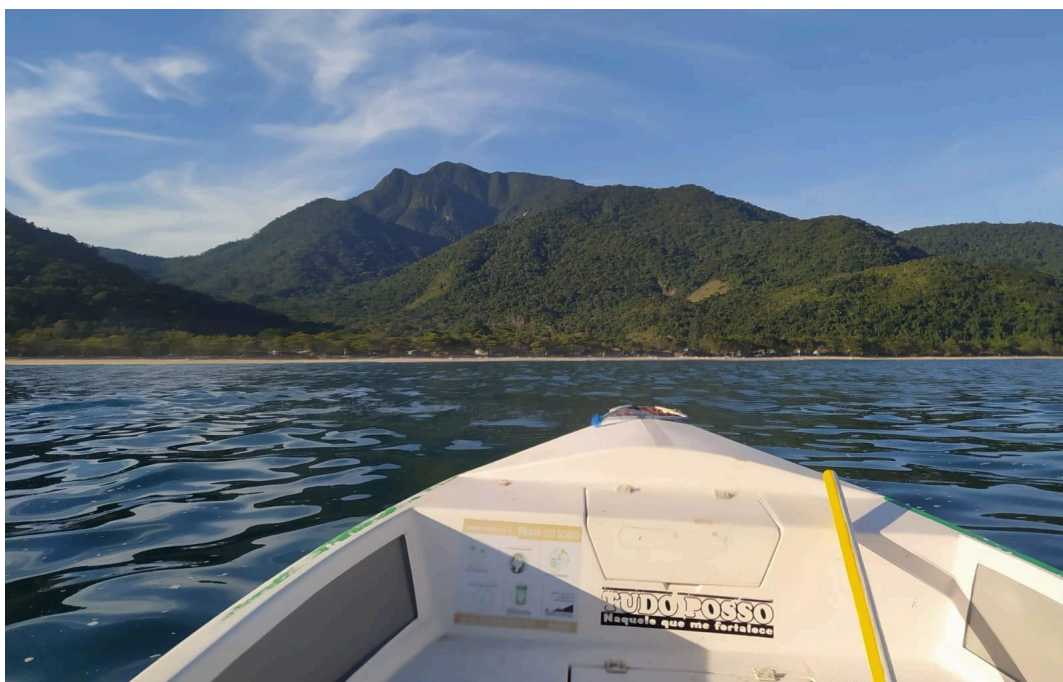
Passado algum tempo, inicio o curso de Geografia da UFRJ e passo a integrar o projeto Raízes e Frutos, em 2017. Não podia acreditar que existia um projeto na universidade voltado a trabalhar com as comunidades caiçaras que habitam aquela região belíssima e intrigante onde passei o ano novo. Quem poderia imaginar? Entre leituras, conversas com participantes mais antigos, trabalhos de campo, observações e trocas com os comunitários, com o tempo, algumas das questões que me fiz em 2015 passaram a ter algum horizonte de resposta.

Nos anos que integrei o projeto, buscamos expandir nossa atuação, até então muito voltada para o Pouso da Cajaíba e a Praia Grande da Cajaíba, para a comunidade da Praia do Sono, maior comunidade da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ). A Praia do Sono, além de ser a maior comunidade em número de habitantes e em dimensão geográfica, carrega mais uma singularidade em torno da sua localização, ela é a última comunidade abarcada pela REJ na direção Rio - São Paulo, sendo separada da comunidade caiçara de Trindade pela presença imponente e conflituosa do condomínio Laranjeiras. Esse condomínio faz parte da ofensiva espoliadora pulsante no período da

ditadura militar empresarial, que se dá através do uso da força e da violência como método de avanço do capital sobre os territórios. Retornaremos a esse tema mais adiante.

Em 2018 foi realizado um trabalho de campo na Praia do Sono que teve um papel fundamental no despertar de algumas questões. O trabalho de campo foi realizado entre 4 ou 5 dias. Por motivos de calendário e dificuldades para conseguir transporte para o campo, chegamos alguns dias antes de um grande feriado. Sabíamos que isso implicaria algumas limitações para nosso trabalho, uma vez que durante os feriados, assim como na alta temporada, a maior parte da comunidade se ocupa em função das atividades associadas ao turismo e pouco tempo resta para prostrar. Mas nós não perderíamos por esperar.

Figura 10: Chegando na Praia do Sono de barco



Fonte: A autora, 2022

Estar na Praia do Sono nas vésperas de um feriado propiciou justamente que o grupo estivesse imerso na significativa transformação espacial que passaria a comunidade, literalmente, no intervalo de um dia para outro. Entre a aparente tranquilidade comunitária dos dias comuns, o movimento das ondas e dos pescadores conferindo o cerco⁷, o ir e vir dos barqueiros trazendo suas

⁷ O cerco flutuante é uma técnica de pesca artesanal em que é possível realizar a captura dos seres aquáticos mesmo sem haver uma pessoa presente de forma constante lá, a partir da tecnologia de uma montagem específica da rede de pesca. Funciona como uma armadilha onde os peixes ficam presos e, ao realizar a visita ao cerco, tira-se apenas o que será necessário para comer e o que será destinado à comercialização, sendo os filhotes ou outras espécies não consumidas devolvidas ao mar sem prejuízos, conformando a pesca artesanal e

compras e familiares, as crianças indo e voltando para a escola, o horário pontual da missa, o cheiro de almoço, os movimentos cotidianos pareciam se apresentar como eram. Até que começa o primeiro dia do feriado e rapidamente um ir e vir de pessoas que, por algumas razões, não pareciam dali, tem início. Entre grandes mochilas, sacolas de mercado, isopores com bebidas, barracas de camping e caixas de som, uma movimentação diferente se impunha na comunidade e rapidamente, os caixaras pareciam sumir daquela paisagem enquanto reapareciam atrás dos balcões.

Figura 11: Camping na Praia do Sono



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Janeiro, 2020.

Vivenciar essa transformação na Praia do Sono, que se manifesta de forma intensa pela já mencionada facilidade de acesso e a variedade existente de opções de hospedagem, acompanhar o processo de transformação do espaço com a chegada do feriado, já atravessada por ensinamentos proporcionados pela experiência no Raízes e Frutos e pela Geografia, foi um acontecimento que me trouxe inquietações. Retornei para casa, mais uma vez, com questões pulsantes, que permaneceram, me estimulando a desenvolver posteriormente o meu trabalho de conclusão de curso intitulado “A atuação do turismo na produção do espaço na Praia do Sono”. Muitos assuntos que me

a manutenção da sobrevivência das diferentes espécies, diferentemente da pesca predatória que assola o território marítimo de Paraty.

inquietaram ao longo do TCC, sem saber, estariam presentes aqui de forma mais profunda, em busca de uma essência que às limitações analíticas de um curso de graduação não nos permitem desvendar.

Hoje, com o olhar um pouco mais amadurecido pela experiência que vem sendo adquirida com o mestrado, percebo que a problemática dos **conflitos e resistências fruto das transformações impostas pelo processo de (re)produção capitalista do/no espaço**, de certa forma, já se encontrava como pano de fundo presente na escrita do TCC. Em diversos trechos das entrevistas que realizei -as quais serão em diversos momentos aqui aproveitadas- buscava investigar transformações que tinham como essência justamente este processo de reprodução do espaço. No entanto, me faltava a maturidade acadêmica e os instrumentos teórico-metodológicos que me permitem aqui, humildemente buscar investigar mais a fundo essa problemática e enxergá-la para além das representações, que nos revela que a essência das tensões estão para muito além do que simplesmente o “turismo”. E que as atividades e tensões que conformam o turismo, na realidade, se configuram como parte e face de um projeto maior, que tem nele uma de suas frentes de expansão e reprodução.

Figura 12: Realização de entrevista para o TCC com liderança da Praia do Sono



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Janeiro de 2020.

Finalizando o trabalho de conclusão de curso no ano de 2020, é chegada a pandemia da Covid-19, que, desregulando os tempos individuais e coletivos

(Souza Santos, 2021, p15), traz consigo algo inédito para o território caiçara. Pela primeira vez, aquela produção do espaço atravessada diretamente pela presença das atividades turísticas, que vem se dando de forma contínua e crescente desde a década de 1990, alterando as dinâmicas espaciais e a racionalidade comunitária sofre uma suspensão, com a necessidade do isolamento social e o posterior movimento de fechamento do território realizado pelas comunidades Trindade e Praia do Sono. Em poucos meses, o que estava pesquisando se transformava diante dos meus olhos e se impunha uma nova lógica sobre aquele cotidiano. A fim de ingressar no mestrado, essa temática parecia se impor de forma direta e senti que, de alguma forma, não tinha como mergulhar em outro lugar. Paraty seguia sendo meu mar.

O Raízes e Frutos acompanhou o cenário de pandemia nas comunidades da península da Juatinga, realizando arrecadações financeiras e lançando uma rifa com livros do projeto para destinar à comunidade para feitiço de máscaras de maneira local, a partir do trabalho das costureiras comunitárias. Nesta movimentação foram arrecadados mais de R\$1.500,00 que foram integralmente enviados para a produção de máscaras na Praia do Sono e no Pouso da Cajaíba e de lá distribuídas também para outras comunidades próximas. Além disso, quando iniciado o processo de fechamento, inicialmente de Trindade e posteriormente da Praia do Sono, realizamos uma live⁸ em agosto de 2020, com comunitários de Trindade, da Praia do Sono e da Praia do Bananal (Ilha Grande), intitulada “Território caiçara, turismo e pandemia”.

⁸ Live intitulada “Territórios Caiçaras, Turismo e Pandemia”, disponível no canal do Youtube do Raízes e Frutos, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=LfOIWDLeKk0>

Figura 13: Print screen da tela do YouTube durante a exibição da live: Territórios Caiçaras, Turismo e Pandemia



Fonte: Arquivo pessoal da autora, vídeo disponível no canal do YouTube do projeto Raízes e Frutos, link disponível na nota de rodapé da página acima.

Na *live*, realizada durante um dos períodos mais críticos da pandemia, foram compartilhadas as medidas de enfrentamento estabelecidas, as dinâmicas das redes de solidariedade entre os territórios e a mobilização em torno das *barreiras da vida*. Acompanhando as articulações do território e aprofundando as informações com as trocas proporcionadas pela *live*, em que atuei como mediadora, o interesse de registrar e investigar esses movimentos, compreendendo-os como mais um episódio da resistência caiçara, diante das pressões externas e internas que se impunham, se aprofundava cada vez mais. Tudo me levava a crer que o meu tema de investigação para o mestrado estava posto. Estava analisando como o turismo influenciava nas transformações e na maneira de produzir o espaço naquela comunidade e, de repente, chega a pandemia, alterando a forma com que aquele espaço é produzido e incitando a necessidade de novas movimentações dos sujeitos para lidar com aquele momento tão complexo e desafiador.

Gostaria de compartilhar um caso determinante para o andamento desta dissertação e que se relaciona com o movimento de fechamento do território⁹

⁹ Lembrando que esse “fechamento” do território é sempre relativo, pois nunca há um fechamento por completo. Pode haver um fechamento físico, mas no que tange ao campo simbólico, mesmo o fechamento físico gera abertura de possibilidades, para usar os termos de Massey (2005).

mencionado. Quando começamos a troca entre orientanda e orientador, no final do ano de 2021, após passar por mudança de orientação após 1 ano de mestrado, apresentava entusiasmadamente minha proposta de pesquisa como voltada para a abordagem específica deste movimento de fechamento realizado pela Praia do Sono durante a pandemia, às barreiras da vida. Me recordo de apresentar o projeto de pesquisa, quando João me questionou de onde teria se originado esse movimento, porque ele se manifestava especificamente em comunidades como Trindade e Praia do Sono e se eu pensava que qualquer comunidade seria capaz de realizar tal articulação. Manifestei que eram comunidades que possuíam um denso histórico de tensões, conflitos e resistências, que suscitaram ao longo do tempo a necessidade de diversas formas de organização coletiva, que, ao meu ver, justificam a rápida capacidade de resposta oferecida por elas. Alí alcancei a “pulga atrás da orelha” que João queria me despertar.

De distintas formas, em cada uma das comunidades, toda essa experiência acumulada ao longo do tempo, de enfrentamento de tensões envolvendo diferentes atores e situações, influenciava diretamente na capacidade de rápida resposta e movimentação autogestionada realizada durante os meses de fechamento. Por isso, eu não poderia me debruçar apenas sobre as barreiras da vida de 2020. Porque elas não se explicam por si mesmas. Elas compõem um leque de uma longa trajetória de enfrentamentos.

Com isso em vista, naturalmente, enquanto investigava a trajetória da Praia do Sono e tantos episódios de tensões e resistência surgiam, o fechamento acabou se tornando uma questão secundária da pesquisa, uma vez que percebemos que a questão central estava no processo, no movimento. O fechamento do território durante a pandemia é um dos momentos desse processo. Portanto, compreendemos que todas as tensões que chegam de fora para dentro expressas nas espaço-temporalidades do terceiro capítulo e as resistências propositivas expressas de dentro para fora ao longo do quarto capítulo contam grande parte da trajetória da Praia do Sono, nos fazendo encará-la enquanto um território de resistência e r-existência, sendo o fechamento, portanto, mais um momento, mais um episódio de resistência que compõe essa trajetória, a qual nos propomos a investigar.

No que diz respeito às minhas motivações individuais para desenvolver essa pesquisa, partem, além da vontade em continuar trilhando o caminho percorrido, em que tive o privilégio de escutar tantas vozes, tantas histórias de vida, de resistência, com as quais tanto pude aprender sobre as relações

humanas, sobre a preciosidade da simplicidade, mas também sobre as urgências que inquietam. Passa pelo verdadeiro interesse nas complexas questões que surgem do território. Pelas dores e delícias que sempre compõem o desafio de busca por captar essa diversidade de tensões a partir dos instrumentos teóricos e metodológicos que a ciência geográfica nos oferece, expandindo nossa percepção e nossa capacidade analítica sobre o real, que, arredo, sempre nos escapa.

Para a ciência geográfica, entendo que essa pesquisa contribui em diversos sentidos. Na tentativa de captar relações que podem ser lidas através de tantas categorias da geografia, somando para refletir acerca da diversidade de usos que podemos fazer ao nos apropriar dos conceitos como espaço, território e lugar e a ampliação analítica que pensar o real segundo essas dimensões conceituais nos trazem. Contribui enquanto pesquisa que investiga tensões, conflitos, resistências e contradições profundas em torno do modo de produção no qual estamos inseridos, evidenciando em muitos momentos seus aspectos bárbaros, como atuam na transformação das subjetividades dos sujeitos sociais, evidenciando a trajetória de uma comunidade que encontra formas de re-existência, alinhando-as com a busca por uma melhor inserção neste perverso modo de vida que nos é imposto.

Os embates vividos pelos diversos povos tradicionais do Brasil são um campo que a Geografia do presente deve se comprometer a investigar, pois acredito que seu olhar tem muito a contribuir para a construção da justiça social, que passa diretamente pela produção do espaço e pelo reconhecimento da multiplicidade e da diferença, conforme nos evidencia Massey (1994). Contribui enquanto pesquisa que investiga o cotidiano e suas transformações, compondo trajetórias que foram postas às margens pelo sistema mundo moderno-colonial (Mignolo, 2005).

1.2- Semeando novos frutos ...ou... Do que se trata o aqui?

A partir da presente discussão realizada até aqui e dos já explicitados objeto, objetivo e questão geral propostos pela pesquisa, será daqui em diante apresentado a forma de estruturação do trabalho, o percurso teórico-metodológico de cada capítulo e o que cada um priorizará em sua análise em termos de teoria e empiria.

O segundo capítulo, intitulado “Buscando integrar empiria e teoria: por quais caminhos seguir?” tem como objetivo **apresentar a trajetória de busca**

pela integração entre a empiria e a teoria, explicitando a linha de pensamento adotada e os caminhos e procedimentos escolhidos para desenvolvê-la. Nesse sentido, será apresentada em primeiro lugar uma discussão a partir de Kosik (1976), Lefebvre (2006) e Zago (2013), buscando explicar a partir de que ponto de vista parte nossa compreensão sobre a totalidade (aberta), sobre as representações e o “real”, abordando os desafios inerentes à tentativa de captá-lo e compreendê-lo ao longo da vida cotidiana. Mesmo com a possibilidade de um olhar “concreto” para o “real”, é necessário lembrar a impossibilidade de captação completa da totalidade, uma vez que, quando se pensa tê-la alcançado, os ventos já sopraram e o real já se modificou, já foi transformado no constante movimento intrínseco a esse espaço-totalidade-aberta. O capítulo será subdividido em duas partes, uma em que nos debruçamos na busca por um método e um diálogo profícuo entre os autores (2.1) e outra, nos procedimentos de investigação (2.2).

Dando prosseguimento, apresentamos as duas grandes pesquisadoras que serão referenciadas para pensar o espaço, seu processo de produção e reprodução, Ana Fani Alexandre Carlos (2011), bastante influenciada pelo pensamento de Henri Lefebvre, e Doreen Massey (2005). Essas duas autoras terão suas interpretações postas em diálogo, buscando avançar nas potencialidades que encontramos ao articular a perspectiva do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução social de Carlos (2011) com o espaço aberto, fruto das inter-relações, múltiplo e em devir da Massey (2005).

A articulação entre essas duas maneiras de compreender o espaço nos oferecem bases para pensar a importância que tem o espaço hoje para a reprodução do capital, reprodução essa que se choca com o espaço da coexistência da multiplicidade. Nos oferecem caminhos para explorar as complexidades que envolvem pensar o espaço em suas transformações, rupturas e permanências diante do avanço da expansão do modo de produção/reprodução capitalista. Essa temática, como já referido, é o grande pano de fundo de nossa pesquisa. Nos fundamentam também na análise das resistências que essa expansão encontra em seu caminho, delineando a contraditória relação marcada por forças assimétricas entre o interno e o externo, entre o que do interno será preservado e o que do externo se internaliza, reconfigurando as relações e acentuando as contradições, uma vez que muitos aspectos do externo são desejados e valorizados, mas que, consigo, trazem aspectos não desejados, que vão de encontro um ao outro, reconfigurando as relações sociais comunitárias na/da Praia do Sono.

Avançando em nossa discussão teórica, a partir de Rogério Haesbaert (2014) e Valter do Carmo Cruz (2010) refletimos o processo de escolha dos conceitos e o diálogo entre os mesmos, a partir da ideia proposta por Haesbaert, da constelação de conceitos (2014). Nessa representação, o espaço ocupa o lugar do astro rei - o Sol - com todo seu grande potencial de esclarecimento, que é multiplicado ao iluminar os conceitos-planetas, que estariam orbitando ao seu redor, cada um com seu potencial específico de iluminação (esclarecimento), sendo esse apenas possível na medida em que os conceitos-planetas se encontram conectados, indissociavelmente de seu astro rei, o espaço-Sol. Colocamos essa perspectiva em diálogo com a proposição de Cruz a partir da metáfora da caixa de ferramentas (Cruz, 2010), em que compreendemos cada conceito como uma ferramenta, que será de maior valor ao ser utilizada/acionada para as finalidades/assuntos a que melhor responde. Sempre levando em consideração a dimensão política da escolha e do uso de cada conceito. Cruz (2010) também defende a articulação entre os diferentes conceitos, destacando que a escolha sobre o uso de cada um trata de um enfoque, de uma focalização do olhar. Pode-se afirmar, portanto, que são sistemas abertos, passíveis de diálogos e articulações entre os diferentes conceitos que vão sendo integrados a cada reflexão.

Após explicitar a perspectiva que adotamos no acionamento e diálogo entre os conceitos, tendo a reprodução do espaço capitalista como fundo que nos acompanha a todo tempo, nos debruçamos sobre a categoria do cotidiano. O cotidiano nos acompanha estimulando a percepção acerca de como se expressam no plano do vivido o conjunto de tensões e conflitos experienciados. Assim como as resistências promovidas pelos habitantes da Praia do Sono, diante dos diversos elementos e movimentos que continuamente interferem e alteram o cotidiano comunitário. Partimos das reflexões de Agnes Heller (1970), Henri Lefebvre (1981), José Paulo Netto e Maria do Carmo Falcão (1989).

Apresentamos também a perspectiva da socióloga Silvia Cusicanqui, que reflete sobre o processo das múltiplas mesclagens que conformam os sujeitos sociais da América Latina. Com uma perspectiva positiva que raramente é atribuída aos conflitos e contradições, sua abordagem os apresenta enquanto elementos permanentes, que não tendem a um “equilíbrio”. As reflexões postas pela autora tiveram um papel fundamental no direcionamento de nossa pesquisa, uma vez que atuaram como um nexo aglutinador de nossas reflexões, evidenciando os conflitos, tensões e contradições enquanto elementos

permanentes no processo de reprodução capitalista do espaço, promovendo múltiplas formas de dominação e apagamento simultâneas.

Nos apoiaremos também para pensar o processo de expansão e produção capitalista do espaço em Paraty na atualidade da acumulação por espoliação, segundo as reflexões propostas pelo geógrafo David Harvey, em sua obra 'O novo imperialismo' (2003). Enfatizamos esse modo de acumulação enquanto perspectiva atual que possibilita abertura de novos espaços para reprodução do capital. Compreendemos que esse método foi utilizado ao longo do processo de expansão da modernidade para Paraty, colocando enquanto ativos disponíveis para o capital milhares de hectares ocupados por distintos povos tradicionais.

A territorialização do capital em Paraty se deu em meio a conflitos de natureza diversas, com muitas histórias de resistência camponesa, caiçara, indígena e quilombola, consistidas na luta pelo reconhecimento do direito de permanência na terra, diante de lutas com grileiros, com o Estado e com o capital imobiliário, pela manutenção do seu modo de vida e de seus saberes e práticas tradicionais de uso da terra e pelo acesso a serviços públicos, alinhados a um reconhecimento e diálogo com os conhecimentos tradicionais, como no caso das medicinas naturais e a criação do currículo escolar diferenciado, fazendo jus ao cotidiano caiçara, ao vivido do lugar. São lutas que marcam a batalha atual travada por muitos grupos e movimentos sociais contra a colonialidade do saber (Lander, 1993), que impõe a racionalidade e o conjunto de saberes ocidentais como os mais válidos e preponderantes sobre outras formas de conhecimento. A luta contra a colonialidade do saber entra em diálogo com o que propõe a já mencionada Ecologia dos Saberes (Sousa Santos, 2007), que defende o contato e a troca entre as diferentes formas de conhecimento. Um conjunto de demandas e bandeiras de luta que podem ser entendidas, de forma geral, como a luta contra a imposição de um modo de vida e a transformação total do cotidiano.

No terceiro capítulo, intitulado **“Espaço-temporalidades que tensionam a comunidade caiçara da Praia do Sono: entre estradas, grileiros, condomínios privados, unidades de conservação e atividades turísticas”** realizaremos um movimento de retorno para pensar o contexto geo-histórico de expansão da produção/reprodução capitalista do espaço em Paraty e como isso se expressa na Praia do Sono. O objetivo do capítulo é analisar **algumas formas como os habitantes da Praia do Sono têm seus cotidianos alterados através do processo de reprodução capitalista do espaço, que chega até a**

comunidade nas últimas cinco décadas na forma de ameaças de distintos elementos externos. Nos interessa tanto compreender o processo de chegada desses elementos quanto como com eles se relacionam os sujeitos que vivem no lugar. Essas investidas estão aqui expressas na forma de espaço-temporalidades, buscando compreendê-las separadamente para fins de análise, mas partindo da perspectiva que no plano do vivido cada novo elemento externo que chega ao território se soma à complexa trama de relações existentes entre elas. Partiremos do nosso marco temporal, como já mencionado, a inauguração da BR-101, que marca a abertura e consolidação do capital financeiro voltado para o desenvolvimento do setor imobiliário e de um turismo de luxo e veraneio. Para nos auxiliar na reflexão acerca dessa metamorfose fruto dessa expansão da reprodução capitalista no/do espaço, nos apoiaremos nas categorias interno e externo (Santos, 1988), que nos dão instrumentos para melhor compreender esse jogo de forças assimétricas, essa mesclagem que resulta no dito sentido global do lugar (Massey, 1994).

O terceiro capítulo se subdivide acompanhando as espaço-temporalidades que tensionam a Praia do Sono, sendo elas:

3.1 A chegada da Rio- Santos e a “descoberta do paraíso”

3.2 Grilagem de terras na Praia do Sono: o caso Gibrail

3.3 A territorialização do condomínio Laranjeiras

3.4 A questão das Unidades de Conservação

3.5 O processo de incorporação das atividades turísticas no cotidiano caiçara

Nosso pano de fundo analítico neste capítulo, envolvendo disputas assimétricas pelo espaço, distintas relações de poder e formas de dominação será a dimensão de território como proposto por Haesbaert (2014), no qual se destacam as dimensões funcional e simbólica. Embora essas duas dimensões possam ser nitidamente percebidas em nossa área de estudo, reiteramos que devem ser analisadas integradamente em seu processo de apropriação pelo capital em territorialização, expondo muitas das contradições em análise. Partiremos dessa noção de território para pensar os conflitos que se manifestam na Praia do Sono como resposta aos elementos externos que incidem sobre ela, tensionando-a de distintas formas.

O nosso quarto capítulo, intitulado “**Articulações e resistências comunitárias na Praia do Sono**”, tem como objetivo **retomar processos de**

resistências realizadas pelos habitantes da Praia do Sono, buscando compreender a importância que a dimensão da memória vem tomando como mobilizadora de novos horizontes para a comunidade. Esses processos expressam simultaneamente, tanto o movimento permanente de defesa e reafirmação do direito ao território caíra quanto a tensão que envolve a luta por uma melhor inserção ao modo capitalista de reprodução da vida, pautado na criação de formas de r-existência menos subalternas e mais autogestionadas.

O capítulo é dividido em alguns momentos. Após retomar algumas ideias estruturantes, para abordar as resistências foi necessário criar um nexo aglutinador conectando os aprendizados adquiridos com os conflitos e enfrentamentos expressos nas espaço temporalidades do terceiro capítulo, com a articulação coletiva que passa a ser organizada em múltiplas dimensões na/a partir da Praia do Sono, as quais expressamos ao longo do trecho 4.2 sendo eles:

4.1 - Retomando algumas ideias estruturantes

4.2 - A complementaridade construída na luta: Comunidade, associativismo, movimento social e pensamento científico - A ecologia de saberes fortalece o território!

4.2.1- Comunidade e associativismo na Praia do Sono: A raiz fincada no solo alimenta o tronco¹⁰

4.2.2- O Fórum das comunidades tradicionais e o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: O tronco cresce e anuncia flores!

4.2.3 - Das flores surgem os frutos da complementaridade na luta: a multiplicidade presente na luta expressa no movimento pela educação diferenciada

Após explicitar a trajetória de articulação coletiva organizada desde o associativismo comunitário até a forma de movimento social regional, encaminhamos os “frutos da complementaridade na luta”, expressando a partir

¹⁰ “A raíz, O tronco, Flores e frutos” como subtítulos foram inspirados no sumário do livro “O território Pulsa” (Gallo e Nascimento, 2019)

da movimentação pela educação diferenciada como essa complementaridade entre múltiplos sujeitos em luta encaminha movimentos de resistência propositiva do/para o território. A partir dessa perspectiva, observamos como os movimentos pelo turismo de base comunitária, a luta pela educação diferenciada e o fechamento do território durante a pandemia carregam em suas bases o acionamento da memória comunitária em sua dupla dimensão: as memórias de luta e dos saberes-fazer-territorializados, que passam a ser ressignificados, principalmente no contexto da educação diferenciada e do TBC. Esses movimentos, além de resistências que propõem encaminhamentos para a abertura de um futuro não subalterno, são r-existências, uma vez que, ao mesmo tempo que resistem à transformação completa de seu modo de vida, r-existem, criando novos sentidos e significados, abrindo possibilidades para que suas trajetórias sigam territorializadas, não somente no plano físico, mas também simbólico. Para desenvolver essa abordagem julgamos necessário realizar a seguinte organização de nosso ponto 4.3:

4.3 - Ativando a memória, ressignificando as práticas: o turismo de base comunitária e a educação diferenciada como movimentos de resistência complementares na reafirmação do território e como horizonte de fortalecimento da autogestão comunitária

4.3.1 Compreendendo o Turismo de Base Comunitária segundo distintas concepções

4.3.2 Ativando a memória, ressignificando as práticas: O movimento pelo Turismo de Base Comunitária na Praia do Sono

4.3.3 Ativando a memória, ressignificando as práticas: O movimento pela educação diferenciada na Praia do Sono

4.4 Construindo novas memórias de resistência: O movimento de fechamento do território durante a pandemia da Covid-19

Para construir essa abordagem partiremos da perspectiva do lugar como espaço do pertencimento construído através do vivido a partir das reflexões propostas por Massey (2008). Sua abordagem apresenta a perspectiva do lugar enquanto o encontro das múltiplas trajetórias, como essas mesmas disputam diferentes horizontes para a realização da vida e como devem encontrar, dentro de suas divergências, espaços de negociação. Enfatiza o não planejado, não

programado, o estar-por- vir inesperado, fruto desses encontros diversos que nada carregam de homogêneo. Pelo contrário, o espaço da multiplicidade preconizado por Massey reflete no lugar da diversidade, onde os antagonismos, as tensões e os conflitos fazem parte dos desafios que são colocados, justamente, pelo desafio de nosso acabar-juntos.

Nos chama atenção a abordagem de Massey para refletir sobre, como nos momentos de antagonismo e conflito, se manifesta a necessidade de realização da política, do “fazer política com”. Massey (2008, p 219) chama atenção para a colocação de Jean Luc Nancy, que “oferece a noção do político como: uma comunidade sofrendo, conscientemente, a experiência de seu compartilhamento” (1991, p.40). Queremos compreender, portanto, como os habitantes da Praia do Sono vem experimentando o político e sua experiência de compartilhamento, promovendo resistências propositivas que encaminham possibilidades abertas de futuro prefiguradas pelos caiçaras, encaminhando propostas alternativas de inserção à lógica que está posta incorporando nessas possibilidades a multiplicidade e a diferença que, em movimento, os caracteriza, como expressas na articulação pelo turismo de base comunitária, na luta pela organização diferenciada e no fechamento do território realizado durante a pandemia de Covid-19.

2 - Buscando integrar empiria e teoria: por quais caminhos seguir?

Como já apresentamos no capítulo anterior, percebe-se claramente a mudança da nossa perspectiva em relação à problemática que estudamos: de início uma aproximação com tal problemática muito pautada apenas pela empiria apoiada num olhar “genérico”. E, posteriormente, na medida em que o trabalho é realizado (e se realiza a si próprio), múltiplas portas/desdobramentos vão se apresentando e, por vezes de maneira inesperada, vão se desenhando rumos que nos aproximam cada vez mais, mas desigualmente, da problemática por nós estudada.

A presente digressão teórico-metodológico-conceitual tem por fim demonstrar que na empiria em análise estão presentes muitos elementos e sentidos que são manifestados nas bases conceituais adotadas e pelos autores escolhidos que serão elencados a seguir. Para dar início ao nosso debate retomamos o objetivo geral do nosso trabalho: *Analisar as transformações espaço temporais na Praia do Sono, em Paraty/ RJ, tendo em vista o conjunto de conflitos e resistências fruto da internalização de diferentes elementos externos associados ao movimento de expansão capitalista no/do espaço e como com elas interagem os sujeitos sociais que vivem no lugar.*

Tendo em vista criar as bases e estabelecer os diálogos que nos permitam alcançar o objetivo geral pretendido (ou ao menos se aproximar disso) iniciamos nosso segundo capítulo, que tem como objetivo apresentar a trajetória de busca pela integração entre a empiria e a teoria, explicitando as linhas de pensamento adotadas, assim como os caminhos e procedimentos escolhidos para desenvolvê-la.

2.1 Em busca de um método e de um diálogo profícuo entre os autores

Em nosso trabalho adotaremos percurso metodológico apoiado na dialética na perspectiva defendida principalmente pelos pensadores Lefebvre e Kosik. Com isso, pretende-se, a partir da realidade (pseudo?) nos encaminharmos para os estudos teóricos já realizados, mas sempre com a preocupação de reconstruir aquela realidade/empiria apoiada num profícuo diálogo com a teoria.

Lefebvre, em seu livro ‘Lógica formal, lógica dialética’ (1991) expõe, no tratado do materialismo dialético (p.4), o materialismo enquanto movimento, enquanto processo de conhecimento que vai do abstrato ao concreto, do formal (lógico) ao conteúdo (práxis), do imediato ao mediato (desenvolvido pelas mediações). Revela, portanto, o *movimento* como a chave da dialética. Essa dimensão do movimento para a realização da análise dialética traz consequências para nossa pesquisa, que respingam para além da dimensão do método.

O movimento necessário e constante entre a aparência e a essência, o concreto e o pseudoconcreto, entre a empiria e a teoria, para ser efetivado, é necessário ser constituído com a dimensão do movimento como intrínseca, como permanente, o que traz consequências à forma textual de nossa pesquisa. Não faremos uma pesquisa com início, meio e fim. Nossa reflexão será fundamentada nessas constantes idas e vindas, que entram em tensão, em alguns momentos, com a forma lógica com que um texto acadêmico tende a ser desenvolvido. Por fim, faz-se necessária a exposição dessa consciência acerca das tensões entre o que nos pede o método dialético para que seja efetivado, e o que nos pede as regras de exposição e organização das produções acadêmicas. Diante desse desafio, encontraremos nosso caminho, buscando superá-lo sem grandes perdas.

Kosik (1976), Lefebvre (2006), Carlos (2011) e Zago (2013) são alguns dos autores revisitados para encaminhar nossa reflexão acerca da (im)possibilidade de apreensão da totalidade e os desafios inerentes a esse caminho. Carlos (2011, p 19), ao refletir sobre o espaço em sua obra “A condição espacial”, entre outras reflexões, chama atenção para a condição, não exclusiva da geografia, enquanto ciência parcelar e os perigos de análises que buscam apreender a “realidade” a partir de uma ciência que parte de um olhar parcelar e fragmentado, uma vez que ela - a “realidade” - não se apresenta dessa maneira.

Ora... o que fazemos então? Reconhecer a condição do geógrafo como a de um pensador parcelar não atribui nenhuma fraqueza para a ciência e nem para o pesquisador que a assume. Ao contrário, reconhecer a condição do seu olhar enquanto parcelar é o que permite, justamente, buscar superar, na medida do possível, a fragmentação do olhar, de nossa *mirada* para o real. Nos aproximar de nossos fundamentos filosóficos, como nos chama atenção Carlos (2011), é o que permite superar a *alienação geográfica*, enquanto ciência parcelar que se fragmenta cada vez mais. Portanto, que tenhamos a capacidade crítica de reconhecer as limitações que envolvem cada ciência e que, a partir

disso, possamos seguir mais fortalecidos em nosso movimento, sempre incompleto, de busca pela apreensão do real.

O reconhecimento da ciência geográfica enquanto um pensamento parcelar pode ser enfrentado, segundo Carlos (2011, p 26) “propondo a análise da totalidade do processo da reprodução social como constituição de uma espacialidade específica que lhe dá conteúdo. Nessa perspectiva, a produção do espaço estaria atrelada a um conteúdo social, construindo-se historicamente”. E a análise deste conteúdo social construído historicamente estaria justamente pautado no permanente movimento de articulação entre a teoria e a prática (práxis). Esse ponto é central, visto que, como aponta Carlos (2011, p 27), consistiria no reconhecimento de que o “real”, em sua essência, apenas existe “num movimento ininterrupto articulando passado-presente-futuro.” Para ser possível, portanto, realizar esse modo de reflexão pautado na dialética, é necessário pensar o espaço em seu conjunto de relações.

Kosik (1976), em sua reflexão acerca da totalidade concreta, defende que esse é um método que envolve refletir acerca da realidade a partir da perspectiva de que “cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo” (Kosik, 1976, p 40). Tal perspectiva dialoga com Lefebvre (1983, p. 199), quando coloca que “estudar um fato, querer conhecê-lo, é – depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações”. Ambas as colocações estão em diálogo com a exposição realizada no parágrafo acima a partir de Carlos (2011), que inspirada em Lefebvre, articula a análise do “real” a partir do permanente movimento entre passado-presente-futuro. Ou seja, restituindo o fenômeno ao conjunto de relações com os quais está envolvido, também com a perspectiva do devir -futuro- como horizonte de reflexão.

Kosik (1976, p 41) e Lefebvre apontam que a permanente conexão e mediação da parte e do todo significam simultaneamente que “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade”. Ou seja, somente quando relacionado com o todo, com o conjunto de relações com os quais está envolvido os fatos adquirem concreticidade, uma vez que nada se justifica em si mesmo, por si só. Esse conjunto de relações apontado por Kosik corresponde àquilo que se denomina totalidade, entendendo-a como uma totalidade aberta e em processo, sujeita sempre a múltiplos desdobramentos. A totalidade, portanto, segundo Kosik (1969, p 35), não se

identifica meramente com o todo, significa, antes, “a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”.

Kosik (1976, p 40) segue em sua reflexão, nos mostrando como o fenômeno desempenha uma função dupla, em que, ao mesmo tempo que define a si mesmo, nos dá indícios do todo, sendo ao mesmo tempo produtor e produto da totalidade. Essa reflexão nos oferece bases para pensar nosso exemplo da Praia do Sono, enquanto lugar envolto de processos, conflitos e resistências que, ao mesmo tempo que definem o lugar, nos evidenciam a lógica de produção e reprodução do todo. Ela é também um produto e um produtor desse todo, dessa totalidade que se apresenta como a produção/reprodução capitalista do espaço e que manifesta na Praia do Sono um sentido global de lugar que lhe é próprio, fruto do conjunto de relações com as quais a comunidade esteve inserida, o que é objeto de nossa investigação. Compreendemos, a partir do exposto, a condição da totalidade enquanto movimento aberto e contínuo entre as partes e o todo, onde o todo contém cada parte e cada parte contém e expressa o todo. Esse movimento dialético nem sempre se expressa ou pode ser percebido de forma evidente. Sendo esse um dos grandes desafios da ciência, avançar nesse movimento entre o todo e as partes buscando alcançar o concreto, movimento o qual Kosik (1976, p 41 e 42) chamou de *processo de concretização*. Em suas palavras:

É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, do fenômeno para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade [incompleta]; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. (KOSIK, 1976, p 41 e 42)

Kosik (1976) nos mostra que a realidade é constituída de dois aspectos, o fenômeno e a essência. Nos explica que o fenômeno se origina na sua essência, no entanto, essa essência é de difícil apreensão e identificação na vida cotidiana, pois se encontra deturpada por um conjunto de fetiches e representações. O caminho para desvendar a pseudoconcreticidade e alcançar o real, o concreto, estaria justamente na superação destas formas de dominação

expressas nos fetiches e representações que mascaram o “real”, o “concreto”, resultando uma intensa busca que nunca se realiza por completo. Zago (2013, p 113) a partir de Kosik, afirma que “no cotidiano, a percepção do todo não é nítida porque são pinçados apenas alguns aspectos mais relevantes do todo que nortearão as condutas e os pensamentos”.

Em nosso exemplo de estudo - a Praia do Sono em Paraty - percebe-se claramente que há uma totalidade incompleta, sempre em movimento, que pode ser resumida na ideia da (re)produção capitalista do espaço. Essa totalidade em movimento manifesta-se em particularidades (partes) as quais correspondem às maneiras como se realiza tal produção capitalista do espaço: capital imobiliário, capital financeiro, capital comercial, turismo, veraneio. Essas particularidades entram em permanente interação, quase sempre conflituosa, com a “realidade concreta da Praia do Sono”. Nessas interações processam-se múltiplas singularidades (o que seriam essas singularidades? a vida dos pescadores, a influência dos turistas e veranistas nesse cotidiano, a presença de técnicas “modernas” substituindo as técnicas “tradicionais” etc) percebidas como multiescalares, nas quais o total, o particular e o singular estão intrincados numa teia de fios de tecelagem cada vez mais complexa. Esse conjunto de relações entre o interno e as externalidades resultam em formas próprias que operam historicamente, encaminhando um sentido global do lugar, conforme apontado por Massey, na Praia do Sono.

Zago, a partir de Kosik, nos abre portas para pensar os fetichismos presentes no cotidiano, que alienam os sujeitos da possibilidade de refletir para além de seu entorno imediato, sendo o que Kosik (1976, p 14) chamou de “práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão de trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue” que atuando em conjunto, “colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, *mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade*¹¹”, numa lógica em que o olhar para o concreto não se realiza, configurando um olhar para o real que não se dá por inteiro, conformando a pseudoconcreticidade mencionada por Kosik (1976). Os habitantes da Praia do Sono vivem esse cotidiano conflituoso, com diferentes níveis de percepção entre os sujeitos acerca dessas interações que Zago nos apresenta acima.

Segundo Águeda (2019, p 52), que aborda a temática das representações principalmente via Lefebvre, “vinculadas às relações sociais de

¹¹ Grifos nossos.

produção, as representações são produzidas por sujeitos e é por meio delas que concebemos o mundo”. O mundo se encontra envolto de representações, que em sua abordagem política podem ser entendidas enquanto elementos centrais nesse “jogo” de mostra e esconde, entre o explícito e o velado, expressos na totalidade incompleta. As representações têm um importante papel para a manutenção da práxis fragmentária dos indivíduos (Kosik, 1976) - que no nosso caso, correspondem aos sujeitos sociais da Praia do Sono - atuando no sentido de mobilizar e oferecer sustentação aos fetiches inerentes à difusão, expansão e reprodução da lógica capitalista.

As representações, portanto, atuam como elemento central na mercadificação dos lugares, objetos e mesmo dos sujeitos, realizando a manutenção e oferecendo sustentação às ideias chave da modernidade como ‘novo, progresso, moderno, desenvolvido’, numa lógica que reproduz a todo instante a necessidade de consumo e da produção do mundo como mercadoria, reforçando signos e códigos dominantes. As representações têm no século XXI papel fundamental e arrisca-se dizer que central na manutenção das relações capitalistas de consumo, tendo sua dimensão elevada a outro patamar com o crescimento das redes sociais e do *cyber-espaço*. Tudo isso obscurece a percepção de toda a população a respeito do intrincado processo de transformação/reprodução do espaço do qual fazem parte, o que não poderia ser diferente na Praia do Sono.

Rua (2020), sobre a possibilidade de apreensão do real para Kosik e Lefebvre, com a qual estamos de acordo, coloca que:

Por exemplo, para Kosik (1976, p. 43) a realidade é incognoscível, uma vez que sempre é possível adicionar-lhe novos elementos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos, mediante um infinito acrescentamento, que se apresenta como um momento do todo. (...) Também Lefebvre (1980) nos recorda que a presença (o real) nunca se alcança por estar obscurecido por representações que o compõem. Parece ser possível estabelecer uma relação entre o conceito de representações lefebvriano e a pseudoconcreticidade (realidade nunca alcançada) desenvolvida por Kosik. (RUA, 2020, p 209)

Aqui optamos em trabalhar a partir das duas dimensões compreendendo as articulações e complementaridades existentes entre elas. As representações compõem um elemento fundamental que atua no ‘esconder/deturpar o real’, levando à interpretação do pseudoconcreto, a pseudoconcreticidade, uma vez

que não nos é possibilitado capturar a essência pela força das representações e pelo fato de a totalidade estar sempre em movimento, sendo impossível capturá-la. A pseudoconcreticidade tem como elemento fundamental de sua existência a ação dessas representações, que atuam dissimulando o real, fantasiando o concreto e encaminhando interpretações pseudoconcretas da realidade, resultando em cotidianos programados e alienados. Na dimensão do vivido, observamos e vivemos essas distorções a todo o tempo, diante do poder das propagandas e do movimento de mercadificação da vida, dos lugares e das relações sociais.

Trazendo essa discussão para a nossa realidade da Praia do Sono, buscamos partir de um olhar que reflete sobre o processo de expansão da produção/reprodução capitalista do espaço para a região sul fluminense e como esse processo atinge a Praia do Sono, explicitando “como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno”. A coisa em si pode ser compreendida como esse processo maior de dominação, que é inerente ao processo de expansão da produção/reprodução capitalista do espaço. E o fenômeno, portanto, como as consequências resultantes dessa expansão capitalista incidem sobre a comunidade da Praia do Sono, entre conflitos e resistências a essa expansão, que no nosso caso se inicia com a abertura da rodovia Rio-Santos. A partir daí, há abertura para a reprodução do capital privado imobiliário, com episódios de grilagem de terras, conflitos com grandes empreendimentos de veraneio, tensões com unidades de conservação e rápida expansão das atividades turísticas para dentro das comunidades caiçaras, conformando múltiplas espaço-temporalidades e distintas intencionalidades quanto ao espaço, traduzindo-se em conflitos que se dão pelo espaço.

Ainda, percebemos simultaneamente como “a coisa em si se esconde no fenômeno” a partir das representações, que buscam encaminhar a naturalização das atividades turísticas de caráter predatório, que muitas vezes são consolidadas a partir da sujeição do caiçara e de sua transformação em um prestador de serviços subalterno dentro de sua própria comunidade. Isso quando não ocorre a transformação radical do espaço com a desterritorialização de comunidades, com os vilarejos re-territorializados para trás da grande fronteira que se tornou a BR-101, enquanto as praias passam a ser ocupadas por grandes mansões de veraneio. Ocupadas de cimento, construções, dinheiro e apagamentos. Ocupadas por representações, mas quase sempre desocupadas de gente. Dentro de cada comunidade a percepção sobre essa condição é diferente, traduzindo-se também em um conflito interno que tem como origem

maneiras distintas de interpretar o presente e desejar o futuro próximo de cada comunidade, o que se manifesta nas distintas formas como os sujeitos têm suas ideias atingidas pela imposição da lógica capitalista, resultando em diferentes desejos, concepções e propostas de encaminhamentos para as questões manifestadas no território. Para ilustrar essa reflexão, trazemos a seguinte proposição de Carlos (2011, p 15):

A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que, sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital. Novos padrões culturais invadem a vida cotidiana metamorfoseando antigos valores com a introdução de novos signos e comandando novos comportamentos. (CARLOS, 2011, p 15)

Este movimento dialético, as idas e vindas entre o real e a teoria, o mergulho que nos permite retornar a um real mais bem compreendido, já que iluminado pela teoria, nos aproxima da apreensão da realidade concretamente, ou seja, como totalidade concreta. Realizamos esse movimento ainda que saibamos da impossibilidade de capturar essa totalidade por completo, uma vez que, quando pensamos tê-la capturado, ela já se transformou, escapando de nossas mãos em seu permanente movimento.

Como mencionado nas páginas iniciais do texto, quando remetia ao meu processo de escrita do TCC, foi mencionado como hoje percebo que muitas das preocupações presentes na nossa pesquisa atual já estavam, em certa medida, presentes nas preocupações da pesquisa anterior, em torno d“A atuação do turismo na produção do espaço na Praia do Sono”¹². No entanto, a força das representações me permitiu alcançar o turismo apenas, não entendendo-o como parte de um todo, como face integrante de um processo que se expande para muito além dele. É o movimento de aprendizagem e de maior apropriação da ciência e do pensamento dialético que permitem que hoje cheguemos mais próximos de apreender a totalidade, a essência que um dia pensei estar justificada no turismo e veraneio. Estes se apresentam, portanto, como uma parte desse todo, como uma das expressões que compõem essa totalidade. O turismo e o veraneio são, portanto, uma das faces da reprodução capitalista do

¹² Entre aspas pois é o título do trabalho de conclusão de curso.

espaço, que em nossa região de estudo se materializa com intensidade, gerando uma série de desdobramentos e disputas pelo espaço, que serão investigados no contexto da Praia do Sono. Esses movimentos são ainda mais potentes quando sua expansão se dá sobre territórios que já tiveram, num passado recente, como lógica dominante outros horizontes de produção da vida e das relações sociais, ainda que sempre tenham se encontrado resistências a esse processo de expansão e imposição, tecendo relações cada vez mais complexas, intrincadas e de difícil distinção, já que mescladas.

Portanto, nas palavras de Zago (2013, p. 123) o rompimento da pseudoconcreticidade “ocorre no momento em que se evidencia que a realidade social se concretiza por meio das condições de produção e reprodução da existência social das pessoas que é em nossa sociedade marcada pela luta de classes”. E nós acrescentamos ainda a dimensão da raça, da etnia e do gênero, que, por mais que tenham relação direta com a luta de classes, se expressam hoje como discussões e temáticas fundamentais, sendo elementos vitais para pensar os mecanismos de dominação que atuam hoje e que, apoiados nessas dimensões, não só estão presentes, mas ditam as regras de dentro do seio da produção e reprodução social.

Dialogando com as ideias até aqui apresentadas e com a última menção feita a Zago, entendemos que, para chegar o mais perto de alcançar o real é preciso, portanto, uma leitura atenta das condições que marcam a produção e a reprodução do espaço, compreendendo-as enquanto obra humana (Carlos, 2011) realizada ao longo do tempo, com intencionalidades distintas, tensões permanentes, assimetrias de poder, disputas de sentidos, recheada de elementos históricos que continuam, de alguma forma, presentes, oferecendo sustentação e realizando a manutenção das estruturas atuais. Reconhecemos o privilégio e as potencialidades analíticas que têm a Geografia hoje, uma vez que tem como dimensão central as discussões a partir de um pensamento espacial. Até aqui, já mencionamos o termo espaço em um sentido geográfico, no entanto, sem aprofundar que perspectiva espacial nos referimos.

O termo ‘espaço’ é um conceito que foi e é apropriado historicamente por diversos campos do conhecimento, sendo tratado a partir de diferentes perspectivas na filosofia, sociologia, astronomia, arquitetura, geografia etc. Mesmo dentro da ciência geográfica, são múltiplas as formas de conceber o espaço e são variadas as implicações da adoção de cada concepção dentro de uma reflexão acadêmica, uma vez que ao assumir os conceitos de um autor,

assume-se também, em certa medida, a concepção, o entendimento do autor sobre determinado tema, se assume um posicionamento analítico.

No campo das ciências humanas, as reflexões em torno do espaço foram transformadas ao longo do tempo, culminando em um movimento chamado hoje de ‘virada espacial’, protagonizado por pensadores como Henri Lefebvre, Michel Foucault, Deleuze e Guattari, que justamente captaram as transformações que estavam ocorrendo nas sociedades e no modo de produção e assim, tiveram a capacidade analítica de captar e reconhecer a nova dimensão da importância que o espaço passa a ter na compreensão das dinâmicas humanas, principalmente diante do modelo econômico em que estamos inseridos. O capitalismo tem no espaço hoje um de seus principais pontos de apoio para a expansão de sua produção e reprodução, espalhando por onde se expande uma racionalidade própria, pautada no consumo, no lucro e no individualismo. Essa temática é abordada por diversos autores no campo da Geografia como Carlos (2011), Massey (2008), Harvey (2003) e Haesbaert (2014, 2021), os quais já vinham manifestando em suas reflexões essa preocupação sobre a importância (política) do espaço há algum tempo.

As contribuições proporcionadas por essa “virada espacial” nas ciências humanas, transformaram não só a forma de pensar o espaço e reconhecer sua devida importância para pensar o social, mas a maneira de entendê-lo diante do tempo, reconhecendo o caráter de indissociabilidade existente -afinal, não existe fenômeno que não esteja situado em algum espaço (material ou imaterial) e ocorrendo em um determinado momento do tempo - ou ainda, nas palavras de Massey (2004, p 13), “para existir tempo deve existir interação, para existir interação deve existir multiplicidade, para existir multiplicidade deve existir espaço”.

Essa transformação na forma de olhar pro espaço em relação ao tempo foi um aspecto fundamental na oxigenação e renovação de um pensamento geográfico crítico, representando uma abertura e novas possibilidades de pensar o espaço - e a partir dele -. Como afirma Carlos (2011), não existe sociedade a-espacial, somos todos seres espaciais e nossas ações, desejos, intenções e usos marcam o espaço. Ou seja, em nosso movimento cotidiano de produção da vida, produzimos espaço, o que demonstra a necessidade de refletir também acerca de sua dimensão simbólica e imaterial, para além da física/material.

As duas autoras citadas, Doreen Massey com sua obra ‘Pelo espaço’ (2005) e Ana Fani Alexandre Carlos (bastante influenciada pelo pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre) com seu livro ‘A condição espacial’ (2011) terão

suas reflexões acerca do espaço e seu processo de produção/reprodução como nossos horizontes conceituais para refletir acerca do processo de expansão da produção/reprodução capitalista do espaço para a região sul fluminense. Suas perspectivas nos iluminarão na compreensão de como esse processo atinge e transforma o cotidiano comunitário da Praia do Sono. Beberemos dessas fontes reconhecendo que as reflexões nelas presentes se originam de muitas outras, influenciadas por pensadores que vêm repensando e recriando interpretações sobre o espaço desde a década de 1960, como alguns autores que já foram mencionados anteriormente.

Ana Fani Carlos, em seu livro 'A condição espacial' (2011), se preocupa em captar e debater a importância que a dimensão espacial vem tomando hoje frente às transformações de diversas naturezas, reformulando o espaço e as sociedades. Com sua análise territorializada, moradora de São Paulo, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), a autora nos oferece uma densa reflexão desde o pensar os sentidos do espaço para a geografia ao longo do tempo, até chegar à sua importância para a reprodução do capital hoje. Carlos (2011), bastante influenciada pelo pensamento de Henri Lefebvre, parte da premissa de pensar o espaço como condição, meio e produto da reprodução social, em suas palavras:

Trata-se, portanto, de avançar nessa direção a partir da ideia de que a atividade que produz a vida e com ela a realidade social realiza-se, necessariamente, num espaço-tempo apropriável para ação. Se a natureza se coloca como **condição** essencial da qual o homem e depois o grupo humano retira o que necessita para viver, é também um **meio** dessa atividade, realizando-se ao longo do processo histórico como **produto** social sem, todavia, perder seu sentido natural. Assim, estabelece-se a tese de que o espaço se define pelo movimento que o situa como *condição, meio e produto da reprodução social* ao longo do processo civilizatório. Logo, o espaço se define (em seu conteúdo social e histórico) como uma das produções da civilização (nunca acabada, como ela). Desse modo, a partir da relação com a natureza um mundo começa a ser produzido, ininterruptamente, apontando determinações próprias de cada período e constituindo-se como um conjunto de obras e produtos realizados pelo homem no âmbito da atividade que metamorfoseia a natureza em mundo social. (Carlos, 2011, p 23)¹³

¹³ Negrito colocado pela autora da dissertação, itálico pertencente ao texto original da obra.

A autora segue adiante em sua reflexão. Tendo o espaço como condição, meio e produto da reprodução social, sempre aberta, delineia-se uma ligação direta entre produção do espaço e ação humana. Essas reflexões nos auxiliam a pensar a trajetória da Praia do Sono enquanto influenciados diretamente pelo conteúdo social que a atinge, sendo a produção/reprodução do espaço que ali acontece determinante e geradora de produtos, sejam eles conflitos ou resistências. Portanto, trata-se de uma comunidade atravessada diretamente por esse processo de produção/reprodução, em que podemos perceber nesse movimento

(...) de um lado, a orientação do processo constitutivo do espaço, que ao longo do processo histórico o transforma em mercadoria no contexto da lei do valor e da realização da propriedade desenvolvendo até quase o limite o mundo da mercadoria; de outro, encontrar os momentos na vida cotidiana em que o percebido pode construir o caminho da consciência da alienação (o indivíduo vivendo em suas cisões profundas numa prática sócio-espacial que caminha sob a racionalidade capitalista) e das formas de sua superação como negação do mundo como mercadoria, traduzindo-se em lutas em torno da produção do espaço. (Carlos, 2011, p 25)

Um ponto importante a destacar é quando a autora aborda “a orientação do processo constitutivo do espaço, que ao longo do tempo histórico o transforma em mercadoria”. A transformação da orientação do processo de produção do espaço sinalizada faz referência a um movimento de passagem do capital, uma transformação na forma como o capital é empregado, que segundo a autora está explicitado na:

(...) passagem da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário, associado ao conjunto das indústrias voltadas à construção civil. Assim, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto produto imobiliário. **Nesse sentido, a produção do espaço se realiza num outro patamar, que é o do espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro.**” (Carlos, 2011, p 119)

Essa reflexão é de extrema valia para nossa pesquisa pois um dos principais elementos geradores de tensões e conflitos na região de estudo está justamente no processo de especulação imobiliária inaugurado com a abertura da BR-101, materializado em conflitos pela apropriação do espaço para o

desenvolvimento do capital financeiro em sua forma imobiliária, turística e de veraneio. Carlos (2011) estende sua análise abarcando o lugar das atividades turísticas nesse processo de reorganização e redirecionamento do capital, em que defende que o turismo é atualmente uma nova possibilidade de realização da acumulação do capital, numa produção na qual “o espaço ganha valor de troca enquanto possibilidade de realização do valor de uso. O que significa que a apropriação do espaço e os modos de uso tendem a se subordinar, cada vez mais, ao mercado” (p. 119). Dessa forma, o espaço se reproduz na lógica da mercadoria. Sendo o município de Paraty um espaço que tem como frente de desenvolvimento econômico as atividades turísticas, o processo de transformação do espaço em mercadoria - seja em condomínios de veraneio, resorts, hotéis de luxo e privatização de ilhas- se encontra ativo e como consequência direta, encontram-se em disputa as lógicas de reprodução da vida e reprodução do capital.

Portanto, a partir do evidenciado por Carlos (2011) compreendemos que nossa análise trata no fundo, de conflitos e resistências que se originam a partir da disputa por distintas formas de produzir o espaço, uma dominante e impositiva, que se espalha ao longo de todo o globo a partir do Estado e das instituições, a lógica capitalista de produção e reprodução do espaço, apoiada na espoliação; e outra pautada na existência da diferença, da multiplicidade, do âmbito do habitar e dos usos feitos do território, que se manifesta nas variadas formas de organização da vida que, ainda que estejam inseridas na lógica capitalista, negam a perspectiva do espaço e mais, do mundo como mercadoria em função da reprodução do capital financeiro para geração de lucros para terceiros.

Trata-se de lutas por diferentes formas de apropriação e uso do espaço. Esse processo de dominação do espaço realizado por atores hegemônicos é implementado a partir de distintas táticas, a partir da violência, da sedução, da cooptação e da sujeição, formas de dominação empregadas em nome dos interesses capitalistas. É difícil perceber a manifestação de cada uma delas de forma independente, uma vez que nos processos de dominação esses elementos se mesclam e se manifestam em simbiose. Em resposta, surgem conflitos e enfrentamentos, planejam-se resistências. Esse é o pano de fundo de nossa pesquisa. Abordaremos a trajetória de enfrentamento dos habitantes da Praia do Sono diante de lutas contra diferentes sujeitos que disputaram, a partir de distintos movimentos e interesses, o espaço da Praia do Sono, buscando outros horizontes de reprodução social para o lugar, pautadas na espoliação, na

desterritorialização da comunidade e na privatização do espaço voltada para a reprodução do capital.

Pensar o conceito de espaço como condição, meio e produto da reprodução social, como construído ininterruptamente, sobre disputas de usos e sentidos dialoga com a perspectiva interpretativa proposta por Massey (2004, 2005), de pensar o espaço enquanto fruto das inter-relações, composto pela multiplicidade, de caráter aberto, com relações sempre por tecer-se, sempre em construção. Ambas as autoras partem de uma perspectiva relacional de espaço, reconhecendo seu caráter mutável e sempre em processo como uma de suas mais valiosas dimensões, uma vez que nos permite questionar movimentos hegemônicos, nos oferecem aberturas para pensar a produção/reprodução das relações a partir da multiplicidade de vozes. Se o espaço é carregado de disputas sobre usos e sentidos, é devido ao fato de existirem sobre ele multiplicidade de intenções.

A perspectiva de Carlos (2011) sobre o habitar “envolve a produção de formas espaciais, materiais, bem como de um modo de habitá-las e percebê-las” (p 56), sendo o sentido do habitar “presente na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares a partir da casa, no emaranhado dos lugares comuns, habitados, usados por sujeitos comuns, na vida cotidiana” (p 55). A perspectiva do habitar presente em Carlos (2011) nos remete justamente à pluralidade de formas de conceber e produzir espaço, fruto da multiplicidade de sujeitos, intenções e trajetórias defendidas por Massey (2005). Ainda que as autoras tenham percorrido seus próprios caminhos para refletir o espaço, percebemos a dimensão da abertura, do em-processo, da existência da diferença e da multiplicidade como elementos que se encontram presentes em seus horizontes de análise.

Doreen Massey, geógrafa britânica que nos deixou em 2016, será em muitos momentos chamadas em nossas reflexões, a partir dos artigos ‘Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações’ (2004) e ‘O sentido global do lugar’ (1994), essas reflexões foram mais tarde reunidas de forma mais profunda no já mencionado livro *Pelo espaço* (2005). Massey parte de uma perspectiva, a partir do diálogo com muitos autores, de se debruçar em investigar os sentidos filosóficos e políticos do espaço, destacando seu caráter relacional, definindo-o a partir de três proposições que estão em permanente diálogo, sendo elas:

1. **O espaço é um produto de inter-relações.** Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...].
2. O espaço é a esfera da **possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem;** é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na **existência da pluralidade.** Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.
3. Finalmente, e precisamente porque o espaço é produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, **ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado,** nunca se encontra fechado. (Massey, 2004, p 8)¹⁴

Ao longo de suas reflexões, Massey nos conduz a partir de sua perspectiva de pensar o espaço - como produto de inter-relações, possibilidade da existência da multiplicidade e sempre em construção - aos sentidos filosóficos que envolvem repensá-lo através dessa perspectiva, concedendo a ele e às reflexões que dele partem, como já mencionado, uma enorme abertura de formas de pensar o futuro, uma vez que o espaço está sempre aberto e em construção. A autora destaca a importância do caráter antiessencialista para refletir sobre a dimensão da identidade, enfatizando o caráter relacional e, portanto, em movimento dos grupos sociais e dos lugares. Ou seja, nenhum cenário pode ser dado como fixo e permanente, as relações estão sujeitas continuamente a serem alteradas, transformadas. Somente o movimento pode ser tido como permanente.

Nos parece oportuno traçar relações entre o conceito de espaço proposto por Doreen Massey com as ideias de totalidade abordadas a partir do diálogo entre Kosik e Lefebvre, refletindo acerca da totalidade em meio às representações e os fetiches que a integram. A proposição de espaço proposta por Massey (2004, 2005) parte de um olhar para um presente ou “conjunto de histórias-até-aqui” diverso e em constante (re)construção através das relações sociais, traça um olhar para um futuro aberto, sempre em devir, com multiplicidade de vozes e trajetórias possíveis. Entendemos que essa perspectiva dialoga com a de totalidade que apresentamos anteriormente, uma vez que ela foi mostrada em sua dimensão aberta, em devir, em construção e em infinitos desdobramentos. Para uma totalidade ser aberta e sempre em

¹⁴ Grifos nossos.

construção, sempre inacabada, ela deve partir de um espaço fruto das inter-relações, da multiplicidade de vozes e que, está, também, sempre por construir, em movimento permanente.

Pensar o espaço dessa maneira nos auxilia a superar uma série de questões e dualidades estruturais do pensamento filosófico, que levam em conta a multiplicidade de sujeitos conformando suas narrativas frente a imposição de uma narrativa global, homogeneizadora de formas de conceber e organizar o mundo e as relações sociais, como vivemos diante das relações capitalistas de produção. Essa perspectiva é muito importante ao tratar de territorialidades outras que se encontram em disputa de sentidos, como no exemplo dos povos tradicionais, uma vez que a narrativa dominante, como nos apresenta Massey (2005), reduz as coexistências simultâneas a um lugar na “fila da história”. A narrativa dominante oferece sustentação a termos como “atrasado, progresso, moderno e subdesenvolvido”, que ainda hoje reforçam estruturas hegemônicas e são usados como justificativas para legitimar projetos desenvolvimentistas e espoliativos em diferentes escalas. No próximo capítulo perceberemos como o espaço da multiplicidade proposto por Massey se encontra constantemente ameaçado pela lógica da reprodução capitalista do espaço, que se apresenta como racionalidade dominante, apoiada em artifícios de dominação de outros modos de organização da vida, seduzindo, sujeitando e cooptando os sujeitos que buscam reafirmar seu direito à diferença e à sua própria trajetória. Ou seja, formas de dominação continuamente implementadas sobre os sujeitos, que entram em conflito contra os mecanismos de dominação percebidos, criando formas particulares de resistência. Sobre o reconhecimento político da diferença, Massey (2005) coloca que:

(...) um verdadeiro reconhecimento “político” da diferença deve entendê-la como *algo mais do que um lugar numa sequência*; de que um reconhecimento mais completo da diferença deveria reconhecer que os “outros” realmente existentes *podem não estar apenas nos seguindo, mas ter suas próprias histórias para nos contar*. Neste sentido, seria concedido ao outro, ao diferente, pelo menos um determinado grau de autonomia. Seria concedida pelo menos a possibilidade de trajetórias relativamente autônomas. Em outras palavras, *isso levaria em consideração a possibilidade da coexistência de uma multiplicidade de histórias*. (MASSEY, 2005 p. 15)¹⁵

¹⁵ Grifos nossos.

Levando em consideração as perspectivas de espaço relacional apresentadas acima nos encaminharemos para pensar as resistências fruto desse processo de produção/reprodução em expansão.

Partiremos dessa perspectiva de espaço relacional para pensar nossa problemática de produção/reprodução das relações capitalistas na vida cotidiana, tendo como exemplo a Praia do Sono. Tendo em vista a importância da dimensão que o espaço toma para a produção/reprodução do capital -conforme anunciado por Carlos (2011)-, nos debruçamos sobre as transformações percebidas fruto do processo de expansão desse modo de produção em Paraty e sua contínua reprodução, que resultam em conflitos diretos em torno de propostas distintas de produção do espaço. Abordaremos também as resistências que têm sido manifestadas contra esse processo na forma de movimentos propositivos. Todos esses movimentos se manifestam no contexto de um jogo de forças assimétricas (entre os sujeitos concretos que estão dentro e fora do lugar) que muitas vezes, nas aparências, se expressa na forma de conflitos expressos nas clássicas dualidades como moderno X ultrapassado, novo X velho, progresso X arcaico. Porém, no campo do real, sabemos que essas tensões se evidenciam de forma muito mais complexa e profunda, uma vez que os aspectos entre as internalidades e as externalidades, as permanências e as rupturas, as continuidades e descontinuidades, o positivo e o negativo (para quem?) vão se juntando num complexo movimento, como se cada um desses aspectos fosse um fio que vai se entrelaçando um ao outro, formando uma complexa trama de relações e tensões que surgem desse encontro entre o interno e o externo, que no processo de tecer-se, produz espaço, produz obra humana em sua multiplicidade de histórias simultâneas, que vão sendo atravessadas pelas formas de dominação inerentes à expansão e reprodução do modo capitalista de produção do espaço. “Em conflito, a reprodução da vida depara-se com as necessidades de reprodução do capital” (Carlos, 2011, p 50).

Ao longo deste segundo capítulo procuramos apresentar os conceitos/ferramentas que servirão de apoio às reflexões aqui encaminhadas. Procuramos justificar a escolha de cada ferramenta e de cada autor que as produz como uma apresentação/seleção efetuada por uma artesã que procura agregar criatividade às criações tomadas como base. Nesse processo de criação tomamos como apoio a ideia de “Constelação de conceitos”, apresentada por Haesbaert (2014), com forte influência de Deleuze, conforme nos diz o geógrafo antes referido.

Haesbaert, em sua obra ‘Viver no limite’ (2014), a abordagem construída se dedica a refletir principalmente o território e a multi/transterritorialidade. No entanto, no início de suas reflexões, a partir da discussão acerca do já mencionado giro espacial e das “recentes” transformações na maneira de olhar para o espaço diante do tempo - trazendo a perspectiva do espaço-tempo, da espaço-temporalidade - reflete acerca da posição preponderante que o espaço ocupa nas formulações geográficas, estabelecendo caminhos de diálogo com outros conceitos. No nosso caso, por exemplo, serão os conceitos de território e lugar, evidenciando o constante movimento de ordenamento e reordenamento dos conceitos acionados a partir das problemáticas que enfrentamos (Haesbaert, 2014). O conjunto dessas reflexões articuladas por Haesbaert resultam na elaboração de uma *constelação geográfica de conceitos*, que:

Numa leitura metafórica bastante simples, mas didática, essa constelação seria composta por uma espécie de conjunto de planetas girando em torno de uma estrela, *cujas luz seria o espaço* - cada astro-conceito só existindo na medida em que compõe o mesmo sistema (aberto), devendo seu movimento (“translação”) e *seu potencial de esclarecimento (sua “luz” ou capacidade de iluminação) à relação que mantém com a categoria central, o espaço*. Cada conceito, ele próprio, através de nova projeção dessa luz, iluminaria também outras derivações conceituais ou elementos que girariam em função deles, seus satélites. (Haesbaert, 2014, p22)¹⁶

Essa constelação de conceitos se expressa na forma de uma figura concebida por Haesbaert (2014, p34):

¹⁶ Grifos nossos.

Figura 14: Constelação de conceitos



Fonte: Haesbaert (2014, p34)

A partir da explanação junto a figura compreendemos o sentido diferenciado que a categoria do espaço carrega, com a importância equiparada ao Sol, iluminando e abrindo caminhos de interpretações a partir do movimento de ida e volta a outros conceitos- satélites. Colocamos as reflexões propostas por Haesbaert em diálogo com as que Cruz (2010) apresenta ao pensar os conceitos como uma “caixa de ferramentas” e o pesquisador como um “artesão”, que seleciona as ferramentas que lhe são mais oportunas na construção de uma pesquisa. Ou ainda, como apresenta Gallo (2003. p 39) interpretar os conceitos como um “reaprendizado do vivido, uma ressignificação do mundo”, como uma “aventura do pensamento”.

Haesbaert (2014,p 27) coloca que “cada conceito parte de uma questão particular e, ao problematizar o real, de certa forma desestabiliza-se conhecimentos herdados, diante da permanente transformação em que estamos mergulhados”. Para nós, a potencialidade dos conceitos se apresenta também

na possibilidade de questionar, de tensionar, de desestabilizar estruturas e narrativas hegemônicas. Ou ainda, como afirma Gallo (2003, p 43), “o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar”. Adicionaria, ainda, que é aquilo que nos põe a re-pensar.

Explicitamos, portanto, de que forma compreendemos o diálogo entre o conceito de espaço com outros conceitos chave da Geografia, nos permitindo acionar nossa caixa de ferramentas (Cruz, 2010), nos apropriando de cada ferramenta (conceito) que melhor responde ao trabalho (problemática) a ser realizado. Ou ainda, a partir de Haesbaert (2014) e a constelação dos conceitos, perceber que planeta (conceito) proporciona maior luz (potencial de esclarecimento) para a problemática em questão. Percebe-se que não há problemas em transitar pelos conceitos, desde que esse movimento seja fundamentado e justificado, explicitando as relações estabelecidas e suas intencionalidades de uso. Dessa forma, ainda que nosso pano de fundo seja a expansão da produção/reprodução capitalista do espaço para a região de Paraty, visando analisar como esse processo recai sobre a comunidade caiçara da Praia do Sono -que é nossa preocupação nesta pesquisa- acionaremos outras ferramentas (conceitos) que nos oferecerão potenciais de esclarecimento que, articulados com a perspectiva central da produção/reprodução do espaço na forma capitalista, nos auxiliarão a alcançar nosso objetivo.

Portanto, outra importante abordagem conceitual que nos acompanhará ao longo do trabalho de reflexão é a dimensão do cotidiano. Partimos das reflexões de Agnes Heller (1970), Henri Lefebvre (1981), José Paulo Netto e Maria do Carmo Falcão (1989) e José de Souza Martins (2000). Heller (1970) aponta a cotidianidade como uma dimensão central da sociabilidade humana, uma vez que se encontra no centro do acontecer histórico, sendo a verdadeira essência da substância social. Segundo a autora, a vida cotidiana seria a vida do homem inteiro, o que quer dizer que o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. É na vida cotidiana que se manifestam todos os sentidos humanos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias e ideologias (Heller, 1970).

O cotidiano, embora tenha sido uma categoria por muito tempo ofuscada, pouco valorizada e acionada, passa a ocupar cada vez mais dentro das ciências sociais um lugar importante. Isso se justifica pelo fato que o processo de reprodução geral da sociedade manifesta-se, e pode ser compreendido, segundo Carlos (2011), justamente no plano da vida cotidiana, expresso nas relações e

movimentos diários, naturalizados. A autora defende que a dimensão do cotidiano possibilita o deslocamento da análise do plano econômico para o plano social, no entanto, sem excluir completamente a dimensão econômica. Esse fato permitiria a iluminação da prática real e vivida na qual as contradições, conflitos e tensões se expressam, a partir da mesclagem entre as dimensões econômicas e sociais, que a todo tempo se interpõem e se manifestam em nossas práticas espaciais. Segundo Carlos (2011, p 52):

A análise da prática sócio-espacial sinaliza, assim, que as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais, cuja amplitude depende do desenvolvimento das forças produtivas num movimento comandado pelo desenvolvimento da troca e dos meios de comunicação e transporte, além dos laços sociais que conspiram para a troca. Nessa direção, a atividade se desdobra indicando concretamente um espaço e um tempo que marcam e delimitam a realização da vida, revelando o cotidiano. (CARLOS, 2011, p 52)

A vida cotidiana é apresentada em suas múltiplas perspectivas, que atuam simultaneamente no tecido social: o espaço banal, da rotina; o espaço onde se expressam os sonhos, os desejos, o poder da alienação inerente ao modo de produção/reprodução capitalista; o espaço do trabalho, do lazer. A possibilidade da superação da alienação também se encontra na vida cotidiana, ainda que seja a prática cotidiana e seus fetiches um dos grandes motores da alienação, formando esse complexo conjunto de relações vividas diariamente.

Heller (1970) dentre suas reflexões aponta a possibilidade de suspensão do cotidiano e um retorno a ele, transformado pela experiência da suspensão. Quando a suspensão ocorre, o homem sofre uma transformação. Ainda que de forma temporária, ele sai da condição de “homem inteiro” para se tornar “inteiramente homem”. Se tornar inteiramente homem para a autora pode ser entendido como a tomada de consciência do sujeito social enquanto ser que é simultaneamente particular e genérico. O ser genérico pode, portanto, ser compreendido a partir da consciência de sua potencialidade através do coletivo, enquanto ser que pertence à humanidade que é social, compartilhada, em processo e passível de transformações, aberta, como o espaço que habita. A autora aponta quatro formas de suspensão da vida cotidiana: o trabalho, a arte, a ciência e a moral. Oferece-nos exemplos que podem resultar na experiência da suspensão do cotidiano, como “a intensidade de uma grande paixão, um grande

amor, o trabalho livre e prazeroso e uma intensa motivação do homem pelo humano genérico" (Heller, 1970).

A suspensão do cotidiano carrega consigo, segundo Heller, uma potencialidade de transformação que nem sempre se realiza. Apesar da transformação se realizar ou não após a experiência da suspensão, sempre há o efeito memória. Em nosso estudo, percebemos uma aproximada experiência de suspensão do cotidiano com o movimento de fechamento do território por alguns meses no ano de 2020, devido ao contexto de pandemia da Covid-19. Abordaremos esse episódio da resistência caíçara em nosso último capítulo.

Para refletir o cotidiano é fundamental levar em consideração que além de todos os aspectos que massificam e alienam o cotidiano dos sujeitos sociais, como foi mencionado acima, se faz presente ainda, de forma intensa - complexificando ainda mais a realidade social - as marcas presentes no hoje de nosso histórico colonial, expressos na colonialidade. É necessário ressaltar esse aspecto uma vez que é um elemento nuclear no que diz respeito a formação social do povo chamado hoje brasileiro, fruto de uma grande mesclagem étnico-cultural, a partir do processo impulsionado pelo sistema colonial, consistido em 500 anos de exploração de seres humanos. Esse processo resultou em uma complexa trama social que mescla ampla diversidade de grupos de origem indígena, colonos europeus e variedade de grupos étnico africanos trazidos no contexto de escravidão para o território brasileiro. Soma-se a isso, ainda, os falhos projetos de branqueamento da população, que foram acionados e praticados a partir do estímulo à migração europeia de origem diversificada ao longo de centenas de anos. A política de branqueamento da população se encontra em atuação ainda nos dias de hoje, marcado pelo processo, realizado pelo Estado e com apoio de parte da população, de genocídio e negação de direitos à população negra e indígena nas periferias de todo o país. Esses aspectos, somados aos discursos midiáticos e as tentativas de apagamento da realidade a partir da construção de narrativas hegemônicas, colaboram com a complexificação da alienação imposta na/pela vida cotidiana nos sujeitos que habitam o Brasil.

O que se oculta por trás desse conjunto de representações em torno da formação social brasileira evidencia as ruínas de um país extremamente segregado, dividido socialmente e racialmente, que se fez "miscigenado" a partir do estupro de incontáveis mulheres pertencentes a diferentes grupos étnicos do que é hoje o Brasil e do continente africano. Aqui, negamos o discurso apaziguador da miscigenação para abordar a diversidade de sujeitos e

realidades sociais que formam o Brasil. Preferimos adotar a ideia que pode ser entendida a partir da dimensão da mesclagem, como proposta por Cusicanqui (2018).

Ao longo de nossos estudos, nos deparamos com as ideias de uma socióloga boliviana, que passou a orientar nossa reflexão acerca da formação social brasileira - e do caíçara - a partir da dimensão da mesclagem por ela elaborada. Silvia Rivera Cusicanqui tem sua origem associada a ascendência aymara e europeia, e se apropria da sua própria condição de mestiça para refletir a formação social boliviana. Cusicanqui busca acionar outra abordagem para pensar a condição mesclada boliviana, desenvolvendo a perspectiva da **justaposição de diferentes temporalidades simultâneas, resultando em diferentes processos de mesclas sociais, tendo a contradição e a heterogeneidade como constitutivas desse processo e como condição insuperável, que, contrariando a maioria das visões, não tende a um “equilíbrio”** (Cusicanqui, 2018).

Através de uma ênfase positiva que raramente é dada a contradição/conflito, Cusicanqui expressa a potencialidade da condição de uma constituição histórica a partir de distintas mesclas sociais, nos convidando a uma descolonização do nosso olhar diante da mestiçagem. Em seus estudos ressalta como os processos desenvolvimentistas e modernizadores que incidem historicamente sobre a América Latina atuam promovendo o apagamento de sujeitos, temporalidades e territorialidades outras. Sua proposta se encaminha no sentido contrário, explicitando o potencial analítico e transformador que existe em enfatizar a simultaneidade espacial de realidades sociais distintas, de espaço-temporalidades e forças sociais diversas e desiguais, sem que elas tenham que caminhar para um “resultado final” que as torna homogêneas, que as fundam completamente. Afinal, como coloca a autora, “esse fundido privilegia sempre um só lado” (Cusicanqui, 2018, p. 153. Tradução livre). Percebemos um diálogo entre a perspectiva apresentada por Cusicanqui (2018) de enfatizar a simultaneidade espaço-temporal de realidades sociais distintas com as perspectivas de Massey (2005) e Carlos (2011) ao interpretar o espaço enquanto lugar da multiplicidade, do encontro de trajetórias, de disputas de sentidos, de forma que, as três autoras acionadas partem da existência da multiplicidade que compõem o espaço e suas relações para embasar suas reflexões, ainda que para isso recorram a trajetórias epistemológicas distintas.

A reflexão proporcionada por Cusicanqui nos apresenta interessantes caminhos para refletir a formação social do caíçara, que é resultado de um

amplo processo de mesclagem entre os indígenas, os colonos europeus e os grupos étnicos africanos que habitavam o litoral, que foi continuamente atravessado pela dominação europeia. Nos últimos 50 anos, esse processo vem sendo apoiado pela versão da imposição da modernidade através da reprodução do espaço, trazendo consigo transformações também na forma de produção da vida, dos hábitos, dos desejos e necessidades que passam a fazer parte da vida cotidiana e que, atuando em conjunto, definem o projeto de homogeneização do mundo e supressão das diferenças, conforme já havia nos anunciado Carlos (2011) e Massey (2005).

Tendo em vista as proposições encaminhadas pelos autores referentes aos processos de dominação inerentes à reprodução capitalista, acionamos David Harvey para trazer mais uma contribuição que também fundamenta as bases acionadas para pensar como opera esse processo. Aquilo a que Karl Marx nomeou, inicialmente, de acumulação primitiva, que pode ser entendida como um dos principais instrumentos de expansão da acumulação do capital, foi amplamente empregada pelas colônias em seu duradouro processo de colonização do mundo desde o século XVI. O termo foi, mais tarde, ressignificado em seus estudos como acumulação por espoliação, buscando uma atualização de forma a abarcar mais elementos percebidos pelo autor que correspondem à prática espoliativa como perspectiva que permanece como possibilidade para a reprodução do espaço capitalista.

A partir de muitos estudos sobre a produção do espaço no modo capitalista, Harvey, bastante influenciado pelas reflexões de Marx, chama atenção para o jogo de forças de caráter assimétrico que se consolida no espaço, pautado pelo conflito entre os interesses hegemônicos frente aos interesses das classes populares. Realizando a mediação do conflito está o Estado e a dimensão fundamental que ocupa hoje na realização e na manutenção desses interesses, assim como na abertura de novas áreas para a contínua reprodução do espaço na forma capitalista. Sendo o Estado hoje pautado nos princípios do neoliberalismo, assume uma postura que tende majoritariamente para o lado dos interesses hegemônicos frente aos interesses da população. Segundo Harvey (2003, p. 124) “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Dentre os exemplos de processos de acumulação por espoliação colocados por Marx e expostos em Harvey (2003, p 121), estão a mercadificação e privatização da

terra com expulsão violenta das populações, a conversão de várias formas de direito de propriedade em direitos exclusivos de propriedade privada, supressão de formas alternativas de produção e consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, sistema de créditos etc. Os processos mencionados seguem vigentes atualmente, delineando dominações, expropriações e resistências em todo o globo. Somam-se a essas resistências, as realizadas pelos sujeitos da Praia do Sono ao longo das últimas décadas.

Veremos no próximo capítulo como a concepção e a prática da modernização do sul fluminense, a partir de um projeto voltado para o desenvolvimento de um turismo e veraneio de alto luxo, foi realizado em muitos momentos através de práticas espoliativas. Colocando diretamente como ativo as vastas áreas de mata atlântica, suas fontes de água doce, praias e ilhas à disposição, a baixíssimo custo, do capital internacional, que rapidamente produziu espaços segregados de condomínios e clubes luxuosos, com privatização de praias e ilhas inteiras. Processo que tem como resultado a desterritorialização de diversas comunidades, de caiçaras, indígenas, quilombolas e pequenos agricultores, encontrados no caminho da expansão e da reprodução.

Portanto, fomos a Harvey (2003) para abordar a espoliação como possibilidade que segue sendo acionada na abertura de territórios para a reprodução do espaço. A partir de todos esses aportes teóricos, construímos uma linha de raciocínio buscando compreender como o cotidiano comunitário da Praia do Sono, como esse espaço banal, como essa sociabilidade do homem simples vai sendo transformada pela força da lógica capitalista em expansão, configurando uma outra dimensão da mesclagem, a partir da contaminação dos hábitos, desejos, gostos e necessidades. Configurando essa mesclagem, sempre em construção, do que já foram duas perspectivas distintas de produção da vida, que hoje se encontram misturadas, expressas nesse cotidiano comunitário transformado, conforme também nos indica Souza Martins (2012).

Seguindo a perspectiva de Massey, Carlos, Harvey e Cusicanqui, tendo as contradições e os conflitos enquanto elementos permanentes que compõe a multiplicidade do espaço sempre em processo, temos como resultado da expansão da produção/reprodução do espaço para o sul fluminense - marcada pela espoliação - a manifestação na Praia do Sono de conflitos que surgem frutos da disputa pelo espaço. Como as dimensões de conflito e resistência nos acompanharão ao longo de todo o trabalho, explanamos aqui algumas ideias que expressam a partir de que perspectiva estamos tratando-as. Podemos nos

apoiar inicialmente na exposição de Bis dos Santos (2015), quando disserta sobre o conceito de conflito social e seu uso:

(...) utilizaremos o conceito de conflito social para delimitar as disputas em torno de objetivos coletivos, que muitas vezes representam disparidades no modelo – organizado ou não – de desenvolvimento aplicado à sociedade. (...) O conflito social, assim, representa a disputa entre grupos com posições diferentes sobre um determinado tema, tendo como pano de fundo o modelo de desenvolvimento social de um grupo coletivo específico (Bis dos Santos, 2015, p 545)

Tinoco (2019, p 37), a partir de Marx, coloca que o conflito “se expressa quando a lógica de valor de troca se sobrepõe às lógicas do valor de uso, normatizando-o e subsumindo a vida, impondo uma outra ordem transformadora”. Ambas as exposições dialogam e se complementam. Esse é justamente o sentido que empregamos ao abordar os conflitos na Praia do Sono, que serão abordados na presente pesquisa na forma de espaço-temporalidades ao longo do terceiro capítulo. Chamamos de conflito resultantes pois são movimentos que chegam ao território a partir da lógica externa, como resultante das formas de dominação e ameaças de desterritorialização impostas à comunidade, que, contra a ordem transformadora do cotidiano comunitário e de seu tecido social, reagem. Existem diversas formas ou táticas (Certeau, 1998) de resistências que são acionadas pelos sujeitos, em conformidade com os conflitos com que se relacionam. Essas táticas podem ser entendidas “como um conjunto de movimentos dos sujeitos em um jogo que lhes é imposto como organização e lei do seu lugar, usado como instrumental de luta através de sua vida cotidiana”. (Tinoco, 2018, p 36) Tinoco (2018) a partir de Certeau (1998) chama atenção para o caráter circunstancial das resistências, “em que cada circunstância pode promover um tipo de ação-reação”, o que revela a importância da dimensão do lugar na determinação das táticas de resistências que serão acionadas dentro do jogo de ação-reação da/na situação conflitiva. Podemos dizer que os conflitos se caracterizam como disputas pelo espaço, conforme já mencionado, enquanto as resistências são manifestadas enquanto movimentos que buscam a reafirmação desse espaço em disputa a partir da reafirmação do direito à diferença.

Realizaremos aqui uma distinção buscando justificar a ênfase dada para as tensões e conflitos no capítulo três e para as resistências no capítulo quatro. Nossa distinção consiste na compreensão dos conflitos enquanto resposta às externalidades que ameaçam à comunidade (grilagem de terras, especulação

imobiliária, grandes empreendimentos, unidades de conservação e o turismo predatório) e as resistências enquanto movimentos que partem de dentro do território. Nesse sentido, podemos pensar os conflitos e as resistências manifestadas em função da defesa e da permanência no território expostas no capítulo três a partir da seguinte perspectiva:

Quando pensamos as práticas espaciais dos sujeitos contra uma imposição de uma ordem de desterritorialização, o sujeito promove táticas dentro do jogo, apropriando sua realidade espacial e sua cotidianidade, que podem agregar insurgências, subordinações com o objetivo de sua sobrevivência, pois o jogo que lhes é imposto se constitui em parâmetros desiguais, promovendo, assim, movimentos que contestam a ordem tanto direta quanto indiretamente. De todo modo, para o sujeito de modo geral, o espaço é um elemento essencial para a existência, pois, para ele, perder o espaço de vida, nesse caso o território, significa deixar de existir ou desaparecer. Isso o leva a promover um conjunto de ações de resistência que se apresentam em suas táticas cotidianas de luta. (TINOCO, 2018,p 36)

Embora nosso enfoque no terceiro capítulo seja nas tensões e conflitos, compreendemos as respostas a essas externalidades como resistências. No entanto, compreendemos que nos movimentos abordados no quarto capítulo a resistência ganha outras dimensões, de caráter propositivo, enquanto movimentos propositivos de ressignificação do espaço, apoiados na dimensão da identidade e da memória contra a força dos elementos externos de dominação que atuam no sentido de subalternizar os sujeitos da Praia do Sono. A resistência propositiva implica que o movimento “deve se converter, ao final, em um caminho para novo avanço e isso é, em última instância, o que deve motivar a resistência” (Freitas, 2018, p 98).

Apoiados na afirmação da diferença e da multiplicidade afirmadas por Massey (2005), os sujeitos em articulação coletiva propõem alternativas de caminho ao que está posto na forma de proposições estruturadas, como serão abordadas as movimentações em torno do projeto de turismo de base comunitária, a luta pelo projeto da educação diferenciada e o movimento de fechamento realizado no período da pandemia da Covid-19. Optamos por fazer essa distinção com intuito de enfatizar a diferença da natureza dos processos abordados no capítulo três e no capítulo quatro, embora sejam reconhecidas resistências em ambos os momentos de abordagem. Na nossa realidade de

estudo os movimentos propositivos revelam uma dimensão de r-existências como na perspectiva apresentada por Porto-Gonçalves.

Chamamos atenção ainda para a contradição inerente aos movimentos de r-existência, uma vez que se luta no vivido contra múltiplas formas de violações à comunidade e a manutenção do seu modo de vida. Ou seja, se luta contra a dominação da reprodução do espaço na lógica capitalista do mundo como mercadoria. No entanto, esse vivido é preso ao capital e suas práticas. Portanto, conforme nos evidencia Tinoco (2018, p 39) “a complexidade do sujeito da resistência vai da subordinação à lógica da sociedade de consumo em seu plano das relações sociais para a insurgência frente ao processo de transformação de sua realidade espacial com o objetivo de sobrevivência.”

Portanto, ainda que se esteja sem dúvidas inseridos na lógica capitalista de reprodução do espaço, os sujeitos da Praia do Sono vem realizando historicamente distintas formas de resistência contra os conflitos que ameaçam sua permanência no território. Além disso, o caráter propositivo que os últimos movimentos de resistência apresentados no capítulo 4 vem manifestando, nos levam a refletir, amparados pelos referenciais teóricos mencionados ao longo do capítulo, na multiplicidade de caminhos possíveis e de potencial ainda não completamente conhecidos que novas formas de lidar com a relação entre turismo, educação, comunidade e renda a partir da dimensão da memória oferecem para o fortalecimento da autogestão comunitária e para a promoção de cotidianos não subalternizados (ou subalternizados em menor intensidade) pela dominação imposta pela reprodução do espaço nos moldes capitalistas.

Como se vê, embora sejamos influenciados por diversos autores que lemos e com os quais dialogamos ao longo do trabalho, é com Carlos e Massey, bem como com Heller e Cusicanqui que mais fortalecemos a nossa reflexão. Os dois primeiros nos fundamentarão o conceito de espaço e produção/reprodução do espaço. Os dois seguintes nos oferecendo caminhos reflexivos para trabalhar com as dimensões do cotidiano e da mesclagem, com a contradição e o conflito como constantes. Esses três elementos (espaço, cotidiano e mesclagem) serão fundamentais para a estruturação teórico e empírica (sempre inter relacionadas) em nosso trabalho. Mesmo que eventualmente se recorra a outros conceitos (território, lugar, acumulação por espoliação, interno/externo, modernidade) e a outros autores (Harvey, Santos, Haesbaert e outros) é com as perspectivas analíticas de Carlos, Massey, Heller e Cusicanqui que formulamos a nossa base de reflexão. Sendo assim, há momentos de reflexão que terão suas questões melhor iluminadas acionando diferentes ferramentas para realização do trabalho,

tendo em vista que todos os conceitos são acionados no sentido de nos auxiliarem a interpretar o pano de fundo total da pesquisa, que se expressa na luta pelo espaço, que se torna o elemento central de todo esse processo.

Nesse sentido, em nosso terceiro capítulo, o pano de fundo que é a produção/reprodução capitalista do espaço será analisado a partir da perspectiva das disputas assimétricas entre distintos projetos de produção do espaço, que nos leva à dimensão do poder, do conflito e da dimensão simbólica da apropriação do espaço. Acionando essas dimensões, somos “quase que naturalmente” encaminhados para a abordagem de território como proposto por Haesbaert. O conceito de território em Haesbaert propõe pensá-lo simultaneamente em suas múltiplas dimensões numa perspectiva integradora (HAESBAERT 2011, p. 16): a política, com ênfase para as relações entre espaço e poder (ou jurídico-política, focalizando as relações institucionalizadas entre espaço e poder); a cultural ou simbólica, e a econômica. Ao abordar território, portanto, abarcamos essa tripla dimensão, que no plano do vivido se manifesta de forma integrada a partir de um conjunto de múltiplas relações.

No quarto capítulo trataremos dos movimentos de resistência propositivas, expressas na complexa busca pela r-existência a partir de projetos como o turismo de base comunitária, a educação diferenciada e o episódio de fechamento do território durante a pandemia. Trataremos também da dimensão simbólica, subjetiva, do pertencimento fruto do vivido, acionando a memória, ressignificando práticas espaciais e saberes-fazeres-territorializados, o que nos remete a dimensão do lugar, suas relações e especificidades. A abordagem de Massey (2008) sobre lugar como eventualidade, nos leva a refletir acerca da dimensão do lugar em sua multiplicidade de trajetórias simultâneas, heterogêneas, que conformam tensões e antagonismos - que são intrínsecos ao movimento de produção da vida e - , que reconfiguram o político neste grande desafio que nos impõe um estado de constante negociação, que segundo Massey, seria inerente ao nosso desafio de acabar-juntos. Acionar a dimensão do lugar nos auxiliará a refletir sobre o sentido global do lugar que a Praia do Sono vem adquirindo diante de seu movimento de enfrentamento, reinvenção e r-existência a partir do desenvolvimento de novas formas de lidar com a relação entre tradição e modernidade, articulando-as e inserindo-as no cotidiano turístico comunitário. O que tem sido feito através do turismo de base comunitária, da educação diferenciada, a realização de oficinas coletivas e encontros fomentando temáticas culturais, como luta pela superação do estar-inserido

subalternamente na reprodução capitalista do espaço e, simultaneamente, como instrumento de valorização da cultura local e reafirmação do território caiçara.

É preciso destacar ainda que o acionamento desses conceitos são focalizações. Não devem ser pensados como escolhas fixas, imutáveis, fechadas. No desenrolar da reflexão, a pesquisa parece tomar vida própria, rumando por caminhos às vezes não planejados. É o movimento entre a teoria e a empiria que vai nos indicando novas possibilidades. Fazendo uma ponte com a constelação de conceitos de Haesbaert e a caixa de ferramentas de Cruz, quando olhamos para um planeta, não somos impedidos de ver o céu. Assim como não jogamos a caixa de ferramentas fora porque agora utilizamos somente uma. Como alerta Haesbaert, a vantagem de colocar foco numa forma específica de olhar para nosso ‘objeto’ é que isso, justamente, não requer que sejam ignoradas as outras possibilidades de focalização, “o que implica sempre a existência de outros elementos que, ainda que ‘fora de foco’, ali continuam presentes” (2014, p 42).

2.2 Procedimentos de investigação

Realizaremos uma pesquisa de caráter qualitativa. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa:

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p 58)

Arilda Schmidt Godoy (1995), em suas reflexões acerca das possibilidades e potencialidades da pesquisa qualitativa, traça alguns aspectos que caracterizam esse modo de fazer pesquisa, dentre eles: o ambiente natural como a fonte direta de investigação e o papel do pesquisador enquanto instrumento de realização da pesquisa, o aspecto descritivo da pesquisa e o conjunto das subjetividades e significações entorno das coisas e da vida do grupo estudado como uma das preocupações fundamentais.

No presente capítulo vêm sendo explicitados os caminhos e relações traçadas entre o percurso teórico proposto e a empiria. Ao longo do terceiro capítulo, nos debruçaremos nos conflitos que atravessam a trajetória da comunidade da Praia do Sono como resultado do processo maior de expansão

da reprodução do espaço em Paraty. Para realizar essa análise teremos como procedimento de investigação dentro da perspectiva qualitativa, as análises documentais, incluindo uma variedade de documentos que já foram produzidos, entre teses, dissertações, artigos, jornais, vídeos, capas de revista etc. Nessa fase de procura em artigos midiáticos é importante destacar a dimensão que Godoy (1995) chama a atenção, acerca da análise de conteúdo, que busca identificar para além do que está posto, - do óbvio - as narrativas e intencionalidades que se escondem por detrás do discurso, buscando uma interpretação mais concreta dos fatos. Segundo Godoy (1995):

Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, conforme indicado anteriormente, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido. (Godoy, 1995, pg 24)

Essa dimensão é importante para o desenvolvimento do terceiro capítulo, uma vez que a expansão da produção capitalista do espaço no sul fluminense se faz apoiada em narrativas desenvolvimentistas, pautados nas ideias de progresso e modernidade, o que se evidencia partir do trabalho de análises críticas dos diversos documentos disponíveis para consulta. É de nosso interesse investigar a produção e o poder dessas narrativas, as intencionalidades que simultaneamente, se escondem e se apresentam nelas, como já nos alertaram anteriormente Kosik, Lefebvre e Carlos.

Godoy (1995) ressalta a preocupação nas pesquisas qualitativas com a análise do mundo empírico, enfatizando a importância d“o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (Godoy, 1995, p 62). Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre a importância do trabalho de campo nesse procedimento de investigação, uma vez que está pautado em desvelar o que se apresenta no campo do real é de grande relevância para uma pesquisa bem fundamentada o contato e o conhecimento acerca do grupo com o qual se pretende dialogar. Tal como Kosik (1976) também nos aconselha, acerca da importância do contato com o real na busca pela apreensão da aparência para, superando-a, se aproximar de alcançar a essência. O que, sabemos, nunca se dá por completo. Estamos de acordo com a importância que é dada a realização do trabalho de campo e das potencialidades que o mesmo carrega, uma vez que, é no contato direto com os sujeitos que muitos aspectos do cotidiano são revelados, através da vivência, do estar presente, do sentir a fala do outro. Sensações que dificilmente, mesmo um texto

bem escrito e fundamentado, conseguiria expressar. Se não fosse a participação, desde 2017, no projeto de extensão Raízes e Frutos, dificilmente teria a possibilidade de desenvolver essa pesquisa da maneira que ela se propõe, pois não haveria a vivência no território, que possibilita um mergulho mais profundo e prolongado nas situações e no processo de investigação daquele vivido.

Antonio Vicente Marafioti Garnica (1997), em seu artigo onde busca sistematizar questões acerca da pesquisa qualitativa, nos apresenta aspectos importantes sobre a importância da proximidade. Dialoga ainda com outros aspectos que estamos de acordo, como a incapacidade de realização de uma pesquisa neutra e o aspecto inerente da reflexão enquanto sempre inacabada, sempre em processo, quando expressa que:

O homem compreende porque interroga as coisas com as quais convive. As coisas do mundo lhe são dadas à consciência que está, de modo atento, voltada para conhecê-las: o homem é já homem-no-mundo, ele percebe-se humano vivendo com outros humanos, numa relação da qual naturalmente faz parte, não podendo dissociar-se dela. Assim, não existirá neutralidade do pesquisador em relação à pesquisa - forma de descortinar o mundo -, pois ele atribui significados, seleciona o que do mundo quer conhecer, interage com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo. Também não haverá “conclusões”, mas uma “construção de resultados”, posto que compreensões, não sendo encarceráveis, nunca serão definitivas. (Garnica, 1997,pg 111)

Desde o princípio teremos nosso lócus de enunciação e nossa perspectiva sobre o processo que se propõe a estudar bem definidas. Entendemos que pesquisas que se pressupõem enquanto neutras estão, assim, associando-se à perspectiva hegemônica, uma vez que partimos do pressuposto que não existe possibilidade de realizar uma pesquisa acadêmica, fundamentada em autores e ideias específicas, de forma neutra. Pois, como já mencionado, ao adotar atores, ideias e conceitos, adotam-se maneiras específicas de interpretar o mundo. É assumida uma posição.

Nosso quarto capítulo apresenta algumas características da perspectiva etnográfica, em que iremos, através do exemplo da Praia do Sono, analisá-lo como lugar que sofre um processo e, simultaneamente, levanta resistências diversas frente a ele. Essas reflexões também se apoiarão em análises documentais, mas principalmente no movimento de retorno ao material empírico já coletado ao longo dos anos junto às experiências proporcionadas pelos trabalhos de campo realizados.

Rocha e Eckert (2008), refletindo sobre a pesquisa etnográfica, anunciam alguns elementos que são tidos como fundamentais para esse modo de fazer pesquisa e que consideramos relevante de serem apresentados, uma vez que acima apontamos que a presente pesquisa se identifica como qualitativa com traços etnográficos. Dentre esses elementos está a importância da observação direta do grupo que se deseja investigar, a partir de um olhar atento aos movimentos, olhares, aos ditos e não ditos, buscando compreender como se dão as relações sociais e como se manifestam as tensões. Outro elemento que se apresenta é o trabalho de conhecer, de mergulhar, questionar suas próprias convicções e representações para despir o outro das significações impostas por nossa racionalidade urbana, trata-se de retirar o outro da condição de “outro”. O cuidado com a escuta atenta também é um dos elementos fundamentais tanto para a pesquisa etnográfica quanto para a nossa pesquisa e para o próprio existir da extensão universitária, a partir do qual tive contato com o universo caiçara de forma mais profunda. A apreensão do universo de pesquisa e explicitação do contexto estudado também se apresentam como elementos importantes na realização pesquisa etnográfica e envolve duas dificuldades. A primeira concentrada no movimento de apreensão da realidade que se explicita diante de representações e a segunda no exercício de tradução, de levar essa apreensão ao papel e expressar o que foi percebido. Destaca-se também a relevância dos relatos, das anotações feitas em campo, que muitas vezes conseguem capturar frases, reflexões, acontecimentos ou sensações que contribuem de forma rica para a pesquisa como um todo e que, se não fossem registradas no momento do vivido, muitas vezes teriam a riqueza dos detalhes e suas potencialidades perdidas. Os traços etnográficos mencionados são importantes para a etnografia, assim como o são para a realização de nossa pesquisa e como o foram para a trajetória de inserção na Praia do Sono. Além de elementos importantes para a realização da pesquisa, trata-se de posturas com as quais devemos nos comprometer.

Após explicitadas o caminho que percorremos ao longo de nossas reflexões, partindo de uma perspectiva de diálogo com a abordagem descolonial, que pressupõe a valorização da multiplicidade de sujeitos e vozes, trataremos agora do lócus de enunciação do pesquisador, buscando refletir também sobre o lugar de fala. Haesbaert (2021, p 43), a partir de Foucault (2014), nos atenta para as relações de poder que estão impregnadas no nosso cotidiano e, como não poderia ser diferente, em nossos discursos, alertando para o poder que temos através da construção de nossas narrativas. O que nos direciona à

reflexão sobre o lócus de enunciação, atentos à dimensão do poder que o contém e a necessidade de buscar ter clareza dos privilégios e das dificuldades associadas ao lócus em que estamos inseridos e a partir do qual nos expressamos.

Por exemplo, numa comunidade caiçara, posso ser compreendida como uma pesquisadora acadêmica, o que pode ser considerado por alguns como um benefício, concedendo a esse posto até mesmo algum grau de superioridade dentro das subjetividades dos sujeitos da comunidade. Uma vez que ela é formada por poucas pessoas que tiveram a oportunidade de chegar ao ensino superior - vide a luta pelo acesso à educação diferenciada e pelo acesso ao ensino médio nas poucas escolas que existem na REJ - o que pode resultar num olhar que expressa essa condição - de formado no ensino superior/ de pesquisador - como um símbolo de poder. O que pode ter um efeito tanto positivo quanto negativo, o que vai depender do modo de inserção. Mas, simultaneamente, na realização de um trabalho na comunidade, posso ter essa condição imediatamente desvalorizada diante de um colega de profissão homem, simplesmente pela condição de ser mulher em uma comunidade que, assim como o restante do planeta, carrega, expressa e reproduz a força do patriarcado através de diversas manifestações de machismo, com posicionamentos arcaicos acerca do lugar da mulher na sociedade, o que uma mulher deve ou não fazer, como deve ou não se portar. Esse é um exemplo que faz sentido pela minha experiência vivida enquanto mulher. No entanto, é importante destacar que é apenas um exemplo de uma das várias expressões e formas de dominação existentes. O patriarcado compõe uma intrincada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, associada à chegada nas Américas não só de um modelo econômico pautado na dominação, mas à chegada do “homem/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo” (GROSFOGUEL, 2008, p 122). A chegada desse sujeito, com suas significações e preconceitos é o que pauta a maneira geral com que as pessoas se relacionam ainda nos dias de hoje. Às vezes mais, às vezes menos atingidos por esse conjunto de formas de dominação, todos expressam esses atravessamentos de alguma maneira, uma vez que “o processo de incorporação periférica na acumulação incessante de capital foi sendo constituído por, e enredado com, hierarquias e discursos homofóbicos, sexistas e racistas”(GROSFOGUEL, 2008, p 134). De forma que se torna impossível não manifestar alguma dessas posições na vida cotidiana. É claro que a expressão dessas situações não pode

ser generalizada e os posicionamentos acerca dessas temáticas irão variar de sujeito para sujeito, na Praia do Sono e em qualquer lugar do mundo. No entanto, esse exemplo fundamentado na realidade explicita o aspecto relativo que a dimensão do lugar de fala carrega, posto que depende de quem fala, assim como e, simultaneamente, com quem se fala. E como ambos foram atravessados e expressam esse conjunto de significações.

Ainda que muitos cuidados sejam necessários, concordamos com Haesbaert (2021), quando o mesmo aponta os perigos de uma leitura simplificadora que parta de uma perspectiva auto segregadora, “de que somente quem vive um determinado processo ‘de dentro’ é que pode falar” (Haesbaert, 2021, p42). Ainda que existam argumentos que devem ser levados em consideração e que estimulem o necessário e importante movimento de repensar nossa prática enquanto pesquisador, precisamos ter cuidado ao andar por caminhos demasiadamente essencialistas. É preciso ser zeloso, ter compromisso com o grupo com quem se trabalha, responsabilidade e respeito às histórias de vida e muitas vezes de sofrimento que nos são gentilmente abertas e compartilhadas, o que representa acima de tudo, a confiança que nos foi concedida e portanto, o compromisso humano e acadêmico necessário, que toda pesquisa deve buscar ter.

Grosfoguel (2008) realiza uma crítica epistemológica em seu artigo “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, trazendo a cabo a reflexão sobre o lócus de enunciação. Ele defende que nossos conhecimentos são sempre situados (pg. 118) e que há, portanto, a necessidade de explicitar de onde parte essa situação. Aborda que, dos grandes problemas que carrega a ciência moderna, um deles está justamente na “existência” desse sujeito não enunciado, numa lógica em que aquele que fala se encontra sempre escondido, ocultado da análise. Grosfoguel aponta como essa ocultação, essa ausência de explicitação do lócus de enunciação, é justamente um dos elementos que dá sustentação a ideia de uma verdade universal (tão combatida ao longo desta pesquisa) uma vez que não se expressa, não está posto a partir de que perspectiva, de que lugar no mundo se fala. Parecendo, portanto, se tratar de uma verdade que serve a todos, a partir de um sujeito não enunciado, mas que parece falar por todos, como uma “espécie de deus”, conformando mais um mito europeu. Segundo o autor:

Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro, que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e o corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial a partir do qual o sujeito se pronuncia. (GROSFOGUEL, 2008, p 119)

Ou seja, o problema não está em não pertencer ao grupo com o qual se pretende trabalhar, o problema está justamente numa pressuposta neutralidade que se expressa na ausência da explicitação do lócus de enunciação. Nesse sentido, reitera-se minha posição enquanto não caixara, mas enquanto uma cidadã urbana, pesquisadora e ativista, que desde 2017 trabalha com comunidades da REJ, suas dinâmicas e as transformações que envolvem os sujeitos sociais que ali habitam. Parte-se de uma postura que busca estabelecer laços de confiança e afeto, uma vez que o lugar e cada pessoa com quem me relacionei ao longo desses anos representam muito mais do que sujeitos de uma pesquisa de pós-graduação, mas constituem experiências e ensinamentos que transbordam a academia e que estarão sempre presentes em minha trajetória. Considera-se a presente pesquisa como um espaço aberto para que a multiplicidade de vozes que tanto nos alerta Massey sejam postas, colocadas em diálogo, discutidas e explicitadas. Entendemos, portanto, que eu parto de um lugar de fala específico, enquanto mulher, branca, pesquisadora e ativista. E que, os caixaras, suas falas e perspectivas, em sua heterogeneidade, e que serão aqui em alguns momentos apresentadas e discutidas, partem de um lugar de fala diferenciado, por eles empregado e utilizado a partir do vivido.

Em nossa busca por integrar teoria e empiria procuramos pôr em diálogo os conceitos apontados e os autores que nos servirão de base com os sujeitos sociais envolvidos nas relações assimétricas apontadas. Para tanto, explicitamos alguns procedimentos de investigação utilizados até agora em nossa pesquisa.

Começamos por uma ampla revisão bibliográfica das pesquisas e artigos já desenvolvidos sobre a região, que configuram uma multiplicidade de campos do conhecimento e versam sobre diversas temáticas no universo científico, visto que é uma região que vem recebendo expressiva atenção, principalmente no campo das ciências humanas. Essa atenção pode ser justificada pelo fato de que o sul fluminense guarda ainda, no seio do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, diversas particularidades, configurando uma multiplicidade de sujeitos e modos de produção de vida, que vem sendo sujeitados e cada vez mais atravessados

pelo crescimento das duas maiores metrópoles do país. A reprodução do espaço que parte dessas metrópoles não só respinga sobre o litoral sul fluminense, como tem nele um dos focos de expansão do capital, tendo na região um projeto de turismo e veraneio de alto luxo correndo “a todo o vapor”. Frente a essa reprodução em expansão são vistos movimentos variados de organização dos povos que ali habitam, criando múltiplas formas de resistência.

São muitos os trabalhos que se debruçam nas questões em torno de Paraty. Entendemos que nenhuma análise será realizada da mesma forma por duas pessoas, pois são sempre movidas e instigadas por questões distintas, atravessadas por diferentes caminhos, experiências com o vivido e abordagens teórico-metodológicas. Nesse sentido, ressaltam-se aqui alguns trabalhos de pesquisa que se debruçam especificamente sobre a Praia do Sono, realizadas por Jaeger (2018), Faro (2021), Simão (2021) e da Silva (2020). Todos esses são trabalhos que examinam, através de diferentes perspectivas, a Praia do Sono em sua geo-história, seus conflitos e resistências.

Damos destaque especial a pesquisa realizada por Faro (2021) e Da Silva (2020) como pesquisas que ampliaram o leque de ideias e questões a serem abordadas no presente trabalho, nos desafiando a buscar perceber pontos em que poderíamos avançar nas análises que já foram construídas, somando na produção de conhecimento acerca da região, tão dinâmica em seus processos. Sempre haverá algo a ser desvendado, a ser investigado de forma mais profunda ou a partir de outra perspectiva. Portanto, esses trabalhos serão constantemente mencionados, com suas ideias postas em diálogo com nossa proposta. São trabalhos realizados com riqueza de detalhes e com uma proximidade diferenciada das autoras para com a comunidade e as temáticas em questão.

Além disso, foi realizada também uma revisão bibliográfica de cunho mais interno ao projeto Raízes e Frutos, pesquisando artigos e produções já desenvolvidas pelos colegas de projeto, mas também à materiais não divulgados, como documentos, relatos de campo, fotografias, apresentações de trabalhos etc. Destaca-se o proveito realizado do material recolhido para a realização de meu TCC, de reflexões presentes na parte escrita e nas entrevistas realizadas em 2019 e 2020, que em seus conteúdos atravessam diretamente as reflexões aqui propostas. Destaca-se também o aproveitamento da *live* já mencionada, ‘Territórios caiçaras, turismo e pandemia’, que atuei como mediadora e o posterior artigo realizado por mim em conjunto com Fernandes e Gabrielli (2021), fruto das reflexões proporcionadas pela realização da *live*.

São de fundamental importância, é claro, a realização dos diversos trabalhos de campo na REJ. Não delimito a importância aos realizados especificamente na Praia do Sono, uma vez que, como já mencionado, tratamos dessa comunidade como exemplo de lugar onde as tensões podem ser percebidas. Sem perder de vista que o processo de imposição da lógica capitalista através da reprodução do espaço se dá de distintas formas em cada comunidade, dentro de suas heterogeneidades. Ainda assim, nos trabalhos de campo e visitas às outras comunidades, como Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba, Praia da Sumaca, Martim de Sá, Ponta Negra e Trindade, as contradições e os questionamentos advindos do embate entre dois modos de produção da vida em mesclagem podem ser a todo momento percebidos, as vezes de forma mais explícita e potente e, às vezes, em pequenas falas, olhares e observações.

Muitas vezes grandes observações partem do não dito ou do dito naquelas prosas confortáveis, informais, no “jogar conversa fora”. Como o incômodo com a postura de pessoas de fora e a estranheza com as tantas necessidades de quem vem. Como já foi compartilhado, por exemplo, em tons de risada mas com certa preocupação, sobre turistas que descem do barco e chegam nas areias da Praia do Sono calçando sandálias de salto alto ou questionando sobre a fonte de energia para conectar o fio do secador de cabelo.

O pisar na areia, o estar em campo, estar no território, em contato com as pessoas, olhando nos olhos, sentindo suas urgências, suas alegrias, suas inquietações, observando, conversando, compreendendo as diferentes narrativas e pontos de vistas sobre as questões que versam o lugar não só é um grande prazer e um grande privilégio, mas um elemento fundamental para possibilitar uma interpretação que se preste genuína acerca dos processos que atropelam o território e as pessoas que nele vivem.

Figura 15: Atividade do Raízes e Frutos com os estudantes da Praia do Sono



Fonte: A autora, 2022.

E não apenas genuína acerca de ou sobre o que se trata, mas genuína para com quem se trata, genuína com a minha experiência e com a experiência, que nos foi compartilhada, do “outro”. Que esse também seja um lugar para explicitar o expressivo valor e o potencial que a extensão universitária carrega, conectando os estudantes com o mundo, com os sujeitos sociais, com as tensões e as contradições do real, sendo um instrumento poderoso na criação ou no encaminhamento de resoluções às problemáticas que se apresentam na esfera local. Esfera essa que as universidades carregam grandes possibilidades de diálogo e de construção coletiva, retornando para a sociedade em forma de conhecimento aplicado o investimento que ela nos concede.

Figura 16: Momento de troca e exibição de documentários do Raízes e Frutos com lideranças da Praia do Sono



Fonte: Arquivo pessoal Raízes e Frutos, 2022

Como parte posterior de nossos procedimentos de investigação temos a coleta de dados, mapas, a análise e posterior separação das informações obtidas, processo permanente de construção e reconstrução que vem sendo realizado ao longo dos dois anos de mestrado. Nesse reconstruir contínuo, em que a pesquisa parece tomar vida própria e fugir de nossas mãos definidoras, vão sendo feitas e refeitas articulações, criadas e recriadas reflexões e apontamentos, nesse processo, sempre aberto, que é a construção intelectual. A seguir, apresentaremos o capítulo três, no qual procuraremos expressar os conflitos fruto da expansão da produção/reprodução capitalista do espaço em Paraty, que para os habitantes da Praia do Sono se expressa a partir de diversas ameaças de desterritorialização e transformação do cotidiano, aqui organizadas na forma de espaço-temporalidades

3- Espaço-temporalidades que tensionam a comunidade caiçara da Praia do Sono: entre estradas, grileiros, condomínios privados, unidades de conservação e atividades turísticas

Ao longo do tempo, foram diversos os mecanismos empregados para a imposição de um modelo específico de produzir espaço, sociabilidade e vida, o modelo capitalista de produção. O presente é uma nesga entre o passado e o futuro. Nesse sentido, os eventos que marcaram a localidade da Praia do Sono nos últimas 5 décadas são cruciais para que possamos construir uma linha de raciocínio comprometida em realizar uma interpretação de aspectos da contemporaneidade, garantindo que nela estejam contempladas as forças transformadoras expressas em eventos que ocorreram no passado, mas que seguem atualizando-se, mesclando-se e influenciando diretamente na dinâmica atual da comunidade. Essas “forças transformadoras” serão expressas no presente capítulo na forma de distintas espaço-temporalidades, entendidas enquanto elementos externos determinantes para as transformações das relações sociais comunitárias na Praia do Sono.

O objetivo do presente capítulo é analisar **algumas formas como os habitantes da Praia do Sono têm seus cotidianos alterados através do processo de reprodução capitalista do espaço, que chega até a comunidade nas últimas cinco décadas na forma de ameaças de distintos elementos externos. Nos interessa tanto compreender o processo de chegada desses elementos quanto como com eles se relacionam os sujeitos que vivem no lugar.**

Tratando-se de setenta anos marcados por distintos movimentos no território, temos alguns marcos espaço-temporais que compõem essa totalidade aberta. Vamos até Milton Santos para, a partir dele, acionar a ideia contida na perspectiva da “periodização”, presente no primeiro capítulo de sua obra “A natureza do espaço” (2006).

Santos (2006), buscando superar as limitações e as fragilidades analíticas contidas na perspectiva interpretativa que compreende o espaço e o tempo como dimensões separadas dentro das ciências, inclusive dentro da ciência geográfica, realiza um amplo debate (SANTOS, 2006, p 30-35) a partir de obras de autores como Horning (1992) e Marx (1867), buscando propor

metodologias que possibilitem avanços analíticos acerca da superação dessa limitação. Santos (2006, p 33) coloca que:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. (SANTOS, 2006, p 33)

Estamos de acordo com Santos (2006), e recrutamos também o pensamento de Harvey (2013), que reafirma a inseparabilidade do espaço e do tempo e vai além, propondo uma transformação no pensamento e na própria linguagem ao trazer a perspectiva inserida no termo “espaço tempo/espaço-temporalidades”. Harvey (2013, p.11) afirma que “é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, e isto implica uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade”.

A partir da perspectiva da inseparabilidade entre espaço e tempo, que é também apoiada por Harvey - como destacamos acima -, Santos apresenta a ideia da periodização, proposta como possibilidade de ferramenta para a organização do pensamento. Uma vez que as ações se dão no espaço e são também historicamente determinadas, abre-se a possibilidade de organização da espaço-temporalidade através de uma “fragmentação” espaço-temporal, que nos servirá de instrumento inicial para análise dos distintos momentos que compõem a produção/reprodução do espaço, que tem como marco eventos específicos que chegam ao território e se somam à já bastante imbricada teia de relações ali presentes, com participação de diversos sujeitos e elementos. A periodização de Santos (2006) não requer datas, requer fatos que reconfiguram o espaço e as espacialidades. Posteriormente à análise realizada inicialmente, e de forma temporária, a partir da fragmentação do espaço tempo, (re)integramos os fatos, para que possamos, então, buscar refletir sobre eles em sua totalidade, nessa densa busca que nunca é alcançada por completo.

Segundo Santos (1988, p 83):

Um método assim elaborado e sistematicamente aplicado nos permitirá escrever igualmente **as novas tendências de uso do território**. (...) Essa noção de periodização é fundamental, porque nos permite definir e redefinir conceitos, e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto. (SANTOS, 1988, p 83) [Grifos meus]

A partir da perspectiva proposta por Santos (1988), abre-se para nós uma possibilidade de organização do pensamento, assim como de nosso capítulo. Ainda que desejemos neste capítulo realizar uma análise que parte, de certa forma, de uma perspectiva histórica, caberia melhor compreendê-la enquanto uma análise que propõe uma perspectiva espaço temporal. O que nos interessa de fato é a espacialidade da lógica capitalista se impondo hegemonicamente em Paraty, buscando compreender a manifestação desse processo na comunidade caiçara da Praia do Sono. Porém, compreendemos que ao longo dos 70 anos mencionados, a imposição de tal lógica se dá de diferentes formas, a partir de diferentes instrumentos. Visto isso, nos auxiliará para buscar compreender esses distintos momentos a proposta da periodização de Santos (2006, 1988). Proporemos, então, fatos e eventos que definem, para nós, distintos momentos e processos que traduzem a expansão da lógica capitalista em Paraty - e como essa chega à Praia do Sono - e representam/apresentam rupturas em relação à forma anterior, trazendo novos aspectos e intencionalidades que reconfiguram a produção e a reprodução do espaço e traçam “as novas tendências de uso do território”. Santos (1999, p 38) coloca que o aspecto que marca a ruptura de um período para o outro é a chegada de uma nova variável, seja ela técnica ou cultural. Faremos o esforço, portanto, de definir nossos marcos temporais, explicitar porque os entendemos como marcos, apresentar que ruptura entendemos que eles apresentam e de que maneira compreendemos que a lógica capitalista se impõe em cada um desses eventos.

Harvey (2013, p 33) coloca que “muita discussão sobre as assim chamadas “relações local-global” têm se tornado uma desordem conceitual, por exemplo, devido à inabilidade para se compreender as diferentes espaço-temporalidades envolvidas. De fato, nossa análise envolve ações multiescalares, envolve diferentes espaço-temporalidades que configuram diversas expressões de relação entre o local e o global em cada momento da periodização, com distintas faces e forças de internalização de elementos externos à dinâmica comunitária. A lógica capitalista impõe-se através de instrumentos de dominação (sedução, cooptação e sujeição), se territorializa, atravessando e dominando outras formas de organização da vida. Abordaremos,

portanto, múltiplos elementos e sujeitos que compõem os distintos momentos de expansão da lógica capitalista de produção/reprodução do espaço através de elementos como: a chegada da Rodovia BR-101, o caso de grilagem da Praia do Sono realizada por Gibrail Tannus e sua família, a territorialização do Condomínio Laranjeiras, a territorialização de Unidades de Conservação e os embates quanto à sobreposição de áreas e, finalmente, a expansão de um turismo predatório. Tudo isso, ao longo de 70 anos, atua diretamente sobre as dinâmicas sociais da Praia do Sono. Percebe-se que falamos de diversos elementos, momentos e eventos, que constituem as distintas espaço-temporalidades que reconfiguram a cada dia a realidade do lugar, enquanto se interrelacionam permanentemente.

Articulando as propostas apresentadas nas espaço-temporalidades de Harvey (2013) e na periodização de Santos (2006;1988;1999), a partir de eventos que marcam momentos espaço-temporais da Praia do Sono, definiremos nossa periodização, que se propõe marcada por 5 eventos, sendo eles:

- (1) A chegada da Rio- Santos e a “descoberta do paraíso”
- (2) Grilagem de terras: o caso Gibrail
- (3) A territorialização do capital na forma do Condomínio Laranjeiras
- (4) Chegada das Unidades de Conservação
- (5) A consolidação do turismo como atividade econômica e os entraves do turismo predatório

De forma alguma temos a pretensão de cristalizar esses eventos ou abordá-los como “congelados” no tempo. Essa delimitação é um instrumento que nos ajuda a construir nossa reflexão, tendo o objetivo de reintegrar as “partes” com o “todo” posteriormente. É um momento da análise. Trabalhamos com a consciência de que são eventos que trazem marcos espaço-temporais, que reconfiguram as dinâmicas comunitárias permanentemente. O fato de cada novo “período” ser marcado, como colocou Santos (2006) e que destacamos acima, por uma ruptura, não significa que, por exemplo, com a chegada do condomínio Laranjeiras a BR 101 perca sua importância, nem que a expansão do turismo tire a força conflitiva do condomínio Laranjeiras, nem que o turismo acabe com as tensões acerca da conservação ambiental. Pelo contrário, cada novo elemento que chega ao território se soma e se imbrica com a trama de relações, tensões e conflitos que ali estão postos, tornando cada vez mais complexo o trabalho com

essa variedade de elementos e sujeitos que marcam essas espaço-temporalidades, que compõem o espaço-totalidade-aberta.

Todos os elementos mencionados são considerados eventos que marcam permanentemente a história da Praia do Sono, reiterando sempre que não são fatos sucessivos. A partir do momento em que surgem, se tornam coexistentes com as outras espaço-temporalidades presentes, com os aspectos de uma se relacionando com o de outra, estabelecendo novos desafios e problemáticas, como por exemplo a questão da conservação ambiental entrando em choque com as práticas tradicionais de uso do território ou com a atividade turística. Daqui em diante apresentamos os eventos que marcam cada espaço-temporalidade. Essa divisão é realizada para nos auxiliar em nosso processo de investigação, lembrando sempre que partimos do ponto que, na prática, na vivência cotidiana, é impossível separar todas essas dimensões que compõem a cotidianidade e a totalidade dos habitantes da Praia do Sono. Abaixo, segue um quadro organizativo apresentando aspectos chave de nossa periodização e as espaço-temporalidades definidas.

Quadro 1: Síntese das espaço-temporalidades que tensionam permanentemente o cotidiano da Praia do Sono.

Período	Fase	Marco	Principais características
A “descoberta do paraíso”	1960 - anúncio 1970 - início construção das obras 1975- inauguração	Início das obras de abertura da BR-101	Contexto desenvolvimentista a nível nacional; Estímulo à ocupação do território a partir de um turismo e veraneio de luxo; Pressão imobiliária; Conflitos com povos tradicionais; Desterritorialização de comunidades;
Territorialização do condomínio Laranjeiras	1970	Início das obras de construção do condomínio Laranjeiras	Pressão imobiliária; Conflitos com comunidades tradicionais; Desterritorialização de comunidade; Violação do direito de ir e vir;
Grilagem de	Inicia em	O caso da	Pressão imobiliária;

terras	1955	família Gibrail na Praia do Sono	Conflitos judiciais; Grilagem de terra; Ameaças; Desterritorialização de famílias da Praia do Sono;
Unidades de Conservação	A partir de 1983 com a APA Cairuçu e 1992 com a REEJ	Inauguração da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	Conflitos com comunidades tradicionais referentes ao uso do território; Criminalização de práticas tradicionais; Conflito de visões entre a relação homem e natureza
A expansão do turismo predatório	Anos 2000 como marco aproximado	A chegada da energia elétrica na Praia do Sono	Intensificação do número de visitantes descontextualizados com a natureza do lugar; Pressões relacionadas ao lixo e ao saneamento; Transformação dos hábitos e das relações sociais internas;

Fonte: A autora.

3.1 A chegada da Rio- Santos e a “descoberta do paraíso”

“Os faróis do trator mais pareciam os olhos de Boitatá. As crianças, que nunca tinham visto coisa igual, se encolhiam junto à saia das mães, que também olhavam o monstro assustadas. Sob o impacto da pesada máquina, troncos de jequitibás, perobas e massarandubas centenárias iam tombando um a um. Em poucas horas acontecia o que pareceu o prenúncio do fim do mundo para os caiçaras. A ocupação secular de gerações não destruíra o que o loteamento ou a estrada conseguiam em poucas horas. E o caiçara que vivera isolado (sic), com sua economia de consumo, e com seus costumes e valores próprios, viu-se de repente numa outra sociedade, sem saber o

que significava e sem estar preparado para ela. "(SIQUEIRA, 1984: 13)

"Como se sabe, essa rodovia é pioneira e há locais onde a ação dos trabalhadores e das máquinas é feita em plena selva virgem" (Estrada Angra-Parati. Gazeta de Angra, 25/06/1966, p.1)

O processo de abertura e inauguração da rodovia Rio-Santos, ao longo da primeira metade da década de 1970, marca na região sul fluminense a investida desenvolvimentista e modernizadora que seguia no Brasil, pautado no estímulo à urbanização e industrialização do país. Durante a ditadura militar no Brasil, uma ênfase foi acionada retomando o imaginário da colonização, onde o desenvolvimentismo torna-se palavra de ordem da "propaganda política sem precedentes" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 454). As políticas desenvolvimentistas no Brasil neste período, apoiadas num discurso de "integrar para não entregar", redesenham os fluxos e as dinâmicas das regiões a nível nacional. A abertura da rodovia Rio-Santos se configura como um dos projetos que marcam esse momento desenvolvimentista, que em cada região se materializou de uma forma, a partir das ditas "potencialidades econômicas" percebidas em cada lugar. Não por acaso nesse período foi desenvolvida a rodovia Rio-Bahia Litorânea, com seu próprio projeto de desenvolvimento turístico, similar ao realizado para a Rio-Santos. A construção desta mega rodovia litorânea, cortando o país de norte a sul, integrando o belo litoral ao desenvolvimento turístico nacional, foi pensada enquanto um projeto único, realizado em distintos momentos, sendo um desses momentos a construção do trecho Rio-Santos. O processo de incentivo à "ocupação" na Amazônia, o desenvolvimento da Transamazônica e as políticas de incentivo à migração para o norte são exemplos de movimentos com intencionalidades desenvolvimentistas similares que ocorreram durante o período militar, ainda que pensadas com finalidades econômicas distintas da que está sendo aqui analisada. É necessário destacar ainda o papel diferenciado atribuído à construção desse trecho específico, ligando as duas grandes metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo, possibilitando a ampliação da movimentação de diversos fluxos, capitais e interesses.

Este subcapítulo tem como objetivo destacar o processo de chegada da BR-101 em seu trecho Rio-Santos, evidenciando a importância que carrega

mesmo antes de se consolidar enquanto estrada. A rodovia esteve, desde seu anúncio na década de 1960, integrando um processo profundo de reconfiguração da região sul fluminense, como exemplo de territorialização do capital iniciado com a estrada, que abre os caminhos para a chegada do desenvolvimento turístico-imobiliário e para as distintas pressões que chegam ao território na forma de interesses econômicos. O início das obras para sua construção data de 1970 e sua inauguração de 1974-1975. É importante salientar que antes da chegada do trecho Rio-Santos, conectando Angra a Paraty, não havia como chegar do Rio de Janeiro a Paraty. Somente pelo caminho que vem de São Paulo, através da estrada que liga Cunha a Paraty. Ou seja, havia como chegar da cidade do Rio de Janeiro a Angra dos Reis pelo litoral, mas não havia como chegar até Paraty. Somente com a inauguração da Rio-Santos esse trajeto litorâneo se torna possível por terra. Tal fato explica o caráter de isolamento atribuído a Paraty, assim como a distingue do movimento observado em Angra dos Reis, que na década de 1950 - 1960 já contava com a territorialização de vasto aparato industrial.

Destacamos como a abertura da BR-101 representa uma forte ruptura com o que até então vinha sendo o “sentido” da dinâmica da região, uma vez que configura sua abertura à chegada de um capitalismo mais impositivo. Embora já houvesse relações capitalistas consolidadas há centenas de anos em Paraty, tendo a região já sido um importante porto com relevante importância econômica, pode-se afirmar que com a chegada da estrada mudou a intensidade, o ritmo e a força de penetração do externo sobre o interno (SANTOS, 1988). Sendo um reordenamento irradiado a partir da capital, “nos anos 1970, o avanço do turismo no litoral, em especial no sul do estado, (...) provocou profundas mudanças no uso do espaço e intensificou os conflitos numa área onde, até os anos 1960, eles parecem não ter existido em escala significativa”¹⁷(MEDEIROS, 2018, p 52).

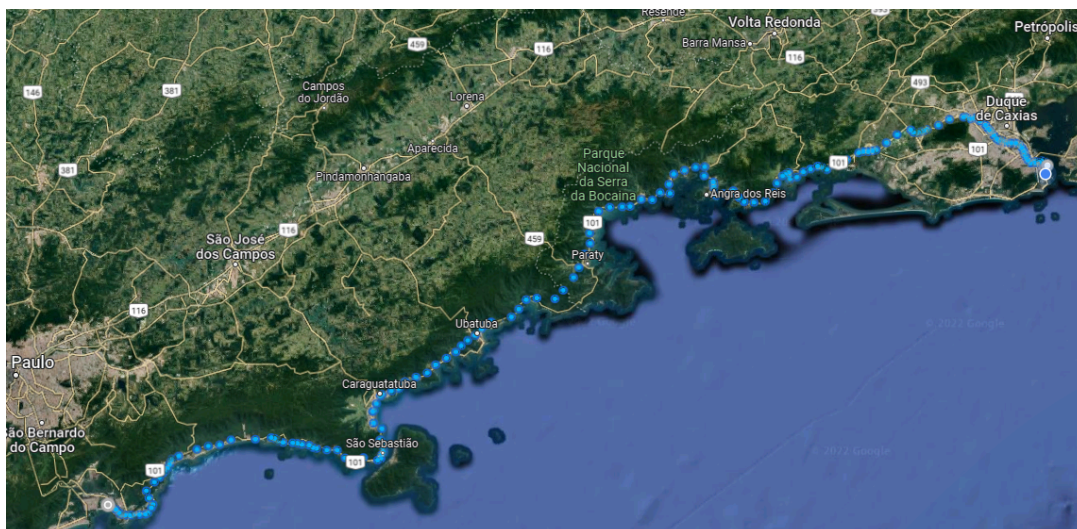
Como já foi mencionado, nos importa as dinâmicas e tensões relacionadas à lógica capitalista na comunidade na Praia do Sono em seu momento atual. No entanto, seria incompleta uma análise que busque captar a força dos eventos que se interrelacionam e marcam as transformações no modo de produção da vida na comunidade, sem levar em consideração o que foi o grande marco que abre caminho para a chegada ou intensificação dos outros eventos, que destacamos como os marcos espaço-temporais. O capitalismo não

¹⁷ É importante salientar que temos registros de conflitos na região desde a década de 1950, como com o caso de grilagem de terras realizado por Gibrail Tannus na Praia do Sono. Os conflitos já existiam, mas foram se intensificando à medida que se intensifica a presença do capital na região.

chegou em Paraty com a estrada, mas a estrada amplia as possibilidades de territorialização desse capitalismo, tornando-o mais potente, presente e direcionado para finalidades específicas de reprodução do capital. A estrada abre os caminhos para essa nova empreitada capitalista no sul fluminense. Evidentemente, em seu processo de territorialização, para consolidar-se atravessa outros modos de produção da vida encontrados pelo caminho, de comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas, a camponeses, que ocupavam a região até então esquecida pelos grandes interesses do capital. Estes sujeitos passaram a ter, dali em diante, suas vidas cotidianas intensamente transformadas, atravessadas por pressões oriundas das novas dinâmicas econômicas impostas ao espaço, com interesses contrastantes daqueles que ali viviam pautados numa reprodução da vida social com fortes relações de uso com o território.

Principalmente a região de Paraty é marcada pela permanência desse “esquecimento”, uma vez que Angra e Mangaratiba, desde a década de 1950, como já tinham um acesso consolidado, vinham sendo palco da territorialização de grandes empreendimentos de importância nacional. Exemplos disso são a construção dos estaleiros Verolme, em Jacuecanga (Angra dos Reis) em 1950, a Central Nuclear na praia de Itaorma na década de 1960 e já se inicia também a construção de condomínios, de forma ainda pontual. “Ao longo dos anos 1950 e 1960, Angra dos Reis se tornou um polo industrial de influência sobre Mangaratiba e Paraty” (SILVA, 2018, p 417). A chegada de tais empreendimentos transformou as configurações sociais de Angra dos Reis e Mangaratiba, atraindo milhares de trabalhadores, estimulando uma urbanização precária nessas áreas. Nesse contexto, Paraty ainda tinha seu “isolamento” de certa forma afirmado, uma vez que a integração à onda desenvolvimentista ainda não tinha alcançado o município. O que é alterado com a inauguração da BR-101 em seu trecho Rio-Santos. Conforme afirma a pesquisadora Fontanelli (2018, p 724) “é consenso entre os estudiosos que foi, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, com a construção de estradas, grandes empreendimentos e o incentivo desenfreado do turismo que o modo de vida caiçara se percebeu ameaçado.”

Figura 17: Rodovia BR-101, trecho Rio-Santos destacado em azul



Fonte: Google Maps.

A região sul fluminense estava sendo desenhada para se tornar uma área cada vez mais importante, com frentes ligadas à industrialização e à ocupação voltada para um turismo e veraneio de luxo, pautado na construção de grandes condomínios em meio à densa Mata Atlântica e um belíssimo litoral com os requisitos do “selvagem” e do “intocado” como aspectos ideais para o desenvolvimento de um turismo de sol e praia de inclinação elitista. A BR-101 vinha, então, como o símbolo que ligaria os múltiplos interesses vindos do Rio de Janeiro e São Paulo até a região, convergindo para um uso que atende às dinâmicas industriais, à ocupação imobiliária e ao desenvolvimento turístico, consolidando o que estava sendo chamado de “desenvolvimento das indústrias sem chaminés” (Rodovias, ano?, p. 40). Na segunda metade da década de 1960 já eram realizados estudos de viabilidade técnica e econômica, em 1970 se iniciam as obras para a construção da estrada e entre 1974-1975 ela é inaugurada ao público. Antes de começar a ser construída, visitas da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur) se tornaram frequentes, como afirma Silva (2018, p 419) “para traçar planos e tomar providências para o desenvolvimento turístico da região sul fluminense”. Como afirma Silva (2018, p 419):

A Rio-Santos fazia parte do Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis) criado em 1970 para o reordenamento territorial

do trecho do litoral entre o distrito de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e Santos, no estado de São Paulo. Elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur, o Projeto Turis era “um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada” (SIQUEIRA, 1989, p. 62) apud (SILVA, 2018, p 418)

O projeto Turis se inspirava em outros três modelos de desenvolvimento turístico franceses que foram qualificados como “de sucesso”. Pautado no discurso do progresso e do desenvolvimento de um turismo de elite, a lógica de atuação era transformar o lazer em objeto de consumo de camadas de alta renda (FRATUCCI, 2005), delineando um amplo e duradouro processo de fetichização do espaço. Concordamos com a colocação de Faro (2021, p 66 e 67) e reiteramos a importância da informação complementada nesta citação, retirada pela autora do Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro, referente à expressividade dos conflitos em Paraty e Angra:

A Rio-Santos colocou em contato distintos projetos e lógicas de apropriação, uso e significação do território, sobrepondo territorialidades e forçando novas organizações das relações espaciais, constituindo-se o principal marco histórico nas disputas territoriais na região sul fluminense, que têm desdobramentos até os dias atuais. O Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1991) registra que, nas décadas de 1970 e 1980, Paraty e Angra dos Reis foram os municípios que apresentaram mais conflitos fundiários, sendo que entre os anos de 1979 a 1985, o número de casos praticamente triplicou, passando de 47 para 137. (FARO, 2021, p 66 e 67)

Pode-se afirmar que a maior parte dos conflitos estiveram relacionados com a questão da terra, diante da sobreposição de territorialidades (e interesses conflitantes) que foram impostos ao território. Políticas e legislações anteriormente tidas como acertadas foram revertidas. Áreas que tinham sido poucos anos antes destinadas à reforma agrária tiveram seu destino alterado em toda a região, para dar espaço aos interesses dos grandes empreendimentos do setor privado. No ano de 1973, o Decreto N°71.791 concedeu que o poder público pudesse desapropriar áreas consideradas de interesse turístico, logo após, em 1972, um ano antes, ter definido a faixa litorânea entre Mangaratiba e Bertioga, de até um quilômetro após o eixo da Rio-Santos, como zonas prioritárias para o desenvolvimento da atividade (SILVA, 2018). Ou seja, os

povos e comunidades que historicamente habitam a região, antes ocupada por seus ancestrais, se viram inseridos em um processo de ampla reconfiguração do espaço realizado de cima pra baixo, com pequeno poder de contestação, em que esses povos não foram consultados sobre seus interesses, sobre seus territórios, sobre suas práticas e os impactos e transformações impostos em suas vidas através da chegada da BR-101, que com sua materialização, resulta na desterritorialização imposta a povoados e comunidades que viviam nos caminhos onde a estrada foi traçada. E, infelizmente, para além desses caminhos.

Conforme relatado por Fontanelli (2018, p 718) sobre os relatores do documento do projeto Turis, no que tange a consideração do histórico de ocupação da área onde viria a se concretizar o mega empreendimento, a autora coloca que “o projeto dedicou apenas uma página para tratar sobre o passado e o presente da ocupação da região, que foi avaliada como pouca expressiva, além de caracterizar como pitorescas as vilas de pescadores que existiam por todo o litoral (EMBRATUR, 1975:5)” (FONTANELLI, 2018, p 718)

Figura 18: Obras para construção da Rio-Santos, 1972.



Fonte: Novo Milênio. Disponível em [Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos](#)

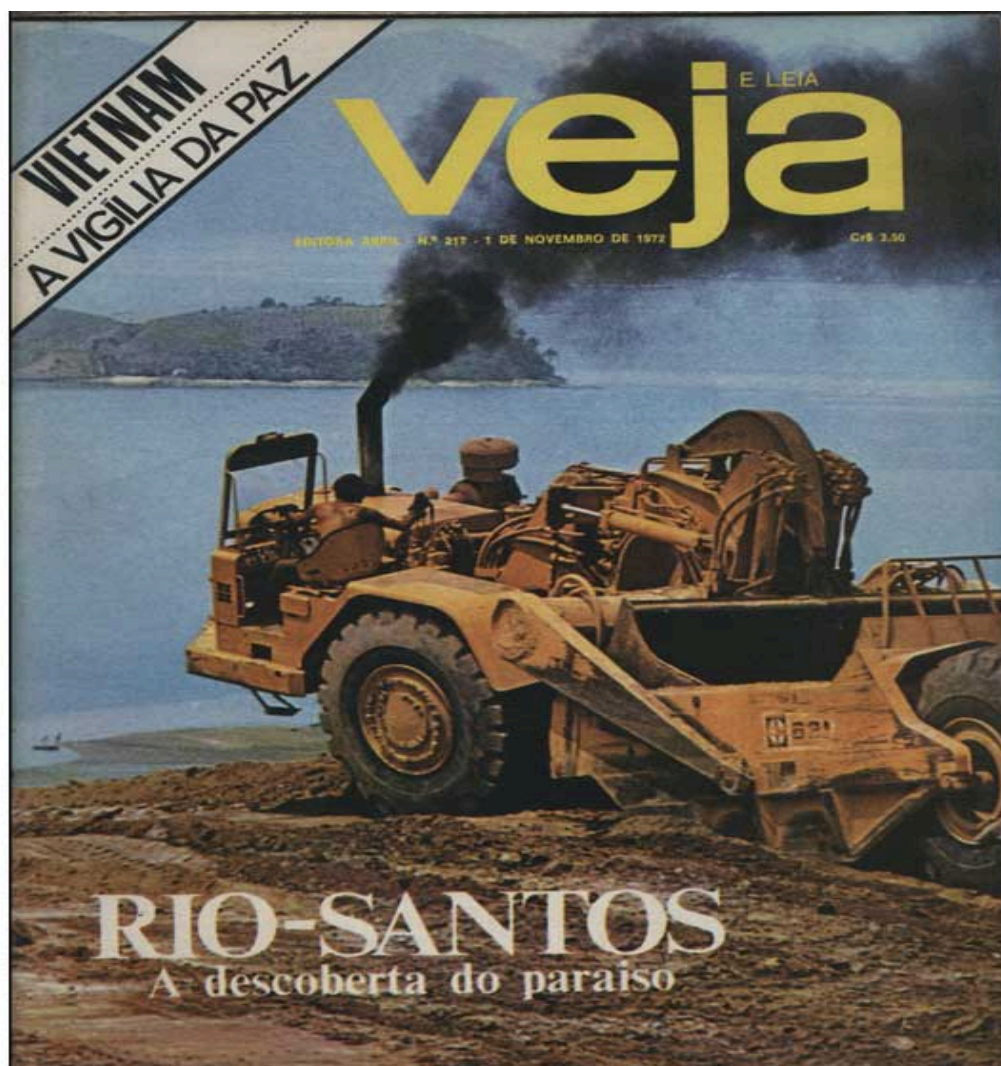
Não havia dúvidas dos danos e das transformações que a consolidação desse projeto traria para a região. As duas imagens acima evidenciam a complexidade que envolveu as obras para a construção da estrada, em meio às difíceis condições impostas pelo meio natural. Tradicionalmente ocupada por diversas comunidades, estas viram, de repente, a chegada da modernidade materializada na chegada da estrada. Amplamente difundida pelas narrativas hegemônicas, políticas e pela grande mídia, como o caminho que levaria ao desenvolvimento de um rentável lazer, que se pautava na mais recente “descoberta do paraíso”, um “símbolo de progresso”. Como coloca Da Silva (2020, p 84):

Embora não implementado (devido à crise econômica dada pela do petróleo em 1973), o projeto Turis deixou marcas.

“Sol e Praia” foi o plano de turismo escolhido pelo projeto para a região litorânea, e como tal influenciou na criação de resorts e condomínios de luxo na região de Angra dos Reis e Paraty. Apesar de o projeto defender preservação ambiental, visto que a matéria-prima da indústria turística é a natureza, nos trechos no entorno da estrada Rio-Santos cerca de **70 praias foram aterradas**. Quando o então presidente da EMBRATUR, Paulo Protásio, apresentou o Projeto Turis em reunião selecionada, **250 praias catalogadas não existiam mais**, conta Priscila Siqueira (1983) em seu texto “Os caiçaras e a Rio/Santos”. Todo esse prejuízo ecológico se deu pela especulação imobiliária acelerada e desordenada que ocorreu na região. (DA SILVA, 2020, p 84) Grifos nossos.

A tão requisitada e divulgada rodovia BR-101, tem, portanto, sua história marcada por distintas versões. De um lado, por um amplo processo desenvolvimentista do capital turístico-imobiliário, aberto ao capital internacional, ancorados na ideia de progresso e modernidade e, de outro, pela expulsão e desterritorialização de diversas famílias, com uso de violência, repressão e ameaças, somado a um expressivo processo de degradação ambiental realizado com forte apoio e empenho dos governos ditatoriais em conjunto com os interesses do setor privado industrial empresarial. Após o fim da ditadura, temos a chegada mais expressiva das Unidades de Conservação, que trazem algum resguardo para algumas comunidades, como veremos mais à frente. No entanto, os planos para a região seguem o mesmo modelo que já estava em voga, dando continuidade a processos espoliativos ligados à terra, com pouca consideração à realidade dos povos locais que ali existem historicamente, que se encontram sujeitados a uma série de grandes interesses em um jogo assimétrico de forças, numa lógica que, “as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, aos poucos, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos” (SIQUEIRA, 1989, p 63).

Figura 19: Capa da Revista VEJA nº 217, de 01/11/1972



Fonte Acervo VEJA (site); Feitosa e Silva (2015).

A BR-101 marca, portanto, a ruptura com o isolamento que até então havia em Paraty, abrindo as porteiras para as novas tendências de uso do território mencionadas por Santos (2006). Novos interesses e modalidades de produção/reprodução do espaço até então desconhecidas na região, passam a ser impostas pouco a pouco na vida cotidiana dos que ali viviam. A partir da mercantilização se produz espaço, turismo, veraneio e condomínios luxuosos, que entram em embate, num jogo desigual de forças, com os povos que historicamente habitam a região. Estamos de acordo e reiteramos a posição posta por da Silva (2020, p 74), quando afirma que:

Fala-se muito sobre o conjunto arquitetônico e sobre a questão florestal, no entanto, pouco sobre as populações que viveram durante anos nessa região. Que cuidaram da mata como se

fossem jardins (das suas casas) e trataram de preservar a natureza com seu próprio modo de vida. Essas populações foram pouco a pouco tratadas como intrusas em suas terras, expulsas para dar espaço a parques, reservas, hotéis, pousadas, indústrias e tudo mais que representava desenvolvimento. (SILVA, 2020, p 74)

A partir do que foi exposto, novamente podemos concordar com a já mencionada colocação de Schwarcz e Starling (2015), de que durante a ditadura militar, uma ênfase foi acionada retomando o imaginário da colonização. Mais uma vez a ideia da descoberta, dessa vez, a descoberta do paraíso, é acionada pela grande mídia como forma de oferecer sustentação aos interesses hegemônicos, amparados e estimulados pelo Estado. Novamente se assiste a exploração de um lugar já povoado por diversidade de formas de vida, de organização, de sociabilidade, que, seguindo à risca o modelo desenvolvimentista, não foram pautadas pelas antes caravelas e ontem tratores que abrem caminhos entre os mares e as montanhas na incansável busca (e destruição) do “paraíso”.

Ancoradas na força das representações expressas nas ideias de um paraíso perdido, vazio, desabitado, narrativas como a “descoberta do paraíso” presente na capa da Veja em 1972, a ideia de “descobrimento do Brasil”, assim como a escolha do título “A conquista do paraíso” para um filme da década de 1990, -que retrata o processo de dominação iniciado em 1492 (ainda hoje continuado) do continente chamado latino americano -, nos demonstram que 500 anos separam (ou reúnem?) essas histórias. Para finalizar, essa reflexão é bem contemplada na dura, porém realista fala do autor Ramón Grosfoguel (2008), quando afirma que:

Nos últimos 510 anos do “sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano”, passámos do “cristianiza-te ou dou-te um tiro” do século XVI, para o “civiliza-te ou dou-te um tiro” do século XIX, para o “desenvolve-te ou dou-te um tiro” do século XX, para o recente “neoliberaliza-te ou dou-te um tiro” dos finais do século XX e para o “democratiza-te ou dou-te um tiro” do início do século XXI. (...) Se a população não-europeia não aceita as condições da democracia liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso. (GROSFOGUEL, 2008, p 141)

As ideias de “descoberta”, “conquista” e “paraíso” foram instrumentalizadas como formas de gerar sustentação às narrativas

colonizadoras há mais de 500 anos, prefigurando espaços belíssimos “vazios”, “inabitados”, aguardando a chegada do colonizador em sua “missão civilizadora”, levando “progresso” e “desenvolvimento” às terras “selvagens”. Não por acaso, essas narrativas continuam poderosas, sendo continuamente acionadas no desenvolvimento de grandes empreendimentos, mascarando a realidade e os custos desse “progresso”. O que nos faz refletir sobre a atualidade da colonialidade, que segue ancorada na exploração dos subalternos e na espoliação das terras. A força dessas narrativas hegemônicas, a dificuldade de deslocá-las de nosso pensamento para então, conseguir analisar as situações ao nosso redor de forma mais crítica é um desafio que está posto para todos nós, diante da multiplicidade de fetiches e representações que desviam nossa capacidade de entendimento e leitura da realidade.

3.2 Grilagem de terras na Praia do Sono: o caso Gibrail

Gostaríamos de dar início a este assunto apresentando dois trechos presentes na tese de doutorado da pesquisadora Amanda Faro, defendida no final do ano de 2021. A tese se debruça sobre as relações sociais na Praia do Sono, pensando-as a partir da produção do comum. Faro (2021) realiza um amplo trabalho de pesquisa, apresentando um histórico detalhado dos conflitos, lutas e articulações que atravessam a comunidade da Praia do Sono. Muitas das informações aqui apresentadas ao longo do terceiro capítulo foram alimentadas pelo trabalho de pesquisa realizado por ela. Assim como da dissertação de mestrado de Amanda d’Arc dos Santos Fernandes da Silva, também sobre a Praia do Sono, mencionada nessa pesquisa como Da Silva (2020)¹⁸.

Ao falar sobre a Praia do Sono, não há como fugir de algumas constantes que atravessam a história do lugar, e que são presentes, portanto, em quase todos os trabalhos sobre a comunidade, com diferentes níveis de aprofundamento. Tanto Faro (2021) quanto Silva (2020) tinham como uma de suas preocupações de pesquisa realizar um profundo resgate histórico. Nossa preocupação está em torno das dinâmicas presentes na Praia do Sono atualmente, portanto, nossa contextualização é marcada a partir da década de 1970, uma vez que entendemos a estrada como um marco definitivo. No entanto, para abordar o caso Gibrail, marcante para a comunidade do Sono,

¹⁸ Importante destacar que há citações de DA SILVA (2020), que correspondem a dissertação de mestrado de Amanda D’arc Silva e SILVA (2018), que correspondem aos estudos realizados por Iby Montenegro de Silva, presentes no livro “Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro”, organizado por Medeiros (2018), também citada ao longo da pesquisa.

faremos um rápido regresso anterior à década de 1970, uma vez que o processo de grilagem realizado pela família Gibrail tem início datado desde a década de 1950.

Uma vez explicada nossa abordagem, damos seguimento a nossa proposta inicial, marcada pela exposição de dois trechos retirados de Faro (2021). Esses trechos foram escolhidos porque expressam a realidade frágil em torno da situação da terra na região, assim como o favorecimento de casos de grilagem e, conseqüentemente, a desterritorialização de comunidades tradicionais:

A situação fundiária no estado do Rio de Janeiro no início do século XX era bastante propícia ao desenvolvimento de conflitos territoriais. A ausência de um cadastro rigoroso de terras, a dificuldade em distinguir as terras devolutas das particulares, a indefinição e a sobreposição de limites das propriedades e a dificuldade em definir quem de fato detinha a propriedade legal da terra conformavam um cenário oportuno para apropriação das terras em favor de grandes grupos econômicos, que concentravam poder e influência para fazer valer seus desígnios (MEDEIROS, 2015) apud (FARO, 2021, p 67).

Siqueira, em reportagem para o jornal O Estado de São Paulo, de 10 de julho de 1983, cita um relatório da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro-RJ que fala sobre os absurdos relacionados aos registros ilegais de terras no município de Paraty. [...] **somente o registro de 15 estabelecimentos de Paraty daria para cobrir toda a sua extensão territorial.** Nos cartórios de registro de imóveis do município, são motivos de piada os inúmeros títulos de terras que para eles são encaminhados: **os 917 quilômetros quadrados do município não são suficientes para abrigá-los, a menos que Paraty tivesse, no mínimo, quatro andares.** (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10 de julho de 1983. p. 24) apud (FARO,2021, p 69) Grifos nossos.

O objetivo da exposição de ambas as citações é apresentar como estavam postos o contexto da terra tanto no estado do Rio de Janeiro, quanto especificamente em Paraty. Ambas as situações reafirmam a fragilidade quanto ao controle sobre os limites das terras e seus respectivos proprietários. Diante dessa fragilidade, constante no histórico de apropriação de terras no Brasil, desenha-se um contexto ideal para violações de direitos de povos tradicionais e agricultores, praticados em nome do desenvolvimento, por atores hegemônicos, com conivência de diversos órgãos e arenas do Estado, como ficará evidenciado ao longo do texto.

Mais do que retomar o histórico de disputa de terras na Praia do Sono, nosso objetivo está em compreender, a partir do caso de grilagem de terras realizado por Gibrail Tannus, que rupturas ocorrem em torno da sociabilidade comunitária e de que forma compreendemos que a lógica capitalista se impõe a partir desse evento. No entanto, entendemos que há necessidade de apresentar um breve histórico sobre a situação do território em que está inserida a Praia do Sono, com fins de melhor compreensão sobre em que contexto ela chega às mãos de Gibrail. Para isso, as informações foram organizadas num quadro:

Quadro 2: Evolução da situação da terra na Praia do Sono

Momento histórico	Final séc. XVI	1762	1771	Início do séc XIX	1953	1955
Situação da região da Praia do Sono	Inserida na Sesmaria "Cajahiba", que abrangia a Praia do Sono, Praia de Antigos e Ponta Negra. (1)	Parte (2)da sesmaria "Cajahiba", incluindo parte da Praia do Sono é doada como outra Sesmaria	Parte (1)da Sesmaria é doada para um habitante do local, que exercia atividades de pesca e lavoura, indicando início de ocupação do que mais tarde seriam chamados caiçaras. A doação inclui a metade da Praia do Sono, Ponta Negra e Antigos	Padre recebe de herança terras na região do Saco do Mamanguá. <u>Falece</u> mais tarde sem deixar herdeiros	Leilão das terras na região do Mamanguá, que pertenciam ao falecido padre. A delimitação da propriedade chamada "Fazenda Santa Maria" apontava que ela se expandia até os limites da Fazenda do Sono.	Venda da terra de Theóphilo Rameck para o empresário Gibrail Tannus, que altera o registro imobiliário, incluindo na Fazenda Santa Maria a praia do Sono, Antigos e Antiguinhos, dando início ao duradouro conflito de terras.
Proprietário da terra	Miguel Alves Maldonado doa as terras para religiosos de nossa senhora do Carmo	Leonardo Pimenta D'Oliveira	Antônio Villela de Bastos	Padre Manoel Alves Velludo	Terras compradas por Theóphilo Rameck, através do leilão	Gibrail Tannus proprietário da Fazenda Santa Maria. Consolida a grilagem, passando a agir como proprietário da Praia do Sono, Antigos e Antiguinhos.

Fonte: quadro feita pela autora a partir de informações coletadas nas pesquisas de da Silva (2020) e Faro (2021).

A partir dos trabalhos consultados foi possível retomar as distintas configurações que envolveram a área da Praia do Sono desde o século XVI. É importante salientar que em setembro de 1850 é consolidada a primeira lei de Terras do Brasil (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que substitui a lei das

Sesmarias, que tinha origem ainda em Portugal. Daí em diante fica estabelecido que a única forma de ter acesso às terras é a partir da compra, venda ou doação do Estado. Organiza-se, portanto, a propriedade privada no país, trazendo uma severa transformação sobre a legitimação das diversas formas históricas de apropriação e uso da terra, o que incidiu diretamente sobre a vida das populações mais vulneráveis, como os negros recém libertos, as populações indígenas, os agricultores e uma vasta camada de cidadãos de baixa renda.

Ou seja, trazendo para nossa realidade de estudo, quando ocorre o falecimento do Padre Manoel Alves Velludo, o sistema de terras ainda era organizado a partir da lei das sesmarias, que doava terras a grupos hegemônicos interessados, o que já entrava em conflito com a apropriação histórica dos povos originários. Quando ocorre o leilão da área na região do Mamanguá, que pertenciam ao falecido padre - cuja delimitação da propriedade apontava que ela se expandia até os limites da Fazenda do Sono -, em 1953, a lógica de apropriação da terra já estava pautada nas leis da propriedade privada. No entanto, como fica evidente no seguinte relato presente na ação discriminatória da Praia do Sono do ano de 1988, a sobreposição da delimitação das áreas de ocupantes/proprietários já se mostrava conflituosa e desorganizada:

Ocorre que na descrição dos limites da Sesmaria de Villela de Bastos e de Leonardo Pimenta D'Oliveira há uma superposição de áreas com a Sesmaria da Cajahiba. Pelos documentos consultados, ficou sabendo que Leonardo Pimenta D'Oliveira e Antônio Villela de Bastos estabeleceram-se ali por volta de XVIII, não se conhecendo no entanto quanto tempo permaneceram no local. Quanto aos atuais moradores, os da Praia do Sono descendem de apenas 3 famílias: Santos, Araújo e Castro. Lá existem caixas de 80 anos, nascidos na localidade cujos pais e avós também nasceram ali. Os descendentes dessas 3 famílias portuguesas que desembarcaram em Paraty, assim como o sesmeiro Antônio Villela de Bastos sempre se dedicaram à lavoura (plantavam principalmente feijão, milho, banana e aipim) e à pesca. Esta mesma prática é mantida pelas famílias moradoras da Praia Negra (na Praia do Antigos não há mais moradores, foram todos despejados). **Mas todas essas famílias jamais tiveram qualquer documento que comprovasse a propriedade da terra. (...) Em 1955 Theóphilo Rameck vendeu suas terras a Gibrail Tannus e sua mulher. E, na ocasião, o material descritivo contido no Registro Imobiliário sofreu alterações, tendo a citação da Fazenda do Sono sido excluída como confrontante. A exclusão da Praia do Sono como confrontante foi feita com rasuras em tinta vermelha**

no Livro de Registro de Imóveis. E com ela foi concluída a grilagem das terras pertencentes à Praia do Sono, Praia do Antigos e Praia Negra. Querendo tomar o domínio das terras incorporadas à sua propriedade, Gibrail Tannus passou a tomar atitudes violentas contra os caiçaras, que não aceitavam a ideia de abandonar suas terras, desde sempre cultivadas e habitadas por pelo menos, três gerações de famílias. A partir daí estabeleceu-se o confronto.(AÇÃO DISCRIMINATÓRIO PRAIA DO SONO – 1988) Grifos nossos.

Conforme relatado na ação discriminatória, a grilagem de terras na Praia do Sono se consolida institucionalmente de maneira grosseira, realizada por meio de rasuras de tinta vermelha, incorporando a Praia do Sono, Praia do Antigos e Praia Negra (atual Ponta Negra) à área da Fazenda Santa Maria, tendo como suposto “proprietário” Gibrail Tannus.

Da Silva (2020, p 90), sobre os feitos realizados através da ação discriminatória, coloca que:

A Ação Discriminatória de 1988, e por meio do aprofundamento de estudos elaborados por professores, pesquisadores, pelo Procurador do Estado e pelo antropólogo José Carlos de Abreu, **concluiu que os documentos de registro apresentados por Gibrail eram nulos e deveriam ser cancelados.** Além disso, ficou concluído, pelo antropólogo, que **os caiçaras habitavam a região há mais de 300 anos, estabelecendo relação com a terra e de posse imemorial.**(DA SILVA, 2020, P 90) Grifos nossos.

Lembramos que, no entanto, apesar da conclusão ter sido em favor dos habitantes da Praia do Sono na ação discriminatória de 1988, até a chegada desse momento foram muitas as violações e o sofrimento causado pela família Tannus, o que gerou um processo em massa de desterritorialização de famílias que historicamente viviam na Praia do Sono. Entre coerções, ameaças e cooptações, Gibrail inicialmente buscou uma aproximação a partir de um viés menos violento, objetivando adquirir uma certa confiança dos comunitários. Oferecia agrados e utilidades, levava doce às crianças, oferecia trabalhos em sua empresa de eletrônica em Jundiá. Conforme conquistava a confiança, alguns moradores, acreditando nas narrativas de ascensão financeira, aceitavam a oferta e saíam da comunidade para trabalhar. Conforme relatado, no momento em que saíam, suas casas na Praia do Sono eram demolidas. Com o tempo, as violações foram se tornando cada vez mais expressivas, com a proibição de construção de novas casas para moradia, presença de búfalos criados soltos na

área da comunidade, para que se alimentassem e conseqüentemente, destruíssem as áreas de agricultura comunitária, afetando as possibilidades de reprodução social e disseminando medo entre as famílias. Siqueira (1984, p 49) relata que “desde 1950, quando [Gibrail] comprou os títulos da Fazenda Santa Maria, esse empresário vem sistematicamente coagindo os posseiros. Há 30 anos, viviam 1.500 pessoas no Sono – e a maioria acabou abandonando as terras, por medo ou cansaço”.

Após anos de tormento, em 1969, um golpe de outra magnitude é realizado contra os moradores da Praia do Sono. Com ajuda da ação de um corrompido pastor, uma posição que é de destaque para a comunidade, que sempre foi muito adepta à religião, Gibrail traça um plano, se aproveitando, de forma covarde, do contexto de iletramento dos comunitários. Sendo a maioria da população da Praia do Sono analfabeta naquela época, Gibrail usa do status do pastor na comunidade para convencê-lo de enganar os comunitários, convencendo-os a colocar suas digitais em documentos. Como confiavam numa suposta dignidade atribuída a imagem de pastor, sem conseguir ler o que estava posto no documento, muitos concederam suas digitais, acreditando que estariam lidando com um documento de regularização e titulação das terras. “Mas (...) na verdade consistia em um contrato de comodato, isto é, um contrato que os colocava na posição de inquilinos, enquanto reconhecia a titularidade da terra em favor do Gibrail Tannus” (FARO, 2021, p 71). De acordo com Da Silva (2020, p 92) “de 200 famílias, 164 famílias abandonaram o Sono. Algumas seguiram para o litoral de São Paulo, para a periferia de Paraty, enquanto outras foram para a periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro”. Não por acaso, atualmente sabe-se que as periferias de Paraty, especialmente as favelas Ilha das Cobras e Mangueira, são compostas majoritariamente por caiçaras desterritorializados em conflitos com grileiros de terra, sejam eles ex fazendeiros ou empresários do setor turístico imobiliário (Medeiros, 2018).

Figura 20: Destruição de casas na Praia do Sono promovida pelo grileiro Gibrail Tannus



Fonte: documentário Vento Contra (1981), 14”.

Outros duros relatos existem sobre os abusos cometidos pela família Tannus com os habitantes da Praia do Sono. Existiu por um tempo uma estrada de aproximadamente 12 km, ligando a Praia do Sono ao Saco do Mamanguá e Vila Oratório. A criação dessa estrada facilitava expressivamente a chegada a BR-101, ampliando as possibilidades de ir e vir dos que habitavam a região, facilitando o transporte de mercadorias e materiais. No entanto, Gibrail proibiu a passagem por parte dos moradores da Praia do Sono. Com uso de cancelas e portões, havia um (in)tenso controle sobre o espaço, que não era relativizado para o acesso de médicos e nem para a saída de comunitários em caso de acidentes.

Como se vê, foram diversos os artifícios utilizados por Gibrail para retirar os moradores da Praia do Sono. Ainda assim, mesmo diante de anos de ameaças e violações, algumas famílias persistiram em não abandonar seu lugar histórico de vida, de moradia e sociabilidade, dando início a um processo de resistência que saía da terra para a justiça, também “sob influência das experiências dos trindadeiros, que enfrentavam durante a década de 1970 uma luta contra a Adela-Brascan, os moradores do Sono buscaram ajuda de advogados” (da SILVA, 2020, p 92). Com auxílio de jovens advogados e apoiadores como Jarbas Macedo de Camargo e Adriana Mattoso, o jogo de

forças começou a ter alguma possibilidade de se tornar menos assimétrico, de forma que:

Em 1987, devido às mobilizações e diante da gravidade dos conflitos, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, inicialmente, decretou a área da Praia do Sono como sendo de utilidade pública, para nela manter seus ocupantes (IGARA, 2011). Posteriormente, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais – SEAF, ao realizar estudos da cadeia dominial sucessória da Fazenda Santa Maria, **considerou que a documentação da propriedade da terra era nula, em virtude de erros no registro**. A partir disso, em fevereiro de 1997, foi movida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro uma ação discriminatória (AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA - ACO 586), contra Gibrail Nubile Tannus e sua mulher Maria Leny de Andrade Tannus, que visa cancelar o suposto registro de propriedade particular dessa área e devolvê-la para o Estado (IGARA, 2011). A área grilada mais recentemente também passou a ser reclamada pela União (ABIRACHED, 2011). **Tanto o Estado quanto a União parecem concordar com a inexistência de domínio privado sobre esta área, isto é, reconhecem que não há um título dominial válido comprovando a propriedade de Gibrail, alegando inclusive que há indícios de fraude no registro das terras em disputa** (Ministério Público Federal - Ação Civil Pública n. 000841-78.2009.4.02.511). (FARO, 2021, P 76 e 77)

Depois de muitas idas e vindas, o lado dos caiçaras finalmente foi fortalecido e amparado pelo Estado, de forma que esse conflito se encontra hoje amenizado. No entanto, a vigília deve se manter ativa, uma vez que mesmo com o falecimento de Gibrail, a família Tannus continua na justiça buscando reafirmar seus direitos de propriedade, que infelizmente não se limitam ao conflito na Praia do Sono. A comunidade da Praia Grande da Cajaíba, também localizada na região da península da Juatinga, sofreu o mesmo processo de grilagem e expulsão das famílias de suas terras¹⁹. A casa grande da família Tannus continua existindo no meio da praia, junto a presença de seus capangas e a sensação de vazio que fica ao chegar naquela praia quando sabe-se o quanto foi povoada, restando atualmente apenas dois núcleos familiares, que como as famílias da Praia do Sono, resistiram duramente pela defesa de seu direito ao território.

Diante do duro relato em torno da trajetória dos habitantes da Praia do Sono, entendemos que uma das maiores consequências da duradoura

¹⁹ Esse caso pode ser compreendido através do documentário “Expulsos do paraíso” disponível no YouTube no seguinte link: [Expulsos do Paraíso \(2004\) Documentário sobre comunidade caiçara de Praia Grande de Cajaíba, Paraty - YouTube](#)

empreitada de Gibrail sobre a comunidade - onde vislumbrava uma intentona desenvolvimentista, com a expulsão das famílias locais e o desenvolvimento de uma estrutura turística - esteja justamente na mudança da racionalidade que o mesmo espalha sobre a terra, que passa a ter o seu valor transformado. Antes associada ao seu valor de reprodução social a partir do uso, baseado na agricultura, pesca e extrativismo, passa a existir, para os comunitários, um outro olhar sobre a terra, que passa a ser vista também como um possível valor de troca, instituindo a dimensão do privado e da lógica individual, onde antes imperava o sentido de coletividade comunitária. Da Silva (2020, p 92) aponta que: “Quando Gibrail decidiu não ‘vender’ a Praia do Sono para as empresas Adela-Brascan, tinha em mente construir algo muito parecido com o que hoje é o Condomínio Laranjeiras”. Todo esse contexto traz também para o território uma relação forte com o externo em diferentes sentidos, seja “de confronto, como com setor especulativo imobiliário, seja no sentido de aliança, como com entidades que os auxiliaram a dar visibilidade à suas lutas, seja através de aproximações de conveniência, como as feitas com Estado em momentos estratégicos” (FARO, 2021, p 74).

Contam as histórias que a última passagem de Gibrail pela Praia do Sono lhe deu motivo para não voltar mais. O grileiro, que vez em quando aparecia na comunidade, gerando terror nos que ali viviam, teve uma experiência um tanto quanto inesquecível, para ele e para a comunidade, que conta, alguns com nítido orgulho, esse caso. Aconteceu que durante uma das idas de Gibrail ao Sono, com o conflito já avançado, os comunitários cansados após anos de tensões e ameaças, tendo assistido a saída de diversas famílias, a derrubada de casas e a destruição de suas roças, se organizaram coletivamente para que, enquanto alguns segurassem o homem que tanto lhes causou sofrimento, outros lhe dessem uma bela “surra de urtiga”. Esse relato é presente também no cordel²⁰ “O Sono, Caiçara e a Luta”, realizado pelos estudantes do segundo segmento da Escola Municipal Martim de Sá, na Praia do Sono. Tive a oportunidade de presenciar a apresentação do cordel, realizado em Paraty no ano de 2019. O que ele nos conta é que Gibrail, após essa surra de urtiga, “ficou anos coçando a barriga”! Separamos um trecho do cordel para compartilhar:

²⁰ O trabalho materializado no cordel “O Sono, Caiçara e a Luta” é um resultado do projeto pedagógico “Uma outra história de Paraty”, realizado nas escolas caiçaras da Praia do Sono (Escola Municipal Martim de Sá) e do Pouso da Cajaíba (Escola Municipal Cajaíba) com alunos do ensino fundamental II. A educação diferenciada está sendo implementada nessas escolas através do programa de formação continuada e reorientação curricular chamado “Escolas do Território”, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis) e pela Secretaria Municipal de Educação de Paraty, em parceria com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, (OTSS/Fiocruz/FCT).

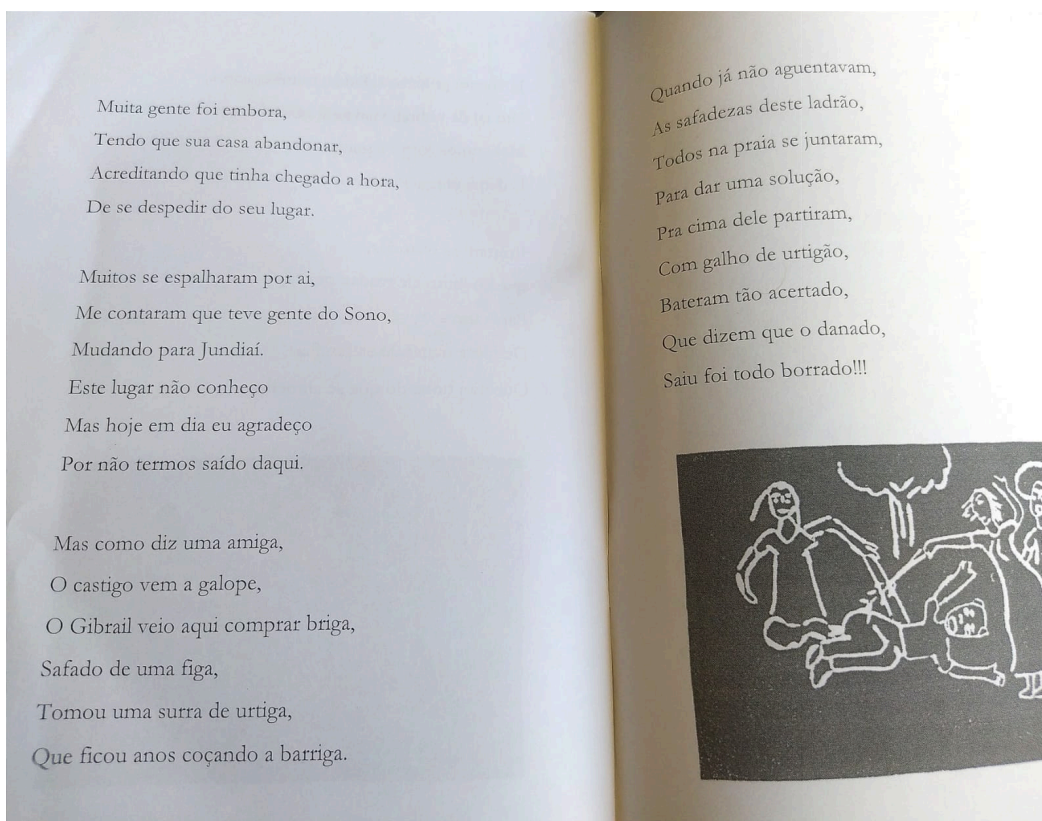
“Muita gente foi embora,
Tendo que sua casa abandonar
Acreditando que tinha chegado a hora,
De se despedir do seu lugar

Muitos se espalharam por aí,
Me contaram que teve gente do Sono,
Mudando para Jundiaí.
Este lugar eu não conheço
Mas hoje em dia eu agradeço
Por não termos saído daqui.

Mas como diz uma amiga,
O castigo vem a galope,
O Gibrail veio aqui comprar briga,
Safado de uma figa,
Tomou uma surra de urtiga,
Que ficou anos coçando a barriga.

Quando já não aguentavam,
As safadezas desse ladrão,
Todos na praia se juntaram,
Para dar uma solução.
Para cima deles partiram
Com um galho de urtigão,
Bateram tão acertado,
Que dizem que o danado,
Saiu foi todo borrado!!!

Figura 21: Cordel criado pelos alunos da escola Martim de Sá, na Praia do Sono



Fonte: Cordel “O Sono, Caiçara e a Praia do Sono”. 2019. Edição da autora.

3.3 A territorialização do condomínio Laranjeiras

“A história das praias de Trindade, Ponta Negra, Praia do Sono e Laranjeiras é a história das praias da Rio-Santos, onde a ocupação e o modo de vida dos pescadores está bem distante dos objetivos de quem inventou e está investido na cobiçada Costa Verde.” Trecho do documentário “Vento Contra” de Adriana Mattoso, 1979.

Como vimos ao longo deste trabalho, a pressão imposta pelos agentes do capital com objetivo de responder aos ideais de expansão capitalista a partir da produção do espaço, tendo como resultado a desterritorialização de diversos povos, reforçando a atualidade da espoliação das terras tradicionais como uma realidade que atravessa de norte a sul a história do país. Ilustra a história do município de Paraty e a pressão pela consolidação de uma produção do espaço pautada no desenvolvimento imobiliário de grandes condomínios fechados,

desenhando um evidente cenário de dupla segregação: a segregação social imposta para as comunidades, a partir da imposição de um isolamento através da violação do direito de ir e vir ou através da desterritorialização direta e uma auto segregação dos condôminos, sendo esta última, uma segregação desejada e não imposta.

Nesse momento falaremos sobre o processo de territorialização do capital através da construção do Condomínio Laranjeiras, localizado em Paraty, entre a Praia do Sono e Trindade. Abordaremos como se relacionam os conflitos entre esses três lugares, buscando evidenciar as diversas violações cometidas pela administração do condomínio contra os habitantes da Praia do Sono, que se viram, mais uma vez, sob ameaças e violências devido a interesses privados sobre o território. Assim como explicitar de que maneira compreendemos o Condomínio como um marco espaço temporal para a comunidade da Praia do Sono.

Figura 22: Reportagem de 1977 da Revista Manchete sobre o Condomínio Laranjeiras



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120/VicParisi>.

Conforme evidenciado na reportagem acima, o Condomínio Laranjeiras tem sido um importante símbolo do avanço do desenvolvimento imobiliário de luxo no Brasil, tendo espaço em revistas, marcado por narrativas midiáticas que acionam, novamente, a dimensão do velho e conhecido “paraíso”. Rocha (2017) reflete acerca da relação entre grandes empreendimentos e a situação de conflito que instauram, quando afirma que:

Incompatíveis com qualquer possibilidade de relação harmoniosa com o ambiente, estes empreendimentos são guiados exclusivamente pelos interesses de um capital que se acumula por espoliação e configuram ameaças evidentes à reprodução da vida. Para além da incessante agressão ambiental que as grandes obras invariavelmente praticam em seu entorno e da degradação humana acoplada no pacote de desenvolvimento que trazem consigo, estes empreendimentos caracterizam-se fundamentalmente pela mercantilização da natureza. (ROCHA, 2017, p 152)

A explanação acima evidencia a lógica que acompanha os grandes empreendimentos. Ela poderia, portanto, ser um trecho textual que se dirige diretamente ao Condomínio Laranjeiras que, seguindo a esteira dos grandes empreendimentos, configura distintas ameaças à reprodução da vida ao redor, gerando também expressivas alterações no meio ambiente. São acionados como narrativa aspectos que são bem resumidos na frase que guia a reportagem, a “sofisticidade e exclusividade do paraíso do lazer”. Comparando a reportagem e a citação de Rocha (2017), reiteramos a posição do autor em relação a mercantilização da natureza como uma das características fundamentais em que se apoiam as narrativas de publicidade e sedução do Condomínio e da região.

A área que hoje corresponde ao atual condomínio Laranjeiras, um dos maiores condomínios de luxo do país, foi antes da chegada de todo esse pomposo aparato, mais uma comunidade caiçara, com o mesmo histórico de ocupação já mencionado da Praia do Sono. A desterritorialização da comunidade Laranjeiras, onde habitavam entre 20 e 30 famílias, foi realizada com sucesso, num forte movimento de sedução e cooptação desenvolvido pelos representantes dos interesses do condomínio e aplicado aos moradores da antiga comunidade, que teve até mesmo o seu nome espoliado. Hoje, onde havia a comunidade caiçara Laranjeiras, há o Condomínio Laranjeiras, que por trás de sua luxuosa estrutura e frequentadores, guarda uma história, que segue presente, de violação dos direitos das comunidades tradicionais. Os moradores

da antiga comunidade habitam hoje a chamada Vila Oratório, vila inventada pelo Condomínio, que se encontra dentro da área que pertence a ele. No entanto, a vila e o condomínio se encontram separados pelas portarias e vigias armados que realizam a manutenção da “segurança” das grandes mansões que compõem o condomínio. Na comunidade Laranjeiras, habitava um número relativamente pequeno de famílias, quando comparado às comunidades do entorno. Com números menos expressivos, a força da pressão imposta pelos interesses do grande empreendimento imobiliário foi potente. Medeiros (2018, p 86 e 87) aponta que

O recorrente processo de expulsão/expropriação não necessariamente se fez (...) a partir da ação das forças militares, mas essencialmente pela ação dos proprietários (ou pretensos proprietários), por meio de suas milícias privadas, que agiam com violência e não tinham, a não ser de forma muito limitada, o contraponto da resistência por meio da luta por direitos. Tudo indica que os que se apresentaram como donos da terra tinham ampla liberdade de ação. **Ou seja, se quisermos entender a natureza da repressão que se abateu sobre a parcela de trabalhadores do meio rural fluminense, temos que contemplar também essas formas de violência privada, praticadas não só por antigos proprietários de fazenda, mas também por empresas modernas de outros setores produtivos, em especial o turístico e o imobiliário.** (MEDEIROS, 2018, p 86 e 87) Grifos nossos.

O conflito do condomínio com os habitantes da região, que se expressa diretamente em Trindade, na atual Vila Oratório, na Praia do Sono e em Ponta Negra tem início com a venda da Fazenda Laranjeiras pelo então governador da Guanabara Carlos Lacerda, que foi um dos idealizadores da rodovia Rio-Santos. Sabendo da exponencial valorização que em breve seria associada à área de Paraty com a abertura da rodovia e o estímulo ao desenvolvimento do setor turístico e de veraneio na região, Carlos Lacerda se antecipa, comprando a antiga Fazenda Laranjeiras, que logo após é vendida para a holding Atlantic Community Development Group for Latin America (ADELA) - Brazilian Canadian Corporation (BRASCAN) entre 1972 e 1973²¹. De Silva (2018, p 428 e 429) realiza uma breve caracterização da holding e de suas intencionalidades na região:

²¹ (Mattoso, 1979) (Daflon, 2017) (De Silva, 2018).

O conflito foi deflagrado entre os caiçaras e a holding Adela-Brascan, no começo da década de 1970. O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras, com a perspectiva de abrigar 70.000 turistas. O empreendimento visava a construção de três hotéis, um camping, dois clubes e um grande centro cultural, com salas para seminários e festivais de música e teatro. (...) Dreifuss (2008) considera a holding Adela como a mais representativa do processo de integração capitalista, internacionalização e centralização organizacional que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. (...) A holding entrou em ação em setembro de 1964, momento em que foi registrada no Grão Ducado de Luxemburgo. Ela operava na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru, e a partir de parlamentares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e senadores dos Estados Unidos. A organização consolidou-se no fim da década de 1960 e, em 1972, incluía cerca de 240 companhias industriais, bancos e grupos de interesses financeiros de 23 países (DREIFUSS, 2008, apêndice A). Era um dos maiores complexos industriais e financeiros internacionais, o que fez com que tivesse consideráveis recursos e canais de informação e pudesse exercer forte pressão sobre os governos dos países em que operava. (DE SILVA, 2018, p 428 e 429)

O interesse e a disputa pelas áreas litorâneas de Paraty mesmo antes da inauguração da rodovia Rio- Santos demonstra que havia consolidado entre a holding Adela-Brascan e os países em que ela atuava, um forte trânsito de informações privilegiadas, de forma que os investidores antecipavam suas ações e investimentos de compras (ou grilagem) de terras, garantindo um projeto de retorno de lucros ainda mais expressivo, como chama atenção De Silva (2018) na citação apresentada.

É interessante destacar o conjunto das relações existentes entre os conflitos na Praia do Sono, nas Laranjeiras e em Trindade. O conflito ocorrido em Trindade e em Laranjeiras ao longo da década de 1970 está diretamente associado aos interesses territoriais e imobiliários da holding Adela-Brascan. No entanto, a forte resistência travada pela comunidade caiçara de Trindade fez com que a Adela-Brascan, após anos de insistências, ameaças e violações, vendesse parte das terras da Fazenda Laranjeiras, que correspondem a área de Trindade, para a empresa Cobracinco, que foi quem assinou o acordo com os Trindadeiros, reservando-lhes uma área para moradia e manutenção das roças²².

²² (Faro, 2021)(Mattoso, 1979).

O conflito da Praia do Sono se relaciona com Laranjeiras não só a partir da instituição do condomínio e da violação dos direitos que o mesmo impõe. A relação entre a Praia do Sono e o condomínio Laranjeiras já havia sido pensada antes por Gibrail Tannus, que tinha dentre os seus objetivos para a Praia do Sono, o de vender a área da Fazenda Santa Maria (que após a grilagem passa a “incluir” a Praia do Sono) para a holding Adela-Brascan completar seu amplo projeto desenvolvimentista na área. No entanto, percebendo a possibilidade de extenso lucro associada ao desenvolvimento do turismo na localidade, desistiu de vender, para que pudesse ele mesmo realizar o investimento nas terras que já havia grilado. Ainda, sabe-se que as relações entre essas comunidades e a área que hoje corresponde ao Condomínio nem sempre foram pautadas nos princípios conflituosos da espoliação e da propriedade privada, uma vez que a inter relação entre os habitantes dessas áreas com o meio já existia anteriormente, no âmbito do uso, da manutenção da vida e das práticas tradicionais, já que a área de Laranjeiras e suas 4 praias -hoje privatizadas pelo condomínio- eram áreas de uso histórico dos moradores das redondezas para práticas de pesca artesanal, mariscagem, lazer e passagem, incluídas aí os moradores da Praia do Sono, Ponta Negra e Trindade. Além de ser o principal caminho histórico de passagem dos moradores da Praia do Sono e de Ponta Negra para chegar à Paraty ou outras localidades. Faro (2021) aponta que em 2018 o ICMBio promoveu a realização de uma atividade buscando mapear os antigos pontos de uso do território onde hoje está localizado o condomínio. O resultado do mapa, como podemos ver abaixo, explicita a intensidade das transformações no cotidiano associadas à presença do condomínio, uma vez que este inviabiliza a continuidade desses usos e práticas históricas.

manutenção das práticas tradicionais. Tal fato contribuiu para alteração do cotidiano desses pescadores, antes associado diretamente ao mar e à terra, à pesca e à agricultura. Muitos a partir disso se tornaram prestadores de serviço para os milionários proprietários das mansões do condomínio Laranjeiras.

Um fato em torno desse contexto que ilustra bem a situação de parceria entre os interesses dos proprietários (sejam eles fazendeiros, grileiros, empresários ou holdings multinacionais) e do Estado, está no fato de que o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971, incluía em sua área de proteção toda a região que corresponde ao condomínio Laranjeiras. Em 1972 há uma modificação na área correspondente ao parque, que sofreu redução de sua extensão pelo Decreto Nº 70.694 de 1972 (de Silva, 2018), de forma que a região que hoje corresponde ao condomínio foi retirada da área de proteção do parque, estando, dali em diante, disponível para novos investimentos, uma vez que seu aparato de proteção garantido pela lei pelo status de parque nacional já não existia mais. Poucos anos após a retirada, nasce o Condomínio Laranjeiras, onde, poucos anos antes, era parque. Ainda que a Lei 9.985/2000 garanta que em parques nacionais as terras devam ser de domínio público, havendo a desapropriação de áreas particulares na área delimitada como parque, o que se vê no caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina é justamente o contrário. Houve a redução da área já delimitada do parque para sanar os objetivos dos interesses da propriedade privada e do setor imobiliário.

Uma vez apresentado o contexto de criação do condomínio Laranjeiras e sua relação com os arredores, nos aprofundaremos daqui em diante em compreender melhor porque e de que formas o condomínio representa e segue praticando uma série de violações com os habitantes da Praia do Sono. Assim como explicitar porque o entendemos como marco, expressando as rupturas que percebemos que a presença do condomínio confere à comunidade. Para ilustrar as dinâmicas espaciais que regem o conflito, partimos da exibição de um mapa e de uma fotografia retiradas da tese de Faro (2021).

Figura 24: Delimitação das portarias do Condomínio Laranjeiras e exposição dos trajetos: Praia do Sono - condomínio Laranjeiras (via mar, traçado roxo); Praia do Sono - Vila Oratório (via trilha, traçado azul claro); Trajeto realizado pela kombi do Condomínio (correspondente ao antigo caminho caiçara), do cais à Vila Oratório (em amarelo); Delimitação da estrada que dá acesso a Rio-Santos e seus encontros com a Portaria 2 do condomínio e com a Vila Oratório (azul escuro)



Fonte: Amanda Faro, 2021.

Figura 25: Condomínio Laranjeiras (A), a Vila Oratório (B), a Praia do Sono (C), Praia de Antigos e Antiguinhos (D), Ponta Negra (E) e (F) Mamangá vistos de cima



Fonte: Amanda Faro, 2021.

Anteriormente à chegada do condomínio, a movimentação pelo espaço dos habitantes da Praia do Sono, Antigos e Antiguinhos (sendo os dois últimos desabitados atualmente) e Ponta Negra eram pautadas principalmente pelo trânsito via mar. Com um certo isolamento geográfico causado pela geomorfologia da região, as comunidades, apesar de terem acesso à trilha, usavam de forma mais comum o barco, uma vez que a movimentação por terra se dava de forma difícil em meio ao conjunto de montanhas, principalmente se tratando da movimentação de crianças, idosos, pessoas com deficiência e o trânsito de utensílios, compras e materiais de construção. O caminho por trilha é um desafio que envolve o cotidiano da Praia do Sono ainda hoje, principalmente em períodos chuvosos, em que as condições se tornam quase inviáveis.

O caminho utilizado anteriormente para ter acesso ao centro de Paraty ou outros povoados onde eram realizadas trocas de mercadorias, pescados, alimentos, remédios e artesanatos por parte dos moradores da enseada do Sono, -que correspondem as comunidades mencionadas no início do último parágrafo-, era feito através de barco, que era logo após deixado no cais da comunidade Laranjeiras, onde hoje existe o cais dos pescadores do Condomínio Laranjeiras. Dalí, seguiam um caminho utilizado historicamente, que corresponde hoje ao caminho realizado pela kombi disponibilizada pelo

condomínio, e assim tinham acesso a estrada. Como afirma Da Silva (2020, p 102):

Esse caminho tradicional está ligado à identidade caiçara, pois seus antepassados já o utilizavam, são marcas do vivido experienciado por gerações passadas. Dessa forma, o caminho funciona como elemento da territorialidade desse povo, já que agrega um forte aspecto de identificação e reconhecem nesse caminho memórias coletivas. Essas memórias coletivas firmadas, de forma material, como caminhos, cemitérios e casas de farinha, são essenciais na criação de símbolos que identificam a comunidade no seu território. Por isso a importância de defender o caminho caiçara onde o Condomínio usurpou o livre acesso dos moradores, travando assim não somente o direito legal de ir e vir, mas a manifestação de suas territorialidades e memórias. Um caminho fechado é um passo para o esquecimento da história de um povo.

Concordamos com o que a autora Da Silva (2020) coloca sobre a perda do acesso ao antigo caminho utilizado, e reiteramos o quanto essa perda torna-se um elemento essencial na reivindicação dos moradores na busca do resgate de traços geográficos identitários. Conforme explicitado em ação civil pública realizada pelo Ministério Público Federal no ano de 2018, uma das garantias que a empresa construtora do condomínio Laranjeiras oferecia era a permanência dos antigos caminhos utilizados historicamente para a manutenção da vida das comunidades pescadoras ao redor. Como é de se esperar, essa garantia não passou de um discurso que nunca foi implementado, uma vez que a área se consolida como propriedade privada caracterizada como condomínio fechado, de acesso e uso restritos.

Figura 26: Delimitação de área do Condomínio Laranjeiras com placas e cancelas



Fonte: arquivo pessoal da autora.

As duas grandes fontes de violação que o condomínio implementa para os moradores da Praia do Sono e de Ponta Negra hoje estão justamente na não permanência dos caminhos históricos, alterando o uso do território e impedindo o ir e vir destes comunitários no espaço, além da própria privatização das praias. O que altera de forma significativa o cotidiano comunitário, uma vez que parte expressiva desse cotidiano é pautado nos distintos usos feitos do território.

Figura 27: Fotografias coladas na porta de entrada da associação de moradores



Fonte: Raissa Marinho, arquivo pessoal. 2022.

As áreas de praias marítimas no Brasil são respaldadas pela Constituição da República de 1988, art. 20, incisos IV, VI e VII como bens que pertencem à União Federal, o que, teoricamente, impediria a privatização de seu acesso e de seu uso²³. No entanto, não é isso que vemos acontecer. Ainda que o Condomínio Laranjeiras mantenha trilhas de acesso às praias - de forma que não passem pelas vias pavimentadas no condomínio- , essas trilhas são inclusive utilizadas

²³ Infelizmente, as medidas de privatização das praias, dificultando ou impedindo o acesso não são ações exclusivas desse Condomínio. Na reportagem realizada por Rogério Daflon (2017), sobre a privatização das praias em Angra dos Reis, ele retoma o mapa criado pela geógrafa Irene Chada Ribeiro, fruto de sua dissertação de mestrado. Das 61 praias estudadas, 25 têm o acesso privatizado e 8 têm o acesso controlado, representando aproximadamente 54% das praias estudadas. Das 61 praias analisadas, somente 18 possuíam livre acesso, representando aproximadamente 29% das praias consultadas. Sendo que, boa parte das praias que possuem livre acesso, estão próximas a áreas de interesse industrial, o que confere a essas praias possíveis níveis de contaminação e destruturação da beleza cênica com a presença das estruturas industriais. Link da reportagem disponível em: [Em Angra, uma aula sobre praias privatizadas – Coleção Particular \(apublica.org\)](https://apublica.org/pt-br/2017/05/em-angra-uma-aula-sobre-praias-privatizadas-colecao-particular/)

por surfistas e alguns poucos atrevidos visitantes. No entanto, ao chegar nas praias são encontrados fortificações, seguranças armados e dezenas de câmeras, o que torna o ambiente além de pouco convidativo, bastante intimidador. Principalmente quando você não parece como um turista.

O ir e vir dos moradores da enseada do Sono estão hoje sujeitos a boa vontade do condomínio, que é bastante limitada e com a qual não se pode depositar confiança. Uma vez que não é permitido a circulação dos comunitários na área interna do Condomínio, este estabeleceu um quadro de horários em que disponibilizam kombis que realizam o trajeto Vila Oratório - Cais do Condomínio, para que os comunitários e visitantes passem sem atrapalhar a vista e o sossego dos veranistas proprietários. Acontece que, além dos comunitários serem obrigados a compartilhar o uso dessa kombi com os turistas, o que gera um caos generalizado durante os meses de alta temporada, a kombi tem um horário restrito, de forma que, após as 18h é impossível realizar o trajeto. Restando aos comunitários a obrigatoriedade de realizar a trilha, independente das condições que a mesma apresentar, uma vez que é a única opção existente. Além de tudo isso, já ocorreram diversas vezes da kombi não cumprir com os horários estabelecidos, gerando conflitos com os comunitários. Todo esse cenário confere uma série de violações aos comunitários que precisam realizar essa passagem, alguns, quase diariamente.

Na ação civil de 2018 nos deparamos com uma série de relatos absurdos, com registro de diversos tipos de violações ocorridas por parte dos representantes do condomínio devido a necessidade da passagem dos comunitários, entre elas: ameaças, perseguição, agressões físicas e péssimas condições de embarque e desembarque no cais, o que já chegou ao ponto de levar a óbito um comunitário, conforme relatado na ação civil (MPF, 2018, p 14):

Em depoimento um dos barqueiros declarou que por ser de mais idade têm dificuldade em passar por dentro dos outros botes para chegar até a escada, e que na maré seca teme se ferir nas pedras. Há cerca de 5 anos um morador da Ponta Negra morreu de traumatismo craniano ao escorregar nas pedras. O condomínio havia removido a passarela que levava do ancoradouro ao lado do posto de gasolina onde as embarcações ficavam até terra firme. A morte trágica parece ter ficado no esquecimento, pois vemos que o risco à vida dos moradores se faz presente mais uma vez! (MPF, 2018, p 14)

Ao longo da ação civil há diversos relatos que ilustram o contexto das violações apontadas, no entanto, não entraremos em detalhes sobre todos esses casos. O link para acesso à ação está disponível para aqueles que quiserem mais detalhes. O que gostaríamos de salientar é que, uma série de violações são constantemente cometidas, de forma que se tornam quase que parte do cotidiano dos comunitários da região lidar com essas distintas formas de violência, que ferem o direito de ir e vir e a autonomia das comunidades tradicionais, uma vez que se encontram dependentes de ações de grandes grupos hegemônicos para poderem simplesmente se movimentar pelo espaço e ter acesso às suas próprias casas. Como expressa Rocha (2017), sobre as comunidades tradicionais no contexto de disputa de território com grandes empreendimentos:

Essas comunidades, para poder conservar/atualizar suas formas de aproveitamento dos diferentes bens comuns que mantêm no seu território, precisam, em muitos casos, se defender dos discursos, práticas e institucionalidades de um desenvolvimento que simplesmente lhes nega a existência imediata, ou em outros casos de negociar concessões e possibilidades que lhes garanta certa continuidade com o menor custo possível em níveis de autonomia (ROCHA, 2017, p 159)

Seguindo a lógica da disputa pela constante negociação evidenciada por Rocha (2017), atualmente um novo acordo vem sendo solicitado pelos moradores da Praia de Sono e de Ponta Negra, uma vez que o que foi acordado anteriormente não vem sendo rigorosamente cumprido, gerando uma série de situações indesejadas, conforme já exposto. Além do mais, os comunitários não desistiram de conquistar o direito à livre passagem, que lhes devia ser garantida. A vontade de exercer o direito de ir e vir diante do contexto de injustiça social que está posto tem como resultado mais de 20 caíças respondendo à processos judiciais realizados pelo condomínio, colocando os caíças na posição de criminosos e invasores da terra.

Toda essa situação também gera uma série de atritos em relação à atividade turística nessas comunidades, uma vez que, se não realizarem as trilhas, só resta aos visitantes ter que passar pela mesma área do Condomínio através do uso da mesma kombi. Durante a alta temporada, em que a comunidade da Praia do Sono recebe milhares de visitantes, essa situação torna-se ainda mais absurda, uma vez que dificulta ainda mais o uso da kombi pelos comunitários, que são obrigados a dividir com turistas os limitados horários

disponibilizados. É possível imaginar a quantidade e variedade de situações complicadas envolvendo a necessidade do uso da kombi por comunitários com deficiência, em contexto de pessoas acidentadas e emergências no geral. O Condomínio Laranjeiras exerce há anos um poder de controle sobre esses corpos e sobre a própria dinâmica cotidiana dessas pessoas, que dependem da disposição do Condomínio para se movimentar pelo espaço.

Figura 28: placa com a legislação vigente referente à passagem por dentro do Condomínio



.Fonte: Raíssa Marinho, arquivo pessoal. 2022

Frente a tudo o que foi exposto, observa-se que se está diante de uma inversão de valores generalizada, que se expressa também no meio jurídico. A disputa pelo espaço se dá a partir de forças tão assimétricas, que tem como resultado essa inversão, em que aqueles que são as vítimas, que sofrem as consequências, que tem seu ir e vir interrompido e controlado, passam a ser tratados como culpados, invasores e criminosos. Tal fato explicita a

complexidade que envolve a luta dos moradores da enseada do Sono, que junto aos seus parceiros e apoiadores, continuam se fortalecendo e negociando, como chama atenção Rocha (2017), concessões e possibilidades que busquem avançar nos objetivos de interesse comunitário, envolvendo o menor custo em termos de perda de autonomia. Ainda que essa autonomia já tenha sido (e siga) comprometida, diante de uma série de violações, a articulação em busca de resoluções segue avançando.

Compreendemos, portanto, a implantação e a permanência do Condomínio Laranjeiras como um marco definitivo, uma vez que interrompe de forma permanente o ir e vir dos comunitários da Praia do Sono, abrindo uma limitação quanto ao uso do território, formando rupturas relacionadas ao uso dos caminhos tradicionais e de locais ligados à manutenção de práticas de reprodução social. Ou seja, há uma alteração permanente do cotidiano comunitário. A partir das violações atribuídas à implantação do condomínio, atualiza-se um novo processo de caráter permanente, em que os comunitários passam a ser constantemente assediados, sujeitados e cooptados pelos representantes dos interesses privados. O que desperta a necessidade de vigília e articulação constante por parte dos comunitários. Dessa forma, podemos afirmar que diante da presença do condomínio, instala-se um conflito e simultaneamente, inaugura-se uma luta de caráter permanente na comunidade da Praia do Sono.

3.4 Unidades de Conservação

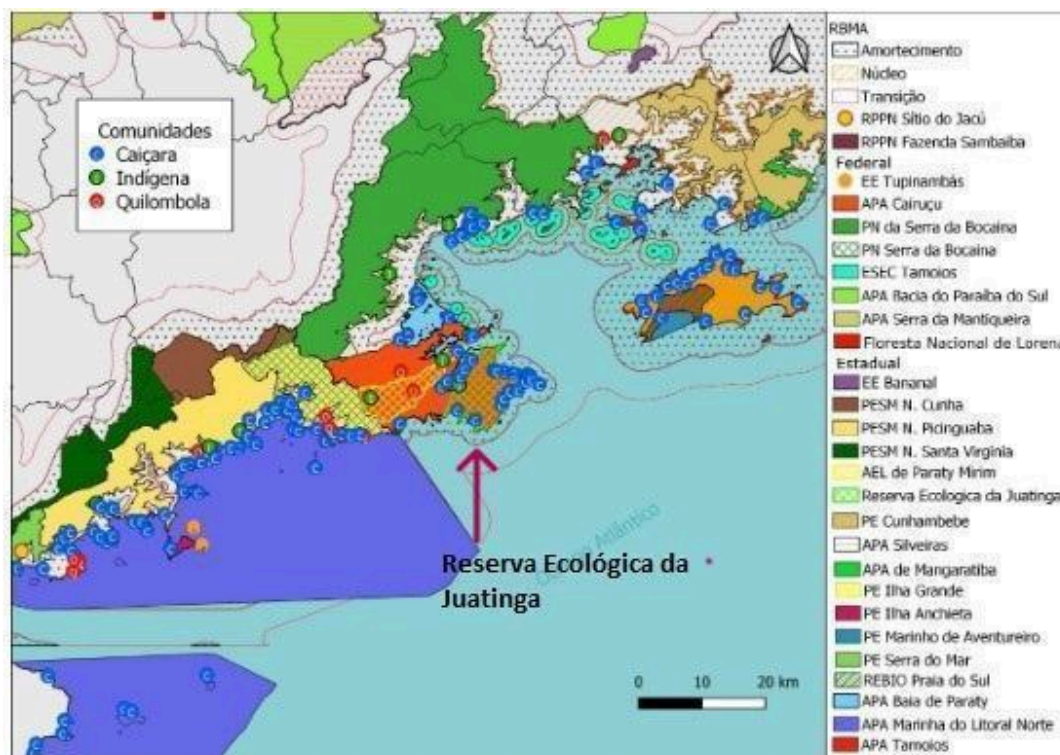
A década de 1970 no Brasil, como viemos comentando, é marcada pelo crescimento de grandes empreendimentos em diversos setores econômicos: imobiliário, turístico, infraestrutural, industrial, urbano etc. Como é esperado, junto desses grandes empreendimentos e a narrativa de progresso acoplada a eles, criam-se uma série de novos conflitos e impactos sobre o meio ambiente e as populações que nele habitam, estando mais expostas à essa realidade as comunidades tradicionais, os povoados rurais e as populações das periferias urbanas.

Ao mesmo tempo em que ocorre esse crescimento econômico, implementa-se a criação de diversas áreas protegidas em todo o país, e particularmente em nossa região de estudo. Diante do quadro de violentos conflitos fundiários, casos de grilagem de terra, implementação de mega empreendimentos e os diversos impactos sentidos nos territórios, as populações

diretamente atingidas, movimentos sociais, ambientalistas e acadêmicos se articulam para pressionar a criação de áreas protegidas. A partir disso se desenha um momento de reconfiguração das possibilidades de uso de partes do território nacional -para além de atender aos interesses privados sobre o território- com a implementação mais expressiva de áreas protegidas espalhadas pelo país, buscando conter um pouco da devastação do meio ambiente associada ao crescimento de grandes empreendimentos, processo acompanhado da expulsão de comunidades locais de norte a sul do Brasil. A região sul fluminense é um exemplo vivo deste processo, que foi apoiado pela abertura da BR-101, como já visto acima. Atualmente, a região conta com a presença de diversas áreas protegidas, administrada por entes distintos, com legislações próprias e muitas vezes com sobreposição de áreas, como fica explicitado no mapa a seguir, que evidencia a existência de 26 áreas protegidas entre aproximadamente Caraguatatuba e Mangaratiba.

Do litoral norte de São Paulo ao sul fluminense, um notável mosaico composto por distintas unidades de conservação se apresenta, formando uma rede complexa de legislações relacionadas às distintas formas de uso e ocupação do solo. O objetivo em compartilhar o mapa foi justamente evidenciar que o contexto de conflito estudado na presente pesquisa não fica restrito a Praia do Sono ou a Reserva da Juatinga, conferindo o mesmo status a toda essa região costeira, historicamente assediada pelos interesses do grande capital. O fato é que todos os quadros apresentados entram em choque com a realidade vivida das comunidades pescadoras, assim como trazem dificuldades para pensar a permanência das comunidades tradicionais, tendo em vista a articulação desses interesses e a implementação de áreas protegidas. O mapa apresentado abaixo em articulação com tudo o que foi exposto até aqui evidencia a complexidade em torno dos interesses que se manifestam na região costeira.

Figura 29: Mosaico de Unidades de Conservação do sul fluminense ao norte paulista



Fonte: Janaina Cassiano dos Santos, 2021. Com adaptações da autora.

O conjunto de distintos empreendimentos e interesses que chegam na região sul fluminense, e que se intensificam com a chegada da Rio- Santos, iam aos poucos, definindo as frentes de atuação de cada parte do território. Com o desenvolvimento do setor industrial em Angra dos Reis, os mega condomínios de veraneio que surgiam ao longo de todo o litoral da costa sul fluminense, as transformações associadas à estruturação da cadeia de petróleo e gás em partes da região, o aumento da população urbana, os contínuos conflitos ligados à grilagem de terra etc, embora fossem outras frentes de acumulação do capital, representavam uma ameaça -que foi em partes consolidada- para aqueles municípios que tinham intenções de desenvolver fortemente o setor turístico, como é o caso de Paraty e Angra dos Reis.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, em parte, a criação das Unidades de Conservação nesses locais também esteve diretamente relacionada com essa intencionalidade econômica, de ter como uma de suas grandes frentes variadas formas de turismo, amparadas no turismo histórico, cultural, e também contando com o impressionante cenário de exuberância das feições naturais para atrair visitantes. Como Paraty conservou, involuntariamente, por algum tempo, um caráter de maior isolamento devido às dificuldades de acesso antes da chegada

da Rio-Santos, pode-se afirmar que Paraty foi um pouco menos foco do crescimento de frentes industriais, diferentemente de Angra que possui em seu território por exemplo o Estaleiro Verolme, a Usina Angra 1 e 2 e as tantas estruturas para dar suporte a esses empreendimentos. Paraty, embora não contasse com essa frente desenvolvimentista, foi um espaço inundado por diversos conflitos envolvendo a espoliação das terras, com grandes interesses de atores internacionais focando o crescimento imobiliário voltado para o turismo e veraneio com recorrentes e violentos casos de grilagem de terras.

Esse conjunto de distintos interesses sobre o território afeta não só o meio físico ou o potencial turístico da região, mas principalmente, ameaçam aqueles que têm nesse meio seus referenciais de vida e reprodução social. Diferentemente das comunidades indígenas e quilombolas, que conquistaram o direito ao seus territórios, com suas próprias legislações voltadas para a reprodução social específica destes grupos, as comunidades caiçaras não possuem uma legislação específica que trate de sua relação de pertencimento com a terra e que resguarde o seu direito ao território. Esse cenário confere a essas comunidades um caráter de constante insegurança fundiária, ainda mais quando a área de ocupação se trata da faixa litorânea mais assediada por distintos atores e interesses, de grileiros à grandes empreendimentos, na área litorânea localizada entre os dois maiores centros capitalistas do país. Dessa forma, resta às comunidades caiçaras “o reconhecimento de sua forma tradicional de apropriação do território vinculado principalmente às poucas categorias de Unidades de Conservação de uso sustentável previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei Nº 9.985/2000)”(FARO, 2021, p 93). Ainda que seja uma forma de reconhecimento, é uma forma frágil, com fácil caráter de alteração.

Ainda que existam distintas unidades de conservação incidindo sobre Paraty, que moldam distintos cenários de conflitos, não será nosso foco aqui nos aprofundarmos sobre cada uma delas. Vamos nos aproximar de nossa comunidade, a Praia do Sono, para compreender como as dinâmicas relacionadas às unidades de conservação tem se relacionado com a comunidade, que conflitos e tensões podem ser percebidos nessa relação. Ainda que tenha acontecido um freamento nos casos de grilagem e de assédio por grandes empreendimentos, a criação de áreas protegidas e mais tarde do SNUC, segue sendo razão de conflitos ainda hoje, como veremos adiante, explorando um pouco do contexto de criação da APA Cairuçu e da REEJ. Para,

posteriormente, abordar o contexto de criação do SNUC e as tensões atribuídas a esse conjunto de elementos no território.

A Praia do Sono atualmente tem seu território sobreposto por duas áreas protegidas, sendo elas a Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ). Existem trabalhos que se propuseram a uma abordagem mais complexa sobre a problemática das unidades de conservação na região, como por exemplo os trabalhos de Cavaliere (2003) e Soares (2019), que nos traz uma versão mais atualizada da problemática. Aqui, nosso foco será nas tensões fruto dos desdobramentos da presença dessas áreas protegidas sobre o território da Praia do Sono. Portanto, para aqueles que procuram uma leitura mais densa sobre a temática, ficam as sugestões de leitura mencionadas. Segue abaixo um pequeno quadro para melhor visualizar alguns elementos importantes sobre as áreas protegidas que incidem sobre a Praia do Sono, elementos esses que estão diretamente relacionados com os conflitos e tensões abordadas à frente.

Quadro 3: Informações sintetizadas das áreas protegidas que incidem sobre a Praia do Sono

Nome da Área protegida	Ano de criação	Categoria incluída no SNUC	Possui Plano de Manejo	Administrada por	Área protegida	Esfera
Área de Proteção Ambiental Cairuçu	1983	Sim	Sim	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio)	34.690,72 ha	Federal
Reserva Ecológica Estadual da Juatinga	1992	Não	Não	Antes pelo Instituto Estadual de Florestas do RJ. Atualmente pelo INEA- Instituto Estadual do Ambiente.	9.797 ha, estando totalmente sobreposta APA Cairuçu	Estadual

Fonte: A autora

A Área de Proteção Ambiental Cairuçu

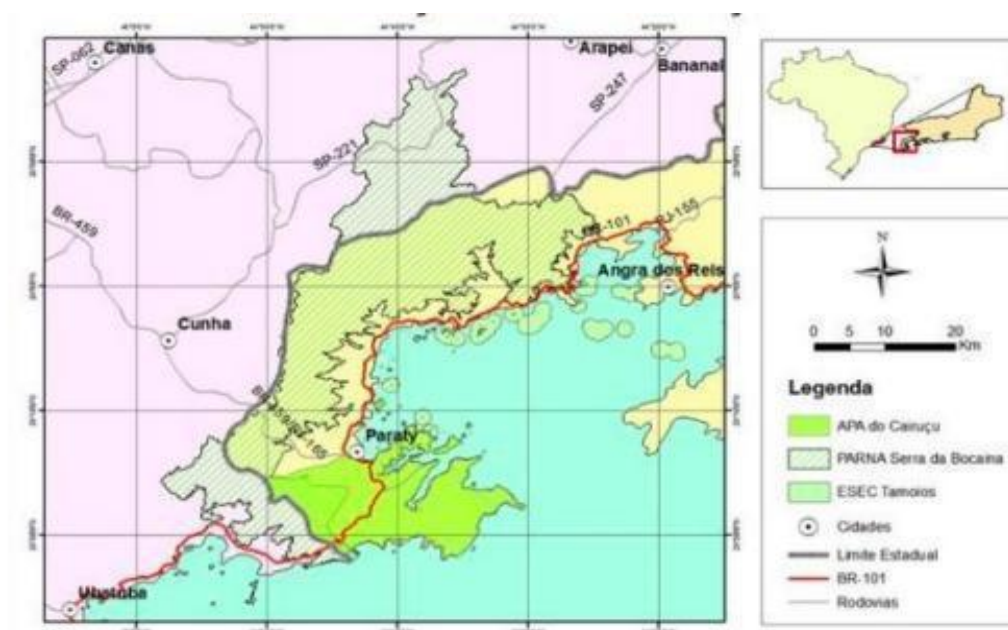
Consolidadas a construção da Rio-Santos, do condomínio Laranjeiras e a grilagem de terras na Praia do Sono, expressando um contexto de diversas

pressões ao meio ambiente e as populações locais, com resistências e mobilizações chegando à grande mídia. É nesse tenso contexto que foi criada a APA Cairuçu, em 1983, a partir do Decreto no 89.242, constando em seu primeiro artigo que:

Art. 1o - Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Cairuçu, localizada no Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região **e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema.** (DECRETO 89.242)

Soares (2019, p 66) aponta que a APA Cairuçu ocupa um importante papel no sentido de formar um corredor ecológico entre diversas áreas protegidas da região, fazendo a conexão entre áreas protegidas do litoral norte paulista e do sul fluminense. A APA faz sobreposição com outras áreas protegidas, de distintas categorias e administrações, “parcialmente ao PN da Serra da Bocaina e integralmente, a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, na área marinha há sobreposição com a APA da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá (FONTES, C. F. L.; GUERRA, A. J. T. 2016)”

Figura 30: Mapa destacando a área da APA Cairuçu e sua sobreposição com o PN da Serra da Bocaina e com a ESEC Tamoios²⁴



²⁴ O mapa desconsidera a existência da REEJ por ela não ser uma categoria que está contemplada pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Fonte: Plano de Manejo APA Cairuçu (ICMBio, 2018) input Soares (2019)

Um elemento fundamental a ser destacado é o fato de que a APA Cairuçu esteve, desde o momento de sua criação, alinhada não só com a presença, mas com a suposta proteção das comunidades caiçaras que historicamente ocupam a região, como evidencia seu artigo primeiro. No entanto, apesar de ser um ponto de extrema relevância, - uma vez que, como foi abordado anteriormente, os caiçaras não contam com uma área protegida destinada exclusivamente à manutenção de seu modo de vida -, na prática, o que ocorre é que a APA Cairuçu ocupa 40% do município de Paraty (FONTES, C.F.L.; GUERRA, A.J.T, 2006), equivalente a uma área continental de aproximadamente 33.800 hectares, contando também com um conjunto de 63 ilhas (BRASIL, 1983)(Silva, 2020), resultando numa área ampla e diversa, que carrega consigo diferentes atribuições sobre o território. Faro (2021, p 94) aponta que:

A APA Cairuçu possui conselho gestor (CONAPA) desde 2001 (IBAMA, 2001), criado inicialmente com caráter deliberativo e transformado posteriormente em consultivo (MONGE, 2019). Esta unidade de conservação conta também com um plano de manejo – **que teve sua primeira versão posta em vigor em 2005** –, e que, dentre outras regulamentações, estabeleceu os usos permitidos e proibidos em cada local, isto é, seu zoneamento.(FARO, 2021, p 94)

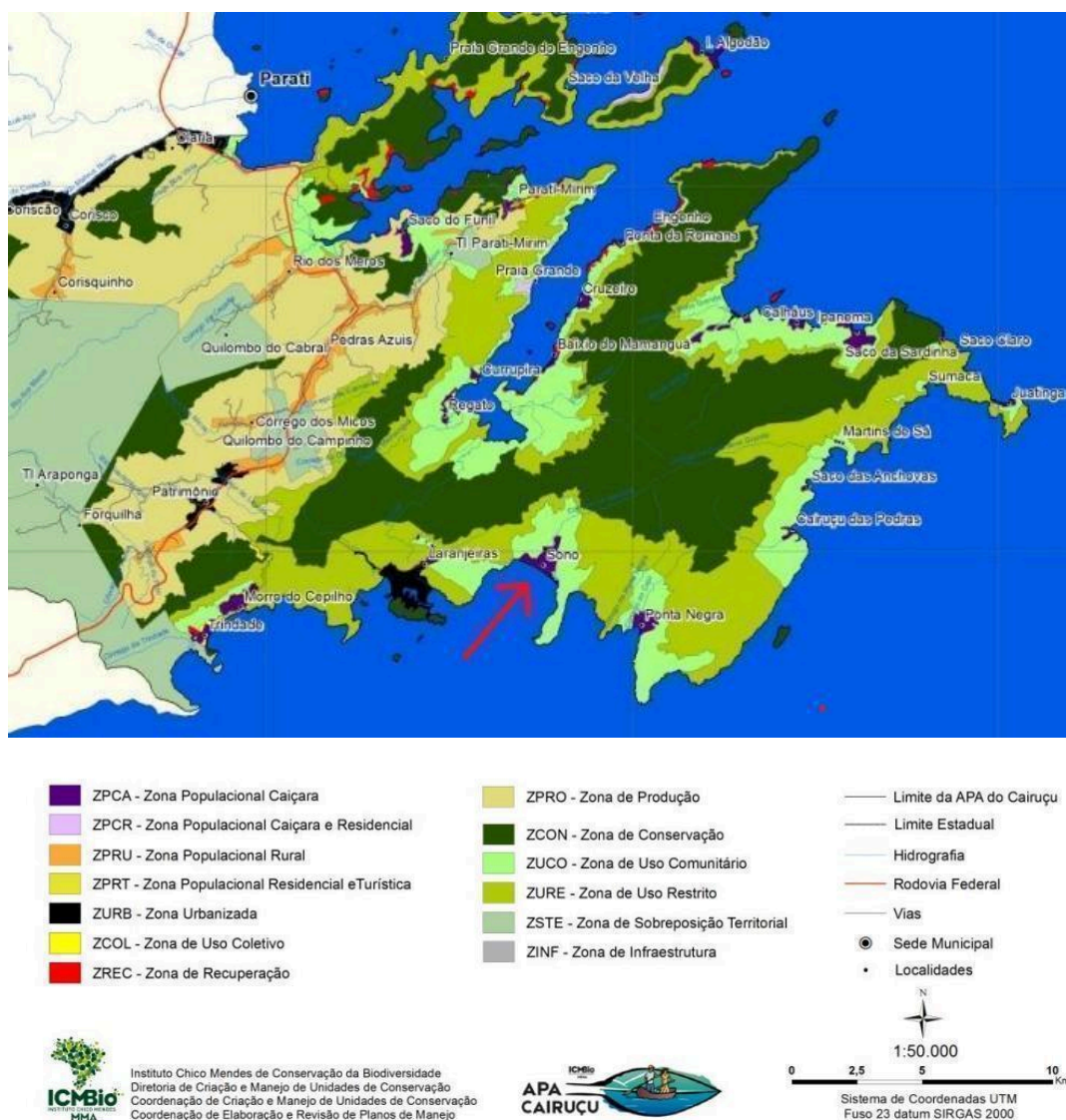
Criada em 1983 e com seu primeiro plano de manejo em vigor somente em 2005, trata-se portanto, de 22 anos de APA sem plano de manejo, sem definição dos usos atribuídos a cada área. Esse contexto em uma área protegida que corresponde a quase metade da área total de um município com realidades diversas como Paraty, é propício para a criação de novos conflitos de interesse e tensões no território. Uma área que engloba comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas, condomínio de luxo, além de população rural com diferentes níveis de urbanização, traduz-se naturalmente em distintas formas de uso e apropriação do território. Silva (2020) comenta que a criação do plano de manejo, que chegou com 22 anos de atraso, não se deu sem polêmicas, apontando o envolvimento do Condomínio Laranjeiras no financiamento do plano de manejo da APA, destinando 500 mil reais para sua elaboração.

Interferido diretamente pelos interesses do Condomínio, o plano de manejo da APA inaugura um zoneamento para a Praia do Sono, que passa a ser dividida em três zonas, onde estão incluídas, de maior para menor nível de

restrição quanto ao uso do território, as: Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS), Zona de Conservação Costeira (ZCC) e a Zona de Expansão das Vilas Caiçaras (ZEVC). Na primeira e na segunda categoria não são permitidas edificações, ação que fica restrita a uma categoria, a ZEVC. O desenvolvimento de atividades turísticas pode ser realizado nas três zonas, no entanto, com distintos graus de restrições. Ainda que a maior parte das práticas tradicionais associadas à manutenção da cultura local tenham sido incorporadas nesse plano de manejo e pela delimitação do zoneamento, Faro (2021, p 95) aponta que boa parte das ações, antes cotidianas para os caiçaras “passaram a ser condicionadas à emissão de autorizações, vistorias e licenças pelos órgãos responsáveis”. Se consolida portanto, mais um aspecto de controle que imposto ao território, dessa vez, o controle estatal, que segue sendo direcionado, ou ao menos consideravelmente influenciado pelos interesses privados, como fica explicitado com a notável verba direcionada para a realização do plano de manejo pelo condomínio Laranjeiras. Com reivindicações feitas por distintas partes, reconhecendo falhas e lacunas no plano lançado em 2005, já em 2010 apontavam-se melhorias a serem incorporadas no plano de manejo (Plano de Manejo APA Cairuçu, 2018. ICMBio).

Após 13 anos, em 2018 foi realizado um novo plano de manejo participativo para a APA Cairuçu, com reuniões formadas pela equipa do ICMBio com comunitários, realizando o diagnóstico e o planejamento participativo, reconhecendo os usos tradicionais atribuídos a cada parte do território da comunidade e em seus arredores. A partir desse processo, foi promovido o aumento da área prevista para moradia na Praia do Sono e “o acréscimo de zonas mais permissivas aos usos tradicionais em cotas altimétricas mais altas, o novo plano de manejo deu passos importantes em relação ao tema das construções por pessoas não nativas e venda de terras.” (ICMBIO/MMA, 2018) input (FARO, 2021, p 105). O resultado no último zoneamento pode ser visto no mapa abaixo, com seta destacando a Praia do Sono:

Figura 31: Mapa com zoneamento de 2018 da APA Cairuçu, com destaque para a Praia do Sono.



Fonte: Plano de Manejo APA Cairuçu (ICMBio, 2018)

Observando o mapa e a legenda, nota-se que a área da Praia do Sono e seu entorno são compostos por áreas ligadas a ZPCA - Zona Populacional Caiçara, ZUCO - Zona de Uso Comunitário, e ZURE - Zona de Uso Restrito. Percebe-se também que a área compõe a região mais ambientalmente protegida da APA, onde há maior expressão concentrada da tonalidade verde escuro, que representa a ZCON - Zona de Conservação. O que se justifica pelo modelo de ocupação e a posterior chegada da REEJ, além da quase não existência de grandes vias e estradas.

Lidando com uma vasta área, com distintos usos e interesses sobre o território, ainda que os instrumentos de gestão estejam bem estabelecidos para as diferentes partes da APA, sua atuação “não é tão aparente no cotidiano das comunidades da península da Juatinga, e as intervenções mais diretas ficam a cargo da REEJ” (FARO, 2021, p 96). Portanto, vamos compreender o contexto de surgimento da REEJ, para, a partir disso, colocar como a presença e a sobreposição de áreas protegidas são fontes de tensões no território da Praia do Sono (e para além dele).

A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga

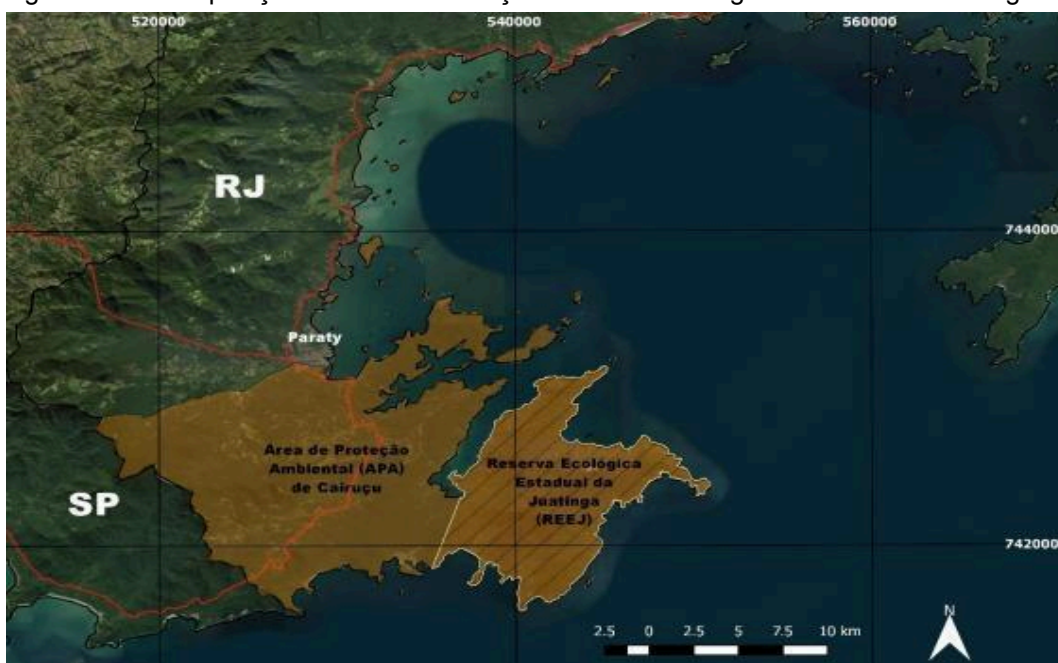
Criada no ano de 1992 pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a partir do Decreto Estadual nº 17.981 consolidou-se a existência da Reserva Ecológica da Juatinga. Com área de 9.797 ha, a unidade se encontra completamente sobreposta à APA Cairuçu, representando 30,6% do total da mesma (SOARES, 2019; C. F. L.; GUERRA, A. J. T. 2016). A pesquisadora Taina Miê Soares (2019) em sua dissertação, em que discute quais seriam os pilares que fundamentariam a criação de uma Reserva Caiçara, que até hoje continua sendo debatida, retoma o processo de criação da REEJ, explicitando a relação diretamente existente entre a abertura da Rio-Santos e os conflitos na Praia do Sono associados a grilagem de Gibrail e as violações realizadas para implementação e permanência do condomínio Laranjeiras com a criação da REEJ. Segundo Soares (2019, p 53), em 1991 foi efetuada uma lei estadual que autorizava a criação da UC. Ela aponta que:

Essa lei era fruto da articulação do assessor parlamentar José Carlos, em aliança com um padre da Pastoral da Terra e um procurador, **todos aliados políticos da comunidade da Praia do Sono**. As motivações para tais ações do executivo são demonstrações da **preocupação com os impactos sociais e ambientais da construção da rodovia Rio-Santos** (FONTES, C. F. L.; GUERRA, A. J. T. 2016), na década de 1970, que **permitiu a chegada do turismo, o acirramento da especulação imobiliária, degradação ambiental e pressão sobre os grupos comunitários locais**. A criação de UCs nesse período na região, PN Bocaina (1972), APA Cairuçu (1983), APA da Serra do Mar (1984), ESEC Tamoios (1990), RE Juatinga (1992) explicitam essa **estratégia política**. (SOARES, 2019, p 53)

Diante da natureza demasiadamente permissiva da APA Cairuçu, devido a vasta área incorporada à ela e a grande variedade de realidades nas quais se insere, a criação da REEJ surge com intuito de promover uma atuação mais restritiva sobre essa área específica, atendendo mais diretamente os objetivos da reprodução do modo de vida caiçara. Os estudos de Cavalieri (2003) já apontavam que existiam diversas justificativas que apoiavam a criação de uma outra área protegida sobre a área conhecida como Península da Juatinga, se justificando não apenas para:

(...) garantir a preservação de significativo manto remanescente de floresta ombrófila densa (Mata Atlântica), que reveste a maior parte desta unidade peninsular, como também livre da descaracterização os mangues do Saco do Mamanguá, a vegetação dos afloramentos e costões rochosos, **bem como aspectos tradicionais da cultura caiçara (...)**. Devido a seu peculiar posicionamento geográfico e as dificuldades de acesso impostas por sucessivas cadeias de montanhas, que se estendem até o mar, **está península apresenta, em quase toda a sua totalidade, seus ecossistemas em primitivas condições, uma vez que nenhum tipo de sistema viário convencional (rodovias ou estradas vicinais) foi implantado na região. Este isolamento por terra, faz com que seja reforçado o vínculo secular entre as comunidades caiçaras e o mar, e põe a península no rol das regiões do Estado que apresentam as menores taxas de ocupação.** (IEF, 1992 apud CAVALIERI, 2003) apud SILVA, 2020.

Figura 32: Sobreposição entre APA Cairuçu e Reserva Ecológica Estadual da Juatinga



Fonte: Ricardo Martins 'Papu' Monge

. Ainda que tenha tido origem a partir de uma forte movimentação popular com articulações políticas do estado do Rio de Janeiro, sendo inicialmente motivo de comemoração e até mesmo um certo alívio para as comunidades diante da violência dos conflitos que estavam postos, esse alívio logo foi substituído por uma constante tensão. Um dos principais motivos dessa tensão está na natureza mais restritiva da REEJ, que não teve seus pontos e legislações debatidos com aqueles em quem essas leis recairiam diretamente, sendo um elemento que se estrutura no território na lógica “de cima pra baixo”. O primeiro artigo do decreto que institui a criação da reserva já anuncia o cenário conflituoso e as implicações que a contraditória presença da área protegida traria:

“Art. 1º - Fica criada, no município de Parati, a Reserva Ecológica da Juatinga, **de natureza non edificanti**, delimitado de um lado, pelo Saco do Mamangá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (ao fundo do Mamangá), ficando, destarte, resguardada a faixa da Marinha.” (RIO DE JANEIRO, Diário Oficial, 1992).

Numa clara tentativa de intervenção pública nos duradouros conflitos da região, é delimitada a área da REEJ. Dois aspectos nos chamam atenção nesse artigo primeiro, a descrição da área contemplada pela REEJ e sua natureza non edificanti. A descrição da área a ser protegida não por acaso engloba em sua totalidade as áreas que estavam sendo griladas por Gibrail Tannus através do crime do indevido “alongamento” da velha conhecida Fazenda Santa Maria. Tal fato expressa uma ação mediadora do Estado na resolução dos conflitos (SOARES, 2019). Seguem abaixo o mapa com a delimitação da REEJ e o mapa com a área correspondente a Fazenda Santa Maria (em vermelho) e a parte que foi grilada (em rosa), evidenciando que a área em disputa através da grilagem passa a compor inteiramente a REEJ.

população caiçara contra a própria população caiçara. Pois como aponta Dam Silva (2020, p 126) a REEJ “traz em si uma contradição legal, pois pretende estimular a cultura dos povos tradicionais locais ao mesmo tempo que proíbe construções e o uso dos recursos”. Portanto, estamos de acordo com Faro (2021) quando afirma que:

Aprisionados numa espécie de **paradoxo jurídico, os caiçaras passaram a conviver com um instrumento legal que reconhece seu direito à permanência no território, mas que lhes retira as condições de reprodução material e social.** Esta contradição trouxe diversos conflitos para a vida dos moradores e para a gestão e implementação da própria unidade. Essas contradições que compõem o contexto normativo da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga colocaram como centro da gestão territorial o controle sobre as construções e obras, e posteriormente – mas não descolado deste eixo – o controle sobre o turismo. (FARO, 2021, p 93 e 94)

Diante desse cenário, se inauguram uma série de tensões no território, relacionadas principalmente com o caráter não edificante da reserva, que se traduz na proibição ou extrema dificuldade para expansão e novas construções de casas para moradia, bares e restaurantes para atender o turismo e veraneio, assim como locais com sentidos coletivos para a comunidade, como casa de farinha e ranchos de pesca. As tensões se relacionam também com as expressivas restrições quanto ao uso do território, as limitações para abrir novas áreas para roça, para extração de madeira para a criação da canoa caiçara de um tronco só, limitação da atividade de caça etc. Ou seja, limitações e ferrenhas necessidade de autorizações e negociações passam a ser recorrentes para a realização de práticas que antes eram cotidianas na Praia do Sono e em toda a região incorporada pela REEJ. Portanto, podemos afirmar que as áreas protegidas são elementos que transformam permanentemente o cotidiano das comunidades caiçaras a partir da implementação de suas legislações, colocando os habitantes dessas comunidades como estranhos em seu próprio lugar. O controle que já havia sido instaurado em partes pelo Estado desde a década de 1980 com a chegada da APA, passa a ser mais expressivo e violento com a chegada da REEJ. Rocha (2017) explicita bem essa discussão, quando afirma que:

Apesar dos conflitos gerados, o que pudemos perceber é que as populações não são contra a criação de unidades de conservação. O problema reside em que essas unidades são implantadas nos seus territórios **em virtude da conservação histórica que as próprias comunidades promoveram (e que singularizam esses espaços em relação ao seu entorno), mas limitam as formas de uso dos bens naturais até o ponto de impedir a própria reprodução social das famílias moradoras**. A exclusão dos seus saberes e de suas práticas resulta na sua relação com os gestores das unidades de conservação (...). Os conhecimentos de uma ciência moderno-ocidental que separa homem e natureza rejeitam as complementaridades que esses grupos estabelecem. (ROCHA, 2017, p 154)

Como fica evidente, apesar de os caiçaras serem os protagonistas da conservação local, os mesmos têm suas práticas limitadas e criminalizadas pela política das áreas protegidas. O que configura uma atuação dúbia, pois foram essas mesmas práticas que possibilitaram um uso sustentável dos ditos “recursos naturais”, resultando no cenário de preservação que é hoje tão requerido por parte dos turistas.

Essas tensões se expressam também no controle das atividades turísticas, que divide opiniões entre os moradores da Praia do Sono. Enquanto alguns têm uma tendência a uma maior abertura quanto a presença do turista, outros possuem uma postura mais voltada ao estabelecimento de regras quanto a quantidade de visitantes e a definição de acordos comunitários quanto ao controle da atividade, falaremos desse assunto mais adiante. Porém, mais um complicador surge para se somar a essa um tanto quanto já complicada realidade. Esse complicador é a criação do SNUC, ou mais especificamente, a não inserção da categoria Reserva Ecológica nele.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi realizada nos anos 2000, buscando criar um sistema com categorias definitivas de áreas protegidas a serem implementadas no território nacional de forma organizada, em um contexto onde existiam modalidades diversas de áreas protegidas espalhadas pelo país. A criação do SNUC se deu apenas 8 anos após a criação da REEJ e, nesse momento, a REEJ, que já não contava com plano de manejo, passou a estar numa espécie de limbo jurídico administrativo, já que a categoria Reserva Ecológica não foi contemplada pelo SNUC.

Casos como esse foram previstos e ocorreram em diversas áreas protegidas do país. O SNUC, em seu artigo 55º afirmava que áreas protegidas que não foram contempladas pelo novo sistema de legislação, deveriam entrar em um processo de reavaliação da área num prazo de dois anos (BRASIL, 2000). Uma vez realizada a reavaliação, a área protegida seria recategorizada para se tornar então, uma Unidade de Conservação prevista pelo SNUC. Porém, o que ocorreu na prática é que, passados 22 anos, o processo de recategorização não foi feito até hoje. Tal fato torna a situação dos caiçaras que habitam a REEJ ainda mais complexa, pois, se já existiam tensões relacionadas com a presença da APA Cairuçu, essas tensões se acentuaram com a criação da REEJ em 1992, pela sua natureza mais restritiva e pelo fato de se tratarem de duas categorias de áreas de proteção distintas, administradas por organizações também distintas, onde uma é totalmente sobreposta a outra. Com o limbo jurídico acentuado com a não recategorização da REJ, esse conjunto de tensões, motivados por diferentes aspectos, também tem suas expressões sobrepostas no território, de forma que as tensões se relacionam simultaneamente e contraditoriamente. Questões como choques entre as legislações, não saber a que órgão recorrer em determinadas situações, derrubada de casas e aplicação de multas por parte dos órgãos ambientais são situações que se tornaram, por algum tempo, recorrentes.

Além disso, a necessidade da recategorização levanta uma nova discussão, que se encontra em voga há anos, às vezes com avanços, às vezes com retrocessos: recategorizar para qual categoria? atendendo aos interesses de quem? Soares (2019) aponta que algumas tentativas foram realizadas de promover encontros e debates acerca da recategorização, mas que logo se esvaziaram, diante da falta de atuação do antigo Instituto Estadual de Florestas. As conversas voltam a avançar somente quando o INEA passa a administrar a área, contratando uma empresa privada chamada IGARA - Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental para realizar estudos buscando avançar com a recategorização. Buscando enquadrar a realidade da Península da Juatinga e dos hábitos de sua população dentro de categorias fechadas do SNUC, nenhum cenário que se apresentava parecia responder às demandas necessárias para a permanência no território sem sacrificar ainda mais o modo de reprodução social.

É nesse sentido que é realizada a pesquisa de Soares (2019), buscando retomar a discussão sobre a recategorização e compreender, a partir do trabalho de anos de dedicação realizado em diálogo com diversas organizações caiçaras,

quais seriam os pilares que fundamentariam a criação de uma Reserva Caiçara. A pesquisa realizada foi de grande importância para retomar e afinar o debate sobre a recategorização, visto que as categorias que já foram cogitadas ao longo desses anos não atendem completamente aos interesses comunitários, além de deixarem brechas para a consolidação de interesses hegemônicos. Esse assunto também foi aprofundado por Cavalieri (2003) e mais recentemente e de forma continuada, por Monge (2013, 2019). Nesses estudos há detalhes sobre os avanços e retrocessos no debate sobre a recategorização da REJ, assim como aprofundamentos sobre as categorias que foram cogitadas, suas potencialidades e as dificuldades que apresentam, que não serão abordadas no presente trabalho.

Para realizar essa complexa discussão, Soares (2019) promoveu o I Encontro de Elaboração de Proposta Base de Área Protegida Caiçara, na sede da Associação de Moradores de Trindade, no dia 03 de outubro de 2019. O encontro contou com moradores de diversas comunidades da REEJ, da APA Caiçu e para além, com caiçaras de diversas partes do litoral paulista, representantes da Coordenação Nacional Caiçara e do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, além de advogados que realizaram uma assessoria técnica para a autora e para o evento como um todo, traçando as potencialidades e dificuldades de cada quadro que se desenhava como possibilidade. O evento, no qual tive a oportunidade de participar, também contou com a presença de membros do projeto Raízes e Frutos e pesquisadores interessados pela discussão

Figura 35: I Encontro de Elaboração de Proposta Base de Área Protegida Caiçara



Fonte: Arquivo pessoal Raízes e Frutos, 2019.

Tensões relacionadas a presença da APA Caiçu, da REEJ, suas sobreposições e o limbo jurídico propiciado pelos 22 anos de necessidade de recategorização da REEJ: Tudo junto e misturado no plano do vivido!

Sendo Paraty um dos focos nacionais de conflitos relacionados à terra entre a década de 1970 e 1980, é fato que a institucionalização de áreas protegidas exerce um importante papel na salvaguarda das comunidades e povoados que ainda não haviam sido desterritorializados pela força de interesses privados. No entanto, ao longo dos anos uma série de ações um tanto quanto questionáveis foram realizadas pelos entes administrativos dessas áreas, trazendo à tona a criminalização das comunidades e da cultura caiçara. Com a presença das áreas protegidas no território, moradores passaram a sofrer reparações atribuídas ao caráter prejudicial com que algumas práticas tradicionais passam a ser compreendidas pelos órgãos ambientais. Nesse sentido, são diversos os exemplos e relatos de destruição, por parte dos agentes ambientais, de áreas destinadas à roça e a moradia de caiçaras, sob acusações de danos e destruição do meio ambiente. Dessa forma, buscando um esforço de síntese e simultaneamente, de explicitar as relações percebidas entre as tensões, percebemos que as relações entre unidades de conversação e a Praia

do Sono podem ser compreendidas a partir de uma tripla condição que se expressa na:

Diversidade de legislações X Proteção X Ameaça

Numa lógica em que a diversidade de legislações se relaciona tanto com a contradição representada na proteção quanto na ameaça. Esses elementos materializam conflitos e tensões com diversidade de atores e problemáticas que, resumidamente, se expressam nas seguintes direções:

- **A diversidade de legislações e sobreposições de áreas:** A quem recorrer? A que legislação acatar?
- **Conflitos entre comunidades Caiçaras x Unidades de Conservação:** Cerceamento de práticas históricas e construções, traduzindo-se na criminalização das comunidades caiçaras; Visão amparada na separação ocidental entre homem x natureza, que não reconhece o homem como parte do meio e no caso, como ator responsável pela manutenção da preservação; Restrições e controle sobre as atividades turísticas muitas vezes impostas sem grandes espaços para discussão.
- **Unidades de conservação x Grandes empreendimentos:** A legislação abre brechas para interesses hegemônicos.
- **Criação do SNUC e a recategorização da REJ:** Recategorizar para qual (categoria)? Para atender a que interesses? Limbo jurídico administrativo que se estende por mais de 20 anos.

Embora tenhamos estabelecido essa aparente separação entre os pontos acima apresentados, devemos enfatizar que eles estão em permanente interação, explicitando através de conflitos ou tensões as diversas contradições que marcam as espaço-temporalidades destacadas neste capítulo. Podemos perceber que apesar dos objetivos atribuídos às áreas protegidas - associados à conservação do meio ambiente-, a pressão imposta pelos interesses do Estado e do forte setor empresarial/imobiliário - que acabam garantindo politicamente para a manutenção de seus interesses um caráter de alteração dessas áreas quando necessário - reconfiguram o jogo de forças, gerando uma atuação dúbia conferida às áreas protegidas, que se expressa na contradição entre “Diversidade de legislações X Proteção X Ameaça”.

Ao mesmo tempo que geram alguma proteção para as comunidades quando garantem sua presença no território, muitas vezes essas leis, além de se chocarem em casos de sobreposição, são implementadas de cima para baixo, a partir de uma lógica hegemônica que não compreende, ou ao menos não reconhece a indissociabilidade entre homem e meio no contexto das comunidades tradicionais, desenhadas ao longo de centenas de anos de relações de pertencimento com o território.

Dessa forma, as leis que foram criadas também com algum intuito de amparar esses povos, acabou, em muitos momentos, se virando contra eles. Como abordamos, esse processo se traduz na criminalização das comunidades caiçaras, que em diversas situações passam a ser tratadas como agentes destruidores do meio ambiente. Reiteramos que tal fato revela uma inversão de valores completa, principalmente quando se sabe que poucos quilômetros dessas comunidades, há presença de mega empreendimentos como o condomínio Laranjeiras em área que, não custa lembrar, estava localizada dentro de um Parque Nacional, que carrega um caráter bastante restritivo.

O limbo jurídico causado pelos 22 anos de atraso na recategorização da REJ também é um elemento de tensão que, pela falta de encaminhamentos e resolução, acabou se tornando uma ameaça de caráter permanente. É nesse tipo de vácuo que se apoiam iniciativas como o projeto “Cancun brasileira”, proposto pela família Bolsonaro. Assim como projetos de municipalização das unidades de conservação, buscando colocar o poder sobre as UC’s na categoria política mais sujeita às pressões dos empreendimentos turísticos-veranistas, a esfera municipal.

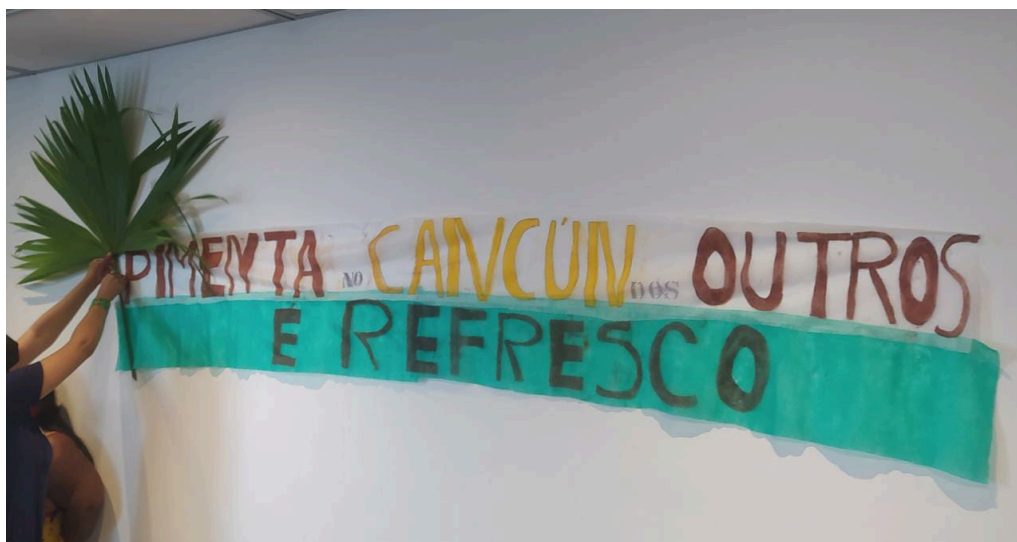
Soma-se a isso ainda o fato que as leis e delimitações de áreas acabam tendo um caráter de possibilidade de alteração constante nas legislações que as institui, fato que gera uma certa insegurança para as pessoas nela residentes, uma vez que as legislações muitas vezes são adaptadas de acordo com os interesses capitalizados que chegam ao território. Um exemplo desse contexto é o caso da retirada de área do Parque Nacional da Bocaina para implementação do Condomínio Laranjeiras, como foi comentado. Portanto, nota-se que mesmo o caráter de proteção sobre as comunidades tradicionais deve ser abordado de forma cautelosa, pois, ainda que de fato as unidades de conservação, quando consolidadas, sejam elementos que garantam um afastamento de interesses de grileiros e empresários dos setores turístico imobiliário e industrial, lembremos que esse suposto caráter “consolidado” está sempre em jogo, sob constante

disputa de distintos interesses que tensionam forças extremamente assimétricas sobre o território.

Nesse sentido, diante dos múltiplos interesses especulativos existentes sobre a região, no contexto de desmonte dos órgãos de fiscalização e proteção ambiental, percebemos a fragilidade inerente às legislações ambientais. Sua face mutável e por isso, perigosa, escorregadia, se escancara diante de nós. A cidade de Paraty, a qual foi conferida o disputado e raro título de patrimônio mundial misto, natural e cultural, se encontra com todo esse patrimônio ameaçado.

Como exemplo dessa instabilidade jurídica, podemos retomar a discussão sobre a tentativa de municipalização das leis de proteção ambiental na região. Em dezembro de 2021 ocorreu uma audiência pública na cidade do Rio de Janeiro para discutir o projeto de municipalização de áreas protegidas. Nessa audiência, as populações atingidas por esse projeto estiveram presentes, vindas de diferentes partes do sul fluminense em longa viagem, para manifestar seu posicionamento contrário a esse projeto. Os comunitários e ativistas parceiros tiveram sua entrada na audiência dificultada e durante sua realização foram hostilizados por deputados e assessores de sua equipe, que diziam que “faltava distribuir uns pães com mortadela para calar a boca dessa gente”. A forma que as populações tradicionais foram recebidas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para discutir a mal intencionada proposta de municipalização de áreas protegidas nos leva a respirar fundo e arregaçar ainda mais nossas mangas, pois confirma que ainda há muito o que ser feito para barrar, ou ao menos frear o ideário das “Cancun's”, que se traduz como mais uma tentativa de saquear os territórios tradicionais espalhadas por nosso disputado litoral. Para ilustrar nossa posição sobre a temática, compartilhamos a fotografia tirada dia da audiência, com a faixa que foi exposta pela população potencialmente atingida pelo projeto.

Figura 36: Foto retirada na Audiência Pública sobre a municipalização de unidades de conservação estadual



Fonte: A autora, 2021.

3.5 - O processo de incorporação das atividades turísticas no cotidiano caiçara

“Na verdade, o turismo aqui é muito novo. As pessoas acham que o turismo aqui tem uns 50 anos.. Na verdade ele chega aqui no final dos anos 90 e a partir dos anos 2000 intensificou muito na região... de Ilha Grande pra cá, Angra, Paraty, Ubatuba, cresceu muito.. e isso realmente tem nos preocupado bastante, porque é um turismo predatório, que não pede licença, que não respeita a cultura local, não respeita a luta das pessoas pra manter essa cultura local, para que esse ambiente se mantenha tão preservado, tão defendido até os dias atuais...” (Caiçara 1,2020)

A Praia do Sono, conforme apresentamos ao longo da pesquisa, é uma comunidade que foi por muito tempo baseada nas atividades de pesca e agricultura de subsistência, voltada para o uso do território para a reprodução de seu modo de vida. Atualmente, a comunidade tem dentre as suas principais atividades econômicas o turismo e a pesca, com forte predominância do turismo. Já faz algum tempo que as atividades turísticas estão inseridas no cotidiano da Praia do Sono. No entanto, essas atividades tiveram, ao longo do tempo, diferentes intensidades e perfis de visitantes, que se expandiram e diversificaram com o tempo. Tal fato se justifica pelas transformações ocorridas nas vias de acesso à Paraty e nos entornos da comunidade, como viemos apontando. Essas

transformações diminuíram o nível de isolamento da Praia do Sono, facilitando o acesso e chamando atenção de um número cada vez mais expressivo de visitantes. A realidade aqui retratada, para ilustrar, se refere à finais de ano com a presença de cerca de 10.000 pessoas, em uma comunidade onde vivem aproximadamente 350, conforme já foi relatado por comunitários.

Mantendo nossa abordagem do capítulo, que se desenvolve a partir da ideia das múltiplas espaço-temporalidades que compõem as dinâmicas sociais da Praia do Sono, elencamos como marco para o turismo predatório na Praia do Sono a chegada da luz na comunidade, que se relaciona diretamente com a expansão da atividade. Separamos aqui um trecho, retirado de Oliveira (2004), em estudo sobre Trindade, que ilustra bem o contexto do acesso à Trindade e à Vila Oratório (e indiretamente à Praia do Sono), assim como o caráter transformador que teve a chegada da luz para as atividades turísticas em Trindade:

O desenvolvimento do turismo em Trindade se deu de forma diferenciada da região central. Enquanto esta percebia a atração de investimentos e o aumento da especulação imobiliária imediatamente após a abertura da Rio-Santos, Trindade se encontrava, ainda, relativamente isolada. A razão está na distância da Vila da região central, totalizando 30 km, dos quais 22 km correspondem a um trecho da Rodovia Rio-Santos e 8 km se faziam por uma trilha. **Somente após a construção do Condomínio Laranjeiras, implantou-se uma estrada aproveitando-se o corte da trilha (PRT-101). Porém, tal via não foi asfaltada, ficando conhecida como Morro do Deus-me-livre, devido às suas curvas sinuosas, declives e aclives, bem como ao fato de que se apresentava uma estrada intransponível em dias de chuva. Em 1999 esse trecho foi asfaltado por uma companhia telefônica que implantou uma espécie de subestação em Trindade. (...) A pavimentação do Morro Deus-me-livre, ao lado da chegada da energia elétrica à vila, além de beneficiar aos moradores, contribuiu para o aumento considerável do fluxo de visitantes.** “Uma ladeira denominada Deus-me-livre, com uma inclinação fortíssima e totalmente enlameada selecionava naturalmente os frequentadores. Hoje o asfalto e a iluminação elétrica chegou até a vila, aumentando bastante o número de turistas, grande parte vindos de Paraty para passar

o dia. (...) **os mais radicais já elegeram a Praia do Sono, a alguns quilômetros por trilhas ou barco, como novo refúgio contra a civilização moderna. Entre as duas, como que desafiando a ideologia vigente, está o luxuoso Condomínio Laranjeiras, com suas belas mansões**” (Revista Scuba, 2003:22) (OLIVEIRA, 2004, p 35)

Ainda que o trecho destacado aborde diretamente a situação de Trindade, achamos oportuno apresentá-lo pois nos oferece um panorama do contexto da região no que tange às possibilidades de acesso, sendo um elemento fundamental para compreender as dinâmicas de movimentação para/da comunidade do Sono, assim como as transformações em suas condições de acesso. Ainda que a estrada para o Condomínio Laranjeiras fosse pavimentada e bem estruturada (Da Silva, 2020), às condições de acesso à Praia do Sono ainda se davam essencialmente por trilha, o que, somado ao caráter de “isolamento” (tanto físico quanto estrutural) que a comunidade apresentava, não favoreceu de forma imediata à ampliação da atividade turística.

Figura 37: Buscando evidenciar as possibilidades de acesso à Praia do Sono



Fonte: Google maps com adaptações da autora.

A última citação destaca que com a chegada do asfalto e da luz em Trindade, há o aumento da frequência de turistas, que passam a chegar em cada vez maior quantidade. Nesse contexto, “os mais radicais” já elegiam o Sono como o “novo refúgio da civilização moderna”. A forma de se referir à comunidade dá indícios do isolamento e das dificuldades de acesso para chegar até lá. Podemos afirmar, portanto, que entre a década de 1970 - 2000, até existia

um determinado fluxo de turistas que se dirigia a Praia do Sono. No entanto, esse turismo se dava a partir de um perfil bastante selecionado e restrito, formado basicamente por jovens viajantes, mochileiros, que buscavam locais tranquilos e isolados para passar uns dias acampados, longe de qualquer recurso ligado à rede elétrica e sem grandes demandas. Sendo também um público que não levava para a comunidade uma renda significativa, o que difere da dinâmica atual.

O elemento primordial, que será utilizado por nós como o grande marco espaço-temporal do turismo na Praia do Sono é a chegada da energia elétrica, fato que se dá em 2009, a partir da implementação do projeto “Luz para Todos”. Da Silva (2020, p. 136) afirma que a iniciativa “surgiu da parceria entre os governos Federal e Estadual, Eletrobrás e Ampla, para fazer do Rio de Janeiro o primeiro estado brasileiro a universalizar a energia em 2010. (...) Estima-se que 110 famílias da Praia do Sono foram contempladas com a chegada da eletricidade.”

Entendemos a chegada da energia elétrica como um marco, que no caso será abordado com foco nas transformações que atribui às atividades turísticas na/para a comunidade. No entanto, ressaltamos a dimensão da chegada da luz enquanto marco no que tange à conquista de direitos básicos, historicamente negados aos povos tradicionais. Na Praia do Sono, a chegada da luz marca também a possibilidade de reinvenção da comunidade nessa perversa e contraditória lógica capitalista. Não como se essa reinvenção tivesse sido programada ou planejada pelos habitantes da Praia do Sono, mas hoje, passados mais de uma década de sua implantação, percebemos o caráter transformador que configurou para o cotidiano desta comunidade.

A chegada da energia representa um marco para o turismo na comunidade por compreender que, apesar de já haver um fluxo de turistas anteriormente à chegada da luz, ela marca uma dupla ruptura. Em primeiro lugar, aquele perfil restrito e selecionado passa a ser ampliado, justamente porque -e é o segundo ponto a ser destacado - junto ao perfil do visitante ampliam-se as possibilidades de recepção, estadia e oferta, por parte dos moradores, aos turistas visitantes, ampliando também a possibilidade de uma renda significativa chegar até à comunidade através dos serviços ofertados.

A chegada da luz marca não só as possibilidades de ampliação do turismo e do que ofertar ao turista, marca também a transformação do cotidiano, com mudanças de hábitos estruturais, trazendo os benefícios da energia elétrica e os confortos que proporcionam para atividades básicas do dia-a-dia, como a

própria alimentação, a possibilidade de guardar em sua geladeira o pescado, ter luz dentro de sua casa, carregar um telefone celular etc. Artifícios que já estão tão naturalizados em nosso cotidiano que chega a ser difícil imaginar viver essa transformação. No entanto, nem tudo são flores. Junto com os benefícios, as facilidades da modernidade e o aumento da renda na comunidade, chega também uma nova lógica que se impõe com a presença cada vez maior e mais frequente de pessoas de fora, a criação de novos hábitos e o aumento exponencial do turismo, que, desafiando a lógica comunitária, passa a desenhar sua face predatória. Da Silva (2020, p 136 e 137) destaca um pouco dessas transformações:

A chegada da energia elétrica trouxe mudanças para a pequena comunidade caiçara. Homens e mulheres aguardaram ansiosamente por essa tecnologia e imaginavam como poderiam melhorar suas casas, ampliar seus bares, obter eletrodomésticos, aparelhos e principalmente a iluminação de suas casas. A máquina lavadora acabaria de vez com o hábito de enxaguar roupas nas pedras da cachoeira, os fogões elétricos substituiriam os a lenha, o freezer daria fim ao tradicional peixe seco e ao varal de peixe. As rodas de música, somente no violão, seriam trocadas por caixas de som.(...) Contudo, a eletricidade trouxe mudanças no território, novos hábitos surgiram, que, até então, estavam nas cidades e nos centros urbanos. (...) Ajustar-se a essa “modernidade” imposta não foi tarefa fácil. Com a energia elétrica vieram as melhorias nas casas e chalés e o oferecimento de mais “conforto” que antes não eram possíveis por conta da ausência de energia, o que proporcionou a vinda de um público maior e mais diverso, diferente dos primeiros turistas. A pluralidade de turistas trouxe todos os tipos de hábitos, costumes, atitudes, vestimentas, preferências e tudo mais que o setor turístico exige. DA SILVA (2020, p 136 e 137)

Com a chegada da luz, amplia-se portanto o perfil do visitante. Antes restrito aos campistas, o lugar passa a ser um roteiro possível também para aqueles que buscam mais conforto, com a possibilidade de alugar um quarto com iluminação, ter acesso à consumir bebidas geladas sem dificuldades, ser atendido diariamente nos restaurantes locais e, nos últimos anos, até mesmo ter acesso à internet. Todos esses elementos externos foram sendo incorporados aos poucos pelos moradores da Praia do Sono, conforme percebiam a potencialidade do turismo como atividade econômica para a comunidade.

O acesso à grande mídia televisiva, suas influências e o espraiamento de hábitos urbanos passam, pouco a pouco, a serem incorporados no cotidiano

caičara. O próprio acesso à internet também é um elemento fundamental na difusão do turismo, uma vez que torna possível que os comunitários se apropriem de ferramentas como as redes sociais para difundir seus campings, bares, restaurantes, serviço de barqueiros e quartos disponíveis para alugar, sendo uma ferramenta que muito tem auxiliado na promoção da comunidade e na atração de novos visitantes, como pode ser visto na próxima imagem. Esse processo nos revela uma face do caičara até então desconhecida, um caráter um tanto quanto “empreendedor”, que com agilidade se organiza e promove, num tempo de duas décadas, a gestão de um turismo complexo organizado numa perspectiva familiar. Promover a comunidade também não é uma tarefa muito difícil, visto que a Praia do Sono é um convite por si só. Uma comunidade na beira de uma ampla praia, com águas claras, presença de montanhas, exuberante mata atlântica, rios e cachoeiras com águas límpidas, caminhos de terra e areia, pequenas e médias casas, campings, bares e pequenos restaurantes montam a paisagem descontraída que ocupa toda a extensão da praia. O espaço se revela enquanto um lugar peculiar, onde a beleza natural encontra a simplicidade e o acolhimento daqueles que ali vivem e que encontram, no turismo, novas possibilidades. Diante das transformações que o turismo acarreta, com seu caráter de imposição aos lugares, compartilhamos a seguinte reflexão de Cruz (2009):

O turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma “tabula rasa”, sobre espaços vazios e sem donos. Portanto, não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, **parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas.** (DA CRUZ, 2009, p.98) Grifos nossos.

Figura 38: Imagem retirada de um grupo de facebook em que moradores da Praia do Sono divulgam seus chalés, quartos, campings, eventos e restaurantes



Fonte: Grupo de facebook “Praia do Sono RJ” acessado pela autora em 2023.

Ainda que tenha se intensificado, com mudanças no perfil dos visitantes, transformações no espaço comunitário e nas próprias relações sociais, um aspecto importante que segue constante, e que, a partir da reflexão de Cruz (2009), pode ser considerada uma contra-racionalidade às determinações hegemônicas, está no caráter familiar com que o turismo continua sendo gerido na Praia do Sono, com um certo acordo comunitário em torno da não

comercialização das terras²⁵. Fruto desse esforço, as casas, campings, bares e restaurantes seguem sendo geridos pelos próprios comunitários, que se organizam dentro da perspectiva familiar, integrando, durante a alta temporada, diversos membros da família para atender a grande demanda turística, de forma que a renda conquistada durante a temporada fica pulverizada dentro do contexto familiar. Este elemento deve ser destacado e valorizado, fruto do esforço dos moradores da Praia do Sono para manter a terra “nas mãos” do caiçara. Diferentemente de outras comunidades, em que não há somente presença de casas de veranistas, como empreendimentos dos próprios, que entram em disputa com os empreendimentos locais. Uma fala de um comunitário da Praia do Sono no ano de 2020, evidencia esse fato:

Aqui o pessoal trabalho pra si mesmo, barqueiros trabalham pra si mesmo, quiosques é daqui mesmo, pessoal trabalha pra si mesmo... sofre, leva porrada, reproduz o sistema do capitalismo.. sim, a gente sabe de tudo isso, mas é outro campo de discussão, de debate, de hegemonias, de sociedades capitalistas, neoliberalismo... mas é isso... diferentemente, outras comunidades não conseguiram segurar, Pouso, Ponta Negra, tem um monte de gente de fora, pessoal da secretaria, vereador, prefeito, um monte de (gente com) casa lá... e aqui não, a galera sempre teve uma luta histórica. (Caiçara 1, 2020)

A chegada da luz traz um impacto tão grande em relação ao foco da comunidade, que passa a ser voltado para o turismo, que fica explicitado na diferença existente na porcentagem de renda da atividade entre a Península da Juatinga como um todo, quando comparado com a Praia do Sono, já muito mais voltada ao turismo apenas 2 anos após a implementação da luz. Tal fato pode ser conferido através dos dados encontrados na pesquisa de Faro (2021), aqui apresentados:

Em relação à renda, dados de 2011 apontavam que, em média, havia o predomínio da pesca como atividade econômica das comunidades da península da Juatinga, representando 49,5%, contra 29,9% dedicadas à atividade turística (IGARA, 2011). No mesmo período, na Praia do Sono, a pesca representava 17% das atividades desempenhadas pela comunidade, contra 51% do turismo. (FARO, 2021, p 16)

²⁵ Embora a questão da comercialização das terras, sua legalidade e legitimidade seja extremamente complexa no caso de comunidades tradicionais inseridas em mais de uma área de unidade de conservação, há frequentes casos em outras comunidades da REJ que envolvem comercialização das terras.

A partir dos dados apresentados observa-se que a Praia do Sono vem, historicamente, tomando a dianteira do turismo na Península da Juatinga. Sendo um dos únicos locais da península que é possível chegar de trilha e uma das comunidades com maior número de moradores, a renda associada ao turismo é mais expressiva na Praia do Sono do que em outras comunidades. Atualmente, esses dados referentes à Praia do Sono devem ser ainda mais expressivos, visto que com o passar do tempo, o turismo apenas se intensifica na comunidade.

Figura 39: Foto de acampamento em camping à beira mar na Praia do Sono



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Gerindo o turismo que se tem... refletindo sobre o turismo que se quer

Os impactos e as transformações que chegam na comunidade através do turismo se refletem para muito além das formas que compõem a paisagem comunitária e na ascensão social proporcionada pelas atividades turísticas. A fala de uma caiçara entrevistada em 2020 ilustra bem a tensão existente entre os benefícios e os malefícios do turismo, que ao mesmo tempo que incorpora a possibilidade de ascensão social para boa parte da comunidade, vem acompanhado de uma forte mudança de referenciais para as pessoas que ali vivem, tendo um reflexo expressivo na juventude comunitária.

A educação hoje é precária, muita gente tem que pagar pra estudar, então o turismo trouxe esse recurso, para melhorar a vida, e isso foi o lado bom. Antigamente o pessoal não tinha nem colchão, nem cama, vivia bem mas passava uns perrengues de problemas de saúde e outras coisas assim...isso melhorou muito, porque fez as pessoas terem uma qualidade de vida, ter um banheiro, que não tinha (...) E...o ponto negativo, é que com o turismo veio tudo isso né.. essa perda de identidade, a criança hoje quer viver como o turista, não como seu avô, seu bisavô, não tem aquela curiosidade de saber como era antes, e sim o que é pra frente, o que é a cidade.. e também junto veio a droga, a música ruim, o barulho, o desrespeito à comunidade, a falta de sossego mesmo, de dormir com uma janela aberta, hoje em dia você já fica meio... porque você nunca sabe quem está no seu quintal né. (Caiçara 2, 2019)

Através da última fala compartilhada, fica evidente como as atividades turísticas impulsionam transformações que se manifestam diretamente na formação social do comunitário, nas relações entre comunitários e com o espaço ao seu redor. O turismo adentrando uma comunidade tradicional, como uma atividade econômica de grande potencial e valor comercial, insere uma lógica capitalista dentro da comunidade com forte poder de sedução, que, pouco a pouco, vai alterando a própria concepção de comunidade e do fazer coletivo, do viver em coletividade, disseminando a racionalidade econômica, individualista e privatista. Essa concepção não substitui a lógica comunitária, mas vai se mesclando a ela, instaurando uma lógica que é simultaneamente comunitária-turística, dando continuidade ao processo de mesclagem abordado através do diálogo com Cusicanqui (2018). Essa tensão se evidencia na fala de um caiçara local da Praia do Sono, feita no contexto de entrevista para o trabalho de conclusão de curso no ano de 2020:

“O turismo traz uma consciência muito ruim... ele desperta os comunitários para a concorrência, para a disputa, para o individualismo, pras cercas, pros muros né.. pra inseguranças, que não traz segurança pra ninguém.. tipo você botar um cachorro pitbull, um arame, um muro... e assim em relação também a valores que se faz os serviços, essa disputa toda..Tá bem complicado nesse sentido também...E aí assim, **acaba que essa própria disputa, essa própria concorrência, ela traz essa própria descaracterização também.** [...] Mas mudou consideravelmente assim, eu me lembro que antigamente, a gente fazia as casas através de mutirão, até isso era diferente. Hoje em dia com **a chegada do turismo, que individualizou as ações, individualizou as construções,** hoje você paga um valor e contrata dois pedreiros para fazer

sua casa. Em tese você não precisa mais fazer um mutirão, e aí se você não precisa fazer um mutirão eu não vou te ajudar, porque você não precisa...E aí quando eu for fazer a minha você também, mesmo que eu precise, não vai me ajudar, porque eu não te ajudei... **e aí não tá mais natural essa coisa, antigamente não se chamava ninguém, era só pensar e o outro já ia, porque entendia que era de todos, que todos precisavam...Também na canoa, todos precisavam puxar a canoa... É na trilha, todo mundo precisava pegar os mantimentos na trilha...É a puxada da canoa no mato, iam 30 pessoas...Pra fazer uma casa de pau a pique, de barro, era isso também, 30, 40 pessoas, crianças, mulheres...E aí se torna uma situação totalmente diferente né, o próprio turismo vai formando uma nova visão de comunidade, comunidade para servir ao capital, para ser escravo do trabalho né.” (Caiçara 1, 2020). Grifos nossos.**

A última fala apresentada reforça o processo que estamos chamando atenção, do caráter transformador inerente às atividades turísticas, sendo um potencial desestruturante de dinâmicas comunitárias, incorporando a elas novas lógicas, novas formas de pensar e de se relacionar. Esse desafio se junta a mais um, que é a dimensão predatória - como é chamado por alguns comunitários da Praia do Sono - que o turismo incorpora na comunidade. Sem formas de controlar o acesso das pessoas, que pode ser feito por trilha, o turismo foi tomando proporções inimagináveis para aqueles comunitários que começaram, na década de 90, a vender alguns pães para os poucos mochileiros que vez em quando chegavam por lá. Além de números de visitantes que não condizem com a capacidade da comunidade e do próprio meio ambiente, os visitantes que chegam à Praia do Sono durante a alta temporada trazem consigo seus hábitos, suas drogas, suas músicas e recorrentemente sua falta de educação. Todos esses elementos vão sendo assimilados e incorporados no cotidiano comunitário, trazendo um grande incômodo para parte dos moradores, que gostariam de trabalhar com um turismo de maior qualidade e mais controlado, apesar da expressiva renda que chega à comunidade na alta temporada. Separamos algumas falas que expressam essa tensão, que passou a ser sentida anualmente:

Aqui tem 350 pessoas, como que você vai conseguir contemplar 12.000 pessoas? As coisas vão sair do eixo... seja no camping, que vai avançar pra beira da praia, pra beira do rio.. ou as casas e chalés, pousada ainda não tem, mas tem chalés já para 8, 5 pessoas... aí já cria um desafio grande pra gente pensar isso.. o próprio turista vai influenciando "pô você tem 2 chalés e alugou os 2? se tivesse 5 alugava os 5!" e pra

onde vai crescer? e quem não tem nenhum? É uma loucura só esse lance dos terrenos.. e obviamente porque a comunidade vai crescendo, hoje em dia são quase 90 famílias aqui. Mas principalmente o crescimento veio pela questão do turismo mesmo, você tem uma casinha aí você tem que fazer 4, pra poder alugar três... É o próprio lance do turismo que traz uma consciência ruim e influencia as pessoas (...) vai influenciando pessimamente a comunidade em relação ao seu crescimento.

(Caiçara 1, 2020) Grifos nossos.

A mudança ela é terrivelmente gigantesca...me lembro quando iniciei, as pessoas eram muito mais respeitadas, comecei no turismo lá vendendo pão caseiro, banana, cajá, cana, a galera era rústica, vinha pra curtir a natureza, (...) não traziam tanta bebida, plástico, influências ruins né.. e a cada 5 anos, isso porque o turismo aqui é muito recente né, mas cada 5 anos que passa a gente tem uma visão totalmente preocupante (...) o predatório cada vez avança mais.. **que é o sistema mesmo, do mundo e aqui também.** (...) Só que o turista de cada 30 que vem, 25 não quer saber de nada, muito irresponsável, muito desrespeitoso, falta de educação ambiental terrível. Parece que quer trazer a cultura da cidade pra cá, quer trazer suas caixas de som, suas influências ruins, os seus ritmos, a sua cultura né e acha que aqui as senhoras, os senhores e as crianças tem que ficar até 7 da manhã ouvindo o ritmo que ele ouve na cidade, que é aquela loucura, aquela selvageria toda né... **E acaba que não compreende a possibilidade de estar em um local totalmente diferente né, de contato com a natureza, de preservação, de respeito a cultura local e isso tem preocupado a gente muito... como vai ser esse território tomado pelo turismo predatório.** (Caiçara 1, 2020) **Grifos nossos.**

A gente está mais fechado entre nós mesmos, as pessoas estão mais ligadas ao dinheiro, acho que as culturas daqui foram um pouco retiradas através desse processo do turismo né.. **(Caiçara 3, 2019) Grifos nossos.**

Diante do complexo cenário apresentado, de desrespeito à cultura local, pressão sobre o meio ambiente e sobre a sociabilidade caiçara cotidiana, diversas medidas vêm sendo elaboradas por parte da comunidade junto à parceiros como o Fórum das Comunidades Tradicionais, o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, a ONG Verde Cidadania e os próprios órgãos ambientais, que nos últimos anos vem assumindo uma postura mais dialógica. Nesse sentido, no ano de 2019 a comunidade se reuniu por meio da PEA (Programa de Educação Ambiental – Petrobras) como instrumento mediador para tentar chegar a um acordo comum sobre algumas regras a serem implementadas para a alta temporada dos próximos anos. Essas regras dizem

respeito à capacidade máxima do número de visitantes, à quantidade de bagagens permitidas por pessoa no barco, a busca pelo estabelecimento de um valor mínimo comum a ser cobrado nas hospedagens, orientações quanto ao lixo gerado, quanto a respeito a comunidade etc. Esses elementos estão disponíveis com maior profundidade em Da Silva (2020, p 141-143).

É importante salientar a tensão existente para chegar a esses acordos comuns, visto que cada comunitário que trabalha com o turismo assimila todas essas questões de sua própria forma, sendo, portanto, diferentes perspectivas, que muitas vezes entram em confronto. Isso pode ser percebido através do fato da própria comunidade buscar uma instância para mediar essa discussão. A partir do ano de 2020 esse regramento começou a ser implementado, no entanto, logo foi interrompido com a chegada da pandemia da Covid-19, que impôs novos desafios para a Praia do Sono.

Anteriormente à implementação desse regramento, a discussão sobre o turismo que se tem e o turismo que se deseja já vinha sendo pauta de reflexão há algum tempo. Essas discussões se dão para além do sentido de refletir e implementar formas de controle sobre a atividade turística. Estão relacionadas ao objetivo de desenvolver um turismo que tenha a comunidade como protagonista e não apenas como prestadora de serviços ao turista. De forma que a comunidade possa impor suas regras e não se encontrar numa situação de estranheza diante de seu próprio território. Mas que, pelo contrário, a própria comunidade se torne um elemento de atração do turista para além de sua beleza natural, que a história da comunidade seja contada, a memória de luta seja compartilhada e a cultura caiçara seja difundida e valorizada. Essas iniciativas estão sendo condensadas na ideia de um turismo de base comunitária, que já é realidade há alguns anos na Praia do Sono, ainda que em pequenas proporções e de forma pontual. No entanto, é uma demonstração de que outras formas de trabalhar com o turismo são possíveis, se configurando como uma resistência à lógica de dominação econômica alienante porém lucrativa que é inerente ao turismo de caráter predatório e que tende, com o tempo, a transformar o espaço em um espaço-mercadoria, com cada vez maior internalização de elementos privados incidindo sobre ele.

Nesse sentido, se anuncia a existência de duas faces turísticas desiguais, que se encontram ativas na Praia do Sono, o Turismo de Base Comunitária (TBC), que ocorre de forma pontual e de caráter recente, e o turismo predatório, o mais expressivo e presente no território, concentrado nos meses de alta temporada e responsável pela maior parte da renda na

comunidade. As duas formas de turismo explicitam possibilidades distintas de trabalhar com a atividade, e que expressam também lógicas distintas, uma mais ligada à lógica comunitária (tbc) e outra à lógica impositiva, privatista e individual (turismo predatório).

No próximo capítulo vamos abordar esse processo de resistência múltiplo que se manifesta na dialética existente entre a tradição e a modernidade, buscando compreender como a modernidade, através principalmente do turismo, vem criando novas disputas e tensões, conforme explicitado ao longo deste capítulo. Mas também, como os sujeitos encaminham novas possibilidades de reinvenção da tradição através do acionamento da memória comunitária. Essa movimentação se expressa na luta pelo chamado turismo de base comunitária e pela educação diferenciada. Nessa reflexão, passaremos pelo processo de fechamento do território implementado pela Praia do Sono no ano de 2020 durante a pandemia do Covid-19.

4- Articulações e resistências comunitárias na Praia do Sono

Neste último capítulo de nosso longo caminho, o foco será nas resistências que têm sido articuladas nos últimos anos. Essas resistências nos abrem horizontes de possibilidade de encaminhamentos de questões que há tempos tensionam a realidade caiçara, resistências em que são incorporadas simultaneamente distintos elementos que podem ser complementares, fruto de, como nos alerta Bartholl (2015), sujeitos e saberes em movimento, Geografias em movimento(s). Veremos de que forma compreendemos a incorporação simultânea de distintos elementos que se complementam na luta pela autogestão na Praia do Sono. Para tanto nos ancoramos nas relações entre memória, articulação coletiva, saberes fazeres territorializados, ressignificação das práticas tradicionais, tradição e modernidade expressas nos movimentos sociais de luta pela educação diferenciada e pelo turismo de base comunitária na Praia do Sono. Antes de encerrar a discussão, apresentaremos o movimento de fechamento do território realizado durante a pandemia da Covid-19, iniciado por Trindade e aderido pela Praia do Sono.

Ainda, antes de adentrarmos em defesa dos movimentos de resistência complementares que se encontram ativos na Praia do Sono atualmente, nos propomos a apresentar um pouco a multiplicidade de atores presentes no movimento em defesa do território caiçara na região, momento da escrita que chamamos de “a complementaridade na luta”. É importante ter em mente que os movimentos de resistência, que são também complementares na busca pelo fortalecimento da autogestão territorial, não brotam do solo como água que brota da fonte, são sustentados por uma grande rede de pessoas, múltiplas, diversas, que constroem esse grande Movimento fruto de muita articulação, dedicação, trabalho e experiência de luta. Por mais que seja um movimento que extrapola para muito além da Praia do Sono, nos esforçamos para manter nossa escala de análise, tendo em vista que deixaremos uma série de links e sugestões de materiais para aqueles que desejam (e fica a indicação) se aprofundar nessa potente construção coletiva em defesa dos territórios tradicionais.

O presente capítulo tem como objetivo ***retomar processos de resistências realizadas pelos habitantes da Praia do Sono, buscando compreender a importância que a dimensão da memória vem tomando como mobilizadora de novos horizontes para a comunidade.*** Esses

processos expressam, simultaneamente, tanto o movimento permanente de defesa e reafirmação do direito ao território caiçara quanto a tensão que envolve a luta por uma melhor inserção ao modo capitalista de reprodução da vida, pautado numa r-existência menos subalterna e mais autogestionada.

4.1 - Retomando algumas ideias estruturantes

No último capítulo visitamos as espaço-temporalidades definidas por nós enquanto estruturantes/impulsionadoras de novas dinâmicas na Praia do Sono. Essas espaço-temporalidades de dimensões imbricadas, mescladas, com permanentes relações, podem ser compreendidas enquanto processos de territorialização de elementos externos que incidem diretamente na cotidianidade caiçara. Elementos estes elencados no terceiro capítulo: a construção da rodovia Rio-Santos, a grilagem de terras da família Gibrail, a construção do Condomínio Laranjeiras, a institucionalização das unidades de conservação e finalmente, a expansão das atividades turísticas e de veraneio. Simoni e Rua (2022, p 4), em uma reflexão sobre as espaço-temporalidades que investigavam, nos trazem a seguinte perspectiva sobre a multidimensionalidade do espaço, chamando atenção para a complexa articulação de processos, que, ainda que seja inerente ao espaço, se manifesta sempre de acordo com as singularidades locais. Tal reflexão nos remete também a Massey (2000) e o sentido global do lugar, fruto das relações particulares entre o local e o global, reflexão que já foi apresentada em outro momento. São construções analíticas que nos auxiliam a pensar as múltiplas relações que compreendem as dinâmicas da Praia do Sono, numa perspectiva que vai ao encontro com o espaço da multiplicidade afirmado por Massey (2005) e reafirmado por Simoni e Rua (2022).

Assim, busca-se refletir sobre a coetaneidade de tempos que se imbricam com as múltiplas escalas de eventos, os quais se (re)produzem no espaço (...). Evidencia-se com isso, a complexidade multidimensional do espaço, na qual se mesclam a base material físico-natural e os objetos criados com as dimensões político-administrativas, socioeconômicas e simbólico-culturais. Se a cada momento histórico corresponde um arranjo espacial particular, tais arranjos espaciais vão deixando resquícios juntados aos resquícios de tempos pretéritos. Essa reflexão remete-nos para a necessidade de repensar a importância da diferença para a ciência geográfica, já que cada arranjo dessa multidimensionalidade se apresenta

em particularidades e singularidades que os distinguem.
(SIMONI E RUA, 2022, p 4)

Todas essas espaço-temporalidades, - que existindo simultaneamente, e em torno de diversos conjuntos de relações conformam a totalidade da Praia do Sono, “em suas particularidades e singularidades que os distinguem”- , atravessam a comunidade em sua dimensão fundamental, a do território. A estrada abre os caminhos para novos interesses; a grilagem expulsa, violenta e espolia; o condomínio impede passagens, controla o ir e vir e proclama processos jurídicos contra os comunitários; as unidades de conservação incidem sobre os usos históricos feitos do território, numa relação contraditória, criminalizando em muitos momentos antigos saberes e fazeres; o turismo em sua complexa rede de contradições proporciona uma série de melhorias ao mesmo tempo que desestrutura o cotidiano caçara, incorporando a ele uma série de novos elementos, nem sempre desejados, embora muitos sejam.

A dinâmica espacial da Praia do Sono é em diversos momentos e de distintas formas, por diferentes atores, atropelada e reestruturada a partir de processos externos, que tensionam a realidade local, provocando inúmeras articulações e resistências. O território se configura como um elemento fundamental de disputa por múltiplos atores e intencionalidades. Podemos afirmar que todos os processos de construção das espaço-temporalidades apresentadas no terceiro capítulo e aqui retomadas foram realizadas numa lógica “de fora para dentro”, despontando movimentos de contestação, resistência e articulação a esses elementos. Esse conjunto de reflexões, retomando nosso caminho realizado até aqui para seguir avançando, nos remete a obra de Timo Bartholl e suas Geografias em movimento(s). Bartholl (2015, p 143) afirma que:

A Geografia analisa sujeitos e movimentos visando a tensão entre os espaços que construímos, os espaços que desejaríamos construir e espaços que somos capazes –“r-existindo”- (PORTO-GONÇALVES 2006 & CRUZ 2006) - de construir. Uma luta na qual buscamos preencher os territórios com vida e sentimento diante dos esforços constantes de des-territorialização com os quais procuram nos dominar. Uma Geografia de saberes em movimento é uma Geografia do diálogo entre saberes-com espacializados e saberes-fazeres territorializados. Saberes periféricos são intrinsecamente articulados com o território, no que o território tem um papel fundamental na formação de saberes(-fazeres territorializados), tanto quanto os saberes

têm um papel fundamental na construção de territórios de resistência. Num contexto de complementaridade de lutas, a Geografia em movimento pode e deve contribuir buscando enriquecer-se e complementar-se com a diversidade de saberes (auto-) emancipatórios em jogo na construção de territórios de resistência. (BARTHOLL, 2015, p 143)

A citação mencionada nos parece reunir elementos fundamentais para nossa reflexão no presente capítulo. Destacamo-los abaixo com intuito de dar prosseguimento ao andamento do capítulo, tendo em vista essas duas proposições de Bartholl (2015) como horizontes que nos acompanharão :

- A tensão entre os espaços construídos/que construímos²⁶, que desejaríamos construir e que somos capazes de construir “r-existindo” (PORTO-GONÇALVES 2006 & CRUZ 2006).
- A intrínseca relação entre território e a formação de saberes-fazeres-territorializados e a importância desses saberes na construção de territórios de resistência.

4.2 - A complementaridade na luta: Comunidade, associativismo, movimento social e pensamento científico - A ecologia de saberes fortalece o território!

Aqui vamos sintetizar de forma breve uma importante dimensão que estamos chamando de “a complementaridade na luta”, efetivada a partir da participação contínua de diversos atores envolvidos na articulação em torno das pautas que permeiam os interesses e as ameaças aos territórios caiçaras. Não temos como intuito nesse momento realizar uma densa apresentação de cada um desses grupos, visto que fugiria de nosso objetivo e uma vez que esse material já existe disponível, com alta qualidade, de autoria de sujeitos integrantes desse amplo processo de mobilização. As informações aqui reunidas são fruto de múltiplas vivências e experiência pessoal nos diversos trabalhos de campo efetuados, com os causos contados pelos moradores da Praia do Sono, em reuniões na comunidade, enriquecidas com as pesquisas e leituras de trabalho já mencionadas.

Esses grupos e seus atores carregam consigo diferentes horizontes de articulação e ação, diferentes níveis de poder, de internalização no território e

²⁶ Adicionamos o “que construímos” buscando evidenciar que é construído simultaneamente por múltiplos sujeitos.

também distintas intencionalidades. No entanto, todos de alguma forma colaboram com a defesa do território caiçara. Vamos sintetizar de forma breve justamente pelo fato de que, ao longo deste trabalho, em diversos momentos estes atores apareceram, estiveram presentes e/ou foram brevemente apresentados, uma vez que acompanham, de diferentes formas, as tensões apresentadas sobre a Praia do Sono. Ainda assim, entendemos ser necessário um espaço que possibilite um destaque específico a essa grande rede de movimentos em defesa do território caiçara, um destaque a essas variadas Geografias em movimento(s), como diria Bartholl (2015).

Portanto, apresentaremos um pouco as relações existentes na atuação conjunta em torno do território caiçara com foco na Praia do Sono, destacando a comunidade e seu histórico de associativismo no formato de associação de moradores, sua relação com a criação do movimento social Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba e a relação destes com o meio acadêmico, traduzida na relação com a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse conjunto de relações demonstra a capacidade da comunidade de articulação com múltiplos atores externos à comunidade, desde parceiros indígenas e quilombolas, com compartilhamento de saberes-fazeres e estratégias de articulação, a ativistas sociais, membros do Estado, professores, pesquisadores e estudantes, conformando a multiplicidade de vozes mencionado por Massey (2005).

4.2.1- Comunidade e associativismo na Praia do Sono: A raiz fincada no solo alimenta o tronco²⁷

Em sua tese de doutorado, diversas vezes mencionada ao longo deste trabalho, Faro (2021) destaca o que chama de “diversos ciclos de luta em Paraty”. Em um dos trechos destaca a existência do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty/COMAMP, entre os anos de 2000 a 2010. Ela conta que:

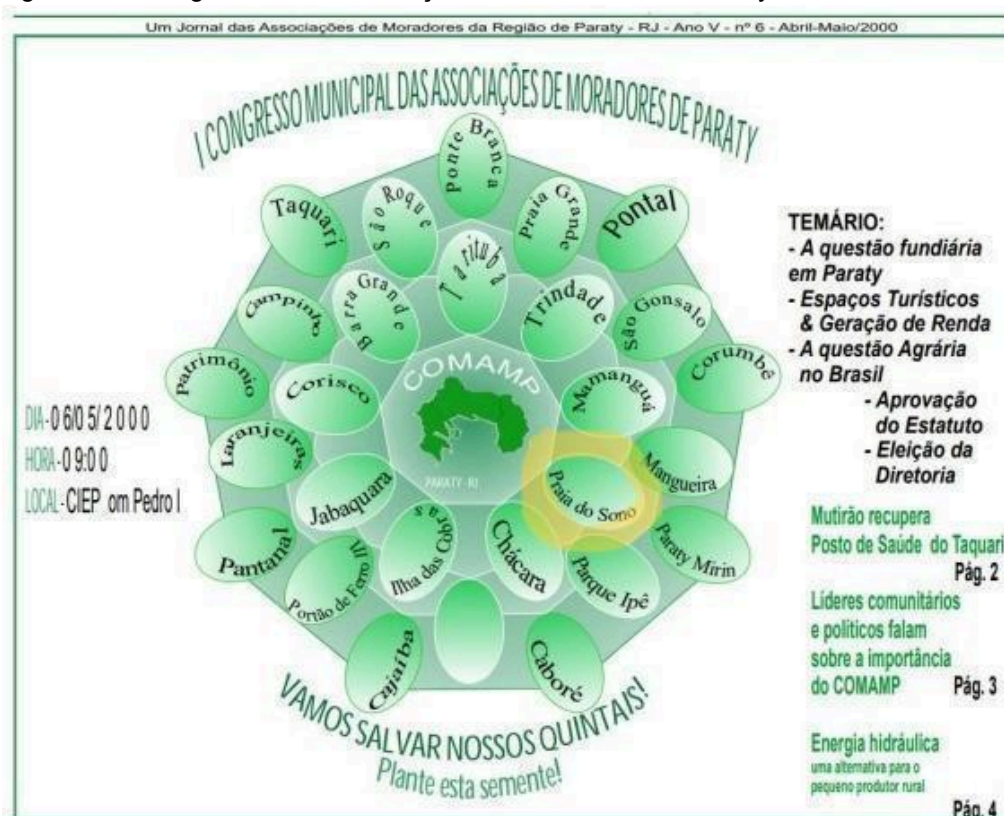
Neste período, lideranças das comunidades mais ativas na luta pela defesa de suas terras buscavam uma nova forma de organização para pautar suas reivindicações. Iniciaram-se, então, tentativas de construção de um movimento que buscava

²⁷ “A raiz, O tronco, Flores e frutos” como subtítulos foram inspirados no sumário do livro “O território Pulsa” (Gallo e Nascimento, 2019).

abarcas as várias associações de moradores em um coletivo de luta, que mais tarde veio a dar origem ao Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty – COMAMP (FARO, 2020, p 127).

O que queremos chamar atenção acerca desse tema é o fato de que a comunidade da Praia do Sono, assim como diversas outras de Paraty, já se encontrava organizada em formato de associação desde os anos 2000, reafirmando a tradição de luta e organização que a comunidade busca manter até os dias de hoje. Na seguinte imagem, que é a convocação para o I Congresso das Associações de Moradores de Paraty, podemos perceber a Praia do Sono como uma das comunidades integrantes do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty já em maio de 2000, o que possivelmente indica que a adesão ao associativismo já havia se concretizado há algum tempo. Além disso, evidencia-se que um dos pontos de pauta da discussão do Conselho já tem um dos seus focos nos espaços turísticos e na geração de renda, indicando o turismo e as possibilidades de renda que o mesmo inaugura como uma preocupação antiga.

Figura 40: I Congresso das Associações de moradores de Paraty



Fonte: Faro (2021)

Diante das múltiplas tensões que de alguma forma chegaram até os moradores da Praia do Sono ao longo do final do século XX e início do presente século, foi necessário um amplo processo de articulação comunitária para o enfrentamento dos conflitos que ameaçavam a permanência no território, iniciados com a abertura da BR-101 e expressos no caso da grilagem de terras da família Gibrail, no Condomínio Laranjeiras, com as UC's e com as atividades turísticas, além de conflitos frutos do entrosamento destas variadas tensões. Como foi apresentado ao longo do trabalho, os moradores da Praia do Sono ativamente se mobilizaram diante destes processos, buscando horizontes de resolução e encaminhamento a partir da coletividade, da autogestão e posteriormente, da parceria com outros movimentos sociais, ONG's e universidades, articulação que surge fruto desses múltiplos movimentos de enfrentamento.

Esses horizontes de encaminhamento a partir de espaços coletivos muitas vezes ocorrem em espaços de decisão "informais", rodas de conversa organizadas na comunidade para tratar de questões pontuais etc. No entanto, em momentos de tensões mais complexas e acirradas, é recorrente ser apontada a necessidade de um ambiente de tomada de decisões que se dê de maneira coletiva, no entanto, de maneira formalizada, na forma da associação de moradores, por exemplo, uma das formas mais comuns de associativismo e a mais frequente na REEJ (Projeto Redes/OTSS, 2022)²⁸. Esse processo de formalização acaba tendo um viés estratégico para a comunidade, visto que ampara com maior legitimidade as demandas e apontamentos oriundos do grupo diante de articulações e enfrentamentos diante do Estado, órgãos ambientais, justiça etc. No entanto, é frequente a narrativa de dificuldades relacionadas ao processo de continuidade de associações, tendo em vista a alta quantidade de burocracias envolvidas em sua manutenção. Da Silva (2020) aponta que a AMOSONO - Associação de Moradores Originários da Praia do Sono foi criada nos anos 2000, tendo uma importância fundamental no enfrentamento das tensões e conflitos ligados à Praia do Sono. Segundo Da Silva (2020, p 147 e 148):

A Associação se encarrega de acompanhar problemas sociais de moradores e também serve de apoio para os serviços

²⁸ Informação recolhida através de estudo sobre as organizações comunitárias realizado no âmbito do Projeto Redes, o qual tive participação. Pesquisa realizada com comunidades no território afirma a forma mais frequente de associativismo como as associações de moradores.

médicos, como campanhas de vacinação e, em alguns casos, de serviços odontológicos. Além disso, vem conseguindo, há alguns anos, definir regras para aluguel de chalés, casas, locais de campings e limites de lotação dos espaços. É um local de reuniões, construção de agendas, espaço para receber visitantes, autoridades, órgãos estaduais e federais. Ali são discutidos conflitos, soluções e problemas que envolvem as questões comunitárias e também são criadas pautas para uma melhor gestão do território. Além disso, esse espaço se tornou parte do roteiro turístico de base comunitária, pois é lá que acontecem as rodas de conversas, feiras de artesanato e a apresentação da comunidade para os visitantes. (...) Dentre as inúmeras atividades da associação, existe o Festival de Inverno da Praia do Sono, que é parte da atitude do grupo responsável pela gestão e administração com participação dos moradores, das crianças, dos jovens e da Escola Municipal Martim de Sá. O festival, que no ano de 2019 completou sua 12ª edição, tem como objetivo fortalecer a união entre os moradores do Sono com outras comunidades tradicionais que compartilham de semelhantes hábitos, costumes, lutas, conflitos e resistências. (DA SILVA, 2020, p 147 e 148)

Introduzindo nossa abordagem sobre o turismo que se deseja, um movimento construído a partir da complementaridade nas lutas que aqui se apresenta, destaca-se o fato de que o espaço físico da associação de moradores se torna atualmente um atrativo presente no roteiro de TBC da Praia do Sono, elencando a memória da luta e o espaço de articulação como um lugar a ser conhecido pelos visitantes. Destacam-se também as múltiplas funções apontadas por Da Silva (2020) referentes à associação de moradores da Praia do Sono, que resguarda consigo responsabilidades referentes a diversas arenas da vida cotidiana comunitária, os cuidados de saúde, as tensões no território, mas também, a luta pela educação diferenciada e pela promoção de espaços de troca e valorização cultural, como expressado na organização do Festival de Inverno da Praia do Sono.

Figura 41: Oficina com os estudantes no espaço da associação de moradores da Praia do Sono



Fonte: arquivo pessoal. 2022

A comunidade da Praia do Sono, como fica evidente, carrega consigo um forte histórico de mobilização e luta em defesa do território e pela conquista de direitos, com forte caráter de organização autogerida. No entanto, percebemos também que com o passar dos tempos e o acirramento das tensões na comunidade, cada vez mais são integrados à luta novos parceiros, que a partir de diferentes posições chegam para somar na articulação em defesa e pelo fortalecimento do território caçara. Veremos um pouco dessas articulações adiante.

4.2.2- O Fórum das comunidades tradicionais e o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: O tronco cresce e anuncia flores!

Desde 2007 algumas lideranças da Praia do Sono integram o já mencionado Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT). Faro (2021, p 137) aponta que “o Fórum de Comunidades Tradicionais começa a ser pensado em 2006, durante o primeiro Festival de Inverno da Praia do Sono”. Sendo, portanto,

não apenas um movimento que conta com forte atuação de moradores da Praia do Sono, mas um movimento fundamental para a região que teve muitas de suas bases pensadas a partir de seus moradores, com os pés fincados nas terras e areias da Praia do Sono. Esse importante movimento social regional, que promove constante troca entre comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra, Paraty e Ubatuba, tem entre suas principais pautas o turismo de base comunitária, a educação diferenciada, além do saneamento ecológico, a promoção da saúde, a agroecologia etc, movimentos que tendem num movimento maior e geral, que é o da defesa do território. O movimento social elenca as pautas trabalhando-as numa perspectiva integradora, uma vez que todos os elementos mencionados estão em torno de um mesmo ponto central: o território e, nele, a permanência não subalternizada das comunidades.

Figura 42: Manifesto do FCT realizado no Ocupa FLIP no centro de Paraty



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

O FCT é um movimento fundamental na promoção de momentos de troca e formação entre os diferentes grupos que o integram e com os quais dialoga, além de se fazer presente no enfrentamento de conflitos e tensões de natureza diversas. Essa constante troca entre situações que ameaçam a permanência no território e a manutenção da vida nessas tão distintas comunidades é o que foi construindo, com a força do tempo e o acúmulo de experiências, a riqueza deste grande movimento social, que hoje dialoga com uma multiplicidade de espaços. Se aprende com a luta, na luta e dela são colhidos os frutos e plantadas novas sementes. Desde que passou a existir enquanto movimento social organizado, possibilitado pela união pretérita de diversas comunidades que já mantinham sua escala local de organização, o FCT passou a se constituir como um movimento fundamental nos enfrentamentos e articulações da região. No caso da Praia do Sono, o FCT se faz presente na luta contra o condomínio Laranjeiras, na luta pela educação diferenciada, na reflexão sobre o TBC, no enfrentamento da covid-19, entre outros. Se faz presente no próprio cotidiano comunitário, uma vez que alguns de seus importantes integrantes são moradores da Praia do Sono e ativistas na luta pelo território caiçara como um todo, para além de seu próprio quintal.

No ano de 2009 ocorre uma aproximação entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) através de pesquisadores diversos, recebendo destaque o Edmundo Gallo, que propôs ao FCT um conjunto de parcerias para promover um planejamento estratégico, buscando proporcionar caminhos mais efetivos para articulações e conquistas para as comunidades da região, reiteradamente atropeladas pelo movimento dos interesses de reprodução do capital. Esse processo de parceria entre um relevante movimento social regional e uma das mais importantes instituições de saúde e pesquisa do país resultou, algum tempo depois, na criação do Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), promovendo a existência de uma organização um tanto quanto particular e potente, que tem em suas bases a perspectiva da Ecologia dos Saberes (Souza Santos, 2014), possibilitando uma efetiva troca entre as diferentes formas de saberes e conhecimentos existentes nos diversos territórios tradicionais e nos espaços científicos/acadêmicos, alimentando o movimento a partir do acúmulo de diferentes saberes, que, juntos, potencializam-se. A Ecologia de Saberes foi mencionada na introdução de nossa pesquisa, quando apresentamos as bases epistêmicas com que o projeto Raízes e Frutos se apoia, demonstrando que extensão universitária, movimento social e saber

acadêmico podem e devem se encontrar cada vez mais alinhados na lente com que interpretam o conjunto de relações possíveis entre estas distintas organizações. O OTSS, que é apoiado também pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), tem entre seus principais pilares a promoção/fortalecimento do TBC, da educação diferenciada, do saneamento ecológico e a agroecologia, seguindo a perspectiva do FCT, tendo como base a defesa do território. Elementos compartilhados também pela dimensão da atuação do projeto Raízes e Frutos (UFRJ).

A primeira experimentação da parceria entre FCT e Fiocruz ocorreu a partir de um projeto de saneamento ecológico, que teve como comunidade escolhida, justamente, a Praia do Sono, com a implementação de 10 bacias de evapotranspiração em áreas de moradia escolhidas pelos moradores a partir da AMOSONO (Associação de moradores originários da Praia do Sono), visando a realização do saneamento ecológico em parte da comunidade, ainda que em caráter experimental e em pequena escala. Esse projeto foi acompanhado pelo Raízes e Frutos, que participou de oficinas de construção das bacias de evapotranspiração para a promoção do saneamento ecológico na casa de um parceiro do projeto e importante liderança comunitária nos anos de 2017 e 2018²⁹.

O OTSS lançou no ano de 2019 o livro intitulado “O território pulsa. Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializado”. Na obra, organizada por Edmundo Gallo (pesquisador da Fiocruz) e Vagner do Nascimento (importante liderança quilombola do FCT) é compartilhado todo o processo de criação do FCT, seu processo de articulação com a Fiocruz até chegar à criação do OTSS, os pilares da existência dessa organização, as principais pautas de atuação, os processos de luta e conquista realizados até então. O Raízes e Frutos esteve presente no dia do lançamento, que ocorreu na sede do OTSS.

²⁹ A oficina de saneamento ecológico que o projeto Raízes e Frutos participou envolvendo a construção de uma bacia de evapotranspiração (BET) na Praia do Sono foi implementada à parte, não constando como uma das 10 BET's implementadas a partir do projeto de saneamento ecológico promovido pelo OTSS.

Figura 43: Dia do lançamento dos livros mencionados no Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina



Fonte: Arquivo Raízes e Frutos, 2019

O pouco aqui exposto é apenas uma breve apresentação do FCT e do OTSS, que não se propõe a dar conta da complexidade que envolve suas ações e articulações. Para aqueles que desejam compreender melhor esses movimentos, além do livro estão disponíveis sites, vídeos, redes sociais, além de pesquisas acadêmicas sobre, que serão organizadas numa nota de rodapé³⁰ com intuito de facilitar e estimular o conhecimento sobre esse poderoso trabalho de construção coletiva.

Compreendemos, portanto, que não há como falar de movimentos de resistência na Praia do Sono, sem abordar a luta em maior escala promovida pelo FCT. Além disso, como já mencionado, alguns importantes mobilizadores atuantes do FCT são justamente lideranças da Praia do Sono, o que evidencia ainda mais a força da relação existente entre a comunidade e o movimento

³⁰ O livro “O território pulsa” pode ser baixado gratuitamente no seguinte link: [OTSS - Livros](#)
 Site do OTSS com apresentação da organização e das ações realizadas [Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina \(otss.org.br\)](#)
 Site do FCT <https://www.preservareresistir.org/> ;
 Canal do YouTube com uma série de vídeos sobre as ações desenvolvidas pelo FCT [Fórum de Comunidades Tradicionais FCT - YouTube](#)

social. Entre enfrentamentos com condomínio Laranjeiras, processos contra grileiros, luta pela educação e pelo TBC, a AMOSONO, o FCT e a parceria histórica entre essas duas organizações, de caráter e escalas distintas, foi e continua sendo um elemento fundamental para conquistas e aprendizados na Praia do Sono.

4.2.3 - A raiz alimenta o tronco que anuncia as flores...Das flores surgem os frutos da complementaridade na luta: a multiplicidade presente na luta pela autogestão no território expressa no movimento pela educação diferenciada

A luta pela educação sempre foi pauta ativa nos territórios tradicionais, que são recorrentemente excluídos ou pouco integrados aos sistemas de educação oferecidos pelo Estado. Quando são integrados, na maioria das vezes trata-se da imposição de um currículo pronto, pautado na realidade da vida urbana capitalista, sem a preocupação com a integração de aspectos da realidade vivida do grupo em questão, no nosso caso, dos caiçaras. Em um dos nossos próximos momentos de reflexão, abordaremos o processo de luta pela educação diferenciada enquanto um processo de resistência, apresentando sua perspectiva transformadora através da ativação da memória em sua dupla dimensão: recuperando o histórico de luta e dos saberes-fazeres-territorializados ressignificados. Nos comprometemos a traçar a relação e a complementaridade existente entre a luta pela educação diferenciada e a luta pelo TBC, enquanto movimentos que se complementam na busca pelo fortalecimento da autogestão, reforçando a legitimidade sobre o território, já ameaçado por tantos atores, conforme evidenciou-se ao longo da pesquisa. No entanto, nesse momento, em que abordamos a importância da complementaridade das lutas para a Praia do Sono, ficaremos restritos a apresentar o contexto coletivo de criação das bases que tornaram e tornam a luta pela educação diferenciada possível, pois essa compreensão é necessária para fundamentar nossa argumentação da educação diferenciada enquanto movimento de resistência propositiva.

O processo de luta pela educação diferenciada é abordado nas páginas 256-285 do já mencionado livro “O Território Pulsa” (Gallo e Nascimento, 2019) e de forma mais aprofundada, no livro “Currículos diferenciados das escolas indígenas, caiçaras e quilombolas: política e metodologia” (Nobre e colaboradores, 2019). Em determinado trecho de Gallo e Nascimento (2019, p

256) encontramos a seguinte reflexão: “O modelo convencional de educação implantado não apenas impede o acesso, mas também desvaloriza, a cada dia, os saberes e os modos de vida tradicionais e reproduz valores hegemônicos de uma educação voltada para um mercado de trabalho limitado e subalterno”. Essa frase, de forma muito breve, resume a motivação da luta pela educação diferenciada nas comunidades do FCT. Não apenas pelo acesso à educação, que é bastante limitado. Mas pelo acesso à uma educação contextualizada, relacionada com os modos de vida locais.

Ainda que a pauta de luta pela educação seja presente no território historicamente, é a partir do acúmulo do FCT e com o início do OTSS que a luta pela educação diferenciada ganha corpo e possibilidade de avançar, com a complementaridade dos sujeitos em movimento, em luta. Esse processo é iniciado em 2007 a partir de editais concorridos pela associação de moradores do Quilombo do Campinho ligados à temática da educação. A partir desse processo e o envolvimento com outros editais, aprofunda-se a discussão sobre educação diferenciada no FCT, estendendo-a para as comunidades indígenas e caiçaras, buscando refletir sobre quais seriam as bases norteadoras em que esses processos educativos deveriam se pautar, levando em consideração o conjunto de particularidades de cada grupo (Gallo e Nascimento, 2019).

Após muita discussão compreende-se que a educação escolar diferenciada que almejamos não existe, ela precisa ser construída (Santos, 2011). Essa construção, é claro, faz parte de um movimento coletivo, envolvendo um conjunto de trocas entre saberes e fazeres comunitários e acadêmicos. Daí em diante inaugura-se um novo momento da luta pela educação. A educação diferenciada se torna uma das maiores bandeiras de luta do FCT, lideranças passaram a se dedicar cada vez mais a essa articulação, e algumas instituições se aproximam do movimento com objetivo de fortalecer as comunidades através de pesquisa na área da educação, dando andamento ao poderoso processo que estava sendo construído. “Entre essas instituições, estão a UFRJ, o projeto Raízes e Frutos, a PUC-Rio³¹, entre outras. Foi um movimento espontâneo que deu início ao que chama-se hoje Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada.” (Gallo e Nascimento, 2019, p260).

A discussão sobre a criação de um Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada ganhou força em 2009 e ainda mais a partir de 2013, quando o

³¹ A “aproximação” da PUC-Rio enquanto instituição se dá através da tese de doutorado desenvolvida por Ediléia de Carvalho Souza Alves, publicado no ano de 2019, intitulado “TORNAR-SE UMA ESCOLA QUILOMBOLA: caminhos e descaminhos de uma experiência no Quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis-RJ”, pelo programa de Pós-Graduação em Educação.

OTSS surgiu oficialmente, trazendo a educação diferenciada como um dos principais objetivos a ser alcançado para os territórios tradicionais. A partir de 2015 o grupo passa a participar da elaboração do Plano Municipal de Educação e das discussões para implementação de II segmento da Educação Diferenciada na Costeira, programa coordenado pelo IEAR/UFF (Instituto de educação de Angra dos Reis/ Universidade Federal Fluminense), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Paraty (Gallo e Nascimento, 2019). Daí em diante, o movimento avança na construção dos currículos diferenciados caiçara, indígena e quilombola. O Coletivo passa a contar também com a importante parceria do Colégio Pedro II no apoio ao primeiro segmento do ensino fundamental caiçara nas escolas da zona costeira de Paraty (8 escolas), enquanto a implementação do currículo diferenciado no segundo segmento era coordenado pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), com projetos de pesquisa e extensão protagonizados principalmente pelos professores universitários e pesquisadores Domingos Nobre e Lício Monteiro, peças fundamentais do complexo processo de criação e institucionalização da educação diferenciada.

Essa exposição acerca do início do processo de mobilização em torno da educação diferenciada foi realizada com o intuito de explicitar a complementaridade na luta, evidenciando a multiplicidade de atores presentes na articulação desse objetivo comum. A luta pela educação diferenciada extrapola a Praia do Sono e mesmo os territórios caiçaras, adotada pelo movimento social FCT como uma de suas mais importantes bandeiras, impulsionada em sua potencialidade regional a partir da oficialização do OTSS, articulada com Fiocruz, universidades federais, como a IEAR/UFF que tem um papel fundamental na consolidação da educação diferenciada nos territórios, contando também com a parceria com a UFRJ e o Raízes e Frutos (com ações mais pontuais, porém de caráter contínuo), e escolas como o Colégio Pedro II. Um movimento interescalar que conta com a presença de professores de diversas áreas, instâncias e territórios, assim como pesquisadores, estudantes e extensionistas somando-se e aprendendo nessa construção protagonizada pelos territórios tradicionais.

Mais adiante, a educação diferenciada será abordada novamente, enfatizando não mais seu processo coletivo de criação, mas seu caráter transformador e emancipatório, fortalecendo a identidade caiçara e a autogestão no território e oferecendo caminhos para a resolução de antigas tensões nele presentes. Defendemos que a luta pela educação diferenciada e pelo TBC

conformam movimentos complementares que nos oferecem brechas para pensar uma produção do espaço pautada no fortalecimento da autogestão comunitária, sempre em construção na Praia do Sono.

O projeto Raízes e Frutos, como exposto na introdução, é um projeto de extensão que existe desde 2007, sendo fundado concomitante à consolidação de importantes movimentos no território estudado, como o próprio FCT. Evidencia-se o acompanhamento e a participação do projeto em importantes contextos de luta das comunidades caiçaras, principalmente ligadas ao desenvolvimento da discussão acerca da educação diferenciada, que mais tarde teve múltiplos desdobramentos e frutos, que seguem continuamente sendo colhidos e plantados. Explicitamos nesse momento a perspectiva do Raízes e Frutos enquanto mais um braço do meio acadêmico que complementa a luta em defesa dos territórios caiçaras, tendo como horizonte máximo de atuação a ecologia de saberes proposta por Sousa Santos (2014), colocando o universo acadêmico e o status da universidade à serviço da luta pelos territórios tradicionais. Lembrando que a trajetória do Raízes e Frutos foi exposta de forma aprofundada em outro momento, na introdução da presente pesquisa no trecho “1.1 O caminho até aqui: a trajetória junto ao projeto de extensão “Raízes e Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da península da Juatinga, Paraty/RJ” .

Figura 44: Cine debate na escola da Praia do Sono promovido pelo projeto Raízes e Frutos em parceria com a professora Iaci. Exibição do filme “Dona Dica - Farinha caiçara”



Fonte: A autora, 2022

4.3 - Ativando a memória, ressignificando as práticas: o turismo de base comunitária e a educação diferenciada como movimentos de resistência complementares na reafirmação do território e como horizonte de caminho para o fortalecimento da autogestão comunitária.

Deste momento em diante, uma vez expressada a multiplicidade de atores que conformam o movimento em torno do território caiçara na Praia do Sono e suas múltiplas articulações com o entorno, é chegado o momento de desenvolvermos nossa argumentação em torno da complementaridade de dois movimentos de resistência existentes na Praia do Sono, compreendendo-os como movimentos que se complementam na reafirmação do território e que nos oferecem horizontes para pensar o fortalecimento da autogestão comunitária: o turismo de base comunitária e o movimento pela educação diferenciada.

Compreendemos que ambos os movimentos compartilham um caminho comum para realizar-se, que é desenvolvido a partir da ativação da memória. Compreendemos ainda, uma dupla dimensão dessa memória: as memórias associadas às articulações expressas no terceiro capítulo, como resposta aos distintos elementos externos que chegam ao território, que seriam as chamadas “memórias de luta”. E a outra dimensão da memória, que está relacionada ao conjunto de saberes-fazer-territorializados e sua ressignificação no território, que, sem perder sua função originária, associada ao valor de uso, passa a ter como possibilidade outros horizontes de sua utilização, enquanto processo formativo e produto turístico.

Para isso, dividiremos o texto em 4 partes: (1) inicialmente, apresentaremos distintas concepções sobre a definição do turismo de base comunitária, (2) abordaremos a experiência do TBC na Praia do Sono e (3) a experiência da educação diferenciada, enfatizando justamente suas relações com o resgate/acionamento das memórias de luta e dos saberes-fazer-territorializados. Abordaremos em que sentidos percebemos esses movimentos enquanto complementares no caminho para reafirmação do território e como horizonte de fortalecimento da autogestão comunitária na Praia do Sono. Em seguida, será abordado um movimento realizado no ano de 2020 durante a pandemia de Covid-19, que suscitou a necessidade de novas articulações, resultando no fechamento do território da Praia do Sono de maneira autogestionada ao longo de meses, movimento que ficou conhecido como “barreiras da vida”.

Abordaremos, portanto, ao longo de todas essas partes, -em permanente dialética entre teoria e empiria, tendo como pano de fundo os movimentos já expostos que incidiram/incidem na Praia do Sono -, a importância e o potencial da memória enquanto elemento que simultaneamente resgata o “passado” e impulsiona futuros possíveis, diante de um mundo que parece viver numa eterna busca pelo o que está por vir, em que elementos do passado são recorrentemente interpretados como ultrapassados ou dispensáveis. Discutiremos o que estamos chamando de “ressignificação das práticas/saberes-fazer-territorializados” no caso da Praia do Sono, mas que pode também servir de base para pensar o contexto do TBC nas distintas configurações comunitárias do sul fluminense. Evidenciaremos ao longo do texto o que estamos compreendendo como movimentos de resistência e r-existência e porque estes nos oferecem possibilidades de reafirmação do território caiçara, assim como explicitamos o que estamos chamando de horizontes para fortalecimento da autogestão. Todo esse processo de reflexão será desenvolvido, ainda, tendo em mente as duas frases de Timo Bartholl (2015) destacadas na apresentação do capítulo, que, de alguma forma, apresentam as ideias expostas acima de maneira condensada:

- A tensão entre os espaços construídos/que construímos, que desejaríamos construir e que somos capazes de construir “r-existindo” (PORTO-GONÇALVES 2006 & CRUZ 2006).
- A intrínseca relação entre território e a formação de saberes-fazer-territorializados e a importância desses saberes na construção de territórios de resistência

4.3.1 Compreendendo o TBC segundo distintas concepções

Pode-se afirmar que existe uma relação direta entre a diminuição da realização de práticas tradicionais e a atividade turística, visto que é consenso na Praia do Sono que a diminuição das práticas tradicionais (e saberes-fazer-territorializados) se intensifica na medida em que ocorre a intensificação da atividade turística. Mais uma vez o turismo se apresenta enquanto um elemento desestruturante do cotidiano caiçara, ainda que, contraditoriamente, (re)estruture diversas famílias no que se refere à renda e a possibilidade de adquirir condições mais dignas de vida. Não pretendemos aqui assumir uma postura conservadora ou essencialista, negando os benefícios que a atividade turística traz para a vida caiçara ou como se quiséssemos impor que para ser caiçara

devem ser realizadas permanentemente todas as práticas ou saberes-fazeres-territorializados que eram feitos comumente nos séculos anteriores, como se estivessem congelados no espaço-tempo.

Muitos saberes-fazeres foram sendo, aos poucos, desincorporados do cotidiano caiçara devido às facilidades que a modernidade, possibilitada majoritariamente pela renda incorporada pelo turismo possibilita, como por exemplo o acesso ao fogão, deixando de lado o fogão à lenha, a geladeira, abrindo possibilidades para além do peixe seco (embora este continue sendo frequente, por gosto e tradição) ou mesmo o uso dos barcos com motor, deixando de lado a movimentação marítima via canoa caiçara. Esses exemplos apontam para transformações importantes para a manutenção do cotidiano caiçara, facilitando o dia a dia das pessoas e trazendo mais conforto a suas vidas, diminuindo a quantidade de trabalho exercido para a manutenção de atividades básicas como se alimentar. Isso deve ser valorizado, ainda mais quando essa renda é possibilitada por um turismo gerido na e pela comunidade. Afinal, se nós não congelamos no tempo e a cada dia, mês, ano, incorporamos uma série de novos elementos em nossas vidas, por que os caiçaras ou qualquer outro grupo não faria o mesmo? Os benefícios da modernidade devem ser aproveitados. No entanto, o que, penso eu, devemos nos questionar, é:

- Quais são os principais desafios para que o avanço da atividade turística e as transformações possibilitadas por elas sejam estabelecidas em diálogo com as potencialidades que a incorporação das práticas espaciais/saberes-fazeres-territorializados,- que se tratam de conhecimentos tradicionais e cada vez mais escassos quanto ao território e seu uso - enquanto elemento de formação a ser compartilhado pelo caiçara e experienciado pelo visitante?

A experiência de turismo de base comunitária existente no Sono nos auxilia a refletir sobre isso e novamente questionar as possibilidades e os limites desse diálogo. Até aqui, abordamos o turismo em sua lógica de “fora para dentro”, de caráter predatório e impositivo, destacando as inúmeras tensões e contradições que acompanham seu processo de expansão na Praia do Sono. Seu aspecto complexo e contraditório se justifica justamente em sua condição dúbia, de ser ao mesmo tempo uma atividade com aspectos positivos e negativos, estruturantes e desestruturantes. No entanto, conforme já vem sendo anunciado, outras perspectivas possíveis de se relacionar com a atividade

turística vêm sendo vislumbradas. Veremos um pouco como o turismo de base comunitária está sendo compreendido por diferentes atores, como o Ministério do Turismo, a academia e no contexto comunitário caiçara. O conceito de turismo de base comunitária é definido pelo Ministério do Turismo como:

Um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (Ministério do Turismo, 2008).

Durante entrevista realizada no ano de 2020, um caiçara da Praia do Sono definiu o TBC como:

Eu acho que é o caminho né. **Deveria ser o único turismo que deveria existir**, porque o turismo de base fortalece a comunidade, é onde você pode fazer um turismo sustentável, **um turismo educativo**, não faz só bem pra comunidade, faz bem pro turista, porque o turista chega e ele não quer saber, ele quer saber da praia, da cachoeira, da loucura...e ele muitas vezes não entende porque a comunidade tá aqui, como é a luta da comunidade, que existe uma comunidade, não respeita, **então o turismo de base ele vem para fortalecer a cultura, a identidade e educar mesmo o próprio turista**, eu acho que, **pra mim o caminho do turismo seria que toda comunidade pudesse trabalhar com turismo de base comunitária.**" (Caiçara 2, 2019) Grifos meus.

Barros e Rodrigues (2019, p 5) nos oferecem algumas informações sobre o processo de discussão do turismo de base comunitária na região sul fluminense, assim como apresentam os principais aspectos que aparecem, dentro da academia, como constantes na compreensão do TBC:

(...) as comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba vêm se reunindo em eventos para discutir a implantação do turismo de base comunitária em seus territórios (MENDONÇA; MORAES; CATARCIONE, 2016). Existem diversos entendimentos sobre o conceito do turismo de base comunitária, porém há algumas premissas que aparecem com maior frequência no posicionamento de diferentes atores que discutem esta atividade. **Dentre esses aspectos, destacam-se: valorização dos elementos**

histórico-culturais, dos saberes e dos modos de vida local; protagonismo da comunidade desde a elaboração até a execução do roteiro; a relação de interculturalidade entre os visitantes e a comunidade receptora; a valorização e a conservação da natureza; e a integração com outras atividades desenvolvidas nas comunidades (IRVING, 2009; MALDONADO, 2009; SAMPAIO et al., 2011). Durante os eventos sobre o turismo de base comunitária realizados na região de estudo, foram bastante expressivos os posicionamentos das comunidades sobre a **preocupação quanto à oferta de uma educação escolar capaz de qualificar os jovens para o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária em seus territórios**. (BARROS E RODRIGUES, 2019, p5) Grifos nossos.

Nas três citações apresentadas é possível perceber pontos comuns na compreensão do que seria o TBC, ainda que partam de atores com diferentes posições e níveis de poder e influência nas dinâmicas sociais. Esses pontos comuns estão expressos fundamentalmente nas ideias de valorização da cultura local através de um turismo educativo protagonizado pelos comunitários. Tal fato nos indica que existe algum nível de avanço sobre a discussão do TBC, assim como do reconhecimento de suas potencialidades a nível local nas diferentes esferas, ainda que, como já afirmado, o reconhecimento dessas potencialidades não signifique que elas sejam facilmente alcançadas. Pelo contrário, visto que, na realidade estudada, o TBC disputa com um turismo de massa, que se dá de maneira concentrada em 3 meses do ano (dezembro, janeiro e fevereiro). No entanto, ainda assim o TBC se apresenta como um horizonte de forte potencial, que abre possibilidades no que tange a sempre tensa relação entre comunidade tradicional e atividade turística, tradição e modernidade.

Um ponto importante a ser destacado está na relação explicitada em Barros e Rodrigues (2019), sobre a relação entre a preocupação manifestada em eventos de TBC ocorridos no sul fluminense com uma “educação escolar capaz de qualificar os jovens para o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária em seus territórios” (Barros e Rodrigues, 2019, p5). Essa preocupação vai ao encontro da nossa formulação, de compreender os movimentos de luta pela educação diferenciada e de luta pelo turismo de base comunitária enquanto movimentos de resistência complementares, com potencial de encaminhamento de tensões históricas presentes no território caiçara, como veremos ao longo desse capítulo. Daqui em diante abordaremos a experiência de TBC da Praia do Sono, após abordaremos o movimento de luta

pela educação diferenciada. Ao longo dessas reflexões, os defendemos enquanto movimentos de resistência complementares, que, a partir da ativação da memória e da ressignificação das práticas, nos abrem possibilidades para refletir acerca de horizontes possíveis de superação de tensões históricas e como horizontes de fortalecimento da autogestão comunitária no território.

4.3.2 Ativando a memória, ressignificando as práticas espaciais/saberes-fazeres-territorializados: O movimento pelo TBC na Praia do Sono

A vontade e a necessidade dos grupos sociais, étnicos ou de gêneros, entre outros, de contarem as suas próprias histórias têm se expandido à medida em que se desenvolve um certo tipo de consciência, por vezes chamada de pós-colonial, e na medida também em que se percebe a necessidade da construção da narrativa como uma forma de expressar uma visão de mundo. Ou, em poucas palavras: **há cada vez mais a consciência entre os mais variados grupos sociais de que contar uma história é um ato de poder.** (Melo, 2022, p 397)

Após já ter evidenciado a lógica do turismo a partir da sua perspectiva externa, de fora para dentro e de caráter impositivo, evidenciando as tensões originárias do turismo que se tem, vamos, daqui em diante, abordar a experiência de turismo de base comunitária existente na Praia do Sono, um turismo de dentro para fora, um turismo que se deseja construir, ou, remontando o trecho de Bartholl (2015) a partir de Porto Gonçalves e Cruz (2006), o turismo que é possível ser construído “r-existindo”.

Para tanto, nossa reflexão será guiada a partir da potencialidade percebida no resgate da memória em sua dupla dimensão, (1) o resgate da memória das lutas e resistências e (2) da memória dos tempos antigos, das práticas espaciais, dos saberes-fazeres-territorializados passados de geração a geração através da oralidade. Entendemos que a luta pelo TBC, somada a luta pela educação diferenciada são movimentos de resistência complementares, que têm em comum esse resgate da memória em sua dupla dimensão, e que, em conjunto, nos abrem brechas para pensar as relações entre território, comunidade e turismo a partir de outras matrizes. Nesse sentido, nos auxiliarão a conduzir a reflexão as ideias presentes nas expressões resistir e re-existir, proposta por Porto-Gonçalves e organizada num recente artigo de Hurtado e Porto-Gonçalves (2022).

Diante das múltiplas tensões e violações oriundas do turismo de caráter predatório, já abordadas enquanto uma das espaço-temporalidades que incidem no cotidiano caiçara da Praia do Sono, vão sendo discutidas outras possibilidades de trabalhar com o turismo. Essa discussão passa a se tornar mais frequente na região de Paraty com o FCT assumindo a pauta do turismo de base comunitária, entendendo-o como um dos caminhos para a busca da autogestão nas comunidades tradicionais. A partir disso, é criada a Rede Nhandereko, palavra guarani que significa “nosso jeito de ser” (OTSS, 2019). A rede se torna, portanto, um braço de ação dentro do FCT, com foco no TBC nas comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas, fortalecendo as ações que já ocorrem nos territórios e estimulando a criação de novas ações. Daí em diante, o movimento social passa a organizar e se fazer presente em espaços de troca e formação entre comunitários de distintas comunidades e municípios, contando com a colaboração de pesquisadores e membros do Estado. Todo esse movimento coloca o TBC como uma discussão “em alta” nas comunidades, gerando inclusive reflexões dentro do contexto curricular da educação diferenciada, como veremos adiante. Novamente, todas essas discussões nos levam para um mesmo ponto central: a defesa do território e nele a permanência não subalterna das comunidades.

A partir de Barros e Rodrigues (2019) e Da Silva (2020), elencamos alguns momentos chave que ampliaram a discussão acerca do turismo de base comunitária na região com a participação de múltiplos atores, sendo eles:

- I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde (23 a 25 de julho de 2015, em Tarituba, Paraty), realizado pela Secretaria de Turismo de Paraty em ação consorciada com a Fundação de Turismo de Angra dos Reis;
- II Encontro da Coordenação Nacional Caiçara (15 e 16 abril de 2016, na Praia do Aventureiro, Ilha Grande, Angra dos Reis), organizado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, a Coordenação Nacional Caiçara e a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica;
- “Partilha de Turismo de Base Comunitária”, organizada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, em parceria com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da

Bocaina/FIOCRUZ (29 de setembro de 2016, em Trindade, Paraty).

Da Silva (2020), a partir de informações disponibilizadas pelo FCT, aponta que no ano de 2018 a Praia do Sono recebeu a Partilha de TBC da Rede Nhandereko. Essa partilha, que ocorreu nos dias 3 e 4 de julho de 2018, contou com a presença de cerca de 50 lideranças de diferentes idades das comunidades tradicionais que participam da Rede e do FCT compondo o evento “Empreendedorismo comunitário – ideias para desenvolver negócios locais”. A proposta tinha como finalidade intercambiar experiências na área do turismo de base comunitária³². Na notícia presente no site oficial do FCT, sobre o dia de realização desta Partilha, conta-se que:

O TBC foi pontuado pelos presentes, mais uma vez, como **uma ferramenta fundamental para o fortalecimento do protagonismo comunitário**, possibilitando também a **geração de renda e a transmissão de saberes** para as gerações futuras. “O jovem sem os mais velhos não adianta porque árvore sem raiz não fica em pé”, diz Patrick Santos, jovem jongueiro da comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí. (...) No primeiro dia de atividade os participantes realizaram o roteiro de TBC oferecido pela comunidade. Assim como “turistas”, foram conduzidos pelos diversos locais, conhecendo os atrativos daquele lugar. No dia seguinte, os presentes tiveram uma atividade mais teórica e descreveram por meio de tabelas os itens que compõem os roteiros pensando no custo de cada etapa, serviço ou produto oferecido. (FCT, 2023)

Sobre esse trecho, destacamos a dimensão do protagonismo comunitário, da geração de renda e da transmissão de saberes, três elementos fundamentais para o fortalecimento da autogestão comunitária que podem ser, e são, incorporados ao turismo através do TBC. Esse processo de troca e formação implementado pelo FCT junto às comunidades tem resultado no interesse e no desenvolvimento de roteiros de TBC em diversas comunidades da região, que organizam seus próprios pontos e histórias de interesse de acordo com a trajetória particular de cada comunidade, no entanto, partilhando de princípios comuns de protagonismo comunitário e resgate da memória em sua dupla dimensão, promovendo um processo simultâneo de resistência e r-existência.

³² Mais detalhes e fotos desse encontro podem ser conferidos no seguinte link: [Comunidade caiçara do Sono recebe Partilha de TBC da Rede Nhandereko \(preservareresistir.org\)](https://www.preservareresistir.org/Comunidade-caicara-do-Sono-recebe-Partilha-de-TBC-da-Rede-Nhandereko)

Para ilustrar como o TBC vem sendo implementado na região, compartilhamos o seguinte mapa retirado do artigo de Fagerlande (2022), em que analisa as iniciativas de TBC existentes no estado do Rio de Janeiro. No mapa abaixo destacam-se as iniciativas de TBC encontradas na região da Baía da Ilha Grande, em que chamamos atenção para a Praia do Sono entre uma das comunidades caiçaras que apresentam sua iniciativa de TBC.

Figura 45: Mapa de atividades de TBC na Região da Costa Verde do Rio de Janeiro



Fonte: LEC, 2021; Fagerlande, 2022.

Retomando nossa discussão, o conceito de r-existência foi proposto inicialmente por Porto-Gonçalves (1998, 2001, 2003, 2005, 2006) para refletir sobre o processo de reinvenção e luta do campesinato, que passavam por um processo de reinvenção enquanto “seringueiros” na região da Amazônia. Inspirados por comunidades indígenas, passaram a se organizar na reivindicação por um território, ampliando a dimensão física contida na expressão “terra”, incluindo a dimensão simbólica que toma força e se expressa na ideia de “território”. Esse processo foi acompanhado pelo autor, que a partir do movimento dos seringueiros se inspira para a criação da ideia da resistência a partir de um processo de reinvenção, de se refazer a partir da resistência, de

r-existência. Dessa forma, o conceito foi definido como “[...] uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que atua nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Leff (2006), a partir das ideias lançadas por Porto-Gonçalves (2005), propõe outra definição para pensar o que seria para ele a “reexistência”. Distintos autores partilham dessas ideias e a cada nova contribuição muitas vezes reescrevem o termo a partir de sua perspectiva, buscando também diferenciar das propostas conceituais anteriores. Porto-Gonçalves fala de r-existência, Leff fala de reexistência (Hurtado e Porto-Gonçalves, 2022), mas partilham de fundamentos comuns. Ambas as formas surgem como conceito no contexto latino-americano, com seu uso difundido nas discussões acadêmicas, sendo a inspiração base dessas reflexões o cotidiano das lutas sociais (Hurtado e Porto-Gonçalves, 2022). Leff (2006) propõe a reexistência enquanto processo em que os sujeitos:

No sólo reviven en el panorama político como nuevos movimientos que reivindican espacios en un mundo objetivado y economizado. Reexisten. **Vuelven a asumir su voluntad de poder ser como son; no como han sido, sino como quieren ser.** Despiertan sus sueños, renacen sus utopías, **para reinventar su existencia**, para pasar del resentimiento por la opresión al re-sentimiento de sus vidas (LEFF, 2006, p.449).

Destacamos aqui o sentido de reexistir, de reinventar sua existência, contido no trecho “voltam a assumir sua vontade de poder ser como são, não como tem/tenham sido, se não como querem ser”, Outra perspectiva que se apresenta é a de Alban Achinte (2009), dialogando com as propostas anteriores, enfatizamos seu olhar que destaca o processo de “reinventar a vida para permanecer transformando-se”, sua contribuição fica grafada como “rê-existência”. Escobar (2014), a partir das contribuições de Leff e Porto-Gonçalves, avança no conceito proposto por eles, de “r-existência”, engrandecendo o que já havia sido apresentado adicionando a ideia de que os grupos redefinem suas formas de existência através de movimentos emancipatórios e da reinvenção de suas identidades, seus modos de pensar, seus modos de produção e de sustento (ESCOBAR, 2014) (HURTADO E PORTO-GONÇALVES, 2022).

Todas as perspectivas apresentadas, a r-existência, a re-existência ou a reesistência variam na forma como são grafadas e se diferem um pouco uma da

outra, sendo elaboradas a partir do contexto específico de pesquisa de cada um dos autores, que se debruçam sobre diferentes grupos e portanto, sobre diferentes formas de r-existência. No entanto, destacamos que todas as perspectivas apresentadas partilham uma ideia principal que está contida na capacidade dos grupos de, a partir do acionamento da memória associada a vivência no território, seja a memória das lutas e resistências ou a memória das práticas espaciais/dos saberes-fazer-territorializados (o que estamos chamando da dupla dimensão da memória), criam uma interface de relações entre o velho e o novo, o passado e o presente, a tradição e a modernidade que possibilita um processo de recriação, de reinvenção, de ressignificação. Esses processos são pautados no resgate e acionamento das memórias, que abrem possibilidades de lidar com as múltiplas influências externas que chegam aos territórios -entre ameaças, espoliações, desterritorializações, grandes empreendimentos e a imposição de novas atividades econômicas, como temos visto no Sono -. Os diferentes grupos têm encontrado nesse resgate novas possibilidades de reestruturação de suas vidas diante das pressões impostas por esses elementos externos. Na Praia do Sono, percebemos esse processo de forma evidente a partir dos movimentos de TBC e da luta pela educação diferenciada que, de distintas maneiras, acionam essa dupla dimensão da memória, conformando movimentos complementares na reafirmação do território e na busca pelo fortalecimento da autogestão comunitária.

Um importante artigo nos auxiliou na estruturação dessas ideias, partilhando um pouco das reflexões aqui presentes ao refletir acerca do resgate da memória e sua relação com o turismo na Ilha Grande, mais especificamente, na Praia do Aventureiro. A situação estudada no artigo dialoga com a realidade estudada na Praia do Sono. Ferreira (2014) afirma que:

Na atualidade, observa-se um intenso **movimento de recuperação de memórias coletivas, buscando-se a promoção de identidades culturais e a conquista ou garantia de direitos de populações locais em relação a seu território nativo, bem como a constituição de produtos turístico-culturais.** (...) A população nativa, que vivia da pequena agricultura e da pesca artesanal, modificou seus costumes, pois seu território foi transformado em lugar estratégico para a conservação da natureza. **O turismo, hoje a principal atividade econômica local, complementou essa mudança.** (...) Visa refletir sobre o processo de reconstrução do passado nos dias atuais, enfocando a defesa de direitos e a inserção na produção do turismo. (Ferreira, 2014, p 80). Grifos meus

Adicionamos na reflexão que em alguns casos o território foi sim transformado em lugar estratégico para a conservação da natureza, como é o caso do Aventureiro na Ilha Grande. No entanto, é importante destacar ainda que na nossa área de estudo, diversas comunidades além de lidarem com esse processo, que se traduziu na criação de distintas unidades de conservação, como já visto, tiveram que estruturar seus processos de resistência e r-existência contando ainda com outros elementos externos, por vezes mais violentos, como casos de grilagem, desterritorialização ou pressão por grandes empreendimentos. Ou ainda, como no caso da Praia do Sono, tiveram que lidar com toda essa diversidade de elementos externos ao mesmo tempo, somando-se junto aos já mencionados, a rápida expansão da atividade turística. Portanto, esse processo de recuperação das memórias coletivas com foco na conquista/garantia de direitos de populações locais quanto ao seu território e na elaboração de produtos turísticos-culturais pode ser lido como um movimento estratégico para a permanência “reinventada” no território. Sobre esse processo, Ferreira (2014, p 82 e 83) expressa que:

A organização de memórias coletivas relacionadas às práticas e saberes das populações que habitam essas áreas cria um novo tipo de atrativo, o qual se agrega aos já conhecidos, e o crescente interesse pelas culturas locais possibilita o surgimento de produtos turísticos diferenciados. De certo modo, isto desempenha um papel importante na afirmação da identidade cultural, contribuindo com resistência ao processo de desterritorialização e elaborando argumentos em defesa do território nativo. Ao mesmo tempo em que podemos observar na atualidade um processo de organização e recuperação de memórias coletivas que busca promover identidades culturais, presenciamos a importância desses dados na conquista ou garantia de direitos, e também sua utilização na constituição de produtos turístico-culturais.(...) o trabalho de recuperação e reconstrução de memórias coletivas, neste caso, tem dado origem a produtos turísticos diferenciados, que se configuram estratégicos para a inserção das populações nativas no sistema turístico local de forma não subalterna.

Figura 46: Oficina de bioconstrução com bambu na Praia do Sono



Fonte: A autora, 2022

Nesse sentido, destacam-se as múltiplas contribuições que o processo de resgate da memória em sua dupla dimensão, expresso no movimento pelo TBC na Praia do Sono, possibilitam para a comunidade. O TBC, da forma como é realizado na Praia do Sono, favorece o encaminhamento de antigas tensões relacionadas ao direito e permanência no território frente a elementos externos, que vão desde grilagem de terras, espoliação, ameaça de grandes empreendimentos e especulação imobiliária às tensões relacionadas às unidades de conservação e as mais recentes complicações associadas ao turismo. O TBC se apresenta então, como possibilidade outra para lidar com as atividades turísticas, a partir dos comunitários como protagonistas de suas trajetórias, compartilhando suas narrativas e gerando renda a partir desse lugar, e não simplesmente como prestadores de serviços turísticos.

Percebemos que o TBC na Praia do Sono tem em suas bases o resgate e acionamento da memória em sua dupla dimensão. A dimensão das memórias de luta é acionada no compartilhamento dos processos de enfrentamento dos elementos externos que chegaram e ainda chegam à comunidade, proporcionando ao visitante uma experiência de formação referente à luta pelo território e as múltiplas dificuldades enfrentadas para a permanência no mesmo,

sendo essa trajetória incorporada como parte do roteiro do TBC. Simultaneamente, ocorre um processo de formação da juventude caiçara que acompanha os roteiros, aprendendo e se apropriando da trajetória de luta de sua comunidade e as dificuldades enfrentadas para sua permanência, estimulando a curiosidade e a consciência da juventude caiçara acerca da complexa realidade em que estão inseridos.

A outra dimensão da memória acionada, é a que chamamos das práticas espaciais ou dos saberes-fazeres-territorializados. Tendo em vista que, como afirmam Corrêa et al (2019), os caiçaras

Viviam em casas simples como a do caipira do interior paulista, **as paredes de pau a pique, telhados de sapê de duas águas**, algumas vezes caiadas. O chão era de terra batida e os móveis escassos (CARVALHO, 1940 apud ADAMS, 2000). Sobre a cozinha, Diegues (2007) menciona que ficava situada no centro da casa, com fogão a lenha, com porta dando para o quintal, a horta e o pomar. Usavam fogão a lenha, embora, atualmente, cozinhas caiçaras contem com fogão a gás. (...) **Todos esses conhecimentos de ingredientes da floresta, técnicas de preparo, técnicas de pesca, ervas medicinais estão se perdendo com as novas gerações que não têm contato e nem interesse nesse aprendizado.** (Corrêa et al, 2019 p 21 e 22)

A citação acima menciona diversos elementos da tradicionalidade caiçara que se encontram ameaçados com a expansão das atividades turísticas, mas que a partir do TBC passam a ser incorporados como elementos atrativos para o turismo, tanto enquanto informação a ser compartilhada durante a realização dos roteiros de TBC quanto com a elaboração de oficinas, voltadas para o ensino de práticas tradicionais realizadas no território, com a comunidade local como protagonista e responsável pelo compartilhamento do conhecimento, das práticas espaciais/ saberes-fazeres-territorializados.

Figura 47: Oficina de feitura de rede caiçara na Praia do Sono



Fonte: A autora, 2022

Para melhor explicitar como o TBC é organizado pelos comunitários na Praia do Sono, compartilhamos a seguinte fala de um caiçara envolvido com a realização do roteiro na comunidade:

A organização é assim, na associação a gente tem um grupo só de TBC, ai quando vai vir um grupo a gente comunica esse grupo (...) E ai temos essa equipe que traça isso, Leila tem um restaurante, nós temos o camping, aí a Lúcia fala do tacho, Joninho fala da cestaria, Zaqueu da rádio e a Lindalva pode fazer uma palestra na associação. Aí tudo isso a gente abre na associação, tudo que a gente tá falando aqui, tem muito mais óbvio, para entender né que território é esse, o contexto né, porque que a gente ama e fala e defende tanto né... apresenta também os desafios, os problemas da comunidade e todo o legado que a galera deixou, isso vai virando realmente um histórico que cria uma dimensão gigantesca. E depois a gente sai visitando, vamos na rádio, aí o Zaqueu já recebe um recurso pela apresentação dele no TBC, ai fala da rádio, como nasceu, como é, como ela interfere... aí vai a educação diferenciada, quando tem um professor, um aluno ou um pai ai fala também..o saneamento, ai tem a equipe do saneamento, a galera também aqui já fala, pessoal que trabalhou na equipe, foi formado para trabalhar e tal.. aí é isso, a gente vai mudando sempre, ai ontem foi o bar do Luiz, amanhã é o bar da fulana que vai servir a refeição... vai trocando né, aí fomos no cerco do João, no dia seguinte vai no cerco do Pedro.. vai assim,

seguindo sua função social né. (...) É bem simples, o TBC é muito simples... aliás a nossa vida é muito simples, a gente que dificulta muito.. quer ter dinheiro, quer ter banco, quer explorar, ser explorado...O TBC é muito simples... Você senta na praia conversando com um senhor que está ali é TBC, o que a gente está conversando aqui agora é TBC, é igual política... isso aqui é política, tudo que a gente faz é política. E o TBC é isso... você pega o Tiago desenhando ali, um artista, rindo, contando, brincando, é TBC... coisa assim... não é ensaiado isso, entendeu. Tá aí já... (Caiçara 1, 2020)

É muito interessante como o TBC possibilita esse processo de reinvenção/ressignificação das práticas tradicionais e sobre a própria identidade. Há muito se fala nas comunidades sobre como a intensificação das atividades turísticas e a incorporação de novas tecnologias foi um movimento que se deu alinhado à diminuição da frequência de realização das práticas espaciais/saberes-fazeres-territorializados. Contribuindo ainda para a diminuição da curiosidade e do interesse da juventude caiçara pelos antigos conhecimentos e saberes-fazeres da terra e do mar. De forma que, se torna cada vez mais frequente ouvir que “em determinada comunidade só resta um morador que sabe fazer todo o processo da canoa caiçara de um tronco só” ou ainda que, “em toda a REEJ só restam três comunidades que ainda realizam o processo do telhado de sapê”, dessa forma, percebemos que os conhecimentos tradicionais daquele lugar vão sendo cada vez mais deixados de lado, substituídos pelas facilidades e sedução da modernidade, que foram mais intensamente inseridas na comunidade através da renda que as atividades turísticas possibilitam.

Os jovens vão perdendo o interesse, muitos dos antigos vão perdendo a motivação, o costume. Muitos dos saberes-fazeres não seriam mais “necessários”. Já que se pode ter uma casa de alvenaria ao invés de uma de pau a pique, se pode ter um telhado de telhas, ao invés de um de sapê, se pode andar de barco a motor, pra que saber fazer canoa? Muitas das práticas eram baseadas em seu valor de uso, pautadas na necessidade do uso cotidiano. E foram sendo substituídas por alternativas mais fáceis, menos trabalhosas, que demandam menos energia. Nisso mora, na minha perspectiva, uma das grandes viradas de chave que o TBC abre margem, uma vez que ele possibilita a incorporação dos saberes-fazeres-territorializados e da trajetória de luta de cada comunidade como um dos elementos fundamentais da atividade turística, articulando renda, território tradicional, atividade turística e resgate da memória, conciliando o antigo e o novo, a tradição e a modernidade, o passado e o presente e desenhando novas possibilidades de futuro. Com isso em vista,

concordamos com Corrêa et al (2019), quando afirma que:

A evolução e inclusão de recursos modernos como eletricidade, comunicação, são inevitáveis e benéficos no sentido de trazer mais conforto, segurança e prosperidade a essas populações. Isso não significa que os costumes e saberes devam ser desprezados, substituídos e esquecidos. São riquezas que podem e devem continuar a ser utilizadas e devem ser mantidas como questão de orgulho por representar as características de cada população: os trabalhos em mutirão, os conhecimentos das ervas medicinais, da vegetação, o comportamento dos rios, das marés, do clima adequado para plantações. Os recursos modernos devem ser somados para melhoria da cultura e não substitutivos de todos os costumes(...) Este é o momento de reenvolvimento dessas pessoas com sua cultura e o seu espaço. Para isso deve-se lutar para manter o conhecimento para as futuras gerações e reeducá-los a isso. Onde há vida popular articulada e estável, há sempre uma cultura, tanto material como simbólica com um mínimo de espontaneidade, coerência e sentimento, sendo o consenso de sua identidade (BOSSI, 1993) (Corrêa et al, 2019, p 27)

Ainda que não estejamos trabalhando diretamente com uma discussão conceitual de 'identidade', termo que abre brechas para diversas interpretações, ela aparece de forma direta ou indireta em alguns momentos. Por isso, gostaríamos de salientar que quando falamos de identidade na presente pesquisa, nos referimos a uma perspectiva aberta, não essencialista, em permanente devir e processo de reconstrução, e que, por isso, se encontra em pleno diálogo com o processo de r-existir sintetizado em Hurtado e Porto-Gonçalves (2022) e com o espaço da multiplicidade de Massey (2005). Nesse sentido, partilhamos com a perspectiva de identidade expressa na citação abaixo:

La identidad es un proceso contingente, estratégico y posicional (HALL, 2003; WADE, 2002), por tanto, está sujeto a una historización y a un constante proceso de cambio y transformación, no es sólo el despliegue de lo que ya existía sino su propia invención. **Se refiere al “[...] proceso de devenir y no de ser; no “quiénes somos” o “de dónde venimos” sino en qué podríamos convertirnos, cómo nos han representado y cómo atañe ello al modo como podríamos representarnos”** (HALL, 2003, p.17). (HURTADO E PORTO-GONÇALVES, 2022, p 6)

Dialogamos também com Halbwachs (1925), que partilha do entendimento de que a construção da identidade parece estar ligada à reconstrução que se faz do passado a partir de tensões e conflitos do presente, possibilitando a ativação de memórias e processos de re-existência a partir da própria resistência promovida diante dos elementos externos. Dessa forma:

As identidades, então, apresentam um aspecto de fluidez, sendo constituídas a partir de objetivos e não essencialmente (BAUMAN, 2005). Quando a relação é com o turismo, ela parece permanecer forte. **A narração de histórias do passado, ressaltando os costumes caiçaras, a renovada atenção às “casas de farinha” e canoas, o artesanato de barcos, o ato de relembrar as comidas tradicionais e de produzi-las para mostrar para “os de fora” entre outros fatos, são alguns dos aspectos que demonstram que a tradicionalidade demandada pelos olhares externos tem sido importante para marcar as diferenças do turismo organizado pelos nativos e possui possibilidades ainda não completamente conhecidas** (Ferreira, 2014, p 90).

As possibilidades ainda não completamente conhecidas expressas em Ferreira (2014) estão para nós justamente relacionadas com a ampla abertura que a expansão do TBC apresenta para as comunidades, como caminho de recriação de sua existência cotidiana, associada à entrada de uma renda que possibilite uma vida digna mas não subalterna, mantendo os vínculos com o território, estando em diálogo profícuo suas raízes e ancestralidade com a vida “moderna” e uma ocupação laboral não alienante. Santos e Vargas (2022, p 261) apontam que “é comum associar a cultura popular àquilo que é tradição. Essa ideia é correta, desde que não se entenda como tradicional única e exclusivamente tudo aquilo que for imutável”. Portanto, é fundamental partir de uma perspectiva de cultura, tradição e identidade aberta, múltipla, em permanente reconstrução. Em movimento, como diria Timo Bartholl (2015). Para ilustrar o que estamos discutindo, compartilhamos uma fala de um caiçara sobre o TBC, coletada no ano de 2020 na Praia do Sono:

eu acho que o TBC é tudo, é reflexão, avaliação, conceito, respeito, educação diferenciada, é a valorização da cultura, função social, é o protagonismo das juventudes, das mulheres. Eu acho que o TBC ele é contra o racismo, a homofobia, o preconceito, o preconceito não só institucional mas até constitucional, porque se você for ver assim na constituição de 88 tudo é amparado no privado, já o TBC contraria isso tudo, ele divide a renda, ele abre os muros, abre as portas, abre as cancelas... pra mim é um movimento revolucionário, ele faz o

seu trabalho né... por exemplo você conversa com a dona Lúcia, que é pesqueira, pescadora, faz rede, conhece tudo, eu não conheço 1% do que ela conhece. Ela fala assim “nossa eu não sabia que podiam me pagar pra eu falar sobre o taxo”, nós temos um taxo lá embaixo né, de cozinhar tinta, isso é histórico, dizem que até na época dos escravizados já estava lá, é como se fosse uma bacia grande, de cobre, alta e a galera colocou em um lugar lá e eles extraem lá as cascas da aroeira e da quaresmeira, que são duas plantas de tinta né, com cor muito consistente e aí cozinha, fica tipo um café, muito consistente. Ai pega a rede e coloca ali dentro, porque a rede está suja ou não está pescando, aí ali ela vai ficar forte, vai proteger a rede pro sol não danificar, nem a água do mar e a rede vai pescar melhor porque o peixe não vai conseguir ver a rede, é como se fosse assim ó, um anzol sem isca no mar, não pesca, a rede suja no mar, não pesca, o peixe vê, ela tem que estar limpinha, que aí o peixe não vê a rede. **Ai a dona Lúcia conta a história no TBC conta da tintura da tinta, da rede, a esse rede faz isso, como é que faz, o fio é tal, a dimensão do fio, fio de seda, cabo... ai outro dia ela virou pra mim e falou “cara não sabia que isso era turismo, que a gente podia fazer turismo com isso... achei que era um trabalho”,** óbvio que era um trabalho, é um trabalho mas também é uma cultura, e quem falou isso pra gente aí foram vocês, a universidade falou isso pra gente, de entender que o trabalho é a nossa cultura linda e maravilhosa, a galera fala “ah não, tô pescando, é o trabalho que eu faço de pescar, fazer uma casa de pau a pique...” ai o cara entende como um trabalho, aí a universidade chega e fala “não isso aqui não é só trabalho, isso é algo muito importante nesse meio” que é a cultura, o conhecimento tradicional, ancestral, é o legado que passa, que é a educação diferenciada, protagonismo... tudo isso que a gente fala, então o TBC ele é tudo isso e mais um pouco (...) **Levar a galera pra ver o cerco, falar da rede, da tinta, do tamanho da rede, qual peixe que pega, quais meses, quais luas, quais marés, tipos de ventos, tudo isso aí é muito louco... e o TBC, fala da culinária local... fala tudo isso né, a história. (...) O próprio TBC faz o saneamento virar uma peça importantíssima do roteiro né, quando a gente sonhou com isso?** uma fossa pra mostrar pro turista, (...) a fossa é um local que você faz lá e joga lá, cobre de areia, faz no cantinho de casa, porque é feio, porque fede, ninguém pode pisar, esconde, enterra, ninguém nem pode saber que está ali, nem órgão ambiental, prefeitura, muito menos o turista óbvio porque o turista é limpinho, quer coisa limpinha, é da cidade, eles tendem a achar que é isso. Só que não, é um produto pra galera ver, vai lá e olha, senta, tira o fruto, come, conversa, dialoga, admira né... então tudo isso é o TBC, que faz isso acontecer. (Caiçara 1, 2020) Grifos nossos.

A partir dessa rica fala compartilhada, se evidencia na prática muito do que estamos discutindo, sobre o potencial do TBC enquanto atividade que

proporciona o protagonismo comunitário, o poder sobre suas narrativas e trajetórias, o poder de contar sua história, suas lutas, seus saberes-fazeres, ao mesmo tempo que proporciona uma experiência educadora para aqueles que visitam, subvertendo lógicas hegemônicas e chamando atenção para problemáticas reais. A partir dos elementos de sua tradicionalidade o turismo pode ser reinventado, na direção de uma perspectiva oposta a que segue o turismo predatório. A fala de dona Lúcia “cara não sabia que isso é turismo, que a gente podia fazer turismo com isso” é um grande marco para nossa discussão. Evidencia as aberturas que o TBC apresenta como possibilidade de reinvenção da atividade turística e do próprio sujeito, que em muitos momentos é a partir dali que passa a se reconhecer enquanto portador de saberes valorizados, passíveis de serem ensinados e inseridos como um produto turístico diferenciado a ser ofertado na forma de uma vivência ou de uma oficina, em que as pessoas estarão dispostas a pagar pela experiência de troca e aprendizado. Todo esse movimento gera uma transformação na maneira como os sujeitos envolvidos com o TBC enxergam a si mesmos, ao seu território e o conjunto de conhecimentos adquiridos nele, que é trabalho, mas que além disso, simultaneamente, é cultura, conhecimento territorializado.

Parece, portanto, ser possível conciliar tradição e modernidade, e mais ainda, parece ser possível conciliar tradição e modernidade de forma não exclusivamente mercadológica, como apontado no caso expresso em Santos e Vargas (2022), que tratam da reinvenção das tradições do estado de Sergipe transformadas em produtos econômicos organizados por empresários que nunca tiveram relação com tais tradições. No caso dos caiçaras da Praia do Sono, da praia do Aventureiro e tantas outras comunidades, as práticas espaciais e os saberes-fazeres tomam novos significados, são ressignificados pelos próprios caiçaras para manutenção de suas vidas -interferidas e recriadas pelas novas lógicas fruto da expansão da (re)produção capitalista do espaço- não sendo ressignificada em função de gerar lucro para terceiros.

Hobsbawn (1984), em seus estudos sobre a invenção das tradições, aponta que “não é necessário recuperar, inventar ou reinventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam” (HOBBSAWN; RANGER, 2008, p. 16). Tendo isso em vista, adicionamos que Hobsbawn e Ranger (2008), apontam também que “as rápidas transformações na sociedade vêm produzindo novos padrões incompatíveis com “velhas” tradições que, conseqüentemente, vão sendo eliminadas ao menos que consigam se adaptar” (Santos e Vargas, 2022, p 265). Portanto, compreendemos que o processo de eliminação das tradições

promulgada pela força da internalização dos avanços tecnológicos externos na Praia do Sono tem grande potencial de ser desgastada por esse movimento inaugurado através do TBC, que não estaria pautado na invenção de tradições, visto que os saberes-fazer-territorializados caiçaras existiram e existem pautados em seu valor de uso para o cotidiano caiçara e justamente por isso se encontram ameaçados (pela força das transformações que vão superando a necessidade de seu uso). No entanto, seus velhos usos ainda se conservam, ainda que com menor frequência e dependência por parte dos caiçaras e o TBC inaugura, portanto, novas possibilidades associadas ao valor de troca dessas práticas espaciais/saberes-fazer-territorializados se transformados em possíveis “produtos turísticos”. Então, o que vem acontecendo é uma “ressignificação” dos saberes-fazer-territorializados, uma alteração no significado e no sentido das motivações para a realização dessas práticas (Santos e Vargas, 2022). Seu uso original permanece, ainda que com menor frequência e, simultaneamente, são incorporados novos significados, voltados para o compartilhamento da memória do território, para o ensinamento das práticas em oficinas etc. Reinventa porque se recria a partir de outra lógica, a do turismo, a do valor de troca. Se conserva ao mesmo tempo que são ressignificadas, evidenciando as múltiplas relações possíveis entre tradição e modernidade. Continua sendo uma prática, ao mesmo tempo que tem sua função reinventada, colocando o caiçara no lugar do ensinar, do portador de saberes a ser compartilhado. Lugar esse tão reiteradamente retirado dos povos tradicionais de todo o Brasil, é passada a hora de devolver.

Por tudo o que foi apresentado, compreendemos o processo do TBC na Praia do Sono como um processo de resistência que se desenvolve a partir do acionamento da dupla dimensão da memória (memória de luta e memória do saberes-fazer), enquanto um movimento que caminha na reafirmação do território, no encaminhamento de tensões históricas e como horizonte para fortalecimento da autogestão comunitária. Compreendemos, portanto, o TBC na Praia do Sono como um processo de r-existência, entendida então:

como el poder de recomenzar, de regeneración, de dar nuevos sentidos o renovar los sentidos de la existencia. Es decir que los grupos sociales en situación de subalternización no sólo resisten en medio de las relaciones de poder conflictivas, **sino que están en un movimiento permanente de reinención, reorganización, bebiendo del pasado, de la tradición, de las luchas presentes para inventar el futuro. Pues saberes y haceres anteriores, tradiciones y costumbres son**

revisados y reformulados a la luz de experiencias nuevas que los corrigen, los enriquecen, los niegan o los afirman para convertirlos en sentidos colectivos (CECEÑA, 2008). Esa construcción de nuevos sentidos de la existencia, si bien es una experiencia local, propia de las coyunturas que viven los movimientos sociales, de sus espacios y estrategias de lucha, también se inspiran en el contexto social y político en el que se desenvuelven, y son influenciados por esos procesos hegemónicos de dominación, que son también procesos de lucha, problemáticos, disputados y políticos. (HURTADO E PORTO-GONÇALVES, 2022, p 5)

Tendo em vista as duas colocações feitas por Bartholl (2015), que vem nos acompanhando como pano de fundo do capítulo: - a tensão entre os espaços construídos/que construímos, que desejaríamos construir e que somos capazes de construir “r-existindo” (PORTO-GONÇALVES 2006 & CRUZ 2006) e a intrínseca relação entre território e a formação de saberes-fazeres-territorializados e a importância desses saberes na construção de territórios de resistência - apontamos para o TBC enquanto movimento produtor de espaços que são capazes de serem construídos através da r-existência da comunidade da Praia do Sono, que incorpora sua trajetória e seus saberes-fazeres na atividade turística, criando novas lógicas e formas de lidar com essa atividade, de maneira não subalterna. E, ainda, destacamos como na Praia do Sono fica explicitada a relação entre os saberes-fazeres-territorializados e a construção de territórios de resistência, uma vez que o TBC enquanto movimento de resistência é alimentado pela valorização, incorporação e ressignificação desses saberes-fazeres-territorializados, que estão em permanente relação com o território em que surgiram, mesmo território onde, agora, são ressignificadas. Sujeitos, saberes, fazeres e territórios em movimento, ressignificando a memória e através dela, suas existências, resistências e r-existências.

4.3.3 Ativando a memória, ressignificando as práticas: O movimento pela educação diferenciada na Praia do Sono

“A reflexão da luta pela transformação é também uma luta pela transformação da reflexão” (Bartholl, 2015, p. 44)

Uma vez já apresentado o contexto coletivo de criação do movimento pela educação diferenciada, abordamo-la novamente com intuito de apresentar de forma breve os princípios com os quais se organiza e desenvolve, assim como alguns dos frutos colhidos ao longo dessa caminhada. Buscamos evidenciar as potencialidades e os laços percebidos no movimento pela educação diferenciada quando relacionado com o movimento pelo TBC. Tal caminho é percorrido com objetivo de dar sustentação à nossa argumentação sobre ambos os movimentos enquanto resistências complementares, explicitando de que forma compreendemos que o movimento pela educação diferenciada reforça o direito ao território e impulsiona a busca pela autogestão comunitária.

Não realizaremos aqui uma retomada do processo de criação dos currículos, suas bases curriculares e epistemológicas, tendo em vista que esse não é nosso objetivo e principalmente, pelo fato que esse amplo material existe de maneira organizada no já mencionado livro de autoria de Domingos Nobre e colaboradores, lançado no ano de 2019, intitulado “Currículos diferenciados das escolas indígenas, caiçaras e quilombolas: política e metodologia”. Nessa fecunda obra, escrita por pensadores que fizeram parte desse amplo processo de construção, há o registro dos processos de reflexão que amparam a criação dos currículos diferenciados das comunidades tradicionais envolvidas.

Como afirmam Nobre e colaboradores (2019, p 67) “um currículo diferenciado de escolas situadas em comunidades tradicionais deve atender e considerar as especificidades da escola e de sua comunidade, pois, é isso que os torna diferenciados”. Nesse sentido, salientamos sua fala sobre a educação diferenciada enquanto potencial promotora do reencantamento da juventude com a cultura tradicional, compreendendo-as diante do contexto de transformações que estão inseridos, assim como semeando novas formas de se relacionar com ela, quando coloca que:

A cosmovisão da comunidade caiçara deve estar presente na escola. Os professores precisam compreender que o tempo nessas comunidades é diferente do tempo das escolas da cidade, e isso interfere no processo de aprendizagem. Não de uma maneira ruim. Nas escolas caiçaras onde nossa pesquisa acontece, foi possível notar **mudanças ocorridas no campo da cultura em decorrência de alguns fatores, como a proximidade com a cidade e o turismo predatório nas comunidades. Estes fatores podem nos fazer entender como ali a cultura caiçara está se transformando com as novas gerações.** Cabe ao currículo diferenciado reconhecer

este desafio e realizar atividades que sejam capazes de trazer a cultura tradicional para dentro da escola, dessa forma, tornando os alunos conhecedores de sua própria identidade, possibilitando que se posicionem politicamente. (Domingos e col., 2019, p 68)

Gostaríamos de colocar ainda que, Barros e Rodrigues (2019) relembram a famosa reflexão proposta por Santos (2006, p. 462), quando este expressa que “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Tendo em vista que uma perspectiva de igualdade generalizada traria consigo um processo de descaracterização do vivido caiçara, que já se encontra em transformação pela internalização de diversos elementos, como viemos mostrando ao longo da pesquisa, reiteramos o direito a ser diferente neste caso. E reiteramos ainda como, no caso da educação, a diferença deve ser acionada na reafirmação da cultura e fortalecimento da identidade, identidade essa, como já colocamos, entendida enquanto fluida, em constante processo de (re)construção, fruto das interações, aberta a ressignificações e novas possibilidades, como também nos indica Massey (2005). Para tanto, a metodologia que está sendo utilizada nas escolas do Pouso da Cajaíba e do Sono se baseia na pedagogia de projetos (HERNANDEZ, 1998) e na pedagogia de rede temática/temas geradores (FREIRE, 1987; Nobre e colaboradores, 2019; Barros e Rodrigues, 2019; Gallo e Nascimento, 2019).

Percebemos como a metodologia se pauta na existência e afirmação da multiplicidade afirmada por Massey (2005), tendo em suas bases a interdisciplinaridade, a troca de saberes, a incorporação dos diversos elementos do cotidiano caiçara na prática escolar, desde o histórico das tensões e resistências até às práticas espaciais e os saberes-fazer-territorializados, evidenciando a singularidade da trajetória da comunidade, valorizando o que os torna diferentes e estimulando a curiosidade do jovem caiçara quanto a realidade em que está inserido, evidenciando as múltiplas e variadas formas de ser e estar no mundo.

O processo de criação do currículo diferenciado caiçara em suas bases dialoga com a proposta do que chamamos de “acionamento da dupla dimensão da memória”, apontado como prática ativa no TBC. Tanto a construção do currículo diferenciado quanto a sua prática no cotidiano escolar tem como elemento fundamental a articulação da incorporação das lutas e dos saberes-fazer-ter-territorializados, diferenciando o currículo de acordo com o cotidiano

caçara, possibilitando e estimulando os alunos a desenvolverem novas interpretações sobre si mesmos, sua história, sua família e seu lugar. Portanto, essa dupla dimensão da memória ativada e ressignificada abre a possibilidade de formação da juventude caçara pautada diretamente (mas não exclusivamente) em seu vivido, despertando um processo de conscientização, identificação e reconhecimento.

Tendo em vista que a maior parte das comunidades caçaras que possuem acesso à educação formal contam com escolas que possuem apenas o primeiro segmento -visto que a educação é um direito que é em sua maioria negado para as comunidades tradicionais no Brasil- a conquista do segundo segmento do ensino fundamental no Sono e no Pouso da Cajaíba são vitórias significativas e por isso tão determinantes na definição da permanência da juventude na comunidade. São frequentes os casos de alunos que possuem pais e avós que tiveram oportunidades negadas de acesso ao estudo formal, com pouco ou nenhum letramento, inclusive muitos foram ludibriados devido a esta condição, como no caso da grilagem de terras promovida por Gibrail. Dos que tiveram acesso aos estudos, em sua maioria foram de forma precária e incompleta. Essa é uma das razões pela qual a luta pela educação, e não qualquer educação, mas a educação diferenciada, contextualizada com a realidade caçara, se torna um ponto central de luta no território. A possibilidade de acesso à educação dentro da comunidade é recente. São pais, mães, avós e avôs que lutam para que seus filhos e netos tenham hoje a possibilidade que lhes foi negada. Essa foi e continua sendo uma das principais razões - além dos conflitos com grileiros e desterritorializações oriundas de pressões por grandes empreendimentos - que estimula a migração de famílias para a cidade. Em sua maioria, para os bairros periféricos de Paraty. Ou seja, a falta de acesso à educação é um dos elementos que desterritorializa de suas comunidades famílias ainda hoje, sendo uma violência promovida pelo Estado de grandes dimensões e com respectivos grandes efeitos sobre a vida dessas pessoas, que em muitos casos saem do mar diretamente para o valão. Também por conta disso - uma vez que a presença da educação diferenciada e a conquista do segundo segmento oferecem bases de permanência na comunidade- o movimento pela educação diferenciada é um movimento de reafirmação territorial e de busca pelo fortalecimento da autogestão comunitária. É claro que ainda há muito o que ser conquistado e o próximo horizonte de luta pela educação na Praia do Sono é pela conquista do ensino médio.

Como nos lembram Barros e Rodrigues (2019), a escola, embora de fato não seja a única responsável pela formação de um sujeito, sem dúvidas tem um papel fundamental na construção de um olhar crítico, “onde os sujeitos possam definir e executar estratégias de desenvolvimento que promovam a autonomia e a liderança na gestão de seus territórios” (p 14). Entendemos, portanto, que essa formação desperta potencialidades de um futuro diferente para a comunidade, que está sendo semeado através do movimento da educação diferenciada. Uma comunidade em que as pessoas tenham os meios necessários para não serem desterritorializadas por falta de acesso à estudo de qualidade. E que tenham acesso ao estudo que valorize e dialogue com seu modo de vida, em vez de ocupar o imaginário social dos jovens com sedução e cooptações no campo das ideias, referentes a representações quanto a vida urbana cidadina, que na prática, na grande maioria dos casos, se torna uma vida urbana subalternizada, explorada e dependente.

A luta pela educação diferenciada carrega consigo um grande simbolismo no que se refere à afirmação de direitos básicos, à afirmação da condição de diferente enquanto comunidade tradicional e à afirmação do direito ao território. Mas não um território que isole ou exclua do “mundo”, não um território congelado no tempo, mas sim um território em movimento (Bartholl, 2015), com sujeitos em movimento na luta pelos seus direitos, na luta pelas diferentes formas de ser, existir e resistir, criando caminhos de r-existência (Hurtado e Porto-Gonçalves, 2022) diante dos desafios que são impostos por diferentes atores hegemônicos.

Entre os frutos que vêm sendo colhidos ao longo desse processo da educação diferenciada, destacamos a elaboração do Guia Turístico Local da Praia do Sono. Ao longo de seu processo de incorporação ao TBC - que contou com espaços de troca e formação constantes - a escola propõe a elaboração de um Guia Turístico elaborada pelos jovens estudantes com objetivo de compor um Roteiro de Turismo de Base Comunitária da Praia do Sono, a partir do trabalho realizado envolvendo a comunidade, trocando informações, consultando os mais velhos, buscando elencar os principais pontos a serem incorporados no roteiro coletivamente. Nesse processo de elencar os pontos são retomados saberes-fazeres e histórias de luta que marcam a trajetória da Praia do Sono. No entanto, como se chega até esse ponto? Evidenciaremos rapidamente um pouco do resultado da criação do currículo, buscando explicitar como elementos fundamentais da cotidianidade caiçara passam a estar inseridos na educação escolar a partir do currículo diferenciado. A partir de Barros e Rodrigues (2019,

7-10) recolhemos o passo a passo de maneira simplificada, visto que se trata de um amplo processo construído ao longo de anos, com a participação de diversas pessoas. As etapas para a construção curricular seguiram basicamente a seguinte sequência:

- Diagnóstico sociocultural, através da aplicação de questionários pelos alunos, com a orientação dos seus professores, e de uma dinâmica aplicada aos pais e comunitários, onde se destacam as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da comunidade e da escola.
- Construção de rede temática, através da escolha de palavras/conceitos que foram citados com mais frequência na sondagem feita anteriormente. Nesta etapa, foram realizados os recortes de temas para a elaboração dos projetos pedagógicos.
- Elaboração das matrizes pedagógicas e planejamento de aulas-guias. A rede temática apresenta 4 principais eixos, que se conectam com outros conceitos e temas relacionados com a realidade das comunidades.

Quadro 4: Eixos temáticos com palavras/conceitos presentes na rede temática

Organização social/família	Cultura caiçara	Praia	Território
União	Identidade (artistas, saberes tradicionais, diversidade)	Geração de renda (turismo/pesca)	Luta/história (permanência)
Liberdade			Ausência de políticas públicas (lixo/poluição, saneamento, saúde)
Orientação/valores (drogas, violência)	Religião		Diversidade natural
	Brincadeiras		Gestão territorial (conflitos territoriais, venda de terras, segurança, Condomínio Laranjeiras)
	Dinâmicas culturais		Sustentabilidade/ subsistência
	Conflito		

Fonte: (Barros e Rodrigues, 2019) Adaptado da Rede Temática – Projeto Escolas Caiçaras/ IEAR/UFF (2016);

Barros e Rodrigues (2019) apontam que a formação dos 4 blocos temáticos teve como objetivo orientar as matrizes de planejamento e os projetos pedagógicos. Sendo o passo seguinte a formação das aulas-guias³³, relacionando os conteúdos integradores presentes nos blocos temáticos aos

³³ Essas aulas guias não se restringem ao conceito formal de aula, com tempo limitado numa grade curricular fechada.

conteúdos programáticos, divididos pelas áreas de conhecimento, estabelecendo assim as atividades e as tarefas como estratégias para alcançar os objetivos propostos. A partir disso, foram elaboradas 4 aulas-guias que se relacionam cada uma a um projeto pedagógico, sendo elas:

- I- Quem Sou Eu?;
- II – Cultura caiçara;
- III – Praia e território;
- IV – Guia Turístico;

Destacamos aqui alguns elementos das aulas guias que podem ser relacionados com a reflexão e a prática do TBC³⁴. A aula guia II que trabalha a cultura caiçara tem entre seus conteúdos programáticos agroecologia e extrativismo, vocabulário tradicional, história da transformação nas comunidades e conceito de território, com perspectiva de trabalhar essas temáticas com tarefas e atividades como oficina de permacultura, filme com temática caiçara e sobre agroecologia, oficinas de ciranda e poesia caiçara e rodas de conversa com os Guaranis sobre sua cultura e modo de vida. Podemos perceber que são assuntos que atravessam e compõem o roteiro de TBC na Praia do Sono, conforme já explicitamos.

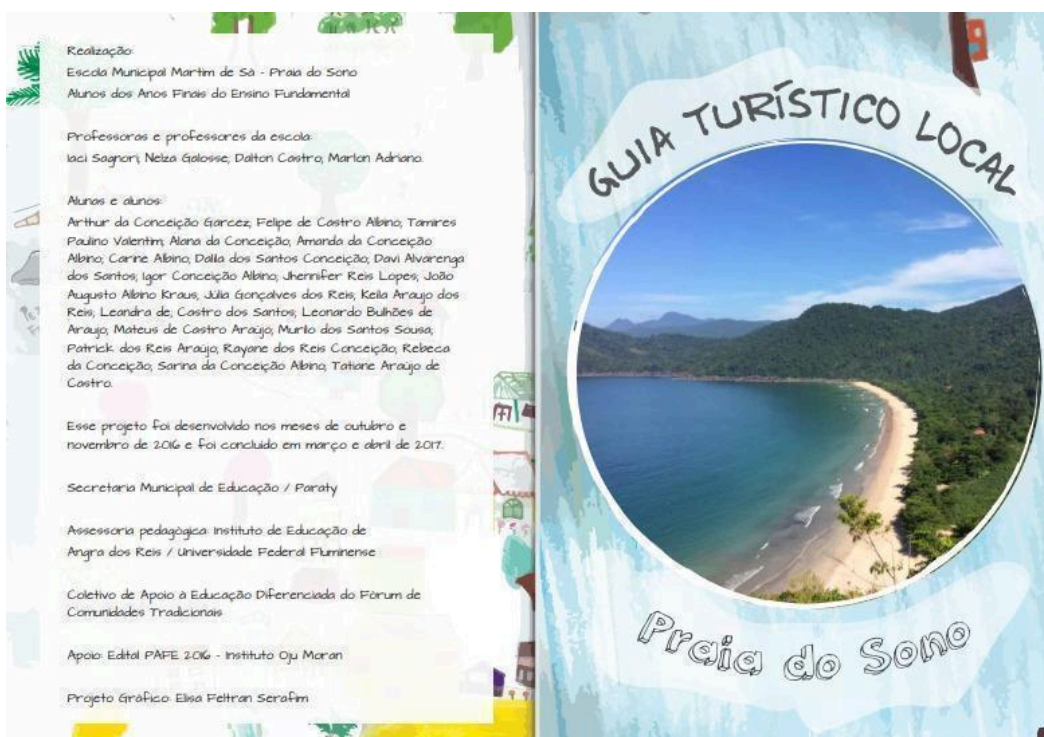
A aula guia III tem entre seus conteúdos programáticos: ervas medicinais, classificação vegetal e história da diáspora africana: contextualização na história do município de Paraty, que são trabalhados com atividades como: visita dos quilombolas, contação de história com griô (agroecologia, ervas medicinais), oficina de cestaria, visita guiada pelos alunos e vídeos como 'Preservar é Resistir'. Percebe-se como a aula guia entorno da temática "Praia e Território" aciona diversos elementos da tradicionalidade caiçara e seus saberes-fazer, alinhando o conhecimento sobre o território a partir do vivido com elementos dos conteúdos programáticos, estimulando uma reflexão sobre o território implementando a troca de saberes entre o conteúdo programático proposto e o conhecimento vivo que lá se encontra territorializado.

A aula guia IV propunha como conteúdos programáticos a orientação e localização espacial, cartografia, territorialidade, história do território, unidades

³⁴ Estes elementos foram retirados do quadro já sintetizado presente em Barros e Rodrigues (2019), artigo que nos acompanhou para pensar as relações entre a educação diferenciada e o TBC.

de conservação e suas legislações, conceito de trabalho, turismo e turismo de base comunitária, emprego, trabalho e renda e inglês instrumental para o turismo. Esses conteúdos organizados para serem trabalhados interdisciplinarmente em atividades como: trabalho de campo para identificação de pontos de interesse turísticos, produção de textos com informações para composição do guia, oficinas de fotografia e cartografia social, elaboração dos mapas das trilhas e pontos de visitação, pesquisa sobre perfil do turista, elaboração de instrumentos para realizar coleta de dados etc. A profícua relação entre os conteúdos programáticos, a inserção dos temas ligados ao vivido caiçara e a concepção de atividades que incorporem essas duas dimensões explicitadas acima, nos evidenciam um pouco das potencialidades que a construção de currículos diferenciados carrega consigo. Compartilhamos aqui a capa do Guia Turístico Local da Praia do Sono na intenção de realizar um convite para visitá-lo por completo. O documento está disponível nos anexos.

Figura 48: Capa do guia turístico local da Praia do Sono



Fonte: arquivo pessoal Raizes e Frutos

Destacamos como diversos elementos que estiveram presente ao longo de nossa pesquisa compõem o currículo diferenciado caiçara, destacando o conflito, a geração de renda, a luta/história (permanência), a gestão territorial, as tensões com o turismo e os vários desdobramentos dessas dimensões na vida

cotidiana caiçara. Destacamos também como o guia turístico criado pelos jovens evidencia o conhecimento e o pertencimento sobre o território, com sugestões de cuidado em determinadas trilhas, indicação de guia, explanação do entendimento coletivo da juventude acerca da comunidade e ainda o estudo realizado sobre o perfil dos visitantes. Diversos elementos que estimulam os jovens a se apropriarem da temática do turismo através da perspectiva do TBC. Todos esses são, portanto, elementos que marcam hoje o existir caiçara na Praia do Sono e que devem ser cada vez mais incorporados ao processo de reflexão do sujeito caiçara desde jovem, estimulando sua formação política e uma ressignificação de suas possibilidades de vida na comunidade, ampliada pela condição de permanência que o acesso ao estudo oferece, ainda que de forma limitada, uma vez que a luta pelo ensino médio ainda será travada. Barros e Rodrigues (2019) compartilharam impressões daqueles que acompanharam diretamente a proposta do Guia, onde foram destacados os seguintes aspectos:

Outro professor do IEAR/UFF destacou que o turismo de base comunitária pode valorizar os aspectos culturais nos roteiros turísticos ainda pouco explorados e, com isso, aumentar as alternativas de renda para as comunidades. **Acredita que a escola pode contribuir para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em acordo com o ensino diferenciado que tem sido ofertado, favorecendo, assim, uma proposta que gere autonomia de desenvolvimento de trabalho e renda.** (...) O envolvimento dos alunos na construção do guia turístico, considerando a inserção de fotos, mapas e textos produzidos por eles, pode contribuir para o aumento da autoestima e afirmação de identidades, na medida em que são protagonistas na elaboração de um **conteúdo turístico” produzido a partir de suas narrativas.** Além disso, essa iniciativa tende a despertar nos estudantes uma reflexão crítica sobre o planejamento da atividade turística nos seus territórios. (Barros e Rodrigues, 2019, p 12 e 13) Grifos nossos.

A partir de tudo o que foi exposto, retomamos Bartholl (2015), destacando novamente a tensão entre os espaços construídos/que construímos, que desejaríamos construir e que somos capazes de construir “r-existindo” (PORTO-GONÇALVES 2006 & CRUZ 2006). Evidenciamos a educação diferenciada enquanto um espaço construído através da resistência, através do r-existir, ressignificando práticas, currículos e propostas educativas, ativando memórias e encontrando maneiras distintas de avançar na conquista de direitos diante dos desafios e negações impostas aos territórios tradicionais. A construção de uma educação própria, de um currículo diferenciado, que valoriza

a memória, a trajetória de luta da comunidade, resgata os saberes-fazeres e ressignifica as práticas espaciais, proporcionando formação política e olhar crítico, ampliando as possibilidades de permanência e reafirmando o território é para nós o retrato do que Bartholl (2015) chama de sujeitos e territórios em movimento.

A cada dia novas formas de movimentação são criadas, impulsionadas, implementadas pelos sujeitos na busca pela afirmação de seus direitos. Destacamos como a intrínseca relação entre território e a formação de saberes-fazeres-territorializados e a importância desses saberes na construção de territórios de resistência, sinalizados por Bartholl (2015), podem ser percebidos no exemplo da Praia do Sono. Os saberes-fazeres e práticas espaciais estão diretamente conectadas com o território, quando não surgem dele, são adaptados, incorporados de acordo com o sentido daquele lugar. E a relação que esse conjunto de saberes-fazeres apresenta na construção de movimentos de resistência pode ser percebida a partir do movimento pelo TBC e pela educação diferenciada na Praia do Sono, que, colocando em diálogo tradição e modernidade, acionam as memórias de luta, de enfrentamentos e resgatam os saberes-fazeres e práticas espaciais para pensar o presente e criar novas possibilidades de futuro, em que os habitantes da Praia do Sono tenham cada vez mais possibilidades concretas de serem protagonistas dos processos que envolvem a comunidade e seu existir cotidiano.

Portanto, a educação diferenciada possibilita a ressignificação simbólica das práticas tradicionais por parte da juventude, que muitas vezes não compreende a importância das mesmas, não se apropria ou mesmo não tem interesse. Mas que através da inserção no currículo passa a ter momentos específicos para refleti-las a partir da coletividade, junto aos colegas de classe, familiares, incorporando novos olhares, conhecendo os significados por trás dessas práticas, as transformações que permitiram que hoje elas não sejam mais tão frequentes como antes, refletindo como cada sujeito e seu contexto familiar se relaciona com todo esse cenário de tantas transformações. A educação diferenciada traz consigo uma valorização dos costumes, dos usos feitos do território (já criminalizados pelas UC's), realiza a formação política possibilitando uma leitura crítica do território, compreendendo as disputas e as ameaças que permeiam a trajetória da comunidade. Esse processo é fortalecido também através das ações de TBC, em que os jovens percebem a valorização atribuída à trajetória da comunidade e seus saberes.

A participação do projeto Raízes e Frutos na educação diferenciada tem início antes mesmo da educação diferenciada se materializar enquanto projeto. A concepção de uma educação diferenciada já era manifestada há algum tempo por uma importante liderança caiçara do Pouso da Cajaíba, Francisco Xavier Sobrinho, o Ticote, que via na educação diferenciada o caminho para promover a permanência da juventude na comunidade e realizar o resgate da memória, buscando superar a lógica do “Hoje, é cada um por si”, uma vez que entendia que “a Escola vai ajudar a resgatar a tradição de um ajudar o outro”. Essa reivindicação, que foi exposta na “Carta Caiçara”³⁵ é uma das sementes que dá início ao processo da educação diferenciada caiçara, que hoje é um projeto de grandes proporções, realizado por múltiplos atores.

Além de já ter acompanhado por algum tempo as reuniões do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, a atuação do Raízes e Frutos está pautada atualmente na articulação direta com professores e articuladores da educação diferenciada atuantes na Praia do Sono e no Pouso da Cajaíba. Dessa forma, são pensadas e propostas atividades com participação do projeto. Dentre essas atividades já foi realizada visita ao cerco da comunidade da Calhaus com os alunos da escola do Pouso da Cajaíba, exposição de fotos na Casa de Cultura do Pouso da Cajaíba, realização de cine debates em ambas as escolas, com filmes e animações que trabalhem direta ou indiretamente questões ligadas à identidade, valorização cultural, sustentabilidade e respeito, além dos filmes do projeto Raízes e Frutos. O material audiovisual do projeto versa sobre as práticas tradicionais da península da Cajaíba, promovendo momentos de conhecimento dos jovens sobre o território, uma vez que muitos não conhecem outras localidades e lideranças históricas que habitam a península e, a partir dos filmes, passam a conhecer e manifestar interesse por suas temáticas. O projeto realizou também uma campanha coletiva de arrecadação de livros no Rio de Janeiro, para recompor a biblioteca da escola Praia do Sono que teve seus livros devastados após a escola passar mais de um ano fechada devido a pandemia, somado às fortes chuvas que assolaram a região como nunca antes visto no ano de 2022, levando a morte de 6 pessoas de uma mesma família na comunidade caiçara de Ponta Negra, próxima à Praia do Sono³⁶.

³⁵ A Carta Caiçara pode ser lida no seguinte link: [Carta Caiçara | Raízes & Frutos \(wordpress.com\)](https://www.raizesefrutos.org.br/2022/05/01/carta-caicara/) e no vídeo [Vídeo “A carta caiçara” | Raízes & Frutos \(wordpress.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)

³⁶ [Mãe e seis filhos morrem em deslizamento de terra em Paraty | Sul do Rio e Costa Verde | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/paraty/noticia/m%C3%A3e-e-seis-filhos-morrem-em-deslizamento-de-terra-em-paraty-1.7011111)

Figura 49: Atividade do Raízes e Frutos junto à educação diferenciada a partir dos livros do projeto que abordam temáticas caiçaras



Fonte: Arquivo pessoal Raízes e Frutos

Figura 50: Livros do Raízes e Frutos compoendo a biblioteca da escola Martim de Sá, na Praia do Sono



Foto: Arquivo pessoal Raízes e Frutos, 2022.

Figura 51: Início da recuperação da biblioteca da escola Martim de Sá, na Praia do Sono



Foto: Arquivo pessoal Raízes e Frutos, 2022.

Todo esse conjunto de movimentos realizados ao longo do tempo, promovidos através da educação diferenciada insere um conjunto de importantes reflexões no cotidiano escolar, apresenta um forte potencial de ressignificar o olhar que os jovens têm sobre si mesmos, sobre sua comunidade e sobre os enfrentamentos que seus familiares já fizeram no passado, assim como oferece uma melhor compreensão dos desafios que estão por vir diante do turismo predatório e da permanência não subalterna na comunidade, estimulando desde cedo a juventude a pensar o turismo a partir de outras bases. Enquanto observam na prática muitas das consequências do turismo predatório hoje, lhes são oferecidas as bases e instrumentos para propor um turismo diferente no futuro.

Portanto, ainda que o currículo diferenciado não seja desgarrado dos conteúdos programáticos das escolas ditas “tradicionais”, padronizadas e generalistas, o que não foi proposto e mesmo no campo prático seria impossível, uma vez que a própria construção do currículo diferenciado já trouxe tensões advindas da desconfiança de alguns pais e mães acerca da “confiabilidade” da educação diferenciada. “Alguns pais ficavam inseguros com o fato de que o conteúdo que estava sendo proposto seria diferente do ofertado na “cidade” e, com isso, temiam que os seus filhos pudessem ser prejudicados” apontaram Barros e Rodrigues (2019, p 13).

Apesar dos entraves encontrados nesse caminho desafiador, que variam desde dificuldades de articulação e relacionamento com diferentes atores envolvidos no processo, como o próprio Estado, falta de verba, falta de professores, desconfiança dos pais e falta de estrutura escolar, o fato é que através da reorientação curricular se torna possível um processo formativo diferente, que estimula a todo o tempo a reflexão sobre sua condição diferenciada numa perspectiva positiva, reconhecendo os direitos que amparam a permanência no território e ampliando o conhecimento sobre os desafios e tensões que estão postos. Mas, ainda assim, reforça a perspectiva de direito ao território ao mesmo tempo que favorece e estimula o fortalecimento da autogestão, oferecendo a possibilidade de construção coletiva de suas próprias narrativas, amparadas no reconhecimento e na valorização de sua cultura. A luta pela permanência saudável e não subalternizada no território que lhes é de direito tem como potencial consequência um processo de resignificação desses jovens diante de suas possibilidades de futuro.

No próximo subcapítulo abordaremos outro movimento de resistência recente, o fechamento da Praia do Sono, realizado em 2020 durante a pandemia de Covid-19. Esse movimento é mais um exemplo das possibilidades que a autogestão apresenta para as comunidades organizadas. Sendo, ainda, mais um episódio de luta construído e que logo mais será incorporado como outra memória de luta a ser acionada, tanto no currículo da educação diferenciada quanto no roteiro de TBC.

4.4 - Construindo novas memórias de resistência: O movimento de fechamento do território durante a pandemia da Covid-19, às "barreiras da vida"

Após abordar dois movimentos de resistência complementares que se encontram ativos e em construção no espaço comunitário da Praia do Sono, não poderíamos encerrar essa reflexão sem versar sobre um outro movimento ocorrido na comunidade, que, ainda que seja de outra natureza, de caráter pontual, com início, meio e fim, também se enquadra como um movimento de resistência. Trata-se do fechamento do território realizado pelos moradores da Praia do Sono no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19, movimento que ficou chamado no território como “barreira da vida”.

Reflexões mais aprofundadas acerca desse processo já foram realizadas e se encontram sintetizadas como tema central do artigo em Faro et al (2021) e Fernandes et al (2021), além de estarem presentes também, em menor intensidade, na tese de Faro (2021) e no artigo de minha autoria (Marinho, 2022). No entanto, se falamos das resistências realizadas pelos moradores da Praia do Sono em articulação com outros atores na presente dissertação, não poderíamos deixar de abordar esse admirável feito.

“Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declara a pandemia global de coronavírus. A repercussão na América Latina / Abya Yala foi imediata” (Faro et al, 2021, p 5). Acompanhamos com a chegada da pandemia a implementação de uma série de medidas a nível federal, estadual e municipal, alterando profundamente os mais diversos aspectos da vida cotidiana, com a suspensão das aulas nas escolas, universidades, fechamento de comércios, serviços, implementação de diversas áreas profissionais via remota, suspensão de atividades turísticas e interrupção dos fluxos de forma geral. Diferentes formas de controle sobre o ir e vir são impostos sobre os espaços. Um aspecto fundamental na compreensão do contexto pandêmico, como nos chama atenção Sousa Santos (2021), é entendê-lo a partir da perspectiva que:

A pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 - à medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro - o mundo tem vivido em um permanente estado de crise. (SOUSA SANTOS, 2021, p 25)

Diante do contexto político nacional, que também se encontrava em profunda crise, a atuação do Estado no que concerne ao enfrentamento da pandemia teve uma postura um tanto quanto contraditória e, muitas vezes, pode se dizer criminosa. Não é difícil imaginar que, num país onde o presidente da

república ridicularizou reiteradamente os riscos e perigos da pandemia³⁷, as medidas de enfrentamento da mesma não obtiveram grandes eficácias para muitos dos grupos que se encontram “marginalizados”, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. O que resultou na necessidade de rápidas respostas sociais e a explosão de resistências por parte de diferentes grupos locais, que elaboraram seus próprios métodos e formas de articulação para sobreviver à pandemia. O que não foi diferente no município de Paraty, que conta com a presença de diversas comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas, apontadas desde o início da pandemia como grupos de risco. Segundo Fernandes et al (2021, p 97 e 98):

No dia 13 de março de 2020, a prefeitura de Paraty-RJ, que contava naquele momento com apenas 68 leitos de UTI, decretou o isolamento social no município como medida para frear o avanço da epidemia de COVID-19, que mais tarde ganharia o status de pandemia. O vírus foi responsável por levar a óbito dezenas de milhares de pessoas nas duas maiores metrópoles do país (Rio de Janeiro e São Paulo), às quais Paraty tem sua rede urbana totalmente integrada e conectada. Paraty tem população de 37.533 pessoas (IBGE, 2010), e havia confirmado, até 03 de setembro de 2020, 982 casos de COVID-19 com 34 óbitos(...). No interior dos territórios caiçaras da Península da Juatinga já havia nesta data 32 casos, entre suspeitos e confirmados, de infecção por COVID-19 (...). Os números não chegavam a 5% dos casos do município, mostrando que de certa maneira o vírus teve um menor impacto no interior desses territórios.

Após as restrições iniciais de isolamento social iniciadas no dia 13/03/2020, é chegada a interrupção do que é hoje o grande motor da economia de Paraty, o turismo em suas mais diversas dimensões: hotéis e pousadas, campings, parques e áreas de proteção, trilhas e cachoeiras. Se inicia aí o processo de alteração radical na renda das famílias caiçaras, que se viram sem trabalho e sem previsão de retorno, apontando para uma certa experiência de suspensão do cotidiano.

Além das medidas de isolamento adotadas pelo município de Paraty, INEA e ICMBio, órgãos gestores da REEJ e da APA Cairuçu, respectivamente, também determinaram suas medidas de fechamento baseadas na Portaria do ICMBio nº 227 do dia 22 de março de 2020 e na Portaria do INEA Nº 02/2020 de

³⁷ Jair Bolsonaro foi foco de diversas reportagens pela sua conduta durante a pandemia. [‘E daí?’ de Bolsonaro não é primeira reação de desdém às mortes de brasileiros por Covid-19 | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](#)
[Bolsonaro é apontado como o pior gestor da pandemia no mundo. Saiba por quê - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#)

10 de junho de 2020, que suspenderam por tempo indeterminado a visitação pública as Unidades de Conservação federais e estaduais, respectivamente. Além de decretos e portarias regulamentando medidas de prevenção, algumas comunidades caiçaras se organizaram internamente para garantir a segurança de seus territórios (Fernandes et al, 2021).

Ainda que medidas de isolamento estivessem decretadas e implementadas no município de Paraty, foram frequentes durante conversas com lideranças relatos sobre a insistência de turistas ou mesmo a população paratiense e familiares de comunitários buscando adentrar as comunidades, desrespeitando regras e ameaçando a segurança de toda a comunidade. Dessa forma, percebeu-se que a implementação dos decretos e o anúncio da interrupção das atividades turísticas realizadas através de redes sociais e de faixas ao longo dos caminhos para as comunidades não seriam suficientes.

Diante deste cenário, Faro et al (2021) apontam que uma reunião foi realizada no mês de junho na Praia do Sono, contando com a participação de aproximadamente 50 pessoas, “na qual foram apresentados os boletins epidemiológicos municipais e as orientações das autoridades municipais e foram discutidos os órgãos oficiais de saúde (OMS, Secretaria Municipal de Saúde, Fiocruz etc.)” (p.20). A partir desse encontro, chega-se coletivamente a um consenso apontando a necessidade de fechamento através da adesão à barreira comunitária, que na Praia do Sono teve início dia 24 de junho de 2020.

Como afirmam Fernandes et al (2021, p 99):

As comunidades de Trindade e Praia do Sono foram as que implementaram as barreiras com maior afinco, em função de seus históricos de organização e luta e por serem as comunidades com turismo de massa consolidado e de mais fácil acesso por terra, sendo conseqüentemente, as que mais sofriam tentativas de invasão de turistas durante o momento de interrupção das atividades. Iniciou-se, então, um denso processo de mobilização e organização comunitária para impedir a entrada de pessoas de fora das comunidades. Para isso, foram realizadas vigílias com a participação de membros de diferentes gerações, montadas nos acessos das comunidades a fim de evitar o ingresso de turistas em seus territórios, levando com eles a COVID-19. (Fernandes et al, 2021, p 99)

O fechamento de cada comunidade na forma de barreira, iniciado por Trindade e poucos meses depois pela Praia do Sono, não foram movimentos homogêneos. Ocorreram em temporalidades e contextos distintos, cada uma

com seus desafios e especificidades. É interessante ressaltar que esse contexto de pandemia encaminhou uma situação jamais antes vista desde que as comunidades passaram a trabalhar com o turismo, que é o fato de que ambas se encontraram temporariamente somente com a presença dos sujeitos caiçaras no território, diante da tomada de decisão pelo fechamento, que resultou na ausência inédita de pessoas de fora ao longo de meses. No entanto, alcançar tal quadro foi uma tarefa um tanto quanto desafiadora, visto que tocou em pontos fundamentais que estruturam a cotidianidade caiçara. Como apontam Faro et al (2021, p 6):

O alcance prático das experiências locais de Trindade e Praia do Sono apresenta-se através da suspensão da normalidade dos fluxos da vida cotidiana e da economia do turismo, afetando até mesmo a renda local de forma contraditória. **Surge assim a dimensão comunitária da vida social em superposição aos interesses econômicos locais e, principalmente, à demanda municipal de abertura para a circulação de turistas. Nesse sentido, o que é, antes de mais nada, uma atitude defensiva e pragmática acaba se tornando conflituosa e desafiadora da ordem estabelecida, uma vez que evidencia os interesses diferenciados do Estado, dos empresários e das comunidades** no contexto da região. (FARO ET AL, 2021, p 6)

Reunimos algumas informações importantes sobre os movimentos em Trindade e na Praia do Sono que possibilitam uma leitura de sua performance no seguinte quadro:

Quadro 5: Dados sobre o bloqueio territorial em Trindade e Praia do Sono

Barreiras da vida	Data de início	Voluntários envolvidos	Duração	Casos confirmados durante o tempo de vigência das barreiras	Fim do movimento
Trindade	19 março	161 (588 plantões/ 24h)	147 dias +- 5 meses	4	15 agosto
Praia do Sono	24 junho	Aprox. 150 / 12h	Pouco mais de 3 meses	1	Retomada gradual em outubro

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados disponíveis em FARO et al. (2021)

A partir dos dados compartilhados evidencia-se o complexo nível de organização que ambos os movimentos suscitaram para que seus objetivos fossem alcançados, envolvendo a articulação de dezenas de voluntários em cada comunidade. Buscando oferecer sustentação ao isolamento implementado pelas comunidades diante do quadro de ausência da renda advinda do turismo, inicia-se um amplo processo de mobilização comunitária e articulação com outros autores. Nesse sentido, é vital destacar a atuação do Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT), que teve papel fundamental durante a pandemia do Covid-19 na criação de redes de solidariedade envolvendo a troca entre comunidades de produtos tradicionais produzidos localmente e articulando com universidades e movimentos sociais parceiros a distribuição de cestas básicas, kits com materiais higiênicos e produtos de limpeza, possibilitando que as comunidades pudessem se manter resguardadas por maior tempo. Faro et al (2021) apontam que mais de 800 cestas básicas (com elementos da agricultura orgânica e pesca artesanal) e higiene foram doadas somente para a comunidade da Praia do Sono, evidenciando a força do movimento.

Figura 52: Campanha Cuidar é Resistir, promovida pelo FCT para apoiar as comunidades tradicionais durante a pandemia



Fonte: Site FCT. Disponível em [Campanha Cuidar é Resistir - FCT](#)

Enquanto perdurou, o fechamento contou com a organização de um grupo formado por homens e mulheres de diferentes gerações, trabalhando juntos pela defesa de seu território numa complexa articulação de voluntários, reuniões internas, organização e divisão dos recursos e alimentos que chegavam à comunidade. Sendo a Praia do Sono uma comunidade com aproximadamente 350 pessoas, entre muitos idosos e crianças, pode-se considerar 150 pessoas um número expressivo de voluntários envolvidos com o fechamento da comunidade, que se estendeu por pouco mais de 3 meses. Faro et al (2021, p 21) compartilham que segundo liderança comunitária da Praia do Sono, “as portarias da prefeitura tiveram um importante papel inicial para frear a expansão da Covid-19, mas não demorou e o poder municipal começou a diminuir a necessidade de isolamento social para conter a doença”. O que pode ser percebido diante do fato que, em 2 de junho, por meio de decreto municipal, foi estabelecido um sistema de bandeiras (identificadas por cores) com o objetivo de instituir um plano de transição gradual para o chamado “novo normal”. Faro et al (2021, P 14 e 15) explicitam a contraditória ação do município de Paraty diante do crescimento da pandemia na região, o que teve relação direta com a adesão da Praia do Sono à barreira comunitária. O sistema de bandeiras adotado pelo município de Paraty:

(...) leva em consideração 11 indicadores projetados para medir a taxa de disseminação de Covid-19 e a capacidade de serviço no sistema de saúde. Na mesma data, de acordo com o cenário do município em relação à pandemia - que até então havia totalizado 108 casos confirmados de contaminação pela Covid-19, 239 casos suspeitos, 5 óbitos e 9% de leitos hospitalares ocupados - a situação foi enquadrada no Bandeira vermelha, permitindo a abertura de lojas e serviços não essenciais. Porém, em 31 de julho, quando o município atingiu 627 casos confirmados de contaminação por Covid-19, 956 casos suspeitos, 24 óbitos e 44% dos leitos hospitalares em uso, **contraditoriamente a prefeitura tornou a regulamentação mais permissiva, alterando o mercado pelo a bandeira azul, que, além de manter todos os comércios e serviços abertos, também promove a abertura da cidade ao turismo.** (Faro et al, 2021, p 14 e 15)

Além da evidente mobilização interna comunitária e tendo em vista a questionável postura adotada pelo município de Paraty, é importante ter em mente que um dos aspectos que viabilizou a continuidade do movimento foi sua capacidade de articulação com outros atores. Evidencia-se, portanto, como a capacidade organizacional da comunidade pode ser observada a partir do viés

da capacidade de articulação em redes (Faro et al, 2021), que foi um elemento estratégico para o enfrentamento da pandemia na comunidade, que contou com apoio dos órgãos ambientais, do Ministério Público, do Programa de Educação Ambiental (PEA), de projetos universitários e ONG's:

(...) a comunidade contou com o apoio da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga para a confecção de algumas faixas e auxílio da equipe de fiscalização, quando solicitado. A Área de Proteção Ambiental Cairuçu, outra área protegida que se sobrepõe ao território caiçara, contribuiu com as portarias que sinalizaram o fechamento da comunidade. O Ministério Público Federal, por sua vez, recomendou oficialmente que as comunidades tradicionais fossem ouvidas em qualquer ação estadual relacionada à proteção contra a Covid-19. E, por sua vez, o Programa de Educação Ambiental (PEA), por meio de rádios comunitárias, ajudou a levar informações sobre a Covid-19 em uma linguagem de fácil compreensão, e o projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado Raízes e Frutos, doou máscaras para os moradores. (Faro et al, 2021, p 22)

Ainda, em agosto, diante da fragilidade de avaliação de riscos do sistema de bandeiras adotado por Paraty, o poder público municipal abre a cidade para as atividades turísticas, anunciando a retirada das placas de restrição colocadas pelos moradores da Praia do Sono. Tal fato desperta novamente a reorganização da comunidade, que argumentam, fundamentadas no fato de que ali não é simplesmente uma praia, mas também um território tradicional e que, portanto, possui direitos estabelecidos, como já verificamos. Mantiveram a comunidade fechada e a barreira sanitária ativa, enfatizando a sua independência e autonomia no que concerne às tomadas de decisão quanto ao território, que novamente contou com apoio das organizações envolvidas.

Figura 53: Faixas expostas na trilha da Praia do Sono durante o fechamento



Fonte: Associação de Moradores Originários da Praia do Sono - AMOSONO. Acesso em 9 de maio de 2020.

A tentativa de retorno gradual se mostrou uma expectativa praticamente inviável, o que ficou claro diante da abertura de Trindade, que apesar dos incansáveis esforços dos comunitários, tiveram que lidar, após a abertura em agosto de 2020, com a entrada de aproximadamente mil carros por dia em finais de semana. Com o retorno das atividades turísticas em Paraty e em Trindade, e em outras comunidades caiçaras da REEJ que optaram por se abrir, o Sono

viu-se isolado na luta para manter-se fechado. Diante de muitas pressões, reuniões e divergências internas, a comunidade retorna às atividades em um clima de tensão e conflito a partir do dia 1 de outubro de 2020, com apenas 1 caso de Covid-19 confirmado ao longo de todo o tempo de vigência do fechamento, o que demonstra a importância e eficácia do movimento.

Gráfico 1: Distribuição de casos confirmados de Covid-19 entre abril e agosto de 2020 em comunidades vizinhas à Praia do Sono



Fonte: Faro et al (2021)

É interessante refletir sobre como em um momento de ameaça sanitária coletiva, visto que os povos tradicionais foram, desde o princípio, considerados grupos de risco, a comunidade conseguiu, a partir da organização coletiva chegar a um consenso de forma autônoma sobre o fechamento do território, o que é uma decisão de extrema complexidade, visto que o fechamento do território atinge diretamente a entrada da renda do turismo na comunidade. Ainda assim, nota-se como a preocupação com a saúde coletiva, o cuidado com os mais velhos, a proteção com as crianças e gestantes foi um aspecto de peso na decisão de fechamento, visto que a ameaça de iniciar um contágio nas comunidades teriam consequências inestimáveis. Como, infelizmente, teve em comunidades indígenas Brasil adentro.

O movimento de fechamento na Praia do Sono ressignifica práticas espaciais na medida que determinou um controle sobre a dinâmica de movimentação no território, revelando outra perspectiva de ressignificação da

que estava sendo tratada até aqui. Nesse processo foi apontado ainda o retorno às antigas práticas tradicionais, hoje não tão presentes, como a agricultura e a caça, como alternativas de fonte de alimento. O movimento de fechamento parte da capacidade de organização histórica da comunidade para ser construído, se tornando mais um episódio da resistência caiçara que será lembrado, mais uma memória de luta que será ativada no futuro, incentivando, sempre, novos movimentos. Foi apontado por liderança comunitária da Praia do Sono, em Faro et al (2021, p 23) que se “reconhece que o fechamento da comunidade ao turismo trouxe prejuízos econômicos, mas destaca que esses efeitos são mais brandos do que em outras localidades, pois na Praia do Sono as pessoas plantam, pescam, conhecem a natureza e seus recursos”. Todo esse processo nos oferece aberturas para refletir acerca da multiplicidade de espaços que somos capazes de construir re-existindo e, mais uma vez, evidencia a importância dos saberes-fazeres-territorializados na construção de territórios de resistência, visto que o conhecimento sobre o território foi um dos horizontes que reforçaram e sustentaram a autogestão na Praia do Sono neste período.

Ainda que os objetivos das barreiras estivessem sendo alcançados, com pouquíssimos casos confirmados, em um cenário ainda distante de vacinação e com a Covid-19 em alta, optou-se pelo fim do fechamento e o retorno às atividades turísticas. Em ambas as comunidades esse retorno se deu num contexto de pressões internas e externas, num cenário de oscilação das medidas e das narrativas em torno do isolamento social em escala nacional, assim como em Paraty. A forma como os representantes políticos e suas narrativas abordam a pandemia tem poder de influência direta na forma como os riscos da pandemia são encarados dentro das comunidades, e num cenário já tenso de constantes reuniões e discordâncias internas acerca de manter-se fechado ou não, opta-se pelo retorno às atividades turísticas. Com o fim da barreira na Praia do Sono e a abertura para o retorno das atividades turísticas, que vinha sendo a causa do conflito interno na comunidade devido às divergências sobre os próximos passos a serem tomados, o conflito não chegou ao fim, inaugurando ainda tensões outras ligadas à dimensão organizativa da comunidade na esfera da associação de moradores, tema que não será aprofundado. O que buscamos ressaltar aqui é como contextos de articulação e desarticulação permeiam o território a todo tempo, sendo o desafio maior que está posto, já anunciado há tempos por Massey (2005), que é lidar com o desafio de nosso acabar juntos. Em um mundo pautado pela existência da multiplicidade, discordâncias, tensões e contradições se fazem presentes a todo

o tempo, resultando para nós, no desafio da constante negociação. Afinal, como afirma Massey (2005, p 226) “multiplicidade, antagonismos e temporalidades contrastantes são a natureza de todos os lugares”.

Independente das contradições percebidas, que compõem qualquer processo de articulação, ressaltamos o caráter de autogestão implementado pelos moradores da Praia do Sono durante os meses de fechamento do território. Coletivamente se opta por fechar. Coletivamente se opta pela abertura. Ambos os momentos foram marcados por tensões e discordâncias, visto que não houve concordância total nem quanto ao fechamento, nem quanto à abertura. No entanto, o sentido da coletividade, a capacidade de se autogerir e se organizar a partir da vontade da maioria foram elementos fundamentais, determinantes para o sucesso do movimento. Como chamam atenção Faro et al (2021, p 11), “este momento pode ter consequências para além da pandemia, reforçando a autonomia política das comunidades nos seus territórios, a capacidade de autossuficiência e a sua defesa contra a deterioração das condições de subsistência em todo o continente”. Apoiamos a seguinte reflexão compartilhando a perspectiva de Sousa Santos (2021, p 227), quando afirma que:

As organizações e os movimentos sociais mostraram uma enorme vitalidade e criatividade na proteção da vida das suas comunidades e bairros durante a pandemia. (...) Apesar da tragédia humana das situações a que procuravam dar resposta, às iniciativas de base foram uma oportunidade para inventar novas formas de solidariedade forte, isto é, não filantrópica ou caridosa. (...) Muitas dessas organizações e movimentos estavam em luta antes da pandemia e reinventaram-se para responder às exigências do momento. Essa experiência pode ser preciosa para o prosseguimento das lutas depois da fase aguda da pandemia, tendo em vista que os próximos tempos vão ser de pandemia intermitente, e a luta por outro mundo possível enfrentará novos e desconhecidos desafios (SOUSA SANTOS, 2021, p 227).

Percebemos, portanto, que existe uma forte relação entre a memória coletiva comunitária referente ao histórico de conflitos e resistências e a capacidade de reinventar-se em momentos de crise, o que ficou explicitado com a capacidade de rápida resposta e mobilização existentes na comunidade hoje, possibilitando o movimento de fechamento. Entendemos, portanto, a memória enquanto um forte elemento que possui poder de atuação no imaginário

comunitário como um estimulante para as próximas lutas, como um combustível que alimenta e instiga a possibilidade de se colocar, mobilizar e de se auto-organizar perante os desafios futuros, o que ficou evidente com o movimento das barreiras da vida.

Reiteramos, portanto, como o cuidado com a dimensão a memória, o acionamento da memória, o fazer a memória presente a partir de distintos caminhos -apontados como parte da metodologia acionada na luta pelo TBC e na luta pela educação diferenciada - como um elemento fundamental para a solidez, sustentação e reprodução da comunidade. As memórias oferecem as bases de sustentação a partir das trajetórias e ações de ontem, para guiar as bases de ação de amanhã. O movimento das barreiras, como dito no início deste trecho, teve início, meio e fim. Constituindo-se como mais uma memória de luta, de articulação, de enfrentamento, de capacidade de resposta, diálogo e reinvenção demonstrada a partir da coletividade.

5 - “Reinventar a vida para permanecer transformando-se”

Como é difícil dar um sentido de encerramento a discussões que no plano do vivido não se encerram. Diante dessa contradição, não indico caminhos conclusivos ou considerações finais. Me parece mais condizente pensarmos a partir da dimensão da abertura, da possibilidade e do devir, dimensões que as ações realizadas pelos habitantes da Praia do Sono nos remeteram a todo tempo ao longo de nossa reflexão. Quantas certezas foram desfeitas ao longo do caminho, quantos caminhos se abrem ao longo de nossas discussões.

Ter em vista o processo enquanto permanente movimento realizado pelos sujeitos em sua diversidade nos desafia a compreender que não há conclusões. Sim, somos obrigados a admitir que nosso trabalho está incompleto. Mas uma incompletude franca, aberta pois o processo é aberto, os sujeitos estão vivos e o território pulsa novas questões a cada dia. Falamos de sujeitos, territórios e processos abertos à futuros e múltiplos desdobramentos desconhecidos, que somente serão conferidos no acompanhamento dos movimentos que se processam continuamente na Praia do Sono. Embora desafiador, ter em vista o processo enquanto permanente movimento nos indica a possibilidade de questionar o que está posto, alimentando a ação dos sujeitos, pois se estamos em movimento - ainda que conscientes das forças e níveis de poder extremamente assimétricos - estamos em disputa. E nessa permanente disputa, o movimento pode mudar de direção.

Nesse momento final de nossa escrita, retomamos elementos que à pesquisa se propôs a investigar, buscando compreender se conseguimos alcançá-los. A definição de nossa problemática, que foi apresentada como ***conflitos e resistências fruto das transformações impostas pelo processo de (re)produção capitalista do/no espaço***, marca nosso pano de fundo e o desejo de compreender o processo de espraiamento da lógica capitalista em sua dimensão física e simbólica e como essas em conjunto, transformam o cotidiano dos habitantes da Praia do Sono.

Com intuito de alcançar nosso objetivo, expresso como “***Analisar as transformações espaço temporais na Praia do Sono, em Paraty/ RJ, tendo em vista o conjunto de conflitos e resistências fruto da internalização de diferentes elementos externos associados ao movimento de expansão capitalista no/do espaço e como com elas interagem os sujeitos sociais que vivem no lugar***” mantivemos em nossa órbita reflexiva o seguinte questionamento “***Quais têm sido as maneiras que os habitantes da Praia do***

Sono têm adotado para lidar com as transformações que chegam ao território associadas ao processo de expansão da produção/reprodução capitalista do espaço?”.

Após o longo caminho de pesquisa e tudo o que foi exposto neste trabalho, percebemos como a luta, a resistência e a articulação coletiva têm sido as maneiras encontradas para lidar com essas transformações, entre movimentos de resposta aos variados elementos externos, -como exposto no terceiro capítulo com as espaço-temporalidades que tensionam a Praia do Sono-, e a proposição de movimentos que surgem da articulação do interno com o externo, mas na lógica de dentro para fora. Não somente como respostas, mas como projetos, desejos e aspirações coletivas para o futuro da comunidade.

Ao longo de nosso trabalho, demonstrou-se a luta pela afirmação do território e pela conquista de direitos como uma constante que se reatualiza permanentemente na forma de novas demandas, mas que tem, com o tempo, a natureza de seu movimento alterada. Essa transformação na natureza dos movimentos fica para nós, após tudo o que foi pesquisado, associada à criação que se dá fruto dos próprios enfrentamentos, que encaminham, com o tempo, a articulação entre múltiplos atores que passam a somar na luta pela defesa e afirmação dos territórios caiçaras, buscando fortalecer a conquista de direitos historicamente negados, estimulando a mobilização e organização das comunidades na reflexão de que horizonte de território se deseja e como articular os interesses divergentes que existem internamente. Como dito em algum trecho ao longo deste trabalho: se aprende com a luta, na luta e dela são colhidos os frutos e plantadas novas sementes.

Acredito, portanto, que os movimentos expressos ao longo de nosso quarto capítulo, carregam uma natureza distinta dos expressos no terceiro justamente pelo fato de serem incorporados a esses movimentos mais recentes o reconhecimento da potencialidade e a necessidade, diante dos tempos nefastos ditados pelos interesses neoliberais, da articulação coletiva como metodologia de ação. Esse processo gera uma permanente e profícua troca de saberes entre múltiplos atores, que potencializam as vozes que gritam historicamente de dentro dos territórios, incorporando-as em espaços onde antes eram praticamente inexistentes, se traduzindo como um movimento de conquista de espaços, conquista sobre a possibilidade de expressar suas narrativas, contar suas próprias histórias e lutar por suas demandas nos mais diversos âmbitos. Cobrar seu direito ao território, lutar pela manutenção dos usos feitos da terra, se reafirmar perante diversas formas de ameaças dos interesses capitalistas, -

entre grileiros, grandes empreendimentos internacionais, unidades de conservação e a imposição de uma atividade econômica potencialmente desestruturante do tecido comunitário - foram experiências de enfrentamento que, apesar de todo o sofrimento, são contados hoje com um sentido formativo, associado aos múltiplos ensinamentos que trouxeram para os sujeitos da Praia do Sono (e para além dela, uma vez que são exemplos de resistência e vitória comunitária em todo o sul fluminense). São contados, pela maioria, com a consciência de que foram essas resistências realizadas pelos antigos que permitiram a sua permanência no território, o que mantém o horizonte de luta aceso. E que possibilita que hoje, se discuta o turismo que se deseja e a educação que se quer para dentro do território, com a certeza de que as vozes que o compõem são fundamentais para essa estruturação. Percebemos nesses movimentos formas alternativas de fazer política baseadas na horizontalidade, na coletividade, promovendo estratégias, encontrando lacunas dentro do Estado e do capital, tornando suas contradições potência de pensamento, e a partir delas, se apropriar de espaços como que “na marra”, criando práticas, novas táticas, traçando objetivos e avançando nas conquistas de direitos. Fincados com os pés na terra e amparados pela memória dos esforços das lutas recentes, criar possibilidades que permitam a movimentação em meio ao conjunto de formas de dominação nos quais estamos, todos, uns mais, outros menos, inseridos.

A articulação coletiva entre múltiplos atores fortalece o conhecimento sobre os direitos associados ao território e às populações caiçaras, empoderando os sujeitos acerca de sua existência, estimulando-os não só a responder ao que chega como elemento externo, mas a cobrar, a propor, encaminhar aquilo que se deseja a partir das tensões e das experiências acumuladas no/do vivido.

Percebemos, portanto, múltiplos movimentos existentes. Movimentos que respondem aos interesses de reprodução permanente do capital, revelados pelo capital imobiliário, pelas atividades turísticas e de veraneio, pelo projeto “Cancun brasileira”, entre outros. Mas também movimentos que surgem através dos sujeitos da Praia do Sono em articulação. São movimentos paralelos que se cruzam o tempo inteiro, atravessando um ao outro. Um de natureza impositiva, que se internaliza, e outro de maneira reativa e propositiva, que se processa de dentro para fora. Mas em permanente intercruzamento, em permanente mesclagem, afinal, o espaço está em processo e sempre sujeito a novos desdobramentos. O que nos leva a afirmar novamente à reflexão de Santos

(1988), sobre como a organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação entre os elementos externos e internos, gerando combinações únicas expressas através desse conjunto de relações. Esse conjunto de relações, carregam, portanto, fonte de riquezas e fonte de conflitos, expressando múltiplas camadas e sentidos do lugar.

Na articulação com o externo, muito do interno se desgasta, mas não tudo. Percebemos através das reflexões presentes no capítulo quatro o potencial que o papel da memória, um elemento interno, tem ganhado ao ser acionada enquanto aglutinadora do passado e do presente, da tradição e da modernidade. Como já nos alerta Cusicanqui, é necessário nos libertarmos dessa esquizofrenia coletiva, nos livrarmos dessa dualidade rígida e imutável, em que estamos sempre no dilema entre ser uma coisa ou outra. “Somos pura modernidade ou pura tradição?”, ela nos questiona. Chamando atenção para que, expandindo nossos horizontes, percebemos que talvez sejamos as duas coisas... mas as duas coisas não de maneira fundida, porque essa fusão favorece sempre um só lado. Não se fundem, mas mesclam-se, incorporando uma à outra ininterruptamente.

Portanto, o acionamento das memórias de luta e a ressignificação das práticas tradicionais e saberes-fazer-territorializados nos indicam que há outras possibilidades de relação entre tradição e modernidade, para além da dominação completa de uma sobre a outra. Nos evidencia que a tradição pode ser integrada à modernidade, oferecendo ao vivido uma abertura de possibilidades, que no nosso caso, se refere antes de tudo, à possibilidade da permanência não subalterna no território. Se a permanência é viabilizada, novamente abrem-se possibilidades, que futuramente podem ser manifestadas para além das atividades turísticas que lhes foram introjetadas através de um planejamento regional estatal. Ou seja, o “real” que temos na Praia do Sono hoje é somente uma possibilidade entre muitas outras possíveis.

Diante dos movimentos abordados ao longo do trabalho, cada vez mais estamos convencidos do potencial ainda não plenamente conhecido dos espaços que somos capazes de construir re-existindo (PORTO-GONÇALVES 2006 & CRUZ 2006), como nos diz Bartholl (2015), nessa re-existência que renova sentidos, regenera, abre possibilidades, bebendo do passado, da tradição e simultaneamente, das lutas do presente, para inventar outros futuros possíveis nessa contínua (re)construção (CECEÑA, 2008). Oferecem-nos caminhos de reflexão permanente a percepção a qual Bartholl (2015) chama atenção, da intrínseca relação entre território e a formação de

saberes-fazeres-territorializados e a importância desses saberes na construção de territórios de resistência. O caráter das resistências que tem como matéria prima o vivido nos levam a refletir sobre a formação própria proporcionada pelo território a partir da luta e dos saberes-fazeres, que vemos se desenvolvendo com cada vez mais força para muito além da Praia do Sono, ressignificando também o próprio caráter de construção dos movimentos sociais nas últimas décadas.

Ou seja, o que nos indica até aqui, ao contrário de conclusões e fechamentos, são aberturas. Potencialidades que nos indicam caminhos para que os sujeitos da Praia do Sono, seus saberes, fazeres e territórios em movimento, através da força da memória projetada no presente, ressignifique suas existências, resistências e r-existências, com objetivo de tornar a luta pelo espaço, na qual os interesses de reprodução da vida se chocam com os interesses de reprodução do capital, cada vez menos assimétrica. São disputados distintos projetos de presente e, nessa disputa, criam-se novas possibilidades de futuro, nas quais vislumbramos que os habitantes da Praia do Sono tenham cada vez mais possibilidades concretas de serem protagonistas dos processos que envolvem a comunidade e seu existir cotidiano, nesse movimento perpétuo entre conquistas, derrotas e constante negociação. Afinal, como nos anuncia Massey (2005) o lugar é a arena em que a negociação nos é imposta, sendo esse um desafio que é inerente ao nosso acabar-juntos e à multiplicidade de intenções manifestadas no espaço. A negociação se torna necessária, uma vez que a disputa está posta e a única luta que se perde, é a que se abandona. E se tem uma coisa que a trajetória da Praia do Sono nos evidenciou é que a luta nunca foi por eles abandonada.

Nos diz Catherine Walsh que nossa luta é epistêmica e política. E não podemos discordar. Tendo em vista nosso desafio de acabar juntos, em meio a conflitos e permanentes negociações, em meio ao confronto de tantas trajetórias, é necessário tomar partido. É necessário ter em mente a quem devemos confrontar. E ao lado de quem queremos “acabar juntos” no fim de cada confronto. Porto Gonçalves nos chama atenção para o fato de que “diferentes territorialidades e os diferentes sujeitos que as portam e agenciam estão configurando os lugares, o espaço. A tensão que hoje vivemos é a melhor expressão de que a conformação territorial hegemônica já não consegue mais oferecer abrigo” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p 22). Diante desse fato e tendo em vista que a luta é também epistêmica, reiteramos nosso olhar enquanto um olhar comprometido com a luta, alimentado pelas experiências do vivido, o que

impede uma suposta neutralidade que, para nós, na realidade sequer existe. Existe apenas enquanto narrativa hegemônica, que, cada vez mais desgastada, não vem mais conseguindo oferecer abrigo aos grupos dominantes. Cada vez mais é necessário tomar posição e expressá-la.

Atualmente nos encontramos, talvez mais do que nunca, em processo de descolonização de nossas matrizes de pensamento e por isso, cada vez mais interpretamos o mundo a partir de um diálogo com o pensamento daqueles tidos como subalternos (PORTO-GONÇALVES, 2017), daqueles que foram postos às margens do mundo. Saberes, fazeres, territorialidades e direito à diferença são dimensões que vem tomando sentidos cada vez mais intensos, criando novas articulações, narrativas e sentidos de construção coletiva. Diante desse movimento, depositamos nossos esforços em avançar cada vez mais na compreensão das formas de dominação existentes que nos são impostas, e a partir disso os enfrentamentos vão ganhando cada vez maiores proporções, reivindicando espacialidades e articulando múltiplos atores e escalas, conformando potenciais não planejados, mas que surgem do calor e urgência das demandas cotidianas. Através desses encontros e desencontros, de sujeitos, espaço-temporalidades, fluxos e formas de existência, projetam-se novas resistências e possibilidades de ressignificação da vida, como nos foi evidenciado todo o tempo com os conflitos da Praia do Sono.

É nessas resistências que abrem possibilidades de ressignificação da vida que depositamos nosso anseio pela construção contínua de um mundo múltiplo, diverso, livre de opressões de gênero, raça, etnia, saberes, fazeres, cosmologias e modos de vida. Ou ainda, como nos ensinam e inspiram sabiamente os Zapatistas, nessas resistências que depositamos nosso anseio por um mundo onde muitos mundos sejam possíveis.

6 - Referências bibliográficas

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem disciplinar. *Revista de Antropologia*. São Paulo. USP. 2000. v. 43 nº1.

AGUEDA, B. C. Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais : transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis - RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo - RJ).2019. 264 p. Dissertação de mestrado em Geografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

BARTHOLL, Timo. Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas / Timo Bartholl. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2015. Niterói : [s.n.], 2015. 433 f.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G., BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem. 2009.

Barros, A. L. R e Rodrigues. C. G. O.Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty-RJ. 2019. *Revista Ambiente & Sociedade*. São Paulo. Vol. 22, 2019.

CARLOS, Ana Fani A. A Condição Espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALIERI, Lucia. A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, USP.

CÔRREA, Ana Alice Silveira et al. No linear da tradição e modernidade: a cultura alimentar caipira, caiçara e das populações ribeirinhas paraenses. *Contextos da Alimentação – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade*, v. 6, n. 2, jul., 2019.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1ed.Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1

_____ (2006) R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. Em *Terra Livre Goiânia*, ano 22, v. 1, n. 26, p. 63-89.

CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, Produção do espaço e desenvolvimento desigual - Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Turismo de Base Comunitária. Experiências Brasileiras*. p. 92-108. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA SILVA. J. C. A espacialidade da covid-19 e o pandemônio em meio a pandemia nas comunidades tradicionais da cajaíba - Paraty. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 206-231, maio 2020

DE SILVA. Iby Montenegro. Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no sul fluminense. p- 411-445. In: *Ditadura, confito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Org: MEDEIROS, Leonilde Servolo de - Rio de Janeiro, Consequência, 2018. 672. p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ed – São Paulo: Hucitec, 2004.

FAGERLANDE, Sérgio Moraes Rego. *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR SOBRE AS ATIVIDADES NAS CIDADES LITORÂNEAS*. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, Volume 11, 2022 (1-18). ISSN 2238-8052

FARIAS, Cristiane dos Santos; RUIZ, Maria José Ferreira; MAGALHAES, Cassiana. A ameaça da privatização na Educação Infantil: o Mieib como espaço de resistência propositiva. *J. Pol. Educ-s*, Curitiba , v. 14, e71951, 2020 . Acessos em 06 mar. 2023. Epub 20-Abr-2022. <https://doi.org/10.5380/jpe.v14i0.71951>.

FARO, A. R. *Organização comunitária e a produção do comum: potências e contradições na comunidade caiçara da Praia do Sono*. 244 p. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2021.

FARO, A. R; MONTEIRO, L. C. R; SANTOS, J; PAIVA, D; MONGE, R. M. Cuando las comunidades hacen sus barreras frente a la pandemia: estrategias de defensa de la vida y de los territorios de las comunidades caiçaras de Trindade y Praia do Sono, Paraty-RJ, Brasil. Revista Cardinalis. v.8, n. 15/2, p. 168-195, nov.2020.

FEITOSA, Annagesse de Carvalo. Embates invisíveis: as formas de resistência em Campinho da independência, Paraty. p 445-481. In: Ditadura, confito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Org: MEDEIROS, Leonilde Servolo de - Rio de Janeiro, Consequência, 2018. 672. p.

FERNANDES, S. M. R.; GABRIELLI, G. A. L e MARINHO, de S, R. Preservar é re-existir:A luta das comunidades caiçaras da Península da Juatinga com a presença e a ausência do turismo durante a Pandemia de Covid-19. Revista Ensaios da Geografia. Rio de Janeiro: UFF, v.7, nº13, 2021.

DA SILVA. A. D. F. Território, tensões e conflitos: a resistência territorial dos caiçaras da Praia do Sono em Paraty (RJ). Dissertação de Mestrado em Educação e Humanidades. UERJ. São Gonçalo. 2020

FERREIRA, Álvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço. In: FERREIRA, Álvaro; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da (Orgs.). Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

FERREIRA, H. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.79-95, abr. 2014.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Org.). Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FREIRE. P. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Paz e Terra: Rio de janeiro, 1987

FONTANELLI, M. M. RIO-SANTOS: A PROMESSA DA MODERNIZAÇÃO E DO TURISMO, CONFLITOS DE TERRAS E RESISTÊNCIA CAIÇARA. Revista Tempos Históricos. Volume 22. 2º Semestre de 2018. p. 715-735. 2018.

FOUCAULT, M. . *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete.* 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FURLAN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Soc e Cult.*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395/403, jul/dez. 2013.

GALLO, Edmundo e NASCIMENTO, Vagner de (Org). O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ. Fiocruz. 2019

GALLO, Sílvio. Filosofia : experiência do pensamento : volume único. – 1. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995

GROSGUÉL, R. «Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80 | 2008, 115-147.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

_____. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF, 2021.

_____. A GEOGRAFIA ENTRE CONHECIMENTO SITUADO, ABORDAGEM DESCOLONIAL E INTERSECCIONALIDADE. *GEOgraphia*, 24(53). 2022. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a55621>

HALBWACHS, M. Memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28), 8-39. (2013). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>

HELLER, Ágnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOBBSAWM, E. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

Hurtado, L. M., & Porto-Gonçalves, C. W. (2022). RESISTIR Y RE-EXISTIR. *GEOgraphia*, 24(53).

JAEGGER, M. A. H. Sonhando o Sono: ecoturismo e protagonismo comunitário na Praia do Sono (Paraty/RJ). 2018. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

KOVALCZUK, Amanda. A SOCIOLOGIA DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI: aproximações ch'ixi sobre o cuidado. *Revista Contraponto*. v. 8, n. 3 (dez/2021). p 42-62.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: _____. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

_____. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro. Editora Civilização brasileira. 1991.

_____. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo. Editora Ática S.A. 1991.

LEFF, E. (2006) El movimiento ambiental por la reapropiación social de la naturaleza: seringueiros, zapatistas, afrodescendientes y pueblos indígenas de américa latina. In: _____. Racionalidad Ambiental. La reapropiación social de la naturaleza. Argentina. México: Siglo XXI Editores. p.396-456.

MALDONADO-TORRES. Nelson, «A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80 | 2008, 71-114.

MARINHO, Raíssa de Souza. A produção capitalista do espaço e as tensões dela resultantes para os habitantes da Praia do Sono, em Paraty/RJ: Resistência e contradições fruto das articulações envolvendo o Covid-19. *GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio* Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 216-246, jul-dez. 2021

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 172 pp.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, no 12, ano 6, p. 7-23, 2004.

_____. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

_____. O sentido global de lugar. In: ARANTES, A. O espaço da diferença. Papirus, Campinas, 2000. p. 177-185.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, M. Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande de Cajuíba, RJ. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo. 2010.

MIRANDA, Claudia. O DEBATE PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA-LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI E SANTIAGO CASTRO-GÓMEZ. Decolonialidade e Educação: entre teorias e práticas subversivas. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 3 N. 3 – pág. 213-232 (out/2017 – jan/2018)

MONGE, R. P. M. Pensando a escola na comunidade Caiçara de Martim de Sá, península da Juatinga, município de Paraty/RJ. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade Federal Fluminense. 63f. 2013.

_____. A disputa de Territorialidades na Península da Juatinga - Município de Paraty/RJ. 2019. 230f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019.

NETO, Antonio Moreira de Carvalho et al. Inter-relação e capitais mobilizados por diferentes tipos de empreendedores no processo de reconversão de funções econômicas de cidades: um estudo de caso em Paraty (RJ). REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, [S.I.], jan. 2012. ISSN 1980-6965.

NOBRE, Domingos & Colaboradores. Currículos Diferenciados das Escolas Indígenas, Caiçaras e Quilombolas: Política e Metodologia. Niterói: Gráfica da UFF. 2019

OLIVEIRA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. Caderno Virtual de Turismo ISSN: 1677-6976 Vol. 4, N° 4 (2004)

OSLENDER, Ulrich. Geographies of the pluriverse: Decolonial Thinking and Ontological Conflict on Colombia's Pacific Coast, Annals of the American Association of Geographers, 109:6, 1691-1705, 2019.

PINTO, C. R. J; GUAZZELLI, C. A. B. G. Ciências Humanas: pesquisa e método. IN ROCHA, A. L. C. R; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

PIMENTEL, S. K. (2021). RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Un mundo Ch'ixi Es Posible: Ensayos Desde un Presente en Crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (51).

PAULO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. Cotidiano: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PORTO-GONÇALVES. C. W. (2006) A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A.E. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

GROSFÓGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 25 maio 2022.

PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. *Progress in Human Geography*, n. 30, 2006

PORTO-GONÇALVES. C. W.; CUIN, D. P. - Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil(2013): Expropriação, Violência e R-Existência. IN: Pueblos Originarios en lucha por las Autonomías: Experiencias y desafíos en América Latina. Org: FLORES. P.C. and GUERREIRO. L. G. 2016.

QUIJANO, Anibal (2000), "Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America", *Neplanta: Views from South*, 1(3), 533-580. DOI : 10.1177/0268580900015002005

REVISTA VEJA. Viagem pela Rio-Santos. Editora Abril. Nº217, de 01 novembro de 1972. p.52-70, 1972.

RIBEIRO, Irene Chada. Contradições entre o público, o privado e o comum: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. 177 p. 2017.

ROCHA, A. L. C ; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: Ciências Humanas: pesquisa e método. Org: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, J.M.O.G (2017a). A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.) Paisagem, espaço e sustentabilidades. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p.143-193.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos. CEBRAP (79). Nov 2007

_____. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1ªed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Leonardo Bis dos. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 2, p. 541-553, maio-ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000200015>.

SANTOS, M. (1988). Metamorfoses do espaço habitado : São Paulo: Hucitec

SANTOS, M. (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, D. L. e VARGAS, M. A. M. (Re)invenções de tradições: apropriações políticas e econômicas nas cavalcadas, vaquejadas, pegas de boi e cavalcadas de Sergipe. Revista Cerrados, Montes Claros – MG, v. 20, n. 01, p. 255-278, jan./jun.-2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SCOTT, James. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. 1º edição. Livraria Letra Livre. Lisboa, 2013.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014

SIMÃO, L. G. HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA PELA PERMANÊNCIA NO LUGAR E A POÉTICA DO PERTENCIMENTO: VIVÊNCIAS CAIÇARAS DA PRAIA DO SONO (RJ). Dissertação de Mestrado em Geociências e ciências exatas. Universidade estadual paulista. São Paulo. 2021.

Simoni, J. ., & Rua, J. (2022). PROBLEMATIZANDO O MITO FUNDADOR DE NOVA FRIBURGO COMO A “SUÍÇA BRASILEIRA”: INVISIBILIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E (RE)CRIAÇÃO DE ESPAÇO-TEMPORALIDADES. *GEOgraphia*, 24(53).

SIQUEIRA, Priscila. Genocídio dos caiçaras. São Paulo: Massao Ohno; Ismael Guarnelli Editores, 1984.

_____. Os caiçaras e a Rio/Santos. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 3, n. 4. p. 62-64, out./dez. 1989

SOARES, T. M .S. Território Caiçara: Diálogos sobre a Criação de Área Protegida de Comunidades Tradicionais Caiçaras. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. UNIRIO. RJ. 2019

TRAMONTANI Ramos, Tatiana. A geografia dos conflictos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. KRITERION. Belo Horizonte. nº 127. Jun/2013. p. 104-124.

WALSH C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colônia. In: Castro-Gómez S, Grosfoguel R, editores. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos/Universidad Central/Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar; 2007. p. 47-62.

Vídeos, sites e reportagens:

“Vento Contra”. Adriana Mattoso. Paraty, 1979

Disponível no link: [Vento Contra - YouTube](#)

“Trindade para os trindadeiros”. Salo Felzen e Adriana Mattoso. Paraty, 1978

Disponível no link: [Trindade para os Trindadeiros - YouTube](#)

“Territórios Caiçaras, turismo e pandemia”. Projeto Raízes e Frutos, Rio de Janeiro, 2020.

Disponível no link: [Territórios Caiçaras, Turismo e Pandemia - YouTube](#)

Reportagem “Caiçaras e 'donos do PIB' tentam solucionar embate de mais de 40 anos em Paraty”. Folha de São Paulo. 2022.

Disponível no link: [Caiçaras e 'donos do PIB' tentam solucionar embate de mais de 40 anos em Paraty - YouTube](#)

Reportagem “Em Angra, uma aula sobre privatização das praias”. Rogério Daflon, 2017.

Disponível no link: [Em Angra, uma aula sobre praias privatizadas – Coleção Particular \(apublica.org\)](#)

Reportagem “Condomínio Laranjeiras: segregação, ameaça e processos em Paraty”. Rogério Daflon, 2017. Disponível no link: [Condomínio Laranjeiras: segregação, ameaça e processos em Paraty – Coleção Particular \(apublica.org\)](#)

Entrevistas não publicadas:

ALVARENGA, T. Entrevista concedida a Raíssa de Souza Marinho. Rio de Janeiro, 2019.

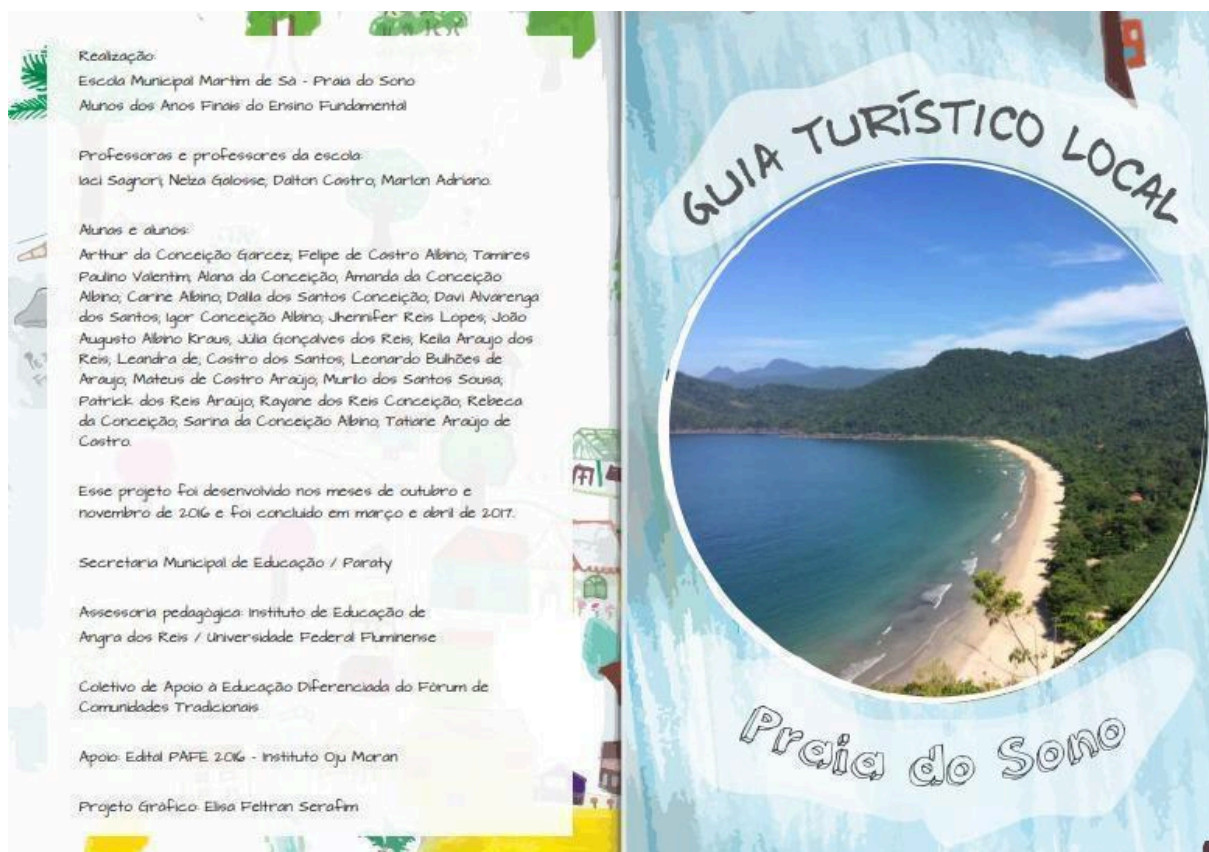
DA CONCEIÇÃO, L. Entrevista concedida a Raíssa de Souza Marinho. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, J. Entrevista concedida a Raíssa de Souza Marinho. Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, N. Entrevista concedida a Raíssa de Souza Marinho. Rio de Janeiro, 2019.

7- Anexos

Guia Turístico Local da Praia do Sono



Praia do Sono

Para chegar na Praia do Sono temos que vir de barco, passando pelo Condomínio Laranjeiras, que leva uns 15 minutos da rampa do condomínio até a praia.

Podemos vir de trilha também, a caminhada é leve, a trilha é limpa e muito bonita, demora em torno de 1 hora. Chegando na praia avistamos uma bela paisagem: mar, montanhas, muitas árvores, e pássaros.

No Sono você encontra bares, restaurantes, mercearias, pousadas, chales, campings...

Para pessoas que gostam de natureza, cachoeiras, e praia aqui é o lugar ideal.

É uma praia grande, com ondas para se divertir e treinar o surf, mas o mar daqui é bem inconstante, ele não é sempre calmo, nem sempre agitado... tem lá suas fases. Podemos dizer que no verão ele é mais tranquilo, e no inverno é mais agitado, melhor para pegar onda. No final da praia tem o rio que se encontra com o mar, águas limpas para mergulhar e tem algumas pedras boas para pescar. Tem várias cachoeiras, uma delas é o Poço do Jacaré, que é linda, com águas claras, puras e frescas e tem 3 pedras para pular, mas recomendo ir com alguém que conheça.

A praia do Sono é um lugar com muita paz, muita colônia, com moradores muito acolhedores e humildes, que gostam muito de conversar. A comunidade é caçara, os homens vivem da pesca e as mulheres produzem bastante artesanato.

A noite o céu fica lindo, você pode fazer uma fogueira, assar um peixe, e tocar uma música.



Mora aqui desde que nasci, e gosto muito daqui, venham para cá, vocês vão adorar!!!



Praia de Antigos

Praia de Antigos

Trajetória e descrição: Para chegar a Praia de Antigos você deve seguir até o canto da praia, atravessar a Barra e subir o morro, a subida é íngreme, uma trilha de aproximadamente 1,5 km. No alto da subida tem uma vista linda que dá para ver a Praia de Laranjeiras, o campo de futebol, toda a Praia do Sono. Chegando lá é uma praia linda de muito valor. Tem também uma cachoeira, não é muito funda, mas dá para tomar banho de boa. A praia é enorme, o mar é lindo, às vezes muito calmo. Este trajeto também pode ser feito de barquinho que mostra uma beleza incrível passando pelo mar. É muito divertido ir a Praia de Antigos.

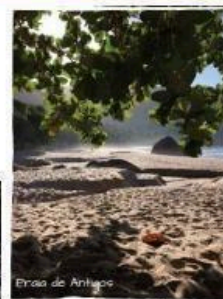
Dica: Local ideal para fazer piquenique. Tem um lugar no mar perto da costeira que é tipo uma piscina natural.

Público: Jovens e adultos que gostem de caminhada.

Praia de Antiguinhos

Trajetória e descrição: Segundo o final da Praia dos Antigos tem uma trilha pequena, uns 200 metros, que leva a Praia de Antiguinhos. Uma praia não muito grande, mas dá para aproveitar o dia. Lá tem muitas pedras e no canto da praia tem uma pedra muito alta que dá para subir e pular. Eu já fiz isso e muito legal, fiquei com medo, mas quando pulei foi ótimo.

Dica: Vocês vão adorar ir lá!!



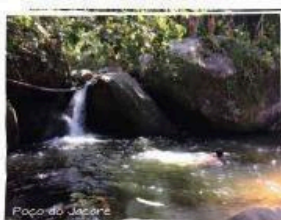
Praia de Antigos



Praia de Antigos

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS DA PRAIA DO SONO - 2017





Barra do Rio do Sono

A Barra fica no canto da praia, tem uma cachoeira onde você pode tomar banho na frente do mar. Na costeira tem uma pedra alta boa para tirar fotos e outra para pular na água, muito lindo lá!

Poço do Jacaré

Trajetória e descrição: Para chegar ao Poço do Jacaré tem que ir em direção à igreja, e subir aproximadamente 2 km, leva cerca de 20 a 30 minutos. A trilha é leve, maravilhosa, com uma beleza natural estampada na mata e muitos passaros diferentes. No caminho você encontra outras cachoeiras como a 'Poço 20' e a 'Poço 16'. Lá tem uma pedra enorme que tem como pular, mas é preciso ter cuidado e coragem. É bem funda a cachoeira.

Dica: Levar água e comida.

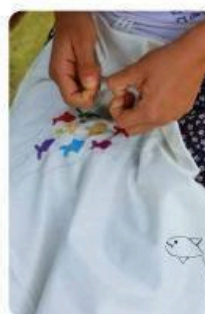
Público: Jovens, adultos e crianças que gostem de caminhada e tenham preparo físico.

Pedra (Mirante)

Trajetória e descrição: Seguir em direção à trilha de Laranjeiras, trilha de aproximadamente 2,6 km, ou 15 hs de caminhada. Ótimo para tirar fotos, a paisagem é deslumbrante, dá para admirar a beleza natural do lugar e ver a praia inteira. Mas como é alto é bom ir num dia de tempo bom, por que tem muita neblina e não dá para ver. A subida é pesada e a floresta preservada e cheia de animais como cobras, passaros, onça, macaco tatu, paca, cutia e outros.

Dica: Essa caminhada deve ser acompanhada de uma pessoa do local, pois é uma trilha de dificuldade média e uma subida bem íngreme em alguns lugares. Levar água e comida.

Público: Jovens e adultos com bom preparo físico.



O perfil dos turistas na Praia do Sono durante o Carnaval de 2017

No carnaval de 2017 vieram à Praia do Sono turistas para curtir a bela natureza que existe em nossa comunidade. A maioria preferiu vir de trilha, por serem adultos eles procuraram atividades culturais para conhecer melhor como vivemos. A maior parte dos visitantes saem do Rio de Janeiro para passar o fim de semana com seus companheiros.

Eles souberam da Praia do Sono por amigos que já estiveram por aqui.

Eles costumam ficar em campings a procura de paz e sossego e saboreiam pratos típicos como o pirão, peixe frito ou assado, e frutos do mar.

Para que eles conheçam melhor a comunidade, eles gostariam de contratar um guia para orientá-los durante o seu passeio.

À noite, nos feriados, acontecem alguns shows nos bares que ficam próximos à praia, que os turistas aproveitam bastante.

Além dos bares na Praia do Sono, temos cachoeiras e os mirantes que todos gostam de ir para apreciar a paisagem.

Quando chega a hora de ir embora os turistas costumam levar para suas casas lembranças e fotos.